

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

Não tivemos outro jeito, ou morríamos ou nos defendíamos:
uma análise acerca da Batalha do Irani (1912)

Gabriel Carvalho Kunrath

Pelotas, 2020

Gabriel Carvalho Kunrath

Não tivemos outro jeito: ou morríamos ou nos defendíamos,
uma análise acerca da Batalha do Irani (1912)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Janete Espig

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

K95n Kunrath, Gabriel Carvalho

Não tivemos outro jeito, ou morríamos ou nos defendíamos : uma análise acerca da Batalha do Irani (1912)

/ Gabriel Carvalho Kunrath ; Márcia Janete Espig, orientadora. — Pelotas, 2020.

171 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Mestrado em História. 2. Guerra. 3. Batalha do Irani.

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB:
10/1733

Gabriel Carvalho Kunrath

**Não tivemos outro jeito: Ou morríamos ou nos defendíamos, uma análise
acerca da Batalha do Irani (1912)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História,
Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade
Federal de Pelotas.

Data da defesa: 22 de abril de 2020

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a Márcia Janete Espig (Orientadora)

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Para aqueles que lutam por uma educação pública,
gratuita e de qualidade.*

AGRADECIMENTOS

Não sei ao certo quando essa pesquisa iniciou. Aparenta-me que se passaram mais de dois anos até chegar ao seu, mesmo que inacabado, fim. Acho que seu começo ocorreu no fim da tarde de um dia qualquer, ainda em meados do primeiro semestre do curso de Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, quando participei de uma seleção de bolsista de iniciação científica de um projeto que buscava investigar o patrimônio ligado à figura do monge João Maria nos estados do sul do país. Nesse dia, tive o primeiro contato com a religiosidade sertaneja e com os episódios envolvendo a Guerra do Contestado. De lá para cá, tenho muito a agradecer à professora Márcia Janete Espig, que foi de orientadora a grande amiga no decorrer desses anos e é responsável direta pela concretização desse trabalho, mostrando o caminho das pedras e colaborando na construção de novos.

Agradeço aos membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História e aos técnicos administrativos da Universidade Federal de Pelotas, que em sua atuação diária lutam pela existência de um espaço público e de qualidade para a construção do conhecimento no Brasil e, em específico, ao professor Jonas Vargas, que tanto contribuiu em minha formação como historiador. Também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) que, mesmo sob os constantes cortes e ataques que as instituições de pesquisa vêm sofrendo no país nos últimos anos, viabilizou a dedicação exclusiva aos estudos e pesquisas durante os dois anos de realização do Mestrado através do seu programa de bolsa.

Aos membros do Grupo de Investigação do Movimento do Contestado, do qual faço parte, deixo aqui registrado meus agradecimentos pela acolhida, pelas dicas de pesquisa, compartilhamento de fontes e comentários visando aprimorar este estudo. Em especial, aos professores Paulo Pinheiro Machado e Rogério Rosa Rodrigues por suas contribuições e correções na construção da dissertação. Ao professor e amigo Alexandre Assis Tomporoski que em uma das viagens de pesquisa me recebeu em sua casa e me auxiliou diante dos percalços enfrentados para chegar à cidade de Palmas, no interior do Paraná. Também, a professora e amiga Karoline Fin que se disponibilizou para servir de “guia” na visita ao Museu do Jagunço, na comunidade de Taquaruçu em Fraiburgo (SC).

Ao longo dos últimos dois anos tive a oportunidade de visitar inúmeras instituições de pesquisa e memória que promovem a guarda de importantes documentos históricos. Deixo registrado meu reconhecimento aos funcionários do Arquivo Histórico Waldemar Rupp de Campos Novos - SC, do Museu Municipal de Curitiba - SC, da Igreja Matriz Imaculada

Conceição de Curitiba – SC, do Fórum da Comarca de Palmas – PR, da Biblioteca Pública de Florianópolis, do Museu do Tribunal Judiciário de Santa Catarina, do Arquivo Público do Estado do Paraná e de tantas outras instituições que passei.

Registro também meus agradecimentos ao Felipe Veber (Figo), companheiro de pesquisa desde os tempos da graduação, e que junto com a amiga Gabrielle Penteadó tornaram os períodos de pesquisa em Curitiba tão alegres. À Bettina Martins, que ao longo dos últimos seis anos tem acompanhado minha trajetória acadêmica, sempre incentivando e dando apoio nos momentos difíceis do ofício de historiador. À Amanda Hecktheuer, Vitória Hecktheuer, Lucas Pouey, Jéssica Mota, Fernanda Pires, Olivia Bevilaqua, Paula Sobreiro, Mariana Castro e Juan de Magalhães, que cada qual ao seu modo fizeram dos anos em Pelotas uma experiência sensacional.

Aos meus familiares, Neusa Maria Carvalho, Delmar Kunrath, Niara Carvalho Kunrath e Filipe Carvalho Kunrath por toda ajuda prestada, especialmente ao Jessé Carvalho Lebkuchen, por todo auxílio, inclusive na revisão textual da presente dissertação. Aos demais amigos que ajudaram ao longo desses anos Elana Albrecht, Matheus Schuster, Rodrigo (Arafat) Azevedo, Dora Dornelles, Cezar Furini, Tainá Rigotti, Lucas Loding, Matheus Grings, Larson Lubini, Eduardo Saraiva, Thales Bouchaton, Guilherme Friedrich, Vinicius Mariano, Rafael Privitz, Artur Lara, Gleice Rubert, Fabio Pontes, Artur Grings, Mariana Nobre, Marina Fraga e tantos outros que de alguma forma prestaram apoio. Por fim, para você, leitor, disposto a utilizar esse trabalho em sua construção do conhecimento.

*Os poderosos podem matar uma, duas ou até três rosas.
Mas eles não podem deter a chegada da primavera!
Luis Inácio Lula da Silva.
(Discurso proferido no dia 7 de abril de 2018, na cidade
de São Bernardo do Campo)*

RESUMO

KUNRATH, Gabriel. *Não tivemos outro jeito: Ou morríamos ou nos defendíamos*, uma análise acerca da Batalha do Irani (1912). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

A presente dissertação propõe-se a examinar a batalha que marca o início da Guerra do Contestado, ocorrida em uma região que vinha sendo alvo de disputas por jurisdição entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, sendo em virtude disso chamada de “região Contestado”. Entre os anos de 1912 e 1916 essa região, que atualmente corresponde ao meio oeste catarinense, foi palco de um conflito armado que opôs muitos sertanejos e membros das forças militares estaduais e federais, tornando-se um importante evento da história do Brasil. Seu marco inicial remonta ao episódio ocorrido no início da manhã do dia 22 de outubro de 1912, quando uma parcela das tropas do Regimento de Segurança do Estado do Paraná, lideradas por seu comandante, coronel João Gualberto Gomes de Sá, entrou em confronto com uma liderança religiosa popular, o monge José Maria, e alguns moradores locais que o seguiam. Esse encontro ocorreu no Banhado Grande, região de Irani, até então pertencente ao estado do Paraná. Por tratar-se de um dos primeiros episódios da Guerra do Contestado, a Batalha do Irani vem sendo mencionada na historiografia de variadas formas, não se constituindo como um objeto novo de estudo. Contudo, é justamente essa profusão de versões sobre a Batalha que torna necessário revisita-la. Ao realizar uma revisão historiográfica, verifica-se que as diferentes versões sobre a Batalha do Irani foram constituídas entre repetições, permanências e alguns avanços. Assim sendo, partindo das concepções da micro-história e buscando um uso intensivo de fontes, através da análise de processos crime e militar, jornais paranaenses e catarinenses, telegramas, fotografias da época e tantas outras fontes, busca-se compreender esse episódio da Guerra não como um evento isolado, mas como uma resposta dos sertanejos da região e dos coronéis locais frente às transformações sociais e culturais, sobretudo aquelas que aconteciam no interior dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Para isso, propõe-se uma nova narrativa sobre os acontecimentos que envolvem a Batalha do Irani, averiguando qual teria sido o papel da imprensa no evento, investigando como a inserção capitalista, através das empresas estrangeiras nos sertões dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, está relacionada com os acontecimentos do dia 22 de outubro de 1912, bem como analisando a trajetória de alguns personagens envolvidos para melhor compreender esse episódio. Desta forma, pode-se perceber que a Batalha do Irani foi muito além da troca de tiros e do entrevero estabelecido naquela manhã no Banhado Grande. Ao longo da construção desse trabalho, percebeu-se que não há como desassociar da ocorrência desse evento o quadro de possibilidades e ambições presentes na atuação dos principais agentes envolvidos, levando em conta suas redes de relações sociais, pessoais e políticas.

Palavras Chave: Movimentos Sociais; Coronelismo; Primeira República; Guerra do Contestado; Micro-história.

ABSTRACT

KUNRATH, Gabriel. *We had no other way: We either died or defended ourselves*, an analysis of the Battle of Irani (1912). Masters dissertation. Postgraduate Program in History, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

The present dissertation proposes to examine the battle that marks the beginning of the Contestado War, that occurred in a region that had been the subject of disputes over jurisdiction between the states of Paraná and Santa Catarina, and as a result of it was called the "Contested Area". Between 1912 and 1916, this region, which currently corresponds to the Midwest of Santa Catarina, experienced an armed conflict that opposed a large number of sertanejos and members of federal and state military forces, becoming an important event in the history of Brazil. Its initial milestone goes back to the episode that occurred in the early morning of October 22, 1912, when a portion of the troops of the Paraná State Security Regiment, led by its commander, Coronel João Gualberto Gomes de Sá, came into confrontation with a popular religious leadership, the monk José Maria, and some local residents who followed him. This meeting took place in Banhado Grande, region of Irani, until then belonging to the state of Paraná. As it is one of the first episodes of the Contestado War, the Battle of Irani has been mentioned in the historiography in many ways, not constituting itself as a new object of study. However, it is precisely this profusion of versions about the Battle that makes necessary to revisit it. When carrying out a historiographical review, it appears that the different representations about the Battle of Irani were constituted between repetitions, permanences and some advances. Therefore, coming from the conceptions of microhistory and seeking an intensive use of sources, through the analysis of military and crime processes, newspapers from Paraná and Santa Catarina, telegrams, photographs of the time and so many other sources, it is sought to understand this episode of the War not as an isolated event, but as a response from the sertanejos of the region and the ruling local class by facing social and cultural changes, especially those that took place in the interior of the states of Santa Catarina and Paraná. To this end, a new narrative about the events surrounding the Battle of Irani is proposed, investigating what would have been the role of the press in the episode, inquiring how was the capitalist insertion, through foreign companies in the hinterlands of the States of Paraná and Santa Catarina, is related to the events of October 22, 1912, as well as analyzing the trajectory of some characters involved to better understand this episode. Thus, it can be seen that the Battle of Irani went far beyond the exchange of fire and the disorder established that morning in Banhado Grande. Throughout the production of this work, it was noted that there is no way to disassociate the occurrence of this event from the framework of possibilities and ambitions present in the performance of the main agents involved, taking into account their social, personal and political networks.

Keywords: Social Movements; Coronelismo; First Republic; Contestado War; Battle of Irani; Microhistory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Suposta foto do Monge José Maria	69
Figura 02	Croquis da Zona Contestada, 1912	84
Figura 03	Embarque das tropas para União da Vitória, rumo a Palmas	88
Figura 04	Regimento de Segurança desfilando pelas ruas de Porto União – PR	89
Figura 05	Chegada do trem trazendo o corpo de Joao Gualberto, 1912	128
Figura 06	O Cortejo Fúnebre do Coronel Joao Gualberto seguindo pelas Ruas da Cidade	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAZIL RAILWAY	Brazil Railway Company
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande
LUMBER	Suthern Brasil Lumber and Colonization Company
PROCESSO IRANI	FABRICIO das Neves e outros. Processo crime, Palmas, 1913.
PROCESSO 806	MIRANDA, José de Souza; BUSSE, João; GUIMARÃES, Adolpho Ribeiro. Conselho de Guerra 806, Superior Tribunal de Justiça do Paraná, Curitiba, 1913.
PROCESSO ROMÃO	AZEVEDO, Manoel Romão [<i>et al.</i>]. Processo Crime, Palmas, 1898.
PR	Paraná
SC	Santa Catarina
STF	Supremo Tribunal Federal
TL 01 AHWR	ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [Informa estar agindo para reestabelecer a ordem em Taquaruçu]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitibanos, sem data. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado. Arquivo Histórico Waldemar Rupp, Campos Novos.
TL 02 AHWR	RUPP, Henrique. [Informações sobre a presença do Monge José Maria na região e suas impressões]. Destinatário: Henrique Rupp Junior, Campos Novos, 01 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado. Arquivo Histórico Waldemar Rupp, Campos Novos.
TL 03 AHWR	ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [Informa que José Maria fugiu rumo a Campos Novos]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitibanos, 26 set. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do

Contestado.

TL 04 AHWR

ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [**Informa que o Monge segue acampado em Taquaruçu com 200 homens**]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, 27 set. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

TL 05 AHWR

JUVENTINO. [**Relata um encontro com José Maria na “Fazenda Velha”**]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 01 out. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

TL 06 AHWR

RUPP, Henrique. [**Informa que retornou da linha férrea e que as forças estão desesperadas**]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 12 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

TL 07 AHWR

RUPP, Henrique. [**Da recomendações a Albuquerque**]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 01 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	15
1. Entre textos, fontes e métodos: os caminhos percorridos para construir uma pesquisa	21
1.1 Episódios da guerra: a Batalha do Irani na historiografia da Guerra do Contestado .	21
2. O coronel falou e a imprensa propagou: através de telegramas e notícias a República é ameaçada	47
2.1 Nem tudo são flores na vida de um coronel: a trajetória de Francisco Ferreira de Albuquerque.....	51
2.2 “As gentes do interior estão desde João Maria, esperando um outro messias”: uma trajetória possível do monge José Maria.....	61
2.3 Entre solidariedades e hostilidades: a presença de monge José Maria em Taquaruçu (SC) e os conflitos com o coronel Albuquerque em agosto e setembro de 1912	74
3 Fuga ou invasão? A presença de José Maria no território paranaense	83
3.1 Entre ameaças e aviso, uma tentativa de acordo para a dispersão.	95
3.2 <i>O comandante mandou preparar as alças para amarrar os caboclos</i> : os preparativos para o ataque.	110
4 Foi assim que o Irani serviu de cancha de guerra: o combate de 22 de outubro de 1912	118
4.1 <i>Não tivemos outro jeito, ou morríamos ou nos defendíamos</i> : os significados do combate.....	125
4.2 <i>Para quem restar fica a herança que há de servir como lembrança</i>	138
Considerações finais	148
Fontes	155
Referências Bibliográficas	160
Anexos	169

Considerações Iniciais

Era deveras animadora a situação de ordem, mantida, no ano transato em todo o Estado, cuja as populações tranquilamente entregues ao trabalho remunerador da agricultura, da indústria e do comércio, construam o próprio bem-estar [...]. Desgraçadamente, porém em meados de outubro, elementos ativos do crime, facínoras uns e ignorantes outros, se congregam no Estado próximo de Santa Catarina e ameaça-lhe o povo de algumas cidades e vêm afinal se internar, já com as fileiras consideravelmente aumentadas, no faxinal do Irani, distrito policial da nossa comarca de Palmas (PARANÁ, 1913, p. 10)¹.

Essas foram as palavras escolhidas pelo governador paranaense Carlos Cavalcanti em seu relatório anual, enviado à Assembleia Legislativa do seu Estado em 1913, para explicar o que havia ocorrido no interior do Paraná, culminando na morte de diversos membros do Regimento de Segurança do Paraná. Enquanto redigia a mensagem, Cavalcanti não podia imaginar o impacto que aquele confronto, ocorrido em 22 de outubro de 1912, teria entre os moradores da região do Contestado. Afinal, quando o relatório foi entregue aos deputados, no início de fevereiro de 1913, para grande parte da opinião pública das capitais de Santa Catarina e do próprio Paraná os acontecimentos de 1912 haviam ficado no passado e as populações, por sua vez, haviam voltado a sua “tranquilidade” costumeira.

Contudo, nos anos posteriores, a partir da mensagem supracitada do governador paranaense, novos confrontos entre sertanejos e forças oficiais desenrolaram-se na região em uma guerra que se prolongaria até meados de 1916. Tais conflitos compuseram o que ficou conhecido na história como a Guerra do Contestado, movimento em que os participantes propunham o estabelecimento de um novo regime organizador da sociedade, a “monarquia celeste”, uma monarquia sem rei, onde *quem tem mói e quem não tem mói também*². Desta forma, assim como em outras ocasiões, “quando a ordem e a segurança pública estavam em perigo, leia-se a defesa da propriedade e dos privilégios das classes dominantes” (FLORES, 2017, p. 55), as forças policiais foram chamadas para reprimir os “subversivos” que colocavam em risco a ordem local. Cientes da sua realidade social e as motivações que os levavam à luta, entre os anos 1912 e 1916, no interior de Santa Catarina e Paraná, atual centro-oeste catarinense³, foi que se desenrolou esse grande conflito que opôs diversos

¹ Ressalta-se que preferimos atualizar a grafia das fontes citadas na presente dissertação.

² Segundo Machado (2004), as concepções monárquicas defendidas pelos sertanejos do Contestado estavam ligadas, também, às pregações dos monges, nas quais a Monarquia era considerada a “lei de Deus” e a República a “lei do Diabo”. No contexto do Contestado, o projeto monárquico se constituiu como um “[...] projeto de autonomia frente às forças políticas e sociais dominantes” (MACHADO, 2004, p. 214). “Os sertanejos entendiam e praticavam a sua monarquia lutando por *um reinado de paz, prosperidade e justiça na terra*”, como bem destaca Machado (2004, p. 215).

³ No anexo 01 é possível conferir um mapa que mostra a região que se desenrolou o conflito e a área que ficou sob domínio sertanejo durante a Guerra.

sertanejos espoliados que habitavam a região e forças militares estaduais e federais, que contavam com o apoio das oligarquias locais, expresso na atuação dos vaqueanos.

Precisamos lembrar que os primeiros trinta anos da experiência republicana no Brasil foram de grandes agitações. As transformações que o novo regime implementou geraram impactos diferentes em cada camada da sociedade e em cada região do país. Frente a esses impactos, diversas manifestações vieram à tona durante esse período e, na mesma medida em que as revoltas emergiam, foram sendo destacadas tropas oficiais para as reprimir. Dessa forma, podemos dizer que a consolidação do regime republicano foi realizada, também, através do uso da violência armada. Foi assim com a Revolta da Armada (1893-94) e a Revolução Federalista (1893-95), que questionavam a autoridade do então presidente Floriano Peixoto e foram “solucionadas” por meio do uso das forças militares. Tais revoltas impactaram na eleição de seu sucessor e, ao término do seu mandato, o primeiro presidente civil do Brasil foi eleito: Prudente de Moraes, representante paulista ligado à cafeicultura que teve seu mandato marcado por disputas pelo poder entre os civis e os militares, conforme destaca Hermann (2017).

Foi em meio a estas tensões políticas que o movimento liderado por Antônio Conselheiro no interior da Bahia em 1897 ganhou destaque e, com isso, foram enviadas tropas para dissolver tal levante. Depois de quatro expedições militares, que revelaram o quanto o exército brasileiro estava despreparado, o Arraial de Belo Monte veio ao chão e a maioria de seus habitantes foram exterminados. Nas palavras de Euclides da Cunha,

Canudos não se rendeu [...], resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados (CUNHA, 2001, p. 264).

Assim como Canudos, os sertanejos que se rebelavam no Contestado também sofreram com as diversas investidas do Exército brasileiro. Foi durante o segundo semestre de 1914 que o movimento sertanejo teve seu apogeu. Nesse momento, dominavam uma área de 28 mil quilômetros quadrados, próxima ao tamanho do Estado de Alagoas, onde viviam cerca de vinte mil pessoas (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 199). Concomitantemente a isso, o general Fernando Setembrino de Carvalho foi designado para comandar uma nova expedição do Exército contra os sertanejos. Sua expedição foi a que mais contou com recursos financeiros e teve à disposição a maior quantidade de homens para realizar a repressão. A partir do estabelecimento de um cerco, que contou com o uso de aproximadamente sete mil homens do exército nacional (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 220), além da contratação de

inúmeros civis que auxiliaram na repressão, os sertanejos começaram a sofrer derrotas consecutivas nas quais muitos foram mortos. Setembrino ficou até maio de 1915 no comando das tropas. Após a queda do reduto⁴ de Santa Maria, que representou, na visão dos militares, uma grande vitória das forças oficiais, o comando das tropas foi passado para o Capitão Vieira da Rosa. Coube ao novo comandante coordenar uma pequena força a fim de perseguir alguns sertanejos que ainda restavam, entre eles Adeodato – o último líder sertanejo⁵.

Rodrigues (2008, p. 25), ao indagar sobre quais fatores determinam o fim ou o começo de um conflito, questiona se o principal seria o extermínio em massa do adversário (como ocorrido em Canudos), sua rendição ou ainda a suspensão dos investimentos por parte do Estado nas ações de combate. Por fim, ressalta que nenhum desses fatores é determinante para a definição do marco final. Para historiador, o que define oficialmente o término de um conflito é uma decisão política. No caso da Guerra do Contestado não foi diferente. O seu término poderia ter sido considerado quando ocorreram as consecutivas vitórias das tropas oficiais e a derrubada do reduto de Santa Maria em 1915, mas não se sucedeu dessa maneira. O que ficou definido como o marco final foi o ano de 1916, ano em que cessou a disputa pela jurisdição da região entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná cessou e, também, em que Adeodato foi preso. Logo, o fim foi apenas para o conflito armado, pois o destino dos sertanejos “foi selado por meio de arranjos políticos delineados pelos velhos inimigos do povo: os mandões locais que viram seus poderes questionados” (RODRIGUES, 2008, p.25).

Enquanto o marco final da Guerra do Contestado remonta ao ano da assinatura do acordo de limites, em 1916, o seu marco inicial vem sendo remetido à manhã de 22 de outubro de 1912, na qual o “[...] brioso Coronel João Gualberto, [...] caiu, como um bravo que era, nos desfiladeiros do sertão do Irani” (PARANÁ, 1913, p. 20), após entrar em confronto com inúmeros sertanejos liderados pelo monge José Maria, como Carlos Cavalcanti destaca em seu relatório. Observa-se que enquanto o marco final do conflito é permeado de debates, isso não ocorre em seu marco inicial. Portanto, é justamente esse confronto que buscamos revisitar e analisar no presente trabalho.

Desta forma, para melhor compreendê-lo, as análises que seguem nas próximas páginas partem da concepção de que os participantes desse episódio foram sujeitos ativos de sua própria história. Através disso, almejamos analisar o confronto não somente como uma consequência das ações das tropas do Regimento de Segurança do Paraná, mas sim como

⁴ Termo militar para designar as vilas (RODRIGUES, 2008, p.34) onde os sertanejos habitavam durante o período da guerra.

⁵ Para saber mais sobre as lideranças sertanejas no conflito, consultar Machado (2004).

esses personagens estavam relacionando-se com as diversas mudanças que vinham ocorrendo no Brasil, em especial no interior dos Estados de Santa Catarina e do Paraná, na tentativa de explicar quais as motivações podem ter levado à ocorrência da Batalha do Irani.

Por estarmos tratando do marco inicial da Guerra do Contestado (1912 – 1916), buscamos estabelecer no primeiro capítulo deste trabalho, *Entre textos, fontes e métodos: os caminhos percorridos para construir uma pesquisa*, uma reflexão sobre como a Batalha do Irani foi mencionada anteriormente na historiografia. Como dificilmente se encontrará alguma obra sobre a Guerra do Contestado que não aborde esse evento em específico, mesmo que em poucas páginas, no subcapítulo 1.1, sob o título de *Episódios da guerra: A Batalha do Irani na historiografia da Guerra do Contestado*, optamos por destacar o que consideramos as principais influências e os marcos historiográficos do Contestado, apontando suas contribuições para o estudo. Por fim, trazemos alguns estudos que tratam especificamente da *Batalha* e explicitamos como o proposto neste trabalho difere-se das abordagens anteriores, justificando-se assim a relevância do presente estudo. No subcapítulo 1.2 *Construindo história a partir de um único evento: algumas perspectivas metodológicas*, buscamos realizar algumas ponderações sobre como as concepções oriundas da micro-história italiana influenciaram a construção da problemática de pesquisa, bem como os métodos de análise que nortearam o trabalho com as fontes, constituindo-se como um espaço privilegiado para explorarmos a riqueza da documentação coletada durante a realização da dissertação.

Diferentemente do que dizia o governador paranaense aos seus correligionários, alegando que os episódios relacionados à *Batalha do Irani* começaram a ocorrer em meados de outubro de 1912, sabe-se que o caso ganhou notoriedade a partir dos telegramas redigidos pelo Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque no final de setembro daquele ano. Sob a acusação de que estaria em curso um movimento monarquista em Curitiba, tropas do Regimento de Segurança de Santa Catarina foram enviadas para a região. Desta forma, foi através dos telegramas e das matérias publicadas, sobretudo na imprensa catarinense, que começamos a construir as análises presentes no segundo capítulo, *O coronel falou e a imprensa propagou: através de telegramas e notícias a República é ameaçada*, na busca de compreender como as matérias justificavam a necessidade da ocorrência de uma ação militar. Contudo, julgamos que um estudo de trajetória, apresentando quem era o coronel Albuquerque e o monge José Maria, tão mencionado nas páginas da imprensa naquele período, fosse o mais benéfico para compreender os acontecimentos envolvendo a presença do Monge em Curitiba. Foram essas concepções que elaboramos no subcapítulo *Nem tudo*

são flores na vida de um coronel: a trajetória de Francisco Ferreira de Albuquerque, trecho do trabalho no qual buscamos apresentar quem era o coronel Albuquerque, partindo de sua ascensão política em 1902. Nele analisamos como sua atuação permite compreender o contexto em que vivia, quais os problemas que vinha enfrentando como Superintendente de Curitiba ao longo dos anos e sob que circunstâncias o seu domínio local chegava no segundo semestre de 1912. No subcapítulo 2.2, *“As gentes do interior estão desde João Maria, esperando um outro messias”*: uma trajetória possível do monge José Maria apresentamos um estudo sobre as origens de José Maria na historiografia e nas fontes, já que elas variam de autor para autor. Aliado ao estudo da trajetória de José Maria, propomos um debate sobre a importância e a tradição dos monges na região, a religiosidade cabocla e como esses e outros aspectos nos ajudam a compreender a sua presença em Taquaruçu. Ambos os estudos levam à realização do subcapítulo 2.3 que encerra o segundo capítulo, *Entre solidariedades e hostilidades: a presença de monge José Maria em Taquaruçu (SC) e os conflitos com o coronel Albuquerque em agosto e setembro de 1912*. Depois de vermos os percalços vividos pelos dois indivíduos centrais da narrativa, partimos do período em que ambos encontram-se em Curitiba para estudar quais fatores contribuíram para que uma festa religiosa se tornasse um problema de polícia através de uma análise sobre a influência das relações sociais dos principais agentes envolvidos nesse episódio. Esse tópico ainda é dedicado a abordar as decisões de José Maria em ir para o Paraná e as tentativas das forças oficiais em capturá-lo.

Dando continuidade ao trabalho, o terceiro capítulo, *Fuga ou invasão? A presença de José Maria no território paranaense*, versa sobre a chegada de José Maria, acompanhado de quarenta homens, no Faxinal do Irani, localizado no Paraná, abordando principalmente através da imprensa como as elites paranaenses reagiram e interpretaram a chegada do monge no Estado que dirigiam. Traçando uma narrativa sobre a movimentação das tropas, propomos uma análise dos significados e abordamos a questão de limites e as supostas acusações de que estaria ocorrendo uma “invasão” catarinense ao território paranaense. Em *Entre conselhos e ameaças, uma tentativa de evitar o derramamento de sangue*, subcapítulo 3.1, retrocedemos cronologicamente até a instalação do acampamento de José Maria no Faxinal dos Fabricios, buscando analisar o papel das relações sociais do Monge com os moradores da região, discutindo a aglomeração em sua volta e o que pode ter levado inúmeras pessoas a irem ao seu encontro. Ademais, refletimos o impacto da Companhia Frigorífica e Pastoral Brasileira e as mudanças realizadas em relação às concepções de propriedade da terra,

a fim de pontuar sua possível influência, destacando o papel desempenhado pelo Coronel Domingos Soares nas tentativas de negociar com José Maria a sua dispersão com a finalidade de evitar o confronto. No subcapítulo 3.2 que fecha o capítulo e encaminha a narrativa para seu momento derradeiro, denominada “*O comandante mandou preparar as alças para amarrar os caboclos*”: *os preparativos para o ataque*, buscamos abordar o regresso do Coronel Domingos Soares e de sua comitiva ao acampamento do Regimento de Segurança. Também analisamos a trajetória de vida de João Gualberto, visando compreender o que o levou a tomar a decisão de atacar o acampamento de José Maria, mesmo com os avisos de que essa seria uma atitude imprudente. Promovemos ainda um debate sobre as ações que foram realizadas por José Maria após o acordo de dispersão e os seus significados, bem como os preparativos feitos no acampamento do Regimento de Segurança para o ataque.

No quarto e último capítulo, através dos relatos dos próprios participantes, propomos uma narrativa do confronto entre os sertanejos e as tropas oficiais, visando dar voz às visões dos próprios participantes. Essa construção narrativa compõe “*Foi assim que o Irani serviu de cancha de guerra*”: *o combate de 22 de outubro de 1912*. Nela avançamos cronologicamente até o confronto entre os sertanejos liderados por José Maria e as tropas comandadas pelo Coronel João Gualberto e seus comandados. Iniciamos esse capítulo com a marcha das tropas até o local do confronto e a forma como ele ocorreu. Diante de uma construção preponderantemente narrativa como proposto no tópico anterior, elaboramos o subcapítulo 4.1 *Não tivemos outro jeito: Ou morríamos ou nos defenderíamos* para analisar o modo em que o confronto ocorreu, tentando compreender as estratégias de João Gualberto ao atacar o acampamento do monge e quais os seus significados; por outro lado, como as possíveis origens de José Maria podem contribuir no entendimento das estratégias por ele adotadas no confronto e quais os seus significados. Por fim, encerramos o presente trabalho discutindo por quais razões o monge José Maria foi seguido por inúmeras pessoas em um confronto com a força pública paranaense. Por fim, encerramos as análises do presente trabalho, no subcapítulo 4.2 denominado “*Para quem restar fica a herança que há de servir como lembrança*”, discutindo por quais razões o monge José Maria foi seguido por inúmeras pessoas em um confronto com a força pública paranaense⁶.

⁶ Salienta-se que parte do título do subcapítulo 2.2 foi extraído de uma matéria publicada no jornal Folha do Comercio, de Santa Catarina, em 27 de setembro de 1912. Parte do título do subcapítulo 3.2 foi extraído de um depoimento contido no Processo de Guerra 806. Enquanto parte do título do capítulo 4 e parte do título do subcapítulo 4.2 foram extraídos das décimas de Antônio Fabricio das Neves. As décimas são espécies de poemas que guardam a memória local, colhidas por Euclides Fellipe da Cunha em suas viagens pela região, estão presentes em sua obra Fellipe (1995) e foram usadas por muitos pesquisadores, entre eles Ivone Gallo (1999) e

1. Entre textos, fontes e métodos: os caminhos percorridos para construir uma pesquisa

Nas páginas que seguem buscamos mostrar os caminhos percorridos na construção da presente dissertação. Em virtude disso, dividimos o presente capítulo em duas partes. Na primeira delas, estabelecemos uma revisão bibliográfica, destacando as mudanças ocorridas na historiografia do Contestado ao longo dos últimos 100 anos e como diferentes estudos mencionaram a Batalha do Irani. Ressaltamos que, inevitavelmente, alguns importantes autores não foram citados nominalmente no decorrer dessa revisão historiográfica, pois citar todos os profissionais que produziram e seguem produzindo pesquisas sobre o Contestado constitui-se como tarefa quase impossível diante do grande número. Entretanto, essa escolha não desconsidera o quanto esses trabalhos foram fundamentais ao longo dessa pesquisa. A segunda parte desse capítulo origina-se a partir das inquietações e problemas enfrentados na construção do campo teórico-metodológico da pesquisa. Desta forma, as reflexões nele estabelecidas são frutos das ponderações realizadas a partir das contribuições metodológicas da micro-história. Ainda, buscamos apresentar as fontes que compuseram essa pesquisa, para que, quando utilizadas e instrumentalizadas, os leitores já tenham familiaridade com elas e saibam um pouco de suas potencialidades.

1.1 Episódios da guerra: a Batalha do Irani na historiografia da Guerra do Contestado

É certo que, ainda em 1912, através do uso de uma série de termos pejorativos para designar os sertanejos envolvidos e ao mesmo tempo enaltecendo as forças que foram enviadas para reprimir o movimento e caracterizando José Maria como um “falso monge”, a imprensa criou sua narrativa sobre o conflito que havia ocorrido no Faxinal do Irani em 22 de outubro de 1912⁷. Assim como ela elaborou uma interpretação sobre a Batalha do Irani, diversos indivíduos também o fizeram, trazendo-a como o marco inicial da guerra. Após seu fim em 1916, começaram a aparecer os primeiros escritos sobre o conflito no interior de Santa Catarina e Paraná, abordando a Guerra do Contestado. Sendo assim, ao longo dos anos que nos separam temporalmente desses acontecimentos, as mais diversas narrativas foram criadas sobre a Guerra do Contestado e, por consequência, relacionadas à Batalha do Irani, resultando nas mais diversas reelaborações.

Machado (2002). Parte do título do subcapítulo 4.1 foi extraído de um depoimento de Praxedes a um pároco local, contido na obra de Stulzer (1982).

⁷ Para conhecer mais trabalhos que discutam especificamente a imprensa e a Guerra do Contestado, consultar os trabalhos de Dalfré (2014), Witte; Valentini (2018), Woitowicz (2014) e Kunrath (2019).

Provavelmente o primeiro esforço narrativo sobre o conflito tenha sido o relatório do General Fernando Setembrino de Carvalho, apresentado a seus superiores ao findar sua expedição no primeiro semestre de 1915, no qual tinha a pretensão de relatar sua atuação como comandante do Exército durante o conflito, abordando “os detalhes sobre a repressão e a resistência dos rebeldes, incluindo para tanto um grande volume de informações acerca do movimento, da organização do Exército, do valor de seu esforço, etc” (ESPIG, 2011, p. 44). Contudo, as primeiras tentativas de construir uma história sobre a Guerra do Contestado foram realizadas por Dermeval Peixoto, sob o pseudônimo de Clivelaro Marcial, que publicou sua primeira obra sobre o conflito em 1916⁸, e por Herculano Teixeira d’Assumpção, que lançou seu livro em 1917⁹, abrindo, desta maneira, uma série de escritos produzidos por militares, o que Rodrigues (2008) classifica como “historiadores de farda”.

Através dessa denominação, Rodrigues (2008) enquadra as obras escritas pelos militares que estiveram no *front* de batalha durante a guerra. Por mais que algumas dessas obras tenham sido iniciadas no decorrer do conflito e as lembranças dos acontecimentos vividos pelos autores as terem influenciado, suas propostas são de construir uma história da Guerra do Contestado. Desta forma, na mesma medida em que apresentam um tom memorialístico, é possível perceber a utilização de referenciais teórico-metodológicos em suas produções, ligado às antigas concepções paradigmáticas da história militar, características do tempo em que redigiram seus livros. Talvez o grande mérito desses militares tenha sido a preocupação em utilizar nos seus textos fontes que teriam coletado durante suas atuações no conflito, almejando a “imparcialidade” e visando uma “verdade” de suas informações (RODRIGUES, 2008, p. 105 – 109).

Mesmo que até a década de 1930 a predominância seja de produções de cunho militar, com o passar dos anos e com o aumento do distanciamento cronológico diversas obras sobre a Guerra do Contestado foram vindas a público. Uma das primeiras obras que fugiu das concepções ligadas aos historiadores de farda foi *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*, de Aujor Ávila da Luz, publicado originalmente em 1951 e reeditado em 1999. Mesmo reproduzindo uma série de preconceitos ao se referir sobre os sertanejos, sua obra traz importantes informações sobre a guerra. Luz (1999), ao abordar a Batalha do Irani, nos fala que foi José Maria quem, em quatro meses no território catarinense, acendeu “[...] a tocha da rebelião entre os caboclos fanatizados de João Maria” (LUZ, 1999,

⁸ Ressalta-se que Dermeval Peixoto publicou primeiramente sua obra em três volumes, respectivamente, em 1916, 1918 e 1920, sob o pseudônimo de Clivelaro Marcial (ESPIG, 2011, p.35). Em 1995, sua produção foi relançada, a qual utilizamos no presente trabalho.

⁹ Assim como Dermeval Peixoto, D’Assumpção lançou um segundo volume em 1918.

p.152 – 153). Ao aparecer em Campos Novos afirmando ser irmão do “velho” monge João Maria, fez sucesso com seus atos de curandeirismo. Tal reconhecimento o levou a receber o convite para dirigir-se a Taquaruçu. No povoado, seguiu sendo procurado por “uma turba heterogênea de crentes, supersticiosos, doentes” (LUZ, 1999, p.156), que vinha buscar a cura junto ao monge.

Durante sua estadia em Taquaruçu, José Maria instigava a população local contra o regime republicano e solicitava auxílio para restaurar a monarquia e dividia seu tempo entre medicar os enfermos, dirigir rezas, exercitar “[...] os seus homens no manejo dos facões e das Winchester e, nas horas vagas, contava, em grupos, narrativas sagradas e histórias do imperador Carlos Magno” (LUZ, 1999, p. 157). Ainda, vinte e quatro caboclos “formavam a guarda de honra do monge, que, interpretando, das suas leituras do livro predileto, a dignidade de ‘par’ como sendo uma dupla, intitulou-os de ‘Doze Pares de França’” (LUZ, 1999, p. 157). Para o autor, seus planos de implantar um regime monárquico, começando com a tomada da vila de Curitiba, foram frustrados ao saber que tropas policiais se preparavam para lhe atacar. Com isso, José Maria decidiu abandonar Curitiba e dirigiu-se para a região de Palmas, estabelecendo-se na localidade do Irani.

Concomitante à sua chegada no território paranaense, uma nova remessa de tropas foi enviada em sua perseguição. Dessa vez, eram os oficiais paranaenses que estavam se mobilizando. Luz (1999) atenta-nos que, ao saber da aproximação das tropas paranaenses, o monge tentou solucionar a situação de forma pacífica. Entretanto, o comandante coronel João Gualberto, responsável pelas tropas que estavam na região, recusou-se e decidiu atacar o seu acampamento. Diante da aproximação das tropas, José Maria teria reunido os seus seguidores e anunciado: “se eu morrer, ressuscitarei e trarei uma força de cavalaria do céu para matar todos os peludos e todos os que não forem da lei da monarquia! Os irmãos que morrerem ressuscitarão e poderão brigar com dez soldados e hão de vencer!” (LUZ, 1999, p. 161). Depois da fala, o monge e seus seguidores seguiram ao encontro da força e estabeleceram o combate, no qual ele veio a óbito.

Oswaldo Cabral vinha estudando a história de Santa Catarina desde meados dos anos 30 e suas pesquisas geraram uma série de livros sobre a história do estado. Contudo, sua publicação mais notória acabou sendo *João Maria: interpretações sobre a campanha do Contestado* de 1960, relançada em 1979 sob o título de *A Campanha do Contestado*, a qual usaremos no presente estudo. Dividindo sua obra em três partes, antes, durante e depois da Guerra do Contestado, o autor promove um extenso debate sobre a disputa de limites entre os

Estados do Paraná e de Santa Catarina e analisa a devoção e o surgimento da figura dos monges João Maria e José Maria e as permanências da devoção no monge João Maria mesmo após o término do conflito. Cabral ainda atribui aos ex-trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande teriam influenciado os sertanejos, já que “transmitiram toda a gama de males que caracterizam as doenças sociais, pois eles também eram [...] marginais sociais das sociedades urbanas” (CABRAL, 1979, p. 203).

Ao abordar a figura de José Maria, Cabral afirma que o monge realizou diversos batizados inspirado pelo livro das histórias de Carlos Magno e deu nome a diversas pessoas de “Oliveiros”, Urgéis e “Ricartes”, todos personagens desse livro. Assim como Luz (1999), Cabral nos fala que José Maria, além de ter organizado o acampamento e o denominado de Quadros Santos, instituiu as práticas de formas e criou uma escolta com 24 homens denominada “Pares de França” (CABRAL, 1979, p. 181). Segundo Cabral (1970), a aglomeração que começava a surgir em volta do monge já causava apreensão aos coronéis locais¹⁰, em virtude da disputa de quem iria se beneficiar do prestígio de José Maria. Devido a isso, surgiu a necessidade da intervenção das forças oficiais de Santa Catarina, tendo sido papel da polícia catarinense convencer José Maria a se retirar com seus seguidores para o Estado do Paraná. Diante do seu ingresso em território paranaense, o primeiro conflito armado da Guerra do Contestado ocorreu.

Ao contrapormos as informações contidas nas obras de Luz (1999) e Cabral (1970) podemos perceber a grande similaridade entre as explicações que ambos os autores buscam dar especificamente no que tange os acontecimentos envolvendo a Batalha do Irani; seu grande ponto de divergência consiste na análise dos motivos que teriam causado a mobilização da força pública de Santa Catarina que levaram José Maria a sair de Taquaruçu e dirigir-se para o estado paranaense. Para Luz (1999), as tropas policiais tinham sido mobilizadas devido aos riscos de ataque que a vila de Curitiba estava correndo, uma vez que para José Maria cumprir seu objetivo de “[...] implantar a monarquia: devia assaltar e ocupar a vila de Curitiba. Cairia assim o primeiro baluarte do regime republicano” (LUZ, 1999, p. 157). Contudo, para Cabral (1970), os motivos estariam relacionados a uma possível ligação de José Maria com um adversário político de Albuquerque ou, ainda, uma suposta recusa do monge em atender-lhe é que teria despertado a ira do coronel e conseqüentemente a mobilização militar.

¹⁰ Oswaldo Cabral refere-se nesse ponto de seu trabalho especialmente aos coronéis Francisco Ferreira de Albuquerque e Henriquinho de Almeida.

As informações contidas nas obras de Luz (1999) e Cabral (1970) tiveram grande influência nas obras posteriores. Ainda na década de 1950, começaram a vir a público as primeiras obras de cunho acadêmico, pelo menos construídas mais próximas às concepções que adotamos atualmente nos programas de pós-graduação do Brasil. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957), com a publicação de *La "Guerre Sainte" au Brésil: Le mouvement Messianique du "Contestado"*, marca o início dos estudos sobre o Contestado no meio acadêmico. A partir de sua publicação, veio uma série de estudos de cunho sociológico, dando os primeiros passos na tentativa de compreender a Guerra do Contestado sem as concepções etnocêntricas e o emprego de termos pejorativos para se designar ao movimento e a seus participantes, como até então vinha ocorrendo nos estudos que propunham-se a analisar o conflito.

Após ter realizado viagens pela zona onde se desenrolou a guerra e ter entrevistado alguns dos sertanejos participantes, em 1966, Vinhas de Queiroz lançou a obra *Messianismo e conflito social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916)*. Sua narrativa reconstrói os principais momentos do conflito, além de abordar aspectos formadores da região como a estrutura social, a tradição nos monges, a composição geográfica, a questão de limites, entre outros pontos. No quarto capítulo, Vinhas de Queiroz se propõe a analisar a Batalha do Irani, procurando desvendar os mistérios da origem de José Maria, e aborda os acontecimentos que sucederam o "Combate do Irani". Esse pesquisador informa que José Maria teria sido convidado para a festa do Senhor Bom-Jesus, a qual era realizada anualmente em Taquaruçu, interior de Curitibanos (SC). Acabada a festa, muitas pessoas resolveram permanecer no local e, com isso, José Maria supostamente "[...] promoveu uma guarda de honra, composta de 24 homens e mais o comandante, com a denominação de Doze Pares de França, todos montados em cavalos brancos" (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 88); reafirmando o já trazido por Luz (1999) e Cabral (1970).

É interessante notar que Vinhas de Queiroz (1966) traz em sua obra a ideia de que devido ao desentendimento entre o Coronel Albuquerque e o monge, este acabou sendo perseguido pelas forças do Regimento de Segurança de Santa Catarina. Com essa afirmação, o sociólogo sustenta a visão de Cabral (1970) de que os motivos que fizeram o monge ser perseguido foram os problemas com Albuquerque, considerando a suposta iniciativa de atacar a vila de Curitibanos para derrubar a República apenas como uma farsa, como defende Luz (1999). Para Vinhas de Queiroz (1966), foi sob essas circunstâncias que José Maria teria

realizado sua fuga para o Estado do Paraná, onde posteriormente desenrolou-se o confronto com as tropas do Regimento de Segurança do Paraná.

Em suas conclusões, ressalta que o Contestado se configura como “um movimento messiânico de tipo clássico”, caracterizando-o como

[...] todo aquele em que um número maior ou menor de pessoas, em estado de grande exaltação emotiva, provocada pelas tensões sociais, se reúnem no culto a um indivíduo considerado portador de poderes sobrenaturais, e se mantem reunidas na esperança mística de que serão salvas de uma catástrofe universal e (ou) ingressarão ainda em vida num mundo paradisíaco: a terra sem males, o reino dos céus, a cidade ideal... (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 287).

Para esse autor, os seus participantes teriam uma falsa consciência dos problemas que enfrentavam (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 285 - 286), uma vez que o messianismo se constituiria em uma revolta alienada que, em determinados momentos, quando alguns limites não são considerados, pode ser vista como “autista” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 290), na medida em que seus membros se isolam da realidade.

É preciso ressaltar que o Contestado não foi uma revolta alienada, conforme defende Vinhas de Queiroz (1966). Pesquisas mais recentes mostram-nos que os sertanejos que se envolveram nos episódios relacionados à Guerra do Contestado demonstravam clareza das suas necessidades e das dificuldades em que enfrentavam, bem como o lugar reservado ao exercício de sua religiosidade. Assim, eles sempre souberam quem era seu inimigo. Dessa forma, seus ataques muitas vezes foram direcionados a estes alvos. Podemos perceber a clareza que tiveram em relação aos seus inimigos através dos ataques às estações da EFSPRG, aos saques e queimas de propriedades de grandes fazendeiros e chefes locais, entre outros episódios pontuais do conflito que transparecem os alvos dos sertanejos, principalmente entre os anos de 1913 e 1915. “A própria visão construída de monarquia representava uma reprovação aos governos republicanos nos planos estadual e nacional, que davam sustentação a esta situação e a este conjunto de políticas” (MACHADO, 2004, p. 34 - 35).

Foi através da publicação de *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado* que os sertanejos que lutaram na guerra passaram a ser entendidos como indivíduos. A obra de Duglas Monteiro (1974) não tem preocupação com a cronologia histórica dos acontecimentos, organizando-a em três partes: “O desencantamento do Mundo”, “O reencantamento do Mundo” e “Perspectivas e Conclusões”. Nela, destaca que é preciso conduzir a investigação entendendo que os sertanejos do Contestado construíram um projeto de mundo a partir de suas referências histórico-sociais, calcados em valores passados e que, naquele momento, encontravam-se em declínio devido às transformações que vinham

ocorrendo no Brasil com o advento republicano. “Assim, este importante autor abriu o caminho para o entendimento dos sertanejos pelo que foram e pelo que construíram” (MACHADO, 2016, p. 22).

No que tange à obra de Monteiro em relação à Batalha do Irani, não há uma narrativa sobre tal acontecimento, até pelo fato de essa não ter sido uma de suas preocupações na construção da obra. O autor chama a atenção que a suposta proclamação monárquica em Curitiba feita por José Maria, em 1912, não passaria de uma desculpa para a intervenção policial, já que o coronel situacionista se sentia ameaçado por aquele agrupamento, por estarem incluídos nele alguns de seus adversários políticos, ressaltando que esse episódio “atesta ainda a posição insegura do mandonismo local” (MONTEIRO, 1974, p. 29). Afirma ainda que a ida de José Maria para o território sob jurisdição paranaense não teria sido interpretada pelos coronéis de Palmas como uma invasão catarinense. Inclusive, estes coronéis, ligados à oligarquia paranaense, teriam tentando convencer o comandante da expedição a não atacar os sertanejos, pois um entrechoque entre ambos os grupos poderia prejudicá-los eleitoralmente (MONTEIRO, 1974, p.29).

Como ressalta Machado (2016), é a obra de Monteiro que vai marcar uma nova concepção nos estudos sobre o movimento do Contestado. Com isso, durante os anos 80, uma série de pesquisas sobre o tema foram desenvolvidas e as influências das obras destes três sociólogos, Queiroz (1957), Vinhas de Queiroz (1966) e Monteiro (1974), são perceptíveis nas novas produções. Foi durante esse contexto que Marli Auras lançou *Guerra do Contestado: a organização da irmandade caboclo*, publicado em 1984 e reeditado em 1995. Rosângela Cavallazzi, também nesse período, elaborou *Terras Públicas e Particulares – O impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da “Brazil Railway Company” no meio oeste catarinense)* (1983). Ademais, Nilson Thomé publicou *Trem de ferro: história da ferrovia no contestado* (1983). Ambos os estudos se constituem como alguns exemplos, entre tantos possíveis de serem citados, para ressaltarmos a crescente produção sobre a temática ao longo dos anos. As publicações realizadas pelo brasilianista Todd Diacon (1991), por Ivone Galo (1992), Delmir Valentini (1998), Márcia Espig (1998) e tantos outros, nos mostram a profusão de pesquisas sobre aspectos pontuais do Contestado, criando estudos inovadores.

Os anos 2000 deram continuidade aos estudos sobre a Guerra do Contestado, seguindo o caminho trilhado pelos pesquisadores antecedentes. Certamente o trabalho mais notório do período foi o de Paulo Pinheiro Machado, que publicou o livro *Lideranças do Contestado* em

2004, fruto das reflexões estabelecidas na elaboração de sua tese de doutorado defendida em 2001. Sua obra tornou-se um grande marco nos estudos sobre a guerra, tratando da formação da região, dos contatos entre colonos e índios, da importância do caminho das tropas e da organização social da zona contestada. Seu objetivo foi analisar as origens sociais, a formação e a atuação política dos líderes sertanejos, principalmente entre os anos 1914 e 1916, período do conflito que o autor denomina de o “tempo do jaguncismo”, quando os enfrentamentos entre sertanejos e forças oficiais aumentam e o cerco comandado pelo General Setembrino de Carvalho é imposto contra os sertanejos, além de analisar as primeiras lideranças religiosas e a influência dos monges no cotidiano dos caboclos.

Este pesquisador também dedica algumas páginas para comentar sobre os acontecimentos que envolvem a Batalha do Irani, mostrando o que levou José Maria a ser perseguido pelas tropas do Estado de Santa Catarina e se dirigir à região do Irani, bem como apontando que João Gualberto saiu de Curitiba com ordens claras de não apenas dispersar o movimento, mas de levar consigo alguns sertanejos para que eles desfilassem pelas ruas de Curitiba. Também destaca que no “[...] Irani havia muita tensão acumulada em torno da disputa de terras com uma companhia frigorífica, que estava ameaçando açambarcar as terras de fazendeiros e pequenos sitiantes da região” (MACHADO, 2004, p. 183), informação já trazida por Vinhas de Queiroz (1966). Entretanto, não partilha com esse autor na ideia de que José Maria teria organizado uma tropa de elite dos *pares de frança*, defendendo a hipótese de que essa organização só iria existir no desenrolar posterior da guerra, assumindo diferentes organizações ao longo do conflito.

A presença da Gesta Carolíngia no Movimento do Contestado marca o início de Márcia Janete Espig nas pesquisas sobre a Guerra do Contestado. Seu livro lançado em 2002 é fruto de pesquisas para a realização de sua dissertação de mestrado em História pela UFRGS¹¹. Nele a autora busca compreender o impacto que a História de Carlos Magno teve no Contestado, concluindo que a “[...] gesta carolíngia fez sentido dentro de um certo contexto histórico, reforçando e ampliando significações várias. Entretanto, ao encerrar-se aquele evento, a gesta, enquanto sólida influência cultural não foi capaz de sobreviver” (p, 224). Ao traçar dois caminhos para a inserção dessa história na região, tal autora aponta para a possibilidade de que a inserção do livro sobre Carlos Magno na região do Contestado não tenha ocorrido por José Maria e sim por outro indivíduo. Por consequência disso, seria

¹¹ A defesa de sua dissertação ocorreu no ano de 1998, porém na presente obra utilizaremos seu livro de 2002. Em 2008, Márcia Janete Espig também defendeu sua tese de doutorado, que foi lançada em livro no ano de 2011, a qual usaremos.

somente no segundo Taquaruçu que a influência das História de Carlos Magno seria mais presente no movimento e a organização dos *pares de França* teria sido realizada (ESPIG, 2002, p.169 – 174), discordando assim de autores como Vinhas de Queiroz e Oswaldo Cabral.

Ao final de seu primeiro livro, já é possível verificar alguns sinais do que seria o próximo objeto de estudo desta pesquisadora. Ao partindo das inquietações sobre o papel exercido pelos ex-trabalhadores da EFSPRG no conflito, já que geralmente eram apontados como os indivíduos que haviam trazido para a região os aspectos marginais devido a suas origens, Espig propõe-se a estudar a construção da linha sul dessa ferrovia. Além de uma extensa revisão bibliográfica sobre a Guerra do Contestado, ao término de seu livro *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908 – 1915)*, de 2011, conclui que a participação dos indivíduos que trabalharam na construção da ferrovia não foi tão grande como era até então apontada na historiografia. Assim, entende que diversos trabalhadores eram imigrantes ou contratados na região sul e, com o término da construção, foram destinados a outras obras ou regressaram para suas colônias de origem, tendo sido poucos os que permaneceram no território do Contestado.

O livro *A Guerra Santa Revisitada*, lançado conjuntamente por Márcia Espig e Paulo Pinheiro Machado em 2008, nos permite visualizar um pouco das pesquisas que vinham sendo realizadas na primeira década dos anos 2000. A coletânea de artigos reuniu textos de pesquisadores como Rogério Rosa Rodrigues, Tarcísio Motta de Carvalho, Ivone Gallo, Telmo Marcon, Liz Andréa Dalfré, Fernando Tokarski e outros mais. A partir de 2012, com o centenário da guerra, houve um significativo aumento de pesquisadores dedicados a estudar o movimento. Desde então, os interesses de pesquisa sobre o Contestado foram sendo ampliados cronologicamente em relação às temáticas de questão de limites, da povoação, da presença indígena na região, da tradição dos monges, das relações entre Contestado e ensino, entre tantas outras que vem sendo exploradas por inúmeros pesquisadores das mais distintas áreas do conhecimento. Em um texto publicado recentemente, Machado (2016) mapeou grande parte da riqueza historiográfica que tratamos aqui de forma parcial.

Ressalta-se que concomitante aos trabalhos acadêmicos, o Contestado seguiu sendo objeto de interesse dos mais variados autores, circunstância que marca a heterogeneidade das narrativas sobre o Contestado e que pode ser constatada no livro *100 anos do Contestado* de 2013. Autores como Aureliano Pinto de Moura seguiram propondo obras que se aproximam muito das características dos historiadores de farda. A obra desse autor apresenta uma grande quantidade de termos pejorativos, concepção já superada nos estudos acadêmicos sobre o

Contestado, e exalta a atuação das forças militares. Para Rodrigues (2008), seu livro foi claramente inspirado na obra de Dermeval Peixoto (1995), entretanto diferentemente do autor que o inspirou, o livro de Moura (2003) não apresenta nenhuma novidade em termos de pesquisa documental.

Em relação aos episódios envolvendo a Batalha do Irani, Moura (2003) realiza uma descrição do percurso realizado pelas tropas oficiais e encerra suas observações sobre a Batalha do Irani enaltecendo a figura heroica de João Gualberto através da narrativa de sua morte, na qual mesmo após ser atingido por dois tiros e “[...] apesar de ferido e já moribundo” (MOURA, 2003, p. 80) continuou combatendo os sertanejos, até ser golpeado a facção. Todavia, o autor tem o mérito de destacar que o Estado do Paraná somente via, naquele momento, José Maria como força capaz de uma tentativa de invasão catarinense e, dessa forma, pretendia apenas enviar um contingente do Regimento de Segurança para guarnecer a cidade de Palmas como defesa. Porém, através das insistências de Gualberto para que fosse enviada uma grande quantidade de tropas, o Governador consentiu a marcha. Desta forma, por mais que exalte a atuação de João Gualberto, apresenta alguns indícios sobre os motivos pelos quais o confronto ocorreu, que não as tradicionais culpabilizações da atuação de José Maria.

Ao longo dessa apresentação historiográfica do Contestado, buscamos evidenciar a heterogeneidade presente nas obras que se propuseram a estudar esse conflito, como mencionado no início desse subcapítulo. Assim sendo, pode-se perceber que algumas obras da historiografia do Contestado, como a de Aureliano Pinto Moura, não acompanharam os avanços teórico-metodológicos e os debates nas diferentes áreas das ciências humanas, como outras se preocuparam. Durante esse percurso, tentamos demonstrar o quão rico e variado pode ser o estudo sobre a Guerra do Contestado, até porque “uma investigação não se justifica apenas pela curiosidade do pesquisador sobre o tema, mas pela virtualidade analítica proporcionada pelo objeto escolhido” (ESPIG, 2019, p. 98). Com isso, depois de vermos como ao longo dos anos algumas obras mencionaram, mesmo que parcialmente, os episódios envolvendo a Batalha do Irani, nos concentraremos nas que fizeram dela seu principal objeto de estudo.

Entre as publicações que se dedicaram a dar grande destaque ou analisar exclusivamente a Batalha do Irani destacamos o livro o *Combate do Irani* (1998), de João Alves da Rosa Filho. O autor, através de pesquisas realizadas no Museu da Polícia Militar do Paraná, produziu uma série de livros sobre o envolvimento dessa corporação nos conflitos ao longo de

sua existência, entre eles a obra supracitada, a qual enaltece os feitos da Regimento de Segurança na repressão dos movimentos sociais, tratando José Maria como um falso monge e o responsável por organizar os *pares de frança*, o quadro santo e armar alguns sertanejos. Através das ordens do dia do Regimento de Segurança, Rosa Filho (1998) reconstrói a trajetória das tropas diariamente entre o dia 13 e 22 de outubro e relata os avisos que João Gualberto teve para não realizar o ataque ao acampamento do monge, porém, não problematiza o que o levou a tomar tal decisão, atitude frequente em sua análise, que por vezes se preocupa somente com a narrativa dos acontecimentos. Ao abordar a troca de tiros, no que o escritor militar chamou de *O Sangrento combate do Irani*, ressalta que mesmo diante da desvantagem numérica as forças oficiais se portaram de forma exemplar e heroica. Pode-se considerar que suas análises seguem uma “corrente interpretativa” do Contestado, guiadas pelos historiadores de farda e que marcam uma determinada visão sobre a Guerra do Contestado, constituindo-se como uma corrente alternativa às publicações acadêmicas. Nessa perspectiva, assim como as obras escritas pelos militares que combateram o Contestado tinham a preocupação de exaltar os feitos militares, a obra de Rosa Filho possui como necessidade exaltar os feitos do regimento de segurança e relativizar a derrota dos comandados pelo Coronel João Gualberto no confronto do Irani.

O jornalista e historiador Celso Martins, em *O mato do tigre e o campo do gato: José Fabricio das Neves e o Combate do Irani* (2007), dedicou metade de sua obra para abordar os acontecimentos relacionados à Batalha do Irani. Ao analisar o processo crime contra José Fabricio das Neves e outros, gerado em 1913, visando esclarecer os fatos ocorridos na localidade do Irani no dia 22 de outubro de 1912, aborda a batalha sem uma preocupação cronológica dos episódios, dando destaque às vozes dos participantes do conflito. Fazendo da *Batalha do Irani* um prelúdio para abordar a biografia de José Fabricio das Neves, apontado como uma pessoa próxima ao monge e morador que deu abrigo a José Maria no Irani em 1912, sua obra contribuiu para entender tal personagem e sua influência no confronto com as forças do Regimento de Segurança do Paraná.

Em sua dissertação de mestrado *A batalha do Irani: o diabo na rua, no meio do redemoinho* (2002), Celso Vianna buscou, também através do processo gerado em 1913 (o mesmo utilizado por Celso Martins), analisar os acontecimentos do dia 22 de outubro de 1912. O antropólogo realizou um estudo com base nas aproximações entre antropologia e história, visando uma interpretação que tem como objetivo compreender a perspectiva do outro, através de uma investigação que buscava a reconstituição dos indivíduos em suas

condições de agentes históricos. O pesquisador divide sua dissertação em três partes: “A honra e a luta” é a primeira delas, buscando compreender a visão de mundo dos sertanejos e como ela influencia em suas ações nesse episódio; a segunda recebe o título de “Vida e mito: a passagem ao sagrado” e tem como objetivo central compreender como a *Batalha do Irani* é incorporada na visão de mundo dos caboclos, dessa forma permitindo “a construção de uma ordem sagrada” (VIANNA, 2002, p. 33); a terceira parte de sua obra recebe o título de “Monarquia e festa: revelações barrocas”, momento do texto em que discute a importância e as configurações das festas religiosas no Brasil, apresentando-as como um momento de celebração, no qual José Maria e seus seguidores chegaram a um confronto com as forças oficiais. Vianna (2002) atribuiu grande importância à obra de Carlos Magno e os Doze Pares de França e compartilha a ideia de Vinhas de Queiroz (1966) e Cabral (1979) de que José Maria teria organizado uma guarda com esse nome, além de defender que o monge se inspirou nessa história na organização do combate com as forças oficiais. Todavia, parece não levar em consideração as profundas transformações que aquela sociedade vinha sofrendo. Desta forma, não considera a luta pela posse da terra, nem a obra de Espig (1998) sobre a presença da gesta carolíngia no Contestado.

Evidentemente a *Batalha do Irani* não consiste em um assunto novo nas obras sobre o Contestado. Contudo, uma abordagem como a que estamos propondo no presente trabalho nunca foi realizada. Ao longo dos mais de 100 anos que nos separam de sua ocorrência, muito já foi dito sobre ela, das formas mais diversas possíveis. Nas diferentes abordagens, José Maria já foi considerado um louco; os sertanejos, um bando de fanáticos; João Gualberto, o grande herói que combateu os facínoras nos sertões. José Maria também já foi apontado como um monge que, inspirado nas histórias de Carlos Magno, batizou e organizou os sertanejos para a luta e Gualberto foi o comandante afoito e determinado a prender José Maria. Entre as abordagens já realizadas sobre este episódio da Guerra do Contestado criou-se um certo consenso, fazendo com que informações fossem repassadas de publicação a publicação. Portanto, vejamos a partir das repetições, uma síntese sobre esse episódio.

Propagou-se nas obras do Contestado que em meados de 1911 apareceu na região um monge chamado José Maria (CABRAL, 1979, p. 180), tendo ganhado maior notoriedade a partir da sua presença em uma festa religiosa na região de Curitiba, Santa Catarina (MACHADO, 2004 p. 175). Entretanto, suas origens não conseguiram ser determinadas e diversos pesquisadores apontaram as supostas trajetórias desse homem, conforme se pode constatar nas páginas seguintes. Ao aceitar o convite feito por Manoel Alves de Assumpção

Rocha, Euzébio Ferreira dos Santos, Chico Ventura e Praxedes Gomes Damasceno (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 86 – 87), suposição também repetida por Machado (2004, p. 177), para participar da festa religiosa em Taquaruçu, o monge ganhou ainda mais notoriedade. Sua presença fez com que inúmeras pessoas participassem das festividades e permanecessem acampadas no local da festa mesmo após o seu término. Segundo Cabral (1979), aproveitando desse ajuntamento teria organizado o acampamento e o denominado de quadro santos e as formas, afirmação que Machado (2004) discorda.

Diante da aglomeração em torno de José Maria, o governo catarinense ordenou que tropas do regimento de segurança se dirigissem para a região. Segundo Vinhas de Queiroz (1966), teria sido uma desavença com o superintendente municipal de Curitiba. Conforme Luz (1999), as causas da remessa de forças teriam origem numa proclamação monárquica feita na região e a ameaça de ataque a vila de Curitiba. Machado (2004) aponta que os ideais monárquicos atribuídos aos sertanejos não passavam de um exagero do Coronel Albuquerque e seus correligionários tinham conhecimento disto. Independentemente das motivações, as tropas oficiais começaram a se dirigir pra Curitiba e, ao tomar conhecimento, José Maria decide sair de Santa Catarina rumo ao Estado do Paraná, atravessando o Rio do Peixe e entrando em território sob jurisdição paranaense.

No Paraná, José Maria imediatamente chama a atenção das autoridades desse Estado e uma nova remessa de tropas é destacada para seguir em sua direção. O monge e seus seguidores estavam localizados no Faxinal do Irani, localidade de Palmas, tendo sido essa a direção tomada pelas tropas do Regimento de Segurança sob o comando do Coronel-comandante João Gualberto. Após a realização da marcha, uma conferência de paz aconteceu entre o Superintendente de Palmas e o Monge e nesta ambos teriam acordado com a dispersão que não ocorreu. Na manhã do dia 22 de outubro, houve o confronto entre as forças comandadas por João Gualberto e pelo Monge José Maria, sendo esse justamente o episódio que posteriormente os historiadores passaram a considerar como o estopim da Guerra do Contestado. Para Vianna (2002), José Maria inspirado na história de Carlos Magno, organizou seus seguidores e se dirigiu ao combate, fazendo do confronto um ritual, pois desejava ser lembrado. Machado (2004) e, Vinhas de Queiroz (1966) apontam que os sertanejos não queriam lutar, afirmando que o combate ocorreu muito por conta de João Gualberto e por sua intenção de levar os sertanejos amarrados para desfilar pelas ruas de Curitiba.

As controvérsias em relação a *Batalha do Irani* são frutos dos métodos, intenções de pesquisas e interpretação de cada autor, mas também são oriundas da ausência de trabalhos

que centralizem suas análises sobre ela¹². As diversas mistificações e imprecisões criadas acerca deste episódio ao longo dos anos refletem a ausência de trabalhos que proponham realizar uma intensiva pesquisa documental centralizada na *Batalha do Irani*, a qual não é sentida em relação as obras que tratam de outros temas da Guerra do Contestado. Vinhas de Queiroz (1966), Machado (2004), Espig (2011) e tantos outros autores lidos para a realização deste trabalho apresentam em suas obras um grande esforço de pesquisa em fontes documentais, prática que não é verificada nos trabalhos que procuraram abordar especificamente a *Batalha do Irani*.

Vianna (2002) construiu todo seu trabalho através de uma única fonte: o processo crime contra Fabricio das Neves e outros. Martins (2007) foi um pouco além, pois fez o uso de algumas entrevistas orais principalmente com os descendentes da família Fabricio das Neves e também utilizou o mesmo processo crime que Vianna (2002). João Alves Rosa Filho (1998) é o autor que parece ter explorado o maior número de fontes, pois sua posição dentro da Polícia Militar do Paraná o privilegiava, conseguindo inúmeros documentos para realizar sua pesquisa através do arquivo do museu da instituição onde trabalhava, incluindo o Processo de Guerra 806 ao qual alguns militares que atuaram no confronto foram submetidos. O problema da obra de Rosa Filho (1998) reside na incapacidade de olhar para além da perspectiva oficial, o que promoveu, de certo modo, uma visão única dos fatos por ele abordados.

Desta forma, verifica-se que mesmo todos esses trabalhos não foram capazes de responder todas as questões envolvendo a Batalha do Irani. Passados mais de um século, algumas dessas seguem sem respostas. Entre elas, consideramos mal explicada a presença de José Maria na região e seu imediato sucesso entre os moradores locais. Por mais que nos pareça incontestável o fato de que foi devido às ações do Coronel Albuquerque que José Maria teve que deixar a região, essa circunstância ainda requer alguns esclarecimentos a respeito de quais foram os motivos para as acusações de que estava em curso um movimento monarquista no interior terem sido aceitas pelo governo e pela imprensa catarinense. Também, pode-se constatar que a atuação de João Gualberto não foi devidamente explorada, faltando explicações sobre suas intenções e o que culminou no confronto com os sertanejos. Ainda, existe a necessidade de melhor compreender qual o impacto que a companhia

¹² Além dos trabalhos de João Alves da Rosa (1998), Celso Vianna (2002) e Celso Martins (2007), localizamos também um artigo produzido por Witte e Valentini (2018). Entretanto, diferentemente dos demais, optamos por não o discutir na revisão bibliográfica pois ele não discute a Batalha do Irani em si e sim como se deu o olhar da imprensa na construção de uma narrativa sobre esse acontecimento.

frigorífica, mencionada por Vinhas de Queiroz (1966) e Machado (2004), teve nesses acontecimentos.

Somada à falta de respostas convincentes para tais questões e considerando a ausência constatada na historiografia do Contestado de trabalhos que abordem especificamente a Batalha do Irani, analisando diferentes fontes documentais para, a partir disso, compreendê-la, se faz necessária uma nova abordagem, que considere esses fatores como imprescindíveis. Nesse sentido, acredita-se que um trabalho que tenha tal finalidade poderá esclarecer algumas das mistificações criadas ao longo do tempo sobre os acontecimentos do Irani em 22 de outubro de 1912. A partir de uma melhor compreensão, é possível almejar estabelecer uma nova narrativa, mais detalhada, para a *Batalha do Irani*, levando em conta a experiência vivida por seus participantes, as possibilidades de escolhas que se apresentavam e os rumos que poderiam ter tomado, indo além de simplesmente apontar as mistificações que cercam estes episódios e as repetições que aparecem na historiografia, promovendo desta forma avanço na produção do conhecimento histórico.

1.2 Construindo história a partir de um único evento: algumas perspectivas metodológicas.

Pelo próprio fato de ser excepcional, o acontecimento faz emergir, no afluxo de palavras que ele libera, vestígios que, se não nos detivéssemos nele, permaneceriam nas trevas, despercebidos, os traços mais banais de que raramente se fala no cotidiano da vida e sobre os quais nunca se escreve (DUBY, 1993, p.11).

Foram essas as palavras que o grande historiador francês George Duby utilizou ao explicar quais os motivos que teriam o levado a aceitar escrever sobre um acontecimento. Até então, a história feita pelos historiadores discípulos de Marc Bloch e Lucian Febvre, como o próprio Duby, “descartava na verdade a descrição dos acontecimentos, repugnava a narração, empenhando-se antes em colocar, em resolver problemas, negligenciando as trepidações de superfície; pretendia observar a evolução da economia, da sociedade, da civilização” (DUBY, 1993, p. 09 – 10). Seu texto representa muito bem a ruptura em curso nos *Annales* durante a década de 70. Assim como Duby (1993), um grupo de italianos também via com bons olhos as possibilidades que estudos circunscritos poderiam ter. Desta forma, sem produzir um manifesto e refutando a ideia de que seria uma nova escola historiográfica, a exemplo da Escola dos *Annales*, pesquisadores como o Giovanni Levi, Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg e outros agrupavam suas produções na revista *Quaderni Storici*. Assim emergia a micro-história. Giovanni Levi, ao comentar sobre o seu surgimento, afirma que, pelo menos para ele,

esta perspectiva metodológica nascia “[...] da necessidade de recuperar a complexidade da análise, da renúncia às leituras esquemáticas e gerais para poder observar realmente como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades” (LEVI, 2016, p. 21).

Henrique Espada Lima destaca que, após os primeiros passos, o debate em torno da micro-história constitui-se em questões variadas. A “[...] crítica às noções globalizantes e abstratas da historiografia tradicional – chamando a atenção para a necessidade da redução da escala de análise” (LIMA FILHO, 2006, p. 16) foi apenas um dos pontos das discussões que vinham à tona nos debates sobre as características da micro-história. Neste sentido, Revel (1998) aponta que a alteração da escala de análise é fundamental para a definição de micro-história, porém, somente a variação de escala não basta para defini-la. Através da redução de escala podem ser percebidos determinados aspectos de um acontecimento que, se analisados em uma escala mais ampla, provavelmente passarão despercebidos. Ou seja, realizar uma pesquisa histórica partindo de uma escala reduzida não representa apenas “[...] diminuir o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama” (REVEL, 1998, p. 20). Através das variações torna-se possível captar as escolhas, os comportamentos e as estratégias que Levi comenta, que sem o seu uso não seriam perceptíveis.

Outro ponto que gerava debate era relacionado a uma preocupação com as escolhas narrativas realizadas pelos historiadores. Os escritos de cunho micro-histórico também apresentam novas concepções na perspectiva da narrativa histórica. Desta maneira, a micro-história seria, “antes de tudo, uma tentativa de narrar sem esconder as regras do jogo que o historiador seguiu” (LEVI, 2016, p. 22). Sendo assim, nos textos de micro-história seria desejável demonstrar claramente o percurso percorrido durante a pesquisa, as limitações das fontes, a trajetória interpretativa que foi realizada para chegar a determinadas conclusões, sendo necessário que o leitor esteja ciente e acompanhe a construção dos argumentos e interpretações expostos na narrativa histórica, deixando claro o ponto de vista do pesquisador em sua produção.

Essa preocupação com as escolhas narrativas da micro-história também reflete nas concepções da construção do contexto histórico. Destaca-se que a construção do contexto no caso da micro-história não parte de uma inquietação estética e, sim, da ordem metodológica e interpretativa do conhecimento histórico. Nessa perspectiva, Revel (1998) destaca os três modos de utilização do contexto mais presentes na historiografia: o de uso retórico, normalmente apresentado no começo do estudo e com o objetivo de promover uma ideia de realidade em volta do objeto de análise; a concepção de contexto argumentativo, com o intuito

de apresentar de maneira geral como um determinado fato histórico está inserido; e o uso interpretativo do contexto, que faz o uso de razões gerais para explicar ações particulares. Já as abordagens de micro-história recusam essas concepções, juntamente com as que trazem a ideia de que as ações dos indivíduos são determinadas por um contexto homogêneo. Desta forma, o todo deveria ser usado na perspectiva de “constituir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados” (REVEL, 1998, p. 27).

As variações da escala de análise, as posições em relação à narrativa, as contribuições na construção do contexto e a preponderância documental se estabelecem como alguns elementos que caracterizam as obras de micro-história. Essas constituem-se em algumas das contribuições metodológicas que a micro-história traz para a construção das pesquisas em história. Entretanto, para a realização das análises documentais realizadas ao longo das pesquisas, a micro-história também ditou alguns caminhos reflexivos que resolvemos seguir.

É comum entre os trabalhos que se utilizam das concepções metodológicas provenientes da micro-história, como é o caso dessa pesquisa, almejar a utilização de um grande volume documental. Giovanni Levi, ao caracterizar a prática micro-histórica, destaca a importância da realização de um “estudo intensivo do material documental” (LEVI *in* BURKE, 1992, p. 136). Nesse sentido, buscamos ao longo das pesquisas coletar e analisar o maior número possível de documentos que abordassem diretamente a *Batalha do Irani*, ou outros que pudessem contribuir no melhor entendimento dos aspectos que a circundam. Essas escolhas tiveram como objetivo promover diversos ângulos sobre o nosso objeto de estudo, possibilitando uma análise detalhada, desvendando outras perspectivas e revelando outras faces.

Em vista dessa circunstância, era indispensável para a realização da pesquisa a existência de um método que não fosse exclusivo para cada documento, tendo-se a necessidade de um método capaz de abarcar as diferentes fontes utilizadas. Desta forma, dois trabalhos foram determinantes para isso: *Sinais, raízes de um paradigma indiciário* de Ginzburg (1989) e *Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII* de Simone Cerutti (1998). Em *Sinais*, Ginzburg (1989) realiza um debate sobre um modelo epistemológico até então pouco discutido nas ciências humanas, defendendo a ideia da existência de um saber venatório, utilizado pelos caçadores pré-históricos na busca de alimento. Desta maneira, a humanidade desenvolveu a capacidade de, a partir das pegadas deixadas na terra, conseguir localizar e identificar animais. Essas operações cognitivas foram aperfeiçoadas e transmitidas para a posterioridade, sendo identificadas, por exemplo, em métodos utilizados pelo crítico de arte Morelli para determinar se uma obra de arte é falsa ou

verdadeira. Para Morelli, seria possível determinar a veracidade das pinturas a partir do exame dos pequenos detalhes da obra. Ou seja, seria

[...] preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros [...]. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia (GINZBURG, 1989, p 144).

Desta forma, segundo o método proposto por Morelli, para identificar quem produziu determinada pintura, seria necessário analisar as formas dos dedos, os lóbulos das orelhas ou as unhas de determinada pintura.

Outro exemplo abordado por Ginzburg é o método utilizado por Sherlock Holmes para desvendar os mistérios de seus crimes. Arthur Conan Doyle, ao criar as histórias do detetive Sherlock Holmes, atribui entre algumas características deste personagem a capacidade de descobrir “o autor de um crime [...] baseado em indícios imperceptíveis para a maioria” (GINZBURG, 1989, p. 145). Ao aproximar os métodos de Holmes e Morelli, Ginzburg retoma uma passagem de uma das histórias do detetive, ao comentar com seu ajudante (Watson) a construção de seu raciocínio para solucionar o crime em questão.

Na sua qualidade de médico o senhor não ignorará, Watson, que não existe parte do corpo humano que ofereça maiores variações do que uma orelha. Cada orelha possui características propriamente suas e difere de todas as outras [...]. Portanto, examinei as orelhas contidas na caixa com os olhos de especialista e observei acuradamente as suas características anatômicas. Imagine então a minha surpresa quando, pousando os olhos sobre a senhorita Cushing, notei que a sua orelha correspondia exatamente à orelha feminina que havia examinado pouco antes. Nas duas existia o mesmo encurtamento da aba, a mesma ampla curvatura do lóbulo superior, a mesma circunvolução da cartilagem interna. Em todos os pontos essenciais tratava-se da mesma orelha. Naturalmente percebi de imediato a enorme importância de uma tal observação. Era evidente que a vítima devia ser uma parente consanguínea, provavelmente muito próxima, da senhorita (DOYLE *In*: GINZBURG, p. 146).

Nesta perspectiva, utilizando um paralelo entre os métodos de Morelli, de Sherlock Holmes e o “saber venatório” dos antigos caçadores coletores com a pesquisa histórica, Ginzburg considera que as pesquisas nos documentos históricos partem do mesmo princípio. Ele acredita que a partir de um pequeno detalhe pode ser revelada uma série de informações sobre determinado assunto. “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Desta forma, analisamos a documentação partindo da premissa de que uma análise minuciosa, com atenção nos pequenos detalhes, nos indícios, se transforma em um instrumento capaz de revelar, também, as camadas de ideologias presentes nas fontes históricas.

Somou-se ao “modo de ler” as fontes, a necessidade de conhecer profundamente o processo em que passaram os documentos durante sua elaboração no passado. Simone Cerutti (1998), partindo da premissa de que é uma análise intensiva, pois faria emergir as experiências dos indivíduos estudados, chama a atenção para a necessidade de questionar o processo de produção envolvido na construção dos documentos escolhidos pelo historiador para a realização de suas pesquisas. Para a autora, considerar a relação de produção do documento é também ponderar as relações estabelecidas pelos indivíduos e com os espaços sociais que forjam os documentos. Ou seja, ao trabalharmos com jornais, processos crimes, documentos oficiais, entre outros, existe a necessidade de considerar o processo que estes documentos passaram para serem produzidos.

Desta forma, as ponderações de Ginzburg (1989) e Cerutti (1998) foram determinantes para a construção das possibilidades da pesquisa. Entretanto, mesmo com a utilização de um método geral de análise, considerou-se também as especificidades de cada documento. Com isso, partimos dos apontamentos de Zicman (1985) sobre a necessidade de historicizar os jornais ao propor a utilização da imprensa como fonte histórica, bem como das observações de Tânia de Luca (2010) sobre os cuidados metodológicos que devemos ter ao utilizar tal fonte. Luca (2010) destaca em suas reflexões a importância de ter conhecimento da linha editorial do jornal, de seus colaboradores, os títulos e os textos, pois esses aspectos expressam as intenções que o periódico tem ao informar sobre ocorrências do dia a dia. Os jornais que centramos nossas pesquisas, de maneira intensiva, foram três: *A República*, *Diário da Tarde* e *O Dia*. Analisamos suas publicações entre os meses de junho a dezembro de 1912. Ressalta-se que no decorrer das pesquisas outros jornais foram analisados, todavia, foram esses três que tiveram maior preponderância frente aos demais utilizados no trabalho. Em virtude disso, julgamos necessário realizar sua apresentação.

Começamos pelo periódico paranaense *A República*. Fundado em 1886, sua criação é fruto do clima de contestação ao regime imperial e propaganda republicana que haviam começado a despontar, de forma incisiva, em 1870, a partir do manifesto republicano produzido por Quintino Bocaiuva. Entretanto, o processo de adesão aos ideais republicanos foi sendo realizado de maneira gradual, pois a adesão de partidários à causa no período entre 1870 e 1885 ainda era pequena. De qualquer forma, a partir da fundação dos partidos republicanos estaduais e da organização de órgãos de imprensa vinculados a tais estruturas, as ideias republicanas começam a ganhar uma maior divulgação (MARTINS, 2012, p. 50). Diferentemente de jornais de outras localidades, como o *A Federação*, que já nasce, em 1884,

vinculado ao Partido Republicano do Rio Grande do Sul (ESPIG; MATIAS, 2013, p. 24), o *A República* surge anteriormente à fundação do Partido Republicano Paranaense, vinculado ao Clube Republicano de Curitiba, com o objetivo de propagar os seus ideais.

Entre 1886 e 1912, o jornal passou por uma série de transformações que vão desde a troca de proprietários, devido a transações de compra e venda, até alterações na malha e na tipografia. “Nesse ínterim, por vários momentos o jornal sofreu modificações visuais e tipográficas, entretanto seguiu sempre com a mesma forma de fazer jornalístico que marcou a folha, direcionado a defender as causas do Estado do Paraná e, principalmente, do Partido Republicano (MUCHALOVSKI, 2018, p. 102). Sempre nas mãos da elite republicana do Paraná, no segundo semestre de 1908, o diretório do Partido Republicano Paranaense avisava a quem interessasse que dali em diante o jornal ficava sob a direção deste. Já em 1912, tal periódico se apresentava como órgão do Partido Republicano Paranaense. Em uma de suas edições, *A República* ressaltava suas ligações com as ideias do então governo paranaense, uma vez que afirmava que era a tradição que ligava o jornal ao seu antigo redator político, Carlos Cavalcanti, podendo “[...] afirmar, uma vez por todas, para confusão dos intrigantes, que na ‘República’ e individualmente na sua atual redação, o dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, deposita sua inteira e absoluta confiança!” (A REPÚBLICA, 24 out. 1912).

Entre os meses de julho a dezembro de 1912, esse jornal se constituía com quatro páginas, contando com sete colunas em cada uma delas. A primeira página era dedicada aos principais assuntos da edição; a segunda ao serviço telegráfico, notícias curtas e a alguns anúncios pontuais; a terceira era dedicada grande parte a publicações oficiais e anúncios; a quarta e última página era exclusivamente composta de propagandas empresariais. Alinhado à gestão de Carlos Cavalcanti e empenhado na defesa de suas ações e decisões, o periódico também realizava a defesa do Paraná na questão de limites e rebatia as críticas que o governo paranaense sofria de outras folhas, promovendo diversos debates com o *Diário da Tarde*.

Quanto a nós, órgão de publicidade cujas tradições o “Diário” apresenta como “inglórias e cheias de vilanias”, não precisamos recordar esse passado onde em mais de um quarto de século a “A República” se vem batendo pelos mais liberais princípios democráticos, sob a orientação dos mais preclaros combativistas republicanos da nossa terra, e em cuja colunas ainda rebrilha o fulgor das ideias que o atual Presidente do Estado, o jornalista Carlos Cavalcanti, em fase histórica da nossa vida partidária imprimiu nestas colunas (A REPÚBLICA, 24 out. 1912).

Se dizendo imparcial, o *Diário da Tarde* promovia críticas e elogios às personalidades políticas do Paraná, sem nunca deixar de defender os interesses desse Estado na Questão de

Limites, travando inúmeras discussões com o jornal *A República*, como pode ser percebido na citação anterior. “Suas publicações seguiam uma tendência sensacionalista, apaixonada e irônica”, características que eram comuns na imprensa escrita do Brasil no século XX (DALFRÉ, 2014, p.85). Publicado entre os anos de 1899 e 1983, foi fundado por Estácio Correia, membro da elite curitibana, que tinha relações próximas com essa parcela da sociedade, inclusive promovendo e frequentando festas que contavam com a presença de diversas autoridades locais.

Em 1912, o jornal se propagava a “folha de maior circulação no Paraná”. Ainda durante esse ano, o *Diário* passou por um processo de modernização de sua redação através da aquisição de novas máquinas, que tinham o objetivo de aumentar o número de exemplares e de páginas, visando aumentar os anúncios publicitários que eram estampados em suas laudas. O jornal era publicado em uma variação de quatro, seis e oito páginas¹³, divididas por sete colunas, dedicando a primeira página aos assuntos principais, uma página ao serviço telegráfico, amplamente utilizado pelo jornal, e as demais eram compostas por notícias diversas, pequenos anúncios e publicações de propagandas empresariais.

Diante da caracterização de ambos os jornais, podemos apontar que *A República* representava os interesses da elite política paranaense ligada à ala do Partido Republicano Paranaense, que estava nas rédeas do governo do Estado do Paraná. Já o *Diário da Tarde* atendia mais aos interesses de uma elite comercial curitibana, resguardando uma certa oposição aos políticos do PRP. Dessa forma, é evidente que, a cada dia, os “[...] interesses políticos e econômicos achavam-se ameaçados e precisavam ser defendidos, na maioria das vezes, camuflados por meio de discursos patrióticos enunciados através dos jornais” (MUCHALOVSKI, 2018, p. 116) como pode ser percebido através das matérias publicadas pelo *Diário da Tarde*, inclusive durante o período analisado.

De modo semelhante à atuação do jornal *A República* no estado do Paraná, *O Dia* era quem atuava na defesa dos interesses do governo estadual em Santa Catarina, durante o ano de 1912. Sua fundação remonta às disputas internas no Partido Republicano Catarinense, fundado por Filipe Schmidt com o objetivo de que o jornal fosse um veículo para que ele pudesse defender suas posições políticas frente ao jornal *República*, ambos órgãos do Partido Republicano de Santa Catarina, porém cada um ligado a determinado grupo. Para Espig (1998b), as circunstâncias de sua fundação são capazes de explicar por que alguns políticos

¹³ Ao que tudo indica o processo de implementação do aumento de páginas do jornal foi conturbado e não conseguiu ser efetivado em 1912, resultando na variação do número de páginas que compõem o periódico durante o período pesquisado.

recebiam apoio condicional e tinham destaque em suas páginas, principalmente, através da publicação de entrevistas. Essa característica observada por Espig (1998b), também foi por nós constatada através das notícias divulgadas entre junho e dezembro de 1912. Nesse período, *O Dia* buscou sempre posicionar-se ao lado do governo catarinense, defendendo esse estado veementemente em relação a questão de limites com o Paraná, bem como exaltando as ações do governo catarinense, como a tentativa de Vidal Ramos de construir uma estrada de ferro que ligasse Lages a Florianópolis. Em momento algum, durante o segundo semestre de 1912, o periódico teceu alguma crítica à atuação do Governo em relação aos episódios relacionados a José Maria. Além de apoiar as medidas que vinham sendo adotadas para reprimir o monge e seus seguidores, o jornal ajudou a propagar a ideia de que o envio de forças para a região era necessário.

Cabe ressaltar que neste estudo entendemos as fotografias como fontes históricas que precisam passar por um processo de crítica semelhante a outros documentos. Do mesmo modo que as matérias impressas nos jornais não são um “espelho” da realidade, as fotografias também não devem ser assim consideradas: ambas são produzidas com objetivos, com intencionalidades e, em alguns casos, construídas para atingir um fim. No caso das fotografias, o ângulo escolhido, o enquadramento e o que é cortado das fotos são escolhidos intencionalmente para passar uma mensagem. Rodrigues (2008) analisa algumas fotografias produzidas durante a Guerra do Contestado, principalmente as contidas no relatório ao Ministro da Guerra feito por Setembrino em 1915, e tais reflexões são as que norteiam nosso entendimento sobre o papel das fotografias analisadas ao longo desse trabalho.

Rodrigues (2008), ao contextualizar as fotografias que se propõe analisar, ressalta que o desenvolvimento da fotografia foi concomitante ao seu uso para capturar cenas militares, no início através do uso do daguerreótipo, criado por Louis Daguerre em 1837, e posteriormente através do uso de aparelhos fotográficos. “Nos primórdios da fotografia era comum registrar um oficial, ou mesmo um soldado, em estúdio fotográfico ou em cenário familiar” (RODRIGUES, 2008, p. 223), dependendo da renda do contratante da imagem e da tecnologia disponível, entretanto, não foi esse estilo fotográfico o analisado pelo pesquisador. Suas análises concentram-se em fotografias produzidas nos locais do conflito, ou seja, no *front* de batalha, estilo que o próprio autor denomina de “fotografia de guerra”. Este modo de registro foi “inaugurado” a partir da Guerra da Criméia (1853 – 1856)¹⁴ e desde então a guerra tornou-se cenário de expedições fotográficas, consolidando tal estilo.

¹⁴ A Guerra da Criméia opôs em confronto a Rússia e uma coalizão entre Reino Unido, França e a atual Itália.

Para capturar as imagens da guerra, os fotógrafos tinham que se deslocar até o local do conflito, fazendo com que tivessem que enfrentar as inúmeras intempéries e ainda submeter-se à autoridade militar, “bem como aos critérios dos oficiais quanto aquilo que consideravam digno de ser capturado pela câmera” (RODRIGUES, 2008, p. 227). Tal submissão fica clara na exposição de fotos feitas pelo General Setembrino, uma vez que seus objetivos eram que as imagens servissem como provas diante das denúncias que sua expedição sofria na imprensa. “Para tanto não bastavam as cem páginas de documentos anexados ao final do relatório – o uso da fotografia, melhor e mais eficazmente que os demais documentos, garantiria a veracidade do relato” (RODRIGUES, 2008, p. 239). Diante disso, salientamos que é preciso ter em mente que as fotografias, sobretudo as trabalhadas por esse autor e as que aparecerão no decorrer deste texto, foram construídas visando transmitir uma imagem, ou seja, produzidas para cumprir determinados objetivos.

Entretanto, nenhuma outra fonte consultada durante as pesquisas foi capaz de manifestar tantas possibilidades analíticas como o Processo Crime contra José Fabricio das Neves e outros e o Processo de Guerra 806; não que os outros processos consultados não tenham sido importantes, mas esses dois foram centrais. Todavia, para seu potencial máximo ser devidamente explorado, alguns cuidados são necessários. Dallanora (2019), trabalhando com processos crimes, adverte sobre o caráter oficial das fontes criminais. Segundo a historiadora, por serem fontes oficiais “[...] possuem uma dinâmica própria, pois mostram o crime e seus percursos nas instituições policiais e judiciárias. Por isso, precisam ser cruzadas com outras fontes, o que possibilita conhecer o contexto mais amplo” (DALLANORA, 2019, p. 17) de determinado acontecimento.

Além disso, Grinberg (2009) também chama a atenção para a necessidade de alguns cuidados ao utilizar processos em pesquisas históricas. Para a autora, é preciso conhecer além das suas características formais, ou seja, como é constituído e sua divisão interna. É necessário também ter conhecimento das leis do período estudado, lembrando ainda que, em processos criminais, o objetivo de sua existência é localizar os culpados por determinado acontecimento. O primeiro objetivo “[...] da produção do documento não é reconstituir um acontecimento – o que, de resto, jamais poderia ser – mas buscar ou produzir uma verdade, acusando ou punindo alguém” (GRINBERG, 2009, p. 127). Ressalta-se que esse aspecto deve estar sempre em mente, sobretudo nas análises de inquéritos, pois é nesse momento que versões sobre um crime serão postas à mesa.

O processo contra José Fabricio das Neves e outros constitui-se como um manuscrito de 532 páginas. Nele, estão contidos o Relatório e o Inquérito Policial, autos de corpo e delito dos mortos, bem como o Processo do Juízo da Comarca de Palmas, Paraná. Por mais que sua abertura tenha ocorrido somente em 1913, em 23 de outubro de 1912, começaram os inquéritos conduzidos pelo Comissário de Polícia Domingos do Nascimento Sobrinho, onde foram interrogadas quarenta e cinco pessoas, entre os dias 30 de outubro a 23 de novembro daquele ano. Findadas as investigações, José Fabricio das Neves e mais sessenta e três pessoas são denunciadas, abrindo-se assim o processo crime contra José Fabricio das Neves e outros. Desta forma, o inquérito além de investigar o que teria ocorrido, buscava estabelecer os culpados e puni-los. Tonon e Lima (2017) quantificaram algumas informações relacionadas a esse processo que nos são úteis. Segundo eles, quarenta e cinco pessoas foram interrogadas. Dessas, somente 14 declararam saber ler e escrever, aproximadamente 30 pessoas declararam-se casadas, 34 dos inqueridos eram residentes do Irani, o que pode indicar a presença de famílias ao redor de José Maria. Ainda, mais da metade declarou como profissão ser lavrador.

Para a análise desse processo, somou-se ainda as contribuições trazidas por Ginzburg (2007) em seu artigo *O Inquisidor como antropólogo*. Desta forma, realizou-se um paralelo entre o processo crime, estabelecido para averiguar os culpados referente aos acontecimentos do dia 22 de outubro de 1912 no Irani, e as ponderações de Ginzburg sobre os processos inquisitoriais. O processo crime contra José Fabricio das Neves e outros, vulgo processo crime do Irani, foi instaurado com o objetivo de apontar os culpados pela morte do Coronel João Gualberto, então comandante do Regimento de Segurança do Paraná, ou seja, as perguntas realizadas pelo interrogador buscavam estabelecer quem havia participado do combate e auxiliado o monge, influenciando nos depoimentos dos interrogados. Por mais que este processo crime contenha narrativas de grande valor, é preciso considerar que elas são construídas em um cenário de forte pressão psicológica, onde informações podem ser escondidas, distorcidas, supervalorizadas ou até mesmo serem mentiras. Nessa perspectiva de combinação de uma análise minuciosa, buscando alguns sinais e os indícios, com o conhecimento da posição dos sujeitos que estão gerando as informações contidas nas fontes, conseguimos promover avanços ressignificativos na compreensão dos episódios ocorridos no Irani naquele segundo semestre de 1912

Em 1913, também foi instaurado um processo no Supremo Tribunal de Justiça do Paraná. Nele foram julgados os atos do Capitão José de Souza Miranda, do Tenente João

Henrique Busse e o Alferes Adolpho Ribeiro Guimarães Reis, durante a participação no confronto do dia 22 de outubro. Esse processo foi instaurado a pedido dos três militares, pois depois do combate passaram por diversas acusações questionando suas condutas e de que teriam “abandonado” seu comandante. Entretanto, por tratar-se de condutas militares, foram julgados em um Conselho de Guerra. Desta forma, assim como num processo crime, os militares prestaram seus depoimentos. Algumas pessoas que haviam acompanhado as tropas do Regimento de Segurança na região também tiveram que depor, para ao final constatarem que não tiveram culpa nos acontecimentos. Como os militares tiveram que prestar explicações sobre suas ações durante a missão, constam no processo as suas percepções, sobretudo, sobre a forma em que o combate entre os sertanejos e os oficiais ocorreu, proporcionando-nos um relato a partir dos seus olhares diante do acontecimento.

Além desses, outros conjuntos documentais foram utilizados. Todos eles foram analisados a partir das ponderações provenientes da micro-história, com uma atenção especial para o processo de produção desses documentos. As obras dos historiadores de farda, bem como a obra de Stulzer (1982) e o relato de outros religiosos, também passaram pelos mesmos cuidados de análise. Entretanto, por todos eles possuírem um tom memorialístico, assim como os inquéritos em ambos os processos citados anteriormente, ao examinarmos essas documentações levamos em conta as ponderações de Nora (1993) em relação as características da memória. Esse pesquisador nos fala que a memória “[...] está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longa latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p. 9). Foi justamente o cruzamento de todas fontes utilizadas na construção da pesquisa que nos passa a confiabilidade das informações nelas contidas.

Como pode ser percebido até aqui, buscamos apresentar algumas questões teórico-metodológicas mais gerais que nortearam a construção desse trabalho. Com isso, as demais questões teórico-metodológicas serão apresentadas na medida em que forem necessárias ao longo do desenvolvimento do texto. Desta forma, tomamos como fio norteador a afirmação de Giovanni Levi, de que a “[...] reconstrução dos momentos, situações, pessoas que, observados com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperaram um peso e uma cor; não como exemplos na falta de explicações melhores, mas como referências dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem (LEVI, 2016, p. 23). Logo, vejamos como método e fontes cruzaram-se com as contribuições historiográficas na construção de uma

narrativa sobre a *Batalha do Irani*, dando espaço para os “se”, “talvez”, na tentativa de explorar o máximo possível as possibilidades que os indivíduos tiveram diante das circunstâncias que lhes eram apresentadas.

2. O coronel falou e a imprensa propagou: através de telegramas e notícias a República é ameaçada

[...] acabo de receber o seguinte telegrama de Curitiba: fanatismo semelhante ao de Canudos acaba de explodir à margem de Taquaruçu a sete léguas da Vila. Inspira o movimento um indivíduo de nome José Maria Agostinho, que se diz “monge”, [...] proclamou em Taquaruçu a restauração da monarquia, tendo centenas de pessoas, que armadas, o rodeiam (A NOITE, 25 set. 1912).¹⁵

Não se sabe ao certo a quem esse telegrama estava endereçado, mas que foi publicado no jornal *A Noite* e era de autoria do então vice-governador do estado de Santa Catarina, Eugênio Müller. Foi ele quem teria recebido os telegramas vindos do interior e ajudou a propagar a ideia de que estava em curso um movimento pró-monarquia em Taquaruçu liderado pelo monge José Maria e, mais, que havia um risco iminente de ataque à vila de Curitiba. Com base nesse e em outros telegramas, os jornais de Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro estamparam em suas publicações de vinte e cinco e vinte e seis de setembro de 1912 notícias tratando dos acontecimentos informados. Com as manchetes de “Um novo Canudos? Movimento monarquista em Santa Catarina?”, “O caso de Curitiba” e “Império de Curitiba”, os periódicos buscavam, cada qual a seu modo, explicar o que estava causando tanto alarde no interior do estado catarinense para que fosse tão necessário e urgente o envio de tropas da força policial estadual e do exército para a região, como vinha sendo aclamado.

Já haviam se passado cerca de quinze anos da devastação do arraial de Belo Monte pelas tropas do Exército brasileiro quando Eugênio Müller divulgou os telegramas que tinha recebido do coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, superintendente de Curitiba. Mesmo assim, as notícias de uma suposta sublevação monarquista chefiada por um religioso lembravam a Guerra de Canudos, fazendo com que prontamente a imprensa evocasse o seu “fantasma”. Os episódios ocorridos no sertão da Bahia, entre os anos de 1893 e 1897, eram uma ferida aberta na memória nacional por terem sido encarados como grande desafio à República. A ligação de Canudos com um projeto restaurador, se constituiu como um elemento justificador para a repressão, “eliminar os canudenses passou a ser uma questão crucial para a sobrevivência política do projeto civil, e àquela altura paulista, de consolidação da República no Brasil” (HERMANN, 1996, p. 96).

¹⁵ O jornal *A Noite* era editado no Rio de Janeiro. Quando a presença do monge José Maria passou a ser de interesse policial, esse periódico dedicou espaço em suas páginas para divulgar informações sobre o que ocorria no interior de Santa Catarina, tendo inclusive dado destaque ao caso através de matérias publicadas em sua capa.

Intencionalmente ou não, pode-se perceber que a divulgação de tais informações, além de aproximar ambos os acontecimentos, configurava-se como uma estratégia argumentativa para justificar o envio de forças policiais para o interior de Santa Catarina. Na medida em que Albuquerque enviava telegramas dizendo que os “[...] fanáticos cegamente dominados pelo seu taumaturgo, presumem estar a monarquia proclamada” (O DIA, 26 set. 1912), revivia o trauma de Canudos e dava munção para legitimar uma violenta repressão, a exemplo do já ocorrera anteriormente. Mas, ao contrário do que possa parecer, a ideia de que estava em curso um movimento pró monarquia no Contestado não foi aceita por todos, como almejava Albuquerque. Em uma época em que os jornais se constituíam como o principal meio de comunicação de massa sua influência sobre a opinião pública fica evidente (TELAROLLI, 1977, p. 17 – 18). Foi isso que os jornais *O Dia*, *A República* e *Diário da Tarde* buscaram fazer através de suas publicações: influenciar a opinião pública.

Desta forma, enquanto o jornal *O Dia* buscava adotar um tom alarmista para abordar o tema, com frases como “[o] Superintendente de Curitibanos, confirma que a situação é grave, e que se propala o assalto a vila para deposição de autoridades” (O DIA, 26 set. 1912), apelando para que providências fossem tomadas e conclamando a necessidade do envio de tropas para Curitibanos, *A República* e *Diário da Tarde* tratavam de desdenhar e questionar as proporções alarmadas nas notícias catarinenses. Além disso, outro ponto que vinha sendo levantado pelos jornais paranaenses era de que tudo não passava de uma estratégia ligada à Questão de Limites¹⁶ e que, em virtude disso, o suposto levante constituía-se como uma desculpa para que forças policiais fossem para a região do Contestado. Diante disso, o *O Dia* buscava rebater essa hipótese, aventada em Curitiba, através da fala de políticos catarinenses, como o governador do estado, Vidal Ramos, que declarou em entrevista publicada pelo periódico que era “[...] absurda a relação que se procura [...] [fazer] com a velha questão de limites de seu Estado com o Paraná” (O DIA, 02 out. 1912).

Em meio a essas discussões, a tentativa de explicar aos seus leitores o que estava ocorrendo e quem supostamente era o causador dos distúrbios no interior constituía-se como um ponto em comum nas notícias de ambos os jornais. Em um primeiro momento, os periódicos apontavam como o “líder” do movimento monarquista o conhecido monge João Maria, de quem há alguns anos não se tinha notícias de qualquer aparecimento na região.

¹⁶ Entre 25 de setembro e 22 de outubro de 1912, os jornais *A República* e *Diário da Tarde* realizaram uma forte campanha relacionando os acontecimentos que vinham ocorrendo em Curitibanos e depois em seu Estado à figura de José Maria e à Questão de Limites. Tal estratégia argumentativa é explorada no terceiro capítulo deste trabalho, em razão de parecer-nos mais adequada para o melhor entendimento do papel por ela desempenhado em tais circunstâncias.

Entretanto, passados alguns dias, a imprensa, sobretudo o jornal *O Dia*, passava a anunciar que um grande engano havia sido cometido¹⁷. Isso porque os distúrbios estavam sendo causados por outra pessoa que não o monge João Maria, pois o “velho peregrino” jamais teria demonstrado atitudes bélicas (O DIA, 26 set. 1912), viajava sempre só e desarmado.

Os jornais interpretavam que o monge João Maria, além de ser considerado o verdadeiro monge do Contestado, seria incapaz de tais ações. O real culpado era um tal de José Maria que, em um meio “[...] trabalhado pelo fanatismo de quatro lastros” (O DIA, 26 set. 1912), fez-se sucessor do antigo monge. Conforme teria sido apurado, José Maria era “[...] um tipo de índio, bexigoso, parlador, intitula-se profeta, explora o povo quem atemoriza com castigos celestes” (O DIA, 09/10/1912). Para o *Diário da Tarde* José Maria não passava de um fanático que, como Antônio Conselheiro de Canudos, queria “[...] arrasar povoações e restaurar a monarquia” (DIÁRIO DA TARDE, 25 set.1912) com o apoio de seus adeptos. Ainda, o Arcebispo D. João Becker informava que o “[...] ajuntamento de centenas de pessoas, chefiadas pelo suposto monge José Maria” (O DIA, 26 set. 1912) realmente ameaçava a ordem e a tranquilidade pública.

As matérias publicadas nos jornais, principalmente no *O Dia*, almejavam criar no imaginário social um clima de tensão na região, considerando a presença de José Maria um mal que precisava ser combatido. Para isso, a ideia de que ele e o grupo em sua volta constituíam-se como o inimigo a ser combatido, a partir dos telegramas do coronel Albuquerque, foi sendo paulatinamente defendida por esse periódico. É possível perceber que bastou que Albuquerque redigisse um telegrama para que os jornais das capitais gastassem diversas páginas com o caso e buscassem transformar o monge José Maria e seus seguidores em inimigos. Assim sendo, enquanto esses debates ocorriam nas páginas dos jornais, as forças policiais puseram-se em marcha rumo ao interior do Contestado para reprimir os “desordeiros” que estariam perturbando a ordem pública e ameaçando atacar a vila de Curitiba. Independentemente da interpretação que a imprensa fazia dos acontecimentos, o governador catarinense ordenou que um destacamento do Regimento de Segurança de seu Estado iniciasse o deslocamento, fazendo com que em vinte e quatro de setembro, tropas estaduais saindo das cidades de Florianópolis, Tubarão e Lages comessem seu deslocamento até Taquaruçu, interior de Curitiba (O DIA, 25 set. 1912).

Entretanto, se o que aparecia nas páginas não era necessariamente o que ocorria em Curitiba naquele momento, o que estaria ocorrendo? E por quais motivos a ideia de que

¹⁷ Nos jornais paranaenses, as confusões com os nomes dos monges vão ocorrer durante um período maior.

estava em curso um levante monarquista, chefiado por um aproveitador subversivo, foi tão bem aceita pela imprensa e pelas autoridades estaduais? Acreditamos que o melhor caminho para responder essas questões seja uma abordagem biográfica, mesmo tendo o total conhecimento dos riscos que tal proposta carrega, afinal “são muito difíceis os caminhos para a recuperação de informações que levem à possibilidade de elaboração, mesmo que parcial e fragmentária, da experiência de determinados indivíduos” (MACHADO, 2004, p. 294). Mesmo diante das dificuldades comentadas por Machado (2004), concordamos com Levi (1996) quando este diz que uma abordagem biográfica constitui-se como um campo privilegiado para explorar a “[...] liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições” (LEVI, 2006, p. 180).

Por mais que seja um campo privilegiado, como qualquer abordagem histórica, a biográfica também apresenta alguns riscos. Bourdieu (2006) atenta para um perigo muito recorrente em diversas biografias, em razão de seu surgimento como um gênero literário, sejam elas de cunho sociológico ou histórico, que é o de considerar a vida de um indivíduo como uma sucessão de acontecimentos alinhados cronologicamente de maneira coerente. Para esse autor, seria como “[...] conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária e não deixa de reforçar” (BOURDIEU, 2006, p. 185). A utilização de expressões como “desde pequeno”, “sempre mostrou gosto” e tantas outras que podem ser encontradas em diversas biografias dão essa sensação de uma linearidade coerente.

Ressalta-se que neste trabalho refutamos tal concepção, visando explorar o campo das possibilidades. Desta forma, considerando a pluralidade de caminhos que podem ser trilhados por cada indivíduo, buscamos perceber e reconstruir as trajetórias de José Maria e de Albuquerque à vista das escolhas possíveis, “[...] em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada” (VAINFAS, 2002, p. 117). Em virtude dos interesses do presente trabalho, o que propomos está mais ligado ao conceito de trajetória do que propriamente ao de biografia, visto que uma abordagem do tipo biográfico pressupõe um recorte mais amplo, que vai do nascimento à morte. O conceito de trajetória “[...] não tem por obrigatoriedade abordar a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG, 2015, p. 34). Com base nessas reflexões, julgamos que a utilização do termo trajetória é mais adequada nesta pesquisa, por propormos analisar um determinado período da vida destes dois personagens e não a sua vida por completo.

Portanto, retornemos, aos momentos que antecedem o telegrama citado na epígrafe de abertura desse capítulo, para buscarmos compreender quais teriam sido as razões e quais as circunstâncias que levaram Albuquerque a redigir um telegrama afirmando que estava agindo para restabelecer a ordem nas margens do Taquaruçu onde o padre santo vindo de Campos Novos havia proclamado a monarquia, “[...] tirando retrato a cavalo, [de] espada em punho” (TL 01 AHWR, s/d)¹⁸. Ademais, buscamos refletir quais os motivos que levaram a imprensa catarinense a comprar a versão do coronel Albuquerque sobre os acontecimentos e difundir que estaria em curso uma sublevação monárquica no interior de Santa Catarina, tirando o monge José Maria do ostracismo, fazendo-lhe ganhar fama de subversivo monarquista no país inteiro, bem como para que tropas do regimento de segurança de Santa Catarina e do exército se colocassem em marcha para a região.

2.1 Nem tudo são flores na vida de um coronel: a trajetória de Francisco Ferreira de Albuquerque

Em uma estrada de terra batida, numa tarde ensolarada, surge no horizonte dois homens. Agora, não tão distante, é possível ver, em meio aos barulhos que a mata faz, ambos montados a cavalo se aproximarem. Entretanto, não o suficiente para que fosse possível reconhecê-los. Por hora, são apenas dois homens. A câmera segue acompanhando o trotar de seus cavalos. Agora, já mais próximo, é possível ver seus rostos. O barulho que vem da mata e dos cascos dos cavalos é rompido pôr o som de um tiro. Não é possível saber se foi disparado por um revólver ou por uma espingarda winchester. Os homens, assustados, olham para os lados, estão à procura da origem do tiro. Não acham! Logo depois, um novo barulho de tiro, contudo dessa vez pode-se perceber que foram realizados vários disparos, mas não se pode contar quantos. Os homens da estrada até tentaram fugir, mas não conseguiram. Um deles foi atingido. O outro, talvez por não ser o alvo, se safou. O plano se abre, o silêncio é a tônica, como num passe de mágica tudo se foi. Agora, resta apenas a estrada de chão batido tingida com sangue, a vegetação e o homem que acaba de morrer. Do matagal que envolve a estrada, surge o barulho de pessoas fugindo dali. As lentes da câmera, como quem procura a origem do som, se movem em direção ao mato que a circunda. Porém, nada se vê além de árvores grandes e pequenas. O foco volta ao homem morto realmente tudo se foi restou somente seu cadáver.

Na tarde de 27 de dezembro de 1917, em uma emboscada no interior de Curitiba, Francisco Ferreira de Albuquerque “cumpru sua sentença e encontrou-se com o único mal irremediável, aquilo que é a marca do nosso estranho destino sobre a terra, aquele fato sem explicação que iguala tudo o que é vivo num só rebanho de condenados, porque tudo o que é vivo, morre” (SUASSUNA, 2013, p. 94). Seu assassino nunca foi preso, as principais

¹⁸ Telegrama redigido por: ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [Informa estar agindo para reestabelecer a ordem em Taquaruçu]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, sem data. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado. Arquivo Histórico Waldemar Rupp, Campos Novos.

suspeitas de mandante do crime recaíram nos ombros de Henriquinho de Almeida, seu adversário político. Contudo, o crime que ceifou sua vida jamais foi esclarecido (MACHADO, 2001, p.445).

O disparo feito, não se sabe por quem, marcou o fim de uma vida cercada de polêmicas, disputas de poder, mandos e desmandos, ajudas, ressentimentos, conflitos e ascensão política e econômica. Salienta-se que mesmo remetendo à sua morte, nos atentaremos ao período de sua vida que compreende a sua chegada à superintendência de Curitiba, em 1902, até os conflitos com José Maria, em meados de 1912. Consideramos sua trajetória um excelente cenário para explorarmos as relações políticas e de dominação, expressas através do seu domínio local em Curitiba, a qual também possibilita a compreensão de como tais práticas estavam relacionadas às conjunturas estaduais e nacionais. Em virtude disso, as relações mais subjetivas que possa ter tido com seus seis filhos e sua esposa foram deixadas de lado.

No final do século XIX, Albuquerque já aparecia envolvendo-se na vida local de Curitiba. Sua chegada à vila teria ocorrido ainda nos tempos do Império, em meados de 1880, trabalhando como caixeiro das casas comerciais locais. Durante seus primeiros anos na cidade também teria atuado como rábula, provisionado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Entretanto, ao que tudo indica, foi sob os ventos republicanos que conseguiu ascender na comunidade - de caixeiro passou a proprietário de uma casa comercial e começou também a envolver-se na política local. Até então, “[...] a principal liderança local do município de Curitiba era o coronel Henrique Paes de Almeida, que fundou o Partido Republicano na região, congregando vários fazendeiros e políticos locais ligados ao antigo Partido Conservador” (MACHADO, 2004, p. 103), a quem Albuquerque passou a fazer oposição. Porém, a grande guinada em sua vida aconteceu na corrida do pleito municipal para a superintendência da cidade. A disputa eleitoral de 1902 colocou Albuquerque e Henrique Paes de Almeida como oponentes.

A eleição para a superintendência de Curitiba nos permite compreender um pouco das estratégias políticas utilizadas para a manutenção e tomada de poder durante a Primeira República no Brasil. Diferentemente do que ocorria na época do Império, com a proclamação passou a ser de responsabilidade das casas legislativas estaduais a organização dos pleitos. Além dessa, outras mudanças também ocorreram, sendo talvez a principal delas a adoção de uma espécie de “sufrágio universal”, que na prática não se confirmou. Ao contrário do que possa parecer, essa medida não incluiu a maioria da população do país nos processos

eleitorais. Por mais que tenha ocorrido o fim dos critérios censitários de renda, a exigência de que os eleitores fossem alfabetizados fez com que o universo de votantes seguisse restrito.

Mesmo em um universo restrito de votantes, como era o caso de Curitiba, o número de votos não era a garantia de vitória eleitoral. Um dos instrumentos mais efetivos para o sucesso eleitoral constituía-se na organização das mesas eleitorais - elas eram um mecanismo muito bem ajustado para decretar a vitória ou a derrota de determinado candidato. Diante de um sistema eleitoral marcado por constantes fraudes, as mesas desempenharam um papel central para a perpetuação de determinados grupos no poder. Desta forma, a atuação das mesas pode ser dividida em dois momentos. O primeiro, durante as votações, quando a mesa tendia a oferecer todas as facilidades possíveis para a facção que a escolhesse, consentindo “[...] identidades falsas, o indefectível ‘voto defunto’ e tantos outros procedimentos fraudulentos” (TELAROLLI, 1982, p. 13), enquanto tentavam dificultar e criar o máximo de entraves possíveis para os opositores. O segundo, depois que as votações eram encerradas, nesse momento “[...] com funções de junta apuradora: inventava-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos” (LEAL, 1975, p. 229), prática que ficou conhecida como “bico de pena”.

Por mais que pudesse parecer uma corrida desigual, em virtude de Henrique Paes de Almeida deter o controle de alistamento eleitoral, a organização das mesas e os funcionários policiais a seu dispor, Albuquerque tinha também seus trunfos, estes alicerçados no apoio da oligarquia Ramos, de Lages, mas principalmente no de Vidal Ramos, importante político catarinense e vice-governador em 1902, de quem era compadre. Mas, como era de se esperar, Henrique Paes de Almeida saiu vitorioso das eleições. Albuquerque, mesmo com o apoio da oligarquia Ramos, viu sua derrota decretada depois da contagem dos votos. Sendo assim, Henrique Paes de Almeida continuaria no comando político de Curitiba até as próximas eleições.

Todavia, o apoio de Vidal Ramos transcendia as fronteiras de Curitiba e espalhava-se no plano político estadual. Sabendo dessa realidade, Albuquerque recorreu do resultado da eleição na Assembleia Legislativa, alegando a ocorrência de fraude na contagem dos votos. Através desse recurso, em julho de 1903, o Congresso Estadual confirmou a suposta fraude eleitoral, considerando Albuquerque como vencedor do pleito, e em setembro daquele ano ele passou a ocupar o cargo de superintendente¹⁹ da cidade. Se o trunfo de Henrique Paes de

¹⁹ O cargo de superintendente municipal correspondia na época à semelhança do cargo de prefeito atualmente.

Almeida estava na utilização do *bico de pena* para garantir sua vitória, Albuquerque valeu-se de outra estratégia eleitoral para sair-se vitorioso da disputa – a *degola*. Tal prática resumia-se na não diplomação dos eleitos através de uma comissão de verificação legislativa. Desta forma, podemos perceber que pouco importava o número de votos depositados nas urnas durante a eleição, uma vez que a diplomação do eleito dependia da vontade de afastar ou manter no cargo determinado indivíduo. Ambas estratégias criavam e reforçavam as animosidades entre os adversários.

A eleição que colocou Albuquerque na superintendência de Curitiba nos permite compreender mais do que os processos possíveis para se ganhar uma eleição no início do século XX. Através dela, outros aspectos do coronelismo podem ser entendidos. Por mais que alguns dos elementos característicos do coronelismo possam ser vistos antes de 1889 e depois de 1930, foi durante a Primeira República que ele teve as melhores condições para ocorrer. José Murilo de Carvalho nos fala que o coronelismo foi “[...] fruto da alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel” (CARVALHO, 1997, s/p.), expressando-se sobretudo através das relações de trocas entre coronéis e os agentes do estado. Vitor Leal Nunes destaca que o coronelismo se fundamenta principalmente em “[...] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (NUNES, 1974, p. 20).

O compromisso entre as esferas de poder dava-se da seguinte maneira: aos chefes locais cabia o “[...] incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista [...] em todos os assuntos relativos ao município” (LEAL, 1975, p. 50), inclusive a nomeação dos funcionários, como por exemplo a nomeação de delegados de polícia, juízes, promotores, coletores de impostos e outros na região. A confirmação do pacto coronelista consistia em uma importante estratégia de manutenção do poder durante o período. Enquanto a nomeação desses funcionários era importante para a reprodução do poder do coronel no município (CARVALHO, 1997, s/p.), eram os votos que supostamente garantiriam os cargos nas esferas estaduais e federais.

Entretanto, a eleição que conduziu Albuquerque à superintendência permite questionarmos a preponderância do voto para o pacto coronelista. Por mais que Vitor Nunes Leal (1974) ressalte que o primeiro dever de um chefe local fosse garantir a vitória eleitoral, o

caso das eleições de Curitiba nos mostra que o voto não tinha necessariamente tanto valor, dado que as eleições seguidamente podiam ser fraudadas e/ou os eleitos *degolados*. Nesse sentido, José Ibare Dantas fala-nos que “[...] o voto nem sempre se constitui na principal fonte de poder do coronel” (DANTAS *apud* MACHADO, 2004, p. 92 – 93). Para esse autor, o poder do coronel estaria mais ligado à sua capacidade de controle e coerção dos indivíduos do que propriamente ao número de votos. A assertiva de Dantas foi corroborada por Machado (2004), que percebeu, durante suas pesquisas, que na região do Contestado o domínio dos coronéis ocorria muito mais por sua capacidade de prover homens em armas diante de eventuais necessidades do que propriamente nos processos de votações, mesmo que, caso fosse preciso, a mobilização armada pudesse ser utilizada para garantir vitórias eleitorais almejadas.

Machado (2004) ressalta que um dos grandes méritos do trabalho de Dantas (1979) foi o de “[...] considerar expressamente o coronelismo não apenas como um sistema político, mas como desdobramento político de uma forma de dominação de classe” (MACHADO, 2004, p. 93), perceptível, sobretudo, através da instrumentalização das práticas de mandonismo e na constituição do clientelismo nesse processo de dominação. José Murilo de Carvalho (1997) destaca que o mandonismo e o clientelismo são processos que ocorreram durante toda a história política do Brasil, com variações de ascensão e decadência, não podendo atribuir-se a sua existência ao fenômeno do coronelismo. Desta forma, “[...] o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo” (CARVALHO, 1997, s/p.), constituindo-se, junto com o clientelismo, como uma das características do coronelismo.

O coronel Albuquerque soube aproveitar-se muito bem dessa conjuntura e o mando local e a constituição de novos laços clientelistas possibilitaram a sua manutenção no cargo de superintendente durante quinze anos, tendo deixado o cargo somente em 1915, em virtude de um conjunto de complicações políticas envolvendo a Guerra do Contestado. Durante o período em que esteve à frente da superintendência de Curitiba, “construiu várias pontes e regularizou estradas pelo interior do município. Albuquerque fundou o jornal *O Trabalho*, no qual contava, como colaboradores, com personalidades de destaque na vila” (MACHADO, 2004, p. 194 – 196). Entretanto, ao contrário do que possa parecer, nem tudo foram flores em sua trajetória de poder. Mesmo conseguindo realizar uma relativa harmonização na política de Curitiba através do Partido Republicano local, sua administração sofria oposição.

“Quem esteve por longo tempo distanciado de Albuquerque foi o coronel Marcos Gonçalves de Farias, antigo Maragato, juiz de paz e membro do Conselho Municipal, que tentou, sem sucesso, fundar o próprio jornal” (MACHADO, 2004, p. 195). Paulatinamente, a oposição a Albuquerque começou a crescer. Com o passar dos tempos, Henriquinho de Almeida somou-se à oposição ao superintendente. Henriquinho era filho de Henrique Paes de Almeida, que havia sido derrotado por Albuquerque nas eleições de 1902 e logo depois veio a falecer. Diante da morte do pai, diferentemente de seus irmãos, com o passar dos anos Henriquinho passou a ter cada vez mais destaque na oposição a Albuquerque, chegando em meados de 1910 como um de seus principais opositores. Sua decisão de colocar-se nesse campo teria ocorrido a partir do contato com Henrique Rupp Junior²⁰. Este, ao atuar como promotor em Curitiba, não se conformava com as práticas de Albuquerque e teria atuado em conjunto de Henriquinho, por algum tempo, na oposição.

Com isso, Albuquerque passou a enfrentar diversas acusações. A mais conhecida delas talvez seja a de que obrigava empregados públicos residentes na Vila e os fornecedores da superintendência a realizar compras exclusivamente em sua casa comercial. Acusavam-lhe também de enriquecer através das obras feitas para a melhoria da vila; seus adversários diziam que antes de 1903 seus bens não passavam de 8 contos de réis, mas que após esse ano já não era mais possível calcular a grandiosidade de suas posses. Vinhas de Queiroz aponta que depois de assumir como superintendente, Albuquerque “[...] aparecia como dono de fazendas, e sua casa comercial se tornara a mais importante da vila”. Outra estratégia utilizada por Albuquerque para conseguir aumentar seus ganhos teria sido o comércio de terras. Possivelmente um desses casos de compra e venda foi o da fazenda Salto. Soares (1920) conta que certa vez Albuquerque soube que a maior parte dessa fazenda pertencia a uma senhora perto dos oitenta anos de idade e viu na compra um bom negócio. Desta forma, convenceu a senhora a vender a sua parte da fazenda por um preço abaixo do que seria justo, cerca de quatro contos. Dois anos depois, Albuquerque teria vendido a parte que comprara por sessenta contos e obtido um lucro de cinquenta e seis contos na transação. “E foi assim, segundo reza a tradição em Curitiba, que o sr. Albuquerque fez fortuna” (SOARES, 1920, p. 101).

Essas são somente duas das várias acusações feitas por seus adversários. Se eram reais ou não, é difícil confirmar. Todavia, é certo que Albuquerque enriqueceu no comando de Curitiba. Após sua morte, as fazendas mencionadas por Vinhas de Queiroz (1966) não existem em seu inventário, neste constam somente uma chácara em Lages avaliada em oito

²⁰ Henrique Rupp Junior era filho de Henrique Rupp, superintendente e político de destaque de Campos Novos, município vizinho de Curitiba.

contos de réis, três casas, diversos animais de montaria e outros bens. Ressalta-se que, devido à ausência de pesquisas focadas em Albuquerque, não é possível precisar o tamanho de suas posses. Mesmo com as acusações sofridas, Albuquerque parecia ter bom trânsito dentro do Partido Republicano Catarinense. Os problemas locais pareciam não serem capazes de afetar sua ascensão no plano político estadual. Com o domínio dos aparatos estatais, foi eleito deputado estadual em 1907, cargo no qual permaneceu até sua morte, tendo também ocupado o posto de vice-presidente do Congresso Estadual de 1913 a 1917.

Sem embargo, foquemos nos casos locais vivenciados por Albuquerque em Curitiba, pois eles são fundamentais para compreendermos como foi possível que se mantivesse à frente da superintendência por tantos anos. Vitor Leal Nunes (1974), ao comentar sobre as maneiras como opositores e situacionistas se relacionavam no período, destaca o caráter hostil de tais relações. Suas ponderações refletem muito bem a maneira que Albuquerque pautou suas ações ao longo dos anos. Soares (1920, p. 101) nos mostra que “aos seus desafetos, os coletores triplicavam os impostos e, aos compadres e amigos, o fisco fechava os olhos”. Essa prática constituía-se apenas como uma das possibilidades de vermos os conceitos de mandonismo e clientelismo em ação.

Como dito anteriormente, o apoio político de Vidal Ramos foi fundamental para a constituição do domínio, mesmo que volátil, de Albuquerque em Curitiba. Diferentemente de muitos coronéis da região, quando assumiu o controle da superintendência não contava com uma grande capacidade de prover homens em armas, a exemplo do coronel Fabricio Vieira²¹ de União da Vitória. Seu trunfo foi justamente a relação de confiabilidade estabelecida com a família Ramos; as relações clientelistas também se constituíam através desse aspecto subjetivo. Assim é que teria sido possível o uso do aparelho estatal para consolidar-se e promover, com todos os riscos, seus mandos e desmandos na vila.

Sua capacidade de mando local era uma faca de dois gumes, ao tratar com hostilidade seus desafetos e promover uma sistemática recusa de favores, fazia com que seus adversários se sentissem humilhados a terem que lhe requisitar algum favor e também aumentava o ressentimento e ódio²², fazendo com que cada vez mais as fileiras de sua oposição ganhassem forças. Entretanto, ao favorecer determinados indivíduos, alimentava uma rede de relações capaz de dar suporte a ele, através das relações de clientelismo. Landé (1977) chama a

²¹ “Manoel Fabrício Vieira era Coronel da Guarda Nacional, posto que recebeu após lutar contra os maragatos na Revolução Federalista. Era conhecido como “proprietário da fazenda Chapéu de Sol”, na margem direita do Rio Iguaçú. 116 Durante a Guerra do Contestado, Fabrício Vieira serviu as forças do exército, arregimentando numerosa força de vaqueanos civis no combate contra os sertanejos rebeldes” (DALLANORA, 2019, p. 53).

²² É possível que esse ódio e ressentimento tenham também motivado seu assassinato em 1917.

atenção para as bases diádicas presentes no clientelismo. Para o autor, uma relação diádica é “[...] uma relação direta envolvendo alguma forma interação entre dois indivíduos (LANDÉ, 1977, p. 1), podendo variar de duração e permitindo envolver indivíduos de classes sociais iguais ou distintas, entretanto, para sua ocorrência, é essencial que duas pessoas estejam ligadas por um “laço pessoal direto” (LANDÉ, 1977, p. 2).

Ressalta-se que a constituição de uma aliança diádica ocorre de maneira voluntária entre duas pessoas, expressando-se através de uma troca de favores em determinadas ocasiões e a certeza de ajuda mútua em caso de necessidade. No caso de Albuquerque, podemos ver a constituição desses laços através da acusação de quando concedia algum cargo público em Curitiba, também “obrigava” que o novo funcionário realizasse compras em sua casa comercial. Talvez o termo “obrigava” não expresse muito bem o que ocorria, pois é possível que ao oferecer emprego a determinada pessoa fazia como um favor e o contratado para retribuir o favor que recebeu decidia comprar no comércio de Albuquerque, como uma troca. A certeza de ajuda quando necessária também pode ser percebida na sua relação com Vidal Ramos. Ressalta-se que a constituição dessas relações são “[...] especialmente bem condizente com a busca de objetivos privados particulares” (LANDÉ, 1977, p. 4) e que foi através delas que Albuquerque conseguiu manter-se no poder.

Albuquerque soube muito bem aproveitar-se das situações que vivenciava e com isso foi paulatinamente estabelecendo e expandindo a sua rede de relações. As suas ligações de proximidade com a oligarquia Ramos, de Lages, em especial com Vidal Ramos, de quem inclusive era compadre, aliado à sua capacidade de garantir os interesses da oligarquia na região consolidavam essa relação, fazendo com que sua atuação fosse expandida também no âmbito estadual. Entretanto, era através do comando local que as condições necessárias para a manutenção de sua rede de relações eram geradas. A possibilidade de distribuir favores e usar o aparelho estatal ao seu favor, fazia com que Albuquerque conseguisse expandir a sua rede de relações a indivíduos de menor poder econômico que ele e, desse modo, deter um relativo controle municipal.

A chegada da *Brazil Railway*, sobretudo através das obras de construção do ramal sul da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, em 1907, gerou mudanças significativas na região. Sua construção fazia parte de um projeto que vinha sendo almejado desde os tempos do império, mas foi somente no apagar das luzes do regime imperial que sua aprovação ocorreu. O Decreto Imperial nº 10.432, autorizava a construção da estrada que ligaria Itararé, no estado paulista, à Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. O mesmo decreto Imperial

estabelecia a concessão para administrar a estrada que seria construída e doava uma faixa de terra de 30 quilômetros a contar nas margens dos trilhos da ferrovia à empresa concessionária. Mesmo com a Proclamação da República, a concessão foi renovada. Entretanto, o novo decreto estabelecia que as doações de terras às margens da ferrovia seriam de 15 quilômetros, os quais não poderiam exceder um domínio médio de 9 quilômetros (ESPIG, 2011, p. 118).

Desta forma, com a chegada e realização das obras na região entre os anos de 1908 e 1910,

houve um violento processo de grilagem no vale do rio do Peixe. A Brazil Railway fez cumprir seu domínio sobre os terrenos devolutos das margens de até 15 quilômetros de cada lado do leito da sinuosa estrada de ferro. O objetivo era preparar este território adjacente para a exploração de madeira e a venda de terras a imigrantes estrangeiros ou a filhos de colonos já nascidos no país. Para obter a posse direta destes territórios, habitados por posseiros caboclos e até por posseiros legitimados, ou por proprietários de terra diretamente comprada ao estado de Santa Catarina, a companhia valeu-se da força de um contingente armado, comandado pelo coronel Palheres, antigo oficial da polícia paranaense. Este coronel adquiriu fama pelas violências praticadas na região (MACHADO, 2004, p.148).

Diante desse quadro, descrito por Machado (2004), a Brazil Railway organizou seus empreendimentos na região através de duas subsidiárias. A EFSPRG era a responsável, sobretudo, pelo andamento das obras da ferrovia. Para cuidar das explorações das terras marginais à estrada que havia sido adquiridas, Percival Farquhar, proprietário da Brazil Railway Company, fundou a Southern Brasil Lumber and Colonization Company. Com isso, a nova empresa ficou responsável por cuidar da exploração madeireira e viabilizar inúmeras colônias de imigrantes na região²³.

A atuação desses novos agentes na região acelerou um processo de institucionalização da propriedade privada. Rosangela Cavallazzi (1983), ao analisar tal fenômeno, nos fala que sua ocorrência se deu em duas etapas completamente perceptíveis. De início, quando passa a ocorrer “a valorização da terra e sua consequente transformação em mercadoria e, de forma decisiva, quando no desenrolar do processo de colonização, que direta ou indiretamente [...] empreendido, na sua maior parte, pela empresa” (CAVALLAZZI, 1983, p.55). As mudanças empreendidas pela chegada dessas empresas no Contestado também refletiram nas relações sociais na região. Com a terra tornando-se cada vez mais um bem valorizado, passou-se a ser mais interessante atuar no comércio de terras do que manter vastas propriedades para abrigar incontáveis agregados.

²³ Para saber mais sobre a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, consultar Espig (2011), Queiroz (1966, p. 69 – 76), Valentini (2012), Tomporoski (2013) e Machado (2004).

Márcia Espig (2011), em suas pesquisas, localizou uma matéria publicada no jornal *A Vanguarda*, em 15 de agosto de 1908, que nos mostra um pouco a maneira em que o coronel estava lidando com as transformações que vinha vivenciando. Segundo a historiadora, o coronel Albuquerque “preocupava-se em publicar um aviso em jornal do município vizinho de Campos Novos, proibindo terminantemente roças ou derrubadas em suas terras, ou qualquer outro trabalho nestas” (ESPIG, 2011, p. 282), sendo “provável que, naquele momento, estivesse havendo um processo de incremento da ocupação ilegal de terras na região, motivado pelo grande deslocamento populacional em curso. Albuquerque mandou um recado claro: suas propriedades não seriam ameaçadas por intrusos” (ESPIG, 2011, p. 282). Ao que tudo indica, era preferível ao coronel concentrar seus esforços em aliar-se às empresas estrangeiras do que exclusivamente manter seus vínculos com os posseiros de Curitiba ou até mesmo ampliá-los, porventura, cedendo um espaço de terra para algum sertanejo construir sua roça.

Ressalta-se que aliar-se aos empreendimentos estrangeiros era uma estratégia de alguns coronéis, entre eles Albuquerque. Para outros, seguia sendo preferível a manutenção dos tradicionais vínculos sociais estabelecidos entre coronéis e agregados. Inclusive, enquanto Albuquerque buscava se aproveitar dessas novas relações com a terra, seu adversário Henriquinho de Almeida seguia relacionando-se de uma maneira mais tradicional com os subalternos, pois “não se negava para servir quem quer que lhe fosse procurar. Tudo o que lhe encarregavam para arrumar na Vila com a autoridade, ele não media sacrifícios e desempenhava prontamente. Assim era considerado o chefe dos fracos” (LEMOS, s/d, p. 34). Assim sendo, supomos que esse processo também aumentou a disputa entre os dois coronéis, cada vez mais latente com o passar dos anos.

De todo modo, aos trancos e barrancos, cercado de complicações políticas em Curitiba, Albuquerque aproximava-se de completar uma década no comando local. Sem prever os momentos turbulentos que o futuro o destinava, no final de julho de 1912, dirigiu-se para Florianópolis a fim de participar das sessões no Congresso Estadual, conforme ata publicada no jornal *O Dia* em trinta e um de julho. O mesmo jornal também registrou sua presença na capital catarinense em pelo menos mais duas oportunidades, nos dias vinte e vinte e oito de agosto. Ao que tudo indica, o coronel esteve ausente de Curitiba durante alguns dias em agosto, tendo regressado somente no início de setembro, quando sua trajetória veio cruzar com a do monge José Maria.

2.2 “As gentes do interior estão desde João Maria, esperando um outro messias”: uma trajetória possível do monge José Maria

Quando os telegramas enviados pelo coronel Albuquerque informando que haviam proclamado a monarquia em Curitiba se tornaram notícia nas páginas dos jornais, entre os dias vinte e quatro e vinte e cinco de setembro de 1912, a vida do monge José Maria se tornou de interesse nacional. Havia transcorrido mais de um mês desde sua chegada no povoado de Taquaruçu, naqueles tempos ainda pertencente a Curitiba, quando os jornais catarinenses e paranaenses começaram a lhe retratar em suas páginas como fervoroso monarquista. Contudo, se a forma como os jornais lhe apresentavam, como vimos anteriormente, não refletia a sua pessoa, quem teria sido esse indivíduo?

Há mais de um século de sua morte, José Maria segue sendo um ponto de relativa nebulosidade na história do Contestado. Entre muitas repetições, sua presença e atuação na região foi diversas vezes abordada de maneira linear; suas ações aparecem como se tivessem sido todas programadas e ordenadas para um determinado fim. Em virtude disto, sem descuidarmos das contribuições dadas pela historiografia, refutamos as pretensões da construção de uma verdade absoluta e de uma trajetória linear com ações coerentemente ordenadas para darmos destaque às possibilidades e interpretações possíveis através das fontes. Em vista disso, ressaltaremos ao longo do texto as incertezas, as escolhas, as relações sociais e o limite possível de ação desse agente histórico dentro da realidade em que viveu.

Os consensos e repetições historiográficas foram o início da pesquisa, em virtude disso, buscamos investigar como as obras que abordam a Guerra do Contestado mencionaram José Maria. Com isso, ao analisarmos essas obras²⁴, podemos perceber que para grande parte da historiografia seu nome verdadeiro teria sido Miguel Lucena de Boaventura. Antes de iniciar suas peregrinações teria atuado em alguma corporação militar, para alguns, foi membro do Regimento de Segurança do Paraná e para outros membro do Exército. Sua primeira aparição no território Contestado teria ocorrido em Palmas no ano de 1911, onde foi preso. Da cadeia de Palmas teria sido solto por benevolência do superintendente local e de lá rumado para Santa Catarina. O primeiro registro de sua presença em território catarinense teria sido em

²⁴ Ressalta-se que este breve resumo da trajetória de José Maria na historiografia do Contestado foi realizado através das obras de Peixoto (1995), D'Assumpção (1917), Soares (1920), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957), Cabral (1979), Vinhas de Queiroz (1966), Monteiro (1974), Derengoski (1987), Auras (1991), Fachel (1995), Luz (1999), Rosa Filho (1998), Machado (2004), Espig (2011) e outros. As informações por hora citadas referem-se aos pontos em comuns contidos em todas essas obras e que, de certo modo, consolidaram uma percepção de José Maria e nos apontaram um norte para iniciarmos as investigações acerca desse personagem tão importante na Guerra do Contestado.

1912, em Campos Novos, onde ganhou notoriedade como um afamado curandeiro. Todavia, para irmos além de como sua trajetória é abordada nas obras sobre o Contestado, retornemos para o período anterior ao de quando supostamente foi preso em Palmas. Assim sendo, é preciso remontar à primeira vez que supostamente tem-se alguma notícia sua.

Em primeiro de abril de 1899, o jornal *Diário da Tarde* informava que estava sendo processado Josué Maria, um antigo praça do Exército, pois estava andando pelo interior acompanhado de fiéis, dizendo ser monge e carregando uma bandeira com um crucifixo. Consideramos difícil saber se a matéria se referia ou não a Miguel Lucena de Boaventura, pois anunciava a prisão de um Josué e não de um José e por ter sido também a única menção localizada durante as pesquisas sobre o caso. Entretanto, certas semelhanças nominais e as origens militares permitem que a tratemos como a possibilidade de referir-se a uma das primeiras aparições do indivíduo que anos depois ficaria conhecido como monge José Maria. De todo modo, se tratava-se ou não do mesmo indivíduo, essa matéria apresenta sobretudo duas possibilidades analíticas. A primeira delas refere-se a de que Miguel tenha começado suas peregrinações ainda no século XIX com outro nome ou ainda que na matéria seu nome tenha sido escrito errado. A segunda trata-se da presença de monges na região sem que necessariamente se remeta à figura do monge João Maria, mostrando-nos a existência de uma prática comum nessa região.

O interior do Paraná e de Santa Catarina, localidade que supomos ser a que Miguel Lucena de Boaventura concentrou suas andanças, uma vez que não encontramos sinais de sua passagem por outros estados, vinha presenciando as peregrinações de andarilhos religiosos desde meados do século de XIX. Ele não foi o único a peregrinar pela região, pois inúmeros indivíduos também passaram pelas cidades do interior – à semelhança dos beatos do Nordeste – no Contestado se autoproclamavam ou eram identificados pelas populações locais como monges. Evidentemente, o precursor dessas peregrinações no Contestado foi João Maria de Agostini, um imigrante italiano da região do Piemonte, que chegou ao Brasil por volta de 1844.

Em sua chegada no Rio de Janeiro, João Maria apresentou-se às autoridades como um solitário eremita, declarando “[...] que exercia trabalhos religiosos que ele próprio chamou de ‘seu ministério’” (KARSBURG, 2013, p. 108). Do Rio de Janeiro interiorizou-se no território brasileiro, e no final do ano de 1844 sua presença é registrada na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, localidade na qual fixou morada durante alguns anos, em uma gruta próxima a uma fábrica de ferro que havia na cidade. No final da década de 1840 deixou Sorocaba e,

descendo pelo caminho das tropas²⁵, chegou em Santa Maria, na província do Rio Grande do Sul, instalando-se no cerro do Campestre, onde ergueu uma capela com a ajuda dos moradores locais, dedicando-a ao culto de Santo Antônio. Ainda no Rio Grande do Sul, teria passado por Candelária e, durante certo tempo, ficado no morro do Botucaraí. “Na década de 1850, há registros da passagem de João Maria de Agostinho²⁶ por Vila do Príncipe (atual Lapa), no Paraná” (MACHADO, 2004, p. 164).

Com cabelos e barba grisalhos e longos, almejando a solidão e uma vida contemplativa, dedicando-se a longas horas de oração – como escreveu Oswaldo Cabral (1979) –, João Maria de Agostini ganhou o coração, a confiança e a devoção do caboclo do Contestado. O indivíduo que transitou entre as localidades descritas anteriormente é identificado como o mesmo em todas elas, em virtude de ter dois dedos faltando em uma mão e assinar alguns documentos como D’Agostini e em outros Agostini (CABRAL, 1979, p. 107 – 178). Durante as peregrinações pousava por vezes em grutas e buscava sempre que possível ficar próximo a fontes de água que, na medida em que o monge ia sendo santificado pelas populações locais, passavam a ser consideradas como águas santas e com poderes de cura ligados à sua figura.

Em meados da década de 1860, o monge João Maria de Agostinho não foi mais visto por seus devotos no interior de Santa Catarina e do Paraná e havia deixado o país dando seguimento a suas peregrinações ao longo do continente americano. Karsburg (2013) afirma que Agostini percorreu diversos países do continente americano até chegar ao Estado do Novo México, em território pertencente aos Estados Unidos, onde foi encontrado morto em 1869. Seu sumiço dos solos brasileiros, sobretudo no território do planalto meridional, acabou sendo suprido através das peregrinações de um outro indivíduo, Anastas Marcaf, que teria aparecido na região no final do século XIX e preenchido a lacuna que fora deixada por Agostini. De origem síria, vindo de Buenos Aires, teria andado pelo planalto durante os anos de 1890 e 1908, ficando conhecido como João Maria de Jesus. Entretanto, em razão de suas semelhanças físicas e da adoção de diversas práticas do antecessor pelo sucessor, para seus devotos os dois indivíduos tornaram-se um – a entidade São João Maria²⁷.

²⁵ O caminho das tropas fazia a ligação entre o sul e o sudoeste brasileiro, tendo tido grande importância na povoação da zona contestada e promovendo diversas trocas culturais – para saber mais, consultar Machado (2004, p. 60-64). Os monges utilizavam os mesmos caminhos dos tropeiros para transitarem pela região, chegando a indicar para estas terras e regiões a serem ocupadas (MACHADO, 2004, p. 167)

²⁶ Ressalta-se que o nome “de Agostinho” era utilizado pelas populações locais, sendo um abrasilamento do seu sobrenome assinado em alguns documentos.

²⁷ Pesquisas recentes sugerem que inúmeros indivíduos peregrinaram pela região com esse nome, mas os que tiveram maior destaque para a constituição da devoção foram estes dois; uma série de lendas marca suas trajetórias. Euclides Felipe (1994), em *O último Jagunço*, realiza um levantamento com pelo menos cinco indivíduos que teriam sido identificados como monge João Maria.

No livro de crônicas do convento de Canoinhas e no Livro Tombo da paróquia, o pároco local deixou, dentre seus registros, suas impressões sobre as práticas de João Maria, relatando que: “pelo fato de receitar remédios para toda e qualquer doença, as verdadeiras e as supostas, atacar a república e falar com amor sobre a religião e dar alguns bons conselhos [...] subiu a veneração para com este homem” (STULZER, 1982, p. 97 – 98). Ainda, ambos também erguiam cruzeiros, demarcavam olhos d’água, recusavam pouso na casa dos moradores locais, realizavam batizados, serviam como um tipo de conselheiro para os caboclos da região e pregavam o respeito à natureza. Entretanto, há entre eles duas diferenças importantes que não foram tão consideradas por seus contemporâneos para os distinguir, consistindo em seus posicionamentos em relação à igreja católica e às questões políticas.

Ressalta-se que esse termo não está relacionado a uma aproximação oficial com a Igreja Católica e sim a um conjunto de práticas comuns. Por mais que Agostini tenha sido mais próximo da igreja católica e, ao que tudo indica, não tenha proferido discursos com tons políticos, consta que Anastas Marcaf teve diversos conflitos com o clero oficial, tendo, provavelmente, ficado mais conhecida a desavença com o Frei Rogério Neuhaus²⁸ em dezembro de 1897²⁹. Além dos conflitos com os padres, Anastas Marcaf proferia discursos monarquistas e seria simpático à causa federalista, tendo inclusive visitado as tropas durante a revolta. Vinhas de Queiroz relata que a informação mais segura que se tem sobre esse indivíduo é justamente a partir desse encontro com os federalistas, “[...] quando surgiu junto aos soldados maragatos no vale do Rio do Peixe. Trazia consigo uma bandeira branca com a figura de uma pomba vermelha ao centro, isto é, uma bandeira do Divino, e pediu licença para tocá-la nos feridos a fim de salvá-los” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 48).

Portanto, independentemente de quando Miguel teria começado suas peregrinações, pode-se perceber que elas ocorreram em um território com uma tradição cultural, religiosa e de sociabilidade muito bem ajustada à presença de peregrinos e curandeiros. A possibilidade aventada, através da matéria publicada no *Diário da Tarde* em 01 de abril de 1899, constituiu-se como um indício de sua presença na região. Contudo, essa notícia, por constituir-se apenas como uma simples nota informativa, não foi capaz de explicar sequer como esse indivíduo teria chegado a região. Por mais difícil que seja saber como Miguel Lucena de Boaventura chegou no Contestado, a hipótese que nos parece mais concreta é a construída por Ezequiel Antunes (1918). Para o médico que atuou durante a guerra, José Maria, ainda sob o nome de

²⁸ Frei Rogério Neuhaus atuou por longo período na região, sobretudo na paróquia de Curitiba, e tinha bom vínculo com a população local.

²⁹ Para saber mais sobre isso, consultar Cabral (1979, p. 152 – 156).

Miguel Lucena, teria participado do combate da Lapa ao lado de Gumercindo Saraiva durante a Revolução Federalista (1893 – 95). A suposição de Antunes (1918) é corroborada por uma reportagem publicada em quinze de outubro de 1912, pelo *Diário da Tarde*, através de uma entrevista com um ex-participante da Federalista que alegava ter conhecido Miguel durante aqueles anos. Segundo o entrevistado, Miguel teria acompanhado as “forças revolucionárias em 93, tendo tomado parte em diversos combates. Se não me falha a memória, fazia parte das tropas de Juca Tigre, tendo comandado um piquete” (DIÁRIO DA TARDE, 15 out. 1912).

Desta forma, parece-nos possível concluir que sua chegada à região tenha ocorrido nessa época, uma vez que os combates entre federalistas e tropas oficiais iniciados no Rio Grande do Sul adentraram o solo catarinense. Em 1893, as tropas federalistas, comandadas por Gumercindo e Aparício Saraiva, entraram no Estado de Santa Catarina em duas frentes, uma dirigindo-se ao porto de Laguna e a outra para Itajaí, tendo passado pelas localidades de Campos Novos, Curitibanos, Herval e Blumenau, com a pretensão de unirem-se com os revoltosos da Armada para, com isso, lograrem seu objetivo: a derrubada do então presidente Floriano Peixoto. Entretanto, ambos os movimentos foram suprimidos pelo governo brasileiro e não alcançaram suas pretensões. Com isso, muitos federalistas, depois de derrotados, decidiram refugiar-se no planalto catarinense e mais à oeste nos campos de Palmas.

Esse foi o caso de dois indivíduos que, como veremos, tornaram-se próximos de José Maria no decorrer de sua trajetória. Miguel Fabricio das Neves e Miguel Fragozo haviam participado dos combates e é provável que tenha sido durante as suas participações que se conheceram. Para compreender o impacto que a Federalista pode ter tido na vida de Miguel Lucena de Boaventura, faz-se necessário entendê-la como um espaço de sociabilidade e trocas. Isso permite especularmos que também tenha sido durante esses anos que entrou em contato, pelo menos de forma mais próxima, com a figura do monge João Maria. Segundo Ângelo Dourado (1979), durante alguns combates, o monge João Maria apareceu para dar bênção às tropas federalistas, às quais era simpático. Assim sendo, pode ter sido diante dessas circunstâncias que Miguel Lucena de Boaventura teve contato direto com a ação de João Maria.

Nilson Thomé (1999) discorda da hipótese de que os primeiros andares de Miguel, na região tenham ocorrido durante a época da federalista. Para esse autor, sua chegada na região teria acontecido somente mais tarde, “[...] entre meados [de] 1909 e 1910, junto com grupos de trabalhadores que foram trazidos para as obras de construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, tendo integrado, por um curto período, um dos corpos de segurança da

companhia” (THOMÉ, 1999, p. 130). Terminada a construção, no final de 1910, teria ficado pela região, “[...] a exemplo de centenas de outros ex-trabalhadores” (THOMÉ, 1999, p. 131). Nesse mesmo ano é que teria conhecido Miguel Fragoso e se dirigido aos campos de Palmas em sua companhia. Desta forma, na ótica do autor, Fragoso além de ser o responsável por levar Miguel Lucena para a região de Palmas teria sido também quem o ensinou os “[...] segredos das ervas medicinais e nele se inspirou para se aventurar em pregações religiosas” (THOMÉ, 1999, p. 131).

Porém, pesquisas mais recentes revelaram certa fragilidade dessa hipótese. Espig (2011), problematizando quem seriam os trabalhadores empregados na construção da estrada de ferro e quais teriam sido os seus destinos após a conclusão, desmistifica o que talvez tenha sido um dos maiores equívocos interpretativos sobre a Guerra do Contestado. Celebrizadas no relatório do General Setembrino de Carvalho, as ideias de que “[...] com a construção da São Paulo – Rio Grande [...] os sertões foram se enchendo dos piores malfeitores, oriundos de todos os lugares, principalmente de Pernambuco e do Rio” (CARVALHO, 1916, p. 3/4) e que, ao término da construção, “foram os trabalhadores da linha abandonados nos mesmos sítios em que se achavam as turmas” (CARVALHO, 1916, p. 3/4) foram amplamente difundidas nas obras sobre o conflito.

Durante suas pesquisas, Espig (2011) verificou que os recrutamentos em outros estados brasileiros até ocorreram, mas em menor escala. As referências mais constantes em suas fontes são de pessoas vindas da Polônia, Rússia, Portugal e Itália.

Parte destes, inclusive, foi trazida diretamente pela Companhia a fim de construir a ferrovia e, posteriormente, adquirir e colonizar as terras adjacentes à mesma [...]. Teria ainda havido algum recrutamento de homens da própria região do Contestado, mesmo que fraco. As fontes informam que eram pessimamente vistos pela Companhia. Estes teriam se concentrado sobretudo no fornecimento de gêneros agrícolas ao “exército” de trabalhadores que então invadia a região. Muitos dos turmeiros foram contratados entre pessoal egresso da macrorregião, ou seja, dos estados do sul. Dentre estes, muitos colonos e vários homens que se dedicavam ao trabalho em ferrovias; concluída uma, partiam para a próxima. Estes, naturalmente, não permaneceram no Contestado após a construção (ESPIG, 2011, p. 360).

Espig (2011) ressalta que por muitos anos a historiografia sobre o Contestado entendia que de um dia para o outro, com o término das obras, cerca de oito mil homens teriam sido dispensados, ficando abandonados e sem rumo na região. Para a historiadora, faltava à historiografia, “[...] a compreensão de que a retirada destes homens aconteceu paulatinamente, não havendo um momento em que todos estes milhares ficaram desempregados” (ESPIG, 2011, p. 360 – 361). Outro ponto que causa dúvida na hipótese de Thomé (1999) é o de que Miguel Lucena tenha atuado no corpo de segurança da companhia e dele sido dispensado em

virtude da conclusão das obras, dado que mesmo após a conclusão das obras o corpo de segurança seguiu atuando na região.

Cabe lembrar, que o corpo de segurança foi instituído por Aquiles Stenghel no final de 1908, com o aparente objetivo de manter a ordem na Estrada de Ferro e na região em sua volta. Assim, pode-se perceber que o corpo de segurança, além de intervir em casos disciplinares envolvendo taifeiros e trabalhadores, também se constituiu como um instrumento de controle da população (ESPIG. 2011, p. 262). Vinhas de Queiroz (1966) afirma que era também responsabilidade dessa instituição paramilitar a expulsão de posseiros das terras pertencentes à ferrovia. Conforme este pesquisador, quando os posseiros se recusavam a retirar-se das terras, Stengel enviava os homens do corpo de segurança para expulsar os moradores.

Diante disso, é possível concluir que o corpo de segurança da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande tenha sido absorvido por outra subsidiária da *Brazil Railway – a Lumber –*, tendo sua formação numérica e suas funções alteradas ao longo dos anos, em virtude dos interesses da empresa. Com isso, em um primeiro momento se constituiu como

[...] uma guarda formada para acompanhar a segurança da construção de determinado trecho de uma ferrovia deveria ser dispersa ao seu final, no caso em dezembro de 1910. Se confiarmos em um dado trazido por Queiroz, veremos que o Corpo de Segurança da construção passou ao status de Corpo de Segurança da empresa, ocupando-se então principalmente dos posseiros. (ESPIG, 2011, p. 262).

E por fim, teria sido incorporado à *Lumber* com um efetivo de cerca de 300 homens. Desta forma, é provável que se Miguel tivesse atuado no corpo de segurança da *Brazil Railway* dificilmente conseguiria se dar bem com grande parte da população local, devido o que o corpo de segurança representou naquele contexto. Ademais, as aparições, que temos notícias, de Miguel são sempre marcadas por relações amistosas com os moradores da região. Como veremos adiante, quando perseguido em Curitiba, decidiu retornar para onde era querido e tinha amigos.

Diante do exposto, considera-se mais plausível a hipótese de que a incursão desse indivíduo no território Contestado tenha sido durante a Federalista, ainda sob o nome de Miguel Lucena de Boaventura. Com o findar do conflito, assim como tantos outros participantes, decidiu permanecer na região. Por ter conhecimento de ervas medicinais, começou a atender enfermos e, talvez inspirado pelo contato que possa ter tido com o monge João Maria, passou a adotar o nome de José Maria. Com a afluência de pessoas a sua procura, por vezes chamou a atenção das autoridades policiais e teve que abandonar a localidade em que estava; em outras ocasiões, por não obter destaque nas curas, buscou novos povoados.

Desta forma, por mais difícil que seja a confirmação, é possível que a matéria publicada no *Diário da Tarde* em 1899 se referisse a ele, tendo sido nesse ano o começo de suas peregrinações. Contudo, também precisamos considerar a hipótese de que o jornal estivesse se referindo a outra pessoa, e não a Miguel Lucena de Boaventura.

Seguindo os rastros que possam ter sido seus, em 1903, quatro anos depois de sua suposta primeira aparição nos noticiários como monge, Miguel teria voltado para as páginas dos jornais³⁰. Em fins de maio daquele ano, o *Diário da Tarde* noticiava que fazia cerca de dois meses que um tal de João Ventura estava no povoado de São Domingos e, cercado de diversas pessoas, dizia “[...] curar os morféticos, os paralíticos e todos os enfermos, por meio de benzimento e de ervas” (DIÁRIO DA TARDE, 25 mai. 1903). A aglomeração em seu entorno chamou a atenção do comissário de polícia de Palmas, responsável pela jurisdição do povoado, que ordenou que fosse efetuada a prisão do monge e que ele fosse remetido para a cidade de Palmas. Com isso, um pequeno destacamento policial dirigiu-se até o local e, ao avistá-los, o monge teria ordenado que abrissem fogo contra a força policial. Entretanto, seus seguidores não cumpriram suas ordens e o confronto foi evitado. Todavia, foi exigido pelo Monge que os militares beijassem os seus pés em um sinal de respeito. Ainda conforme publicado no periódico, daquele dia em diante o monge começou a ficar inquieto e passou declarar que em breve seguiria viagem (DIÁRIO DA TARDE, 25 mai. 1903).

Conforme seus avisos, partiu. Meses depois, os jornais voltaram a dar notícias suas, dizendo que estava acampado na serra do Campo-Êre, sendo novamente seguido por diversas pessoas. Segundo as informações do correspondente do *Diário da Tarde*, durante sua estadia na localidade,

[...] o *santo* escolheu três moçoilas catitas, e externando o seu povo que o esperasse ali, meteu-se na mata com elas dizendo que lá com aquelas três virgens encontrar Deus, que vinha com eles, minorar os sofrimentos, recorre-los enfim, e deu as de vila diogo como por encanto, voltando a tarde do dia seguinte, somente as *virgens!* (DIÁRIO DA TARDE, 1 ago. 1903).

Em razão dessa ação, muitas das pessoas que lhe estavam seguindo teriam decidido retornar para suas casas e com isso, completava o correspondente, “[...] naturalmente irá procurar outra freguesia mais apropriada, onde não seja conhecido, e onde possa de novo tornar-se santo” (DIÁRIO DA TARDE, 1 ago. 1903). Por mais difícil que seja de se confirmar, pode ter sido nessa oportunidade que surgiu a lenda das virgens que acompanhavam José Maria e

³⁰ É importante destacar que se considerarmos que a matéria de 1899 não se referia a Miguel Lucena de Boaventura, somente em 1903 é que suas peregrinações teriam tido início.

tenha sido tirada a fotografia mais conhecida atribuída a sua pessoa. Depois disso, um novo sumiço.



Fig. 01 – Suposta foto do Monge José Maria, acompanhado das três virgens que lhe prestavam auxílio. Autor desconhecido.³¹

Aproximadamente três meses depois, uma nova menção. Desta vez seu aparecimento foi noticiado em pelo menos três periódicos: *O Dia*, *A República* e *Diário da Tarde*. Todos eles transcreviam uma matéria do *Palmense*, a qual informava que por intermédio de uma “[...] pessoa fidedigna sabemos que o célebre monge Boa Ventura, que esteve algum tempo no quarteirão de S. Domingos” (A REPÚBLICA, 23 nov. 1903), estava acompanhado de algumas pessoas que o obedeciam “cegamente”. De acordo com a publicação, Boaventura seria um desertor que estava escondido durante alguns anos, “[...] que não tendo outro meio de vida resolveu fazer-se monge” (A REPÚBLICA, 23 nov. 1903). É difícil confirmar que a matéria publicada no *Diário da Tarde* em 1899 e as publicadas nos outros jornais em 1903 tratassem da mesma pessoa, pois os indícios são restritos, deixando dúvidas.

³¹ Essa foto é popularmente atribuída a pessoa de José Maria, entretanto, não existe nenhuma confirmação concreta que ateste isso. Sua autoria é desconhecida e ela é facilmente encontrada em uma busca no Google. Está disponível no site da prefeitura de Irani (SC) e pode ser acessada no link: <https://www.irani.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/6801/codNoticia/450077> (acesso em 31/03/2020).

Depois das matérias publicadas em fins de novembro de 1903, Miguel Lucena de Boaventura retornou ao ostracismo midiático. Entretanto, as matérias sobre aparecimentos de monges na região do Contestado não cessaram. Em 1905, o *Diário da Tarde* mencionava que estava sendo preso um “[...] ex-praça do regimento de segurança, José Silva Oliveira [ilegível] de numeroso bando, andava por vários povoados intitulado-se monge” (DIÁRIO DA TARDE, 27 nov. 1905). Em 1906, o jornal *A Notícia* informava que durante alguns dias esteve nas proximidades de Castro (PR) “[...] um curioso indivíduo, conhecido por Monge João Maria” (A NOTÍCIA, 25 abr. 1906). Em vinte de março de 1907, *A República* noticiava um caso de “fanatismo” ocorrido na cidade de Palmas, cujo culpado era um tal de monge Custódio. Ainda nesse ínterim, dois processos crime mencionam a presença de monges no Paraná, o que nos mostra a força da figura dos monges entre aquelas populações durante o início do século XX³².

Enquanto tais casos eram noticiados e os processos julgados, nenhuma nova informação de Miguel foi localizada. Desde as publicações ocorridas em 1903, nada mais se falou nos jornais sobre ele, somente voltou à cena nas páginas da imprensa em 1908. O *Diário da Tarde*, com seu tradicional tom alarmista, clamava pela atenção das autoridades para uma carta que havia sido enviada por um morador da Colônia de Mallet. Essa dizia que havia surgido naquela Colônia, há cerca de vinte dias, “[...] um indivíduo dizendo chamar-se José Maria e ser monge, o começo das suas façanhas foi alarmar que brevemente estourará uma fortíssima guerra e que não escapará ninguém”, afirmando também que “[...] logo aparecerá uma grande quantidade de gafanhotos com bico de aço e as asas na forma de uma serra também de aço”³³ (DIÁRIO DA TARDE, 16 out. 1908). De acordo com o redator da carta, as pessoas iam pedir-lhe receitas médicas e orações, tratando-se do mesmo monge que havia saído fugido de Palmas para Mangueirinha, mas que naquela localidade estava sendo bem hospedado. É importante destacar que essa é a primeira matéria que se refere a Miguel como sendo o monge José Maria, permitindo supormos que tenha sido a partir dessa circunstância que ele passou a adotar o nome pelo qual ficou popularmente conhecido.

Pouco mais de um mês depois de conclamar alguma ação das autoridades, o *Diário da Tarde* informava que atitudes estavam sendo tomadas. Novamente, a polícia estaria em seu

³² Ambos os processos se encontram à disposição para consulta no Tribunal de Justiça de Curitiba, sob o n° de registro: 386, ano de 1903, processo crime, indexação consta os termos bocaiuva, rodeio, foice, conflito familiar, monge, lavradores; e também sob o n° de registro: 592, ano de 1906, inquirição, indexação consta os termos serrinha, bocaiúva, monge, desaparecimento, excesso religioso, fanatismo, lavradores, tratamento de saúde, boava, reza, vara de marmelo.

³³ Tais falas remetem a profecias feitas por João Maria durante suas peregrinações. Na matéria publicada no jornal *A Notícia*, mencionada anteriormente, é possível perceber isso.

encalço e, com isso, “o famigerado monge José Maria, ao saber das providências dadas pelo sr. Comissário de Polícia de Guarapuava, para pôr embargos as suas indecentes manobras, internou se pelo sertão” (DIÁRIO DA TARDE, 18 nov. 1908) e desapareceu. Ivone Gallo (1999) cita a mesma carta publicada no *Diário da Tarde*, porém no jornal *O Livre Pensador* de São Paulo, em 1909. Para a pesquisadora, “parece não haver dúvidas de tratar-se do monge José Maria” (GALLO, 1999, p. 83). De fato, os rastros deixados por suas peregrinações, entre seus aparecimentos e desaparecimentos, permitem supormos a hipótese de que a trajetória de Miguel Lucena de Boaventura tenha sido iniciada, pelo menos, em 1903.

De todo modo, tratando-se ou não do mesmo individuo nos casos noticiados, sobretudo pelo *Diário da Tarde*, José Maria, agora já como monge, desapareceu mais uma vez das páginas dos jornais. Foi somente no final do ano de 1911, quando preso em Palmas, que voltamos a ter referências suas. O *Diário da Tarde* informava em vinte e sete de novembro que: “celebre monge, que, interrogado, declarou chamar-se Boaventura José de Maria”. Em razão do que teria sido preso? Conforme a versão mais recorrente na historiografia teria sido por crime de defloração, entretanto, segundo Ivone Galo (1999, p.83), teria sido em virtude de raptar uma moça³⁴. A informação mais completa sobre o ocorrido é trazida por Nilson Thomé, que em suas pesquisas encontrou uma notícia do jornal *O Palmense* publicada em quinze de novembro de 1911, segundo a qual José Maria teria sido “[...] preso na cidade de Palmas, acusado de sedução da filha de João Koeller”, mas foi “inocentado pela suposta vítima, demonstrando o desejo de casar – que não fez – e, por intercessão do coronel Domingos Soares, foi liberado” (THOMÉ, 1999, p.131).

O caso de prisão aparentemente não desfez os laços que construiu anteriormente na região de Palmas, quando se destacou na “[...] aplicação de plantas tidas como medicinais (homeopatia) e passou a atender o povo que o procurava” (THOMÉ, 1999, p. 131). Segundo Thomé (1999), mesmo preso seguiu atuando como curandeiro, atendendo os outros presos e aos moradores que o procuravam em busca de curas. Entretanto, depois de liberto pelo superintendente de Palmas, decidiu deixar a região. Quais teriam sido os motivos de tal decisão? Não sabemos ao certo. É possível que tenha sido uma exigência do superintendente para lhe conceder a soltura ou simplesmente achou que era hora de respirar novos ares. Diante disso, abandonou o estado paranaense, atravessou o Rio do Peixe e, agora em território catarinense, deu continuidade a suas andanças pelo Contestado.

³⁴ “Mas, no Brasil daqueles tempos, o rapto de mulheres era uma prática comum e, em muitos casos, até o raptor podia contar com a anuência da vítima, de tal forma que José Maria foi logo liberado, mas sob promessa de casamento, coisa que não se realizou não se sabe por quê” (GALLO, 1999, p. 83).

Certo dia, não se sabe qual, foi visto nas terras de Francisco de Almeida, em Campos Novos. Antes, também na mesma cidade, teria passado pela “[...] Fazenda Umbu, dali dirigindo-se ao Faxinal dos Padilhas, no Espinilho, depois às terras dos Lopes e, adiante, às estancias de Cipriano de Almeida” (THOMÉ, 1999, p.131). Assim sendo, em meados de setembro de 1911, José Maria foi interpelado por dois trabalhadores enquanto descansava. Os rapazes, surpresos com o que viram, teriam prontamente ido avisar Francisco de Almeida, dono da fazenda, do que haviam encontrado na sua propriedade. Com isso, o próprio Francisco teria ido conferir a veracidade das informações que havia recebido e “lá chegando, encontrou, de fato, um homem de carne e osso, que o recebeu com brandura, afirmando-lhe logo ‘sou irmão de João Maria’, ‘vim continuar sua obra’” (ANTUNES, 1918, p 36). José Maria ainda teria questionado se o fazendeiro se recordava do santo monge e afirmado ser entendedor de práticas de cura. O fazendeiro, mesmo duvidando da palavra de José Maria, levou o monge para sua casa, pois sua esposa encontrava-se doente e com “[...] farta bagagem de superstição aceitou logo, como um favor divino, o aparecimento do novo monge” (ANTUNES, 1918, p. 37).

Não sabemos ao certo se o encontro entre José Maria e Francisco de Almeida ocorreu conforme foi relatado por Antunes (1918). Apesar disso, ocorreu de alguma forma, pois é certo que durante alguns meses ficou hospedado na casa de Francisco de Almeida. Em uma carta do coronel Henrique Rupp, superintendente de Campos Novos, para seu filho, esse confirma que José Maria estivera no município, como hóspede do “Compadre Almeida”, durante meses, atuando como curandeiro, e, em virtude de não aceitar retribuições pecuniárias, pessoas de todos os municípios vizinhos iam à sua procura (TL 02 AHWR, 01 out. 1912)³⁵.

Alguns fatores precisam ser elucidados visando a melhor compreensão das razões que levavam inúmeros indivíduos a lhe cercarem nas localidades por onde passou anteriormente e a lhe procurarem em Campos Novos, entre fins de 1911 e meados de 1912. Naqueles tempos, a medicina ainda não estava consolidada como a principal arte de curar, foi só no transcorrer do século XX que ela atingiu o status do qual desfruta atualmente. “De fato, a medicina era apenas uma entre diversas outras formas de curar e conceber a doença, sem essa visão hierarquizada dos saberes que impera atualmente” (WITTER; FARINATTI, 2000, p. 1). Na

³⁵ Telegrama redigido por: RUPP, Henrique. [Informações sobre a presença do Monge José Maria na região e suas impressões]. Destinatário: Henrique Rupp Junior, Campos Novos, 01 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado. Arquivo Histórico Waldemar Rupp, Campos Novos.

região do Contestado, os atos de curar eram realizados, sobretudo, por benzedores e curandeiros, e não por médicos.

Entre as razões que motivavam os moradores a buscarem auxílios de cura com benzedores e curandeiros está o fato de que a figura dos médicos era de relativa escassez na região. Todavia, um elemento de maior importância para explicar tal ação eram as formas como aquela sociedade compreendia a doença. Para aquelas pessoas, as concepções de doença e cura apresentavam alguns aspectos mágico-religiosos; assim, era preciso também cuidados espirituais para se solucionarem. Não é à toa que entre os anos de 1909 e 1911 conste no Livro Tombo da paróquia de Curitiba que os padres realizaram, entre esses anos, aproximadamente 142 visitas a enfermos. Mas, assim como os médicos, os padres também não conseguiam manter uma relação tão próxima e acessível com os sertanejos como os curandeiros e os benzedores. Em virtude desses aspectos e da forma como realizavam seus tratamentos, curandeiros, rezadeiras e benzedoras eram os mais requisitados no Contestado.

A atuação de José Maria parece muito bem ajustada a essas concepções. A identificação como monge teoricamente garantia-lhe a capacidade dos cuidados espirituais e, o conhecimento de ervas medicinais, a cura dos males corporais. Entretanto, tais elementos por si só não seriam suficientes para seu sucesso. Witter e Farinatti (2000, p. 2) ressaltam que “[...] a confiança que a população depositava num curador era essencial” para o seu sucesso. Podemos supor que esse último elemento pode ter sido alcançado em Campos Novos ao conseguir curar a esposa de Francisco de Almeida. Este, visando retribuir os serviços prestados pelo monge, teria oferecido dinheiro, o que foi recusado. É plausível supor que ambas as ações lhe asseguraram credibilidade entre uma parcela da população local. Não aceitar dinheiro o aproximava da mística dos monges e curar a esposa de uma pessoa com relativo destaque social pode ter garantido a confiabilidade de seus conhecimentos medicinais naquela sociedade.

Foi em Campos Novos que José Maria teve seus dias mais tranquilos, uma vez que aparentemente não teve nenhum atrito policial como nos seus aparecimentos anteriores. Contudo, sua capacidade de cura e os boatos de que um monge estava na região levavam incontáveis pessoas à sua procura, tornado seus dias movimentados. “Ao seu encontro principiaram as romarias da pobreza, dos sofredores, portadores, às vezes, de moléstias incuráveis. José Maria desfrutava da fama de grande curandeiro. Mesmo ricos fazendeiros iam à sua procura” (SOUZA, apud: THOMÉ, 1999, p.131). Certo dia, provavelmente entre junho e julho de 1912, recebeu alguns moradores de Curitiba, entre eles Praxedes Gomes

Damasceno, Francisco Paes de Farias, Manoel Alves de Assumpção Rocha e Eusébio Ferreira dos Santos³⁶. Esses eram os responsáveis por organizar os festejos de Bom Jesus em Taquaruçu, próxima de onde o monge se encontrava naqueles dias, e haviam ido até a sua presença lhe convidar para que se fizesse presente naquele povoado durante os dias de festa. Com isso, ao se aproximar o início dos festejos, no começo de agosto, José Maria rumou a Curitiba, mais especificamente ao povoado de Taquaruçu.

2.3 Entre solidariedades e hostilidades: a presença de monge José Maria em Taquaruçu (SC) e os conflitos com o coronel Albuquerque em agosto e setembro de 1912

Na véspera da festa do padroeiro Bom Jesus, em agosto de 1912, chegou o tão esperado José Maria, uma pessoa falante, sorridente, de bons modos, humilde, tratava muito bem as pessoas e no dia da festa liderou as rezas e os cantos, parecia até ser um dos líderes do lugar (FELISBINO, 2013, p. 43).

Ao retornar a Curitiba após sua estadia em Florianópolis, onde havia ido participar dos trabalhos no congresso estadual, entre o final de agosto e o início de setembro de 1912, Albuquerque deparou-se com uma situação que não o agradou. Para resolver suas pendências locais, apelou para sua rede de apoio, visando solucionar o que tanto lhe incomodava. Seus telegramas diziam que estava em curso um movimento monárquico e apelavam para o envio de tropas estaduais visando reprimir o suposto levante. Neles Albuquerque declarava que os sertanejos “cegamente dominados pelo seu taumaturgo, presumem estar a monarquia proclamada, e assistir-lhes de ordem divina, transmitida pelo embuste do tal monge, o dever de por ela baterem-se, o que farão destituindo as autoridades da República” (O DIA, 26 set. 1912), conclamando que fossem adotadas medidas enérgicas para pôr fim ao suposto levante.

Aproximadamente dois meses separam o envio dos primeiros telegramas redigidos pelo coronel Albuquerque e a chegada de José Maria em Curitiba. A chegada do monge ao povoado de Taquaruçu, distrito de Curitiba naqueles tempos, ocorreu no começo de agosto, coincidindo com o início das celebrações da Festa do Senhor Bom Jesus, graças a um convite que havia recebido de alguns moradores da dita localidade, responsáveis pela organização dos festejos naquele ano. Pedro Aleixo Felisbino (2013)³⁷, captou nas memórias

³⁶ Desses quatro indivíduos, exceto Praxedes, que não quis aderir a causa sertaneja posteriormente, os demais tornaram-se importantes líderes sertanejos ao longo da Guerra do Contestado, sobretudo a partir do reagrupamento em Taquaruçu no ano de 1913.

³⁷ Durante muitos anos Felisbino dedicou-se a recolher relatos entre os remanescentes da Guerra em Taquaruçu. Ao tratar da presença de José Maria nessa localidade, retoma uma de suas conversas com um morador local, da qual extraímos as citações utilizadas nesse trabalho. A atuação de Felisbino resultou na criação do Museu do Jagunço, importante instituição que guarda a memória do conflito, localizado justamente onde formou-se o

de um morador local a expectativa gerada pela vinda do monge José Maria para Taquaruçu e como teria se desenhado sua participação nos festejos religiosos, perceptível na epígrafe desse subcapítulo.

As festas religiosas vinham ocorrendo no Brasil desde os primeiros séculos da colonização e configuravam-se como um espaço de sociabilidade, no qual “[...] era comum a participação não apenas dos moradores locais, como também dos arredores” (JURKEVICS, 2005, p. 75). Segundo Duglas Monteiro (1974), as festas religiosas no Contestado, e em outras partes do país, “[...] não assumiam um caráter exclusivamente religioso ou profano. Motivações de ambas as naturezas [se] mesclavam” (MONTEIRO, 1974, p. 83). A Festa do Senhor Bom Jesus ocorria em todo interior do Brasil e constituía-se em uma celebração de caráter agrário, na qual os “[...] fiéis lembravam a natureza, àquela altura do ano mutilada pelo frio, a seca e o machado, mas que breve renasceria após o fogo e a sementeira” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 88).

Por conta dessas celebrações e da presença do monge José Maria, já famoso na região e associado ao antigo monge João Maria, muitas pessoas se direcionaram a Taquaruçu durante a primeira quinzena de agosto. Pedro Aleixo Felisbino (2013), transcrevendo as memórias de Alcides Webber, nos fala que

as festas de Taquaruçu eram bem vistas por muitos visitantes das comunidades vizinhas e até de longe e essas pessoas, ao voltarem à suas casas levavam a boa notícia, que José Maria atendia as pessoas no Taquaruçu, pois na época não havia médicos na região, e elas apegavam-se a benzimentos e remédios caseiros extraídos da própria natureza. José Maria, tendo larga experiência em ervas medicinais e não cobrando nada pelos remédios a quem lhe procurava, não dava conta de atender tanta gente, elas tinham que esperar por vários dias (FELISBINO, 2013, p. 43 – 44).

Pode-se perceber, que mesmo após do término dos festejos, José Maria deixou-se ficar onde estava. Suas andanças anteriores mostram que isso era uma prática comum do monge. Diferentemente dos que o antecederam, que evitavam ficar muito tempo em cada lugar, José Maria só resolvia migrar se perseguido ou por convite, como o que o levou para Taquaruçu. Dessa forma, José Maria resolveu ficar no local. Com isso, “[...] o arraial formado para a festa não foi desmontado, tendo as barracas crescido em número devido à constante afluência de doentes e curiosos” (MACHADO, 2004, p. 178). É possível supor que, diante de sua permanência, seguiu realizando as mesmas práticas de quando estava em Campos Novos. Não podemos afirmar o que teria acontecido durante sua chegada e em sua participação na festa até o dia em que o primeiro telegrama de Albuquerque foi enviado, em razão da existência de

primeiro ajuntamento em torno do Monge José Maria e o reduto de Taquaruçu em 1913. Ressalta-se que atualmente o museu encontra-se aberto para visitas e é administrado pela prefeitura de Fraiburgo - SC.

uma lacuna a respeito desse período nas fontes. Entretanto, independentemente do que vinha ocorrendo, supõe-se que não incomodava a Albuquerque.

É provável que, durante os primeiros quinze dias de estadia de José Maria em Taquaruçu, o seu envolvimento tenha sido quase que exclusivamente com os festejos e atendimento de doentes. Por mais que já desfrutasse da fama de bom curandeiro e houvesse sido convidado para participar das celebrações, a festa ocorreria com ou sem sua presença. Acreditamos que a festa aconteceu como nos outros anos e que a presença de José Maria consistiu em um atrativo a mais para os participantes. Durante essa quinzena, ao que tudo indica, Albuquerque estava em Curitiba e o que acontecia em Taquaruçu não lhe causava incômodo, possivelmente por ver no que estava ocorrendo como integrante dos tradicionais festejos religiosos da região. Durante a segunda quinzena do mês de agosto foi que o coronel se afastou da cidade em virtude de suas atribuições no Congresso Estadual, retornando para Curitiba somente no início de setembro. É possível que, em seu regresso, tenha tomado conhecimento de que mesmo com o fim dos festejos José Maria ainda estava em Taquaruçu e que para lá diversas pessoas afluíam em sua procura.

Nesse ínterim é que pode ter sido gerado o boato que desencadeou os primeiros telegramas. Vinhas de Queiroz (1966) sustenta que Henriquinho de Almeida, principal oponente de Albuquerque em 1912, como vimos anteriormente, teria se encontrado com José Maria. No entanto, adverte que mesmo estando próximos a fazenda desse coronel e o lugar onde o monge estava instalado, Henriquinho nunca teria ido até lá: “Os dois se encontraram, em conferência, no passo do rio Correntes” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 91). Não sabemos se esse encontro realmente ocorreu e, caso o tomemos como real a sua ocorrência, nem o que teria sido conversado durante o encontro. O certo, pelo menos ao que tudo indica, é que nos dias que sucederam o retorno de Albuquerque a Curitiba, na primeira quinzena de setembro, o coronel buscou entrar em contato com o monge.

Não sabemos se os motivos que levaram Albuquerque a buscar contato com José Maria foram os boatos de que estava ocorrendo uma aproximação deste com Henriquinho ou se a crescente procura ao monge e o ajuntamento que só aumentava lhe causavam preocupações e riscos aos seus domínios, ou ainda se teria sido com o interesse de fortalecer-se com o seu apoio. Independentemente dos motivos, Albuquerque tentou se aproximar. “De início, procurou agir de maneira suave: a propósito de doença em pessoa de sua família, mandou chamá-lo a Curitiba. Se José Maria o atendesse logo, isto seria prova de obediência” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 91). Entretanto, mesmo que fosse imprudente não atender

à solicitação de um coronel, José Maria recusou. Essa tentativa de aproximação que nos conta Vinhas de Queiroz (1966) vai além de uma “prova de obediência”, é um sinal de um interesse de constituir uma relação diádica por parte de Albuquerque. E o monge, ao recusar, estava recusando também a constituição desse laço.

Não contente com a primeira recusa, Albuquerque resolveu então intimar o monge a ir encontrá-lo. Ao saber que o coronel exigia sua presença, agora de maneira não tão sutil como anteriormente, José Maria teria mandado avisar que “[...] a distância da casa do coronel à sua era igual à da sua casa à do coronel, insinuando assim que Albuquerque lhe fosse prestar homenagem” (VINHAS DE QUEIROZ, 1969, p. 91). Se a primeira recusa não havia soado bem para o coronel, a segunda com toda certeza parecia um sinal de que não teriam relações amistosas. Não conhecemos os motivos que levaram José Maria a recusar as solicitações de Albuquerque. Concordamos com a afirmação de Machado (2004), que ressalta

inicialmente, não parece ser objetivo de José Maria posicionar-se a respeito do antigo conflito entre os dois chefes políticos de Curitiba, como normalmente a historiografia predominantemente faz crer, estabelecendo um vínculo direto entre o monge José Maria e o coronel Henrique de Almeida [...]. Isto não pode ser sustentando, em princípio, porque havia, dentre os mais destacados seguidores do monge, gente muito próxima e amiga do superintendente municipal de Curitiba, o coronel Albuquerque. É o caso de Francisco Paes de Farias (Chico Ventura), de seu irmão Sergílio Paes de Farias e do comerciante Praxedes Gomes Damasceno. Os irmãos Paes de Farias eram amigos pessoais de Albuquerque [...]. Praxedes era, além de parente dos irmãos Paes de Farias, amigo pessoal do coronel Albuquerque e, mais ainda, afilhado de casamento do coronel Vidal Ramos Junior, então governador do estado (MACHADO, 2004, p. 178).

Assim, ambos estariam na mesma rede de relações, podendo ser considerados aliados uns dos outros.

Todavia, ignorando quem estava ao lado do monge, se seus aliados ou não, até é possível que Albuquerque tenha interpretado as recusas do monge como um sinal de que não seriam amigos, tampouco aliados. Desta forma, passou a tratá-lo como inimigo e, “se Albuquerque tivesse forças suficientes, mandaria desfazer o ajuntamento e prender o monge” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 91), mas não as tinha. Diante disso, segundo o Padre Menandro Kamps, contemporâneo aos acontecimentos,

Albuquerque caiu em pânico. Ao invés de, corajosamente, prender o culpado [José Maria], e por uma comissão de pessoas ilustres aconselhar-se, não permitiu jamais que o Frei Gaspar Flesch, o vigário partisse a Taquaruçu para acalmar o povo mas deu de mandar diversos telegramas, exagerados, ao Governo, como se tivesse estourado verdadeira revolução monarquista (STULZER, 1987, p. 36).

Destaca-se que essa atitude de Albuquerque e sua incapacidade de solucionar um problema que possivelmente ele próprio criou demonstram o quanto seu domínio estava desgastado e frágil em 1912, bem como o quanto era dependente do apoio de Vidal Ramos.

Não tivemos, no decorrer da pesquisa, acesso ao telegrama que desencadeou inúmeras matérias jornalísticas e a ordem de marcha para as forças policiais. Mas, como vimos anteriormente, muitos dos telegramas redigidos por Albuquerque durante o final de setembro e início de outubro de 1912 informavam que estava em curso uma sublevação monárquica no interior de Santa Catarina. Rogério Rosa Rodrigues (2008) destaca, que por mais que a denúncia de um movimento monarquista em 1912 pareça anacrônica, teria sido esse o motivo encontrado por Albuquerque para mobilizar “[...] forças policiais contra os fiéis reunidos em torno de José Maria. O estranho não era tanto a denúncia, mas o fato de ela ter sido acatada, conforme comprova o pequeno destacamento militar enviado à região por ordem de Vidal Ramos” (RODRIGUES, 2008, p. 78).

Entretanto, a ideia de que estava realmente em curso um levante monárquico não foi tão bem aceita como pode parecer ao consultar o jornal *O Dia*. Por mais que este periódico tenha gasto muitas laudas tentando convencer seus leitores de que o risco era iminente e que era preciso enviar tropas para a região. Internamente, os coronéis locais, políticos como Vidal Ramos e Eugênio Muller, e até mesmo o redator do jornal *O Dia* provavelmente não acreditavam fielmente na versão que Albuquerque propagava em telegramas. Todavia, em virtude dos interesses dos envolvidos, o periódico necessitava que essa versão fosse socialmente aceita. Os jornais de outros estados chegaram a tratar o caso como uma “ridícula sublevação”. O *Diário da Tarde*, em vinte e cinco de setembro, retomando uma publicação do jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, dizia que ainda que “[...] a sublevação monárquica de Campos Novos seja ridícula, o governo providenciará para que ali não se erga um novo Canudos” (DIÁRIO DA TARDE, 25 set. 1912). A estratégia argumentativa utilizada por Albuquerque e pelo jornal, ao remeter o caso de Curitiba à memória de Canudos, poderia tornar o envio de tropas aceitável para grande parte da população.

No entanto, para seus correligionários e para alguns coronéis da região, como Henrique Rupp, era sabido que a “proclamação monárquica” alegada por Albuquerque não passava de uma desculpa. Porém, mesmo como uma desculpa e com a capacidade de fazer voltar à tona o trauma de Canudos, ela contribuía para que os caboclos fossem considerados fanáticos. Ou seja, a acusação de que estava em curso um levante monarquista constitui-se como um argumento retórico quanto ao fanatismo caboclo. Essa circunstância fica perceptível ao ter

conhecimento que, na época em que os telegramas de Albuquerque foram divulgados, o redator do jornal *O Dia* era Henrique Rupp Junior, filho do superintendente de Campos Novos, e que dias depois do primeiro telegrama ele recebeu uma carta de seu pai. Nela, o coronel Rupp informava sua visão sobre os acontecimentos, dizendo: “[...] o caso Curitibanos de momento não me impressiona visto que as notícias que de lá tenho são incompletas; [...] Nossos caboclos de mato fácil fanatizar e se fez exato o que se ouve, necessária ação enérgica. Questão restauração monarquia, no meu ver uma arlequinada” (TL 02 AHWR, 01 out. 1912)³⁸. Assim, podemos concluir que não importava o que realmente estava ocorrendo, o importante era atender à demanda local de Albuquerque. Com isso, de modo semelhante a outras ocasiões, porém agora em maiores proporções, apelando para sua rede de relações e sua proximidade com Vidal Ramos, Albuquerque fez uso do aparelho do Estado para perseguir suas desavenças.

Então, com o poder contido nas palavras escritas por Albuquerque, com o apoio de alguns coronéis locais que farejavam perigo no grupo reunido em volta de José Maria e com a campanha realizada pelos jornais, foi ordenado que tropas estaduais e federais marchassem rumo a Curitibanos. Desta forma, foi enviado para a região um contingente do regimento de segurança catarinense saído de Florianópolis, sob o comando do Desembargador Sálvio de Sá Gonzaga, e um saído de Tubarão, sob o comando do alferes do Regimento, Manoel Fernandes Guedes, em 25 de setembro de 1912. Também foram enviadas tropas federais que eram

compostas pelo 14º Regimento de Cavalaria e duas seções da 2ª Companhia de Metralhadoras, encaminhadas em final de setembro pelo Inspetor da XI Região de Inspeção Militar, Alberto de Abreu. Estas deveriam seguir até a estação de Caçador, [...] dirigindo-se com urgência por terra até o lugar denominado Taquaruçu, onde, afim de pôr termo ao estado de cousas no Município de Curitibanos, se entenderão com as autoridades de Santa Catarina para dissolver um bando de fanáticos que, consta, proclamaram a monarquia e ameaçaram atacar as duas cidades vizinhas de Campos Novos e Curitibanos (OFÍCIO ALBERTO DE ABREU, 26/09/1912 in: ESPIG, 2011, p.214).

Não era novidade na trajetória de José Maria ter forças policiais em seu encalço. Com isso, quando tomou conhecimento de que tropas vinham ao seu encontro, decidiu partir. Acompanhado de algumas pessoas que não aceitaram abandoná-lo, pois temiam o que podia acontecer com sua vida, deixou Taquaruçu. Em vinte e seis de setembro, Albuquerque enviou um telegrama a Rupp dizendo que os “fanáticos” haviam dissolvido o acampamento e que o

³⁸ Telegrama redigido por: RUPP, Henrique. [**Informações sobre a presença do Monge José Maria na região e suas impressões**]. Destinatário: Henrique Rupp Junior, Campos Novos, 01 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado. Arquivo Histórico Waldemar Rupp, Campos Novos.

monge estava fugindo em direção de Campos Novos TL 03 AHWR, 26 set. 1912)³⁹. Entretanto, no dia posterior, em um novo telegrama, dizia que a dissolução não havia ocorrido e que o “monge ainda [estava] acampado entre [o rio] Correntes e [o rio] Taquaruçu com 200 homens mais ou menos” (TL 04 AHWR, 27 set. 1912)⁴⁰. Em outro telegrama, datado de vinte e oito de setembro, Albuquerque confirmava a permanência do monge em Taquaruçu e acrescentava que seria “impossível [a] dispersão sem ser pelo uso da força” (O DIA, 29 set. 1912). Deixar Taquaruçu não foi tão simples como pode parecer; por mais que partir acompanhado de diversas pessoas fosse mais seguro, também demandava uma organização maior e fazia com que o deslocamento ocorresse de forma mais lenta do que se fosse realizado sozinho.

A essa altura, os periódicos noticiavam diariamente o caso da suposta proclamação monárquica envolvendo José Maria. Quando começaram a tomar conhecimento de que o monge estava tentando fugir da região, não deixaram de tecer comentários sobre quais seriam as direções que os seus passos lhe levariam. Entretanto, as notícias dos caminhos que José Maria estaria percorrendo em sua fuga no jornal *O Dia* somavam-se à valorização das providências tomadas pelo governo catarinense e ao destaque para o empenho que vinha sendo feito para prender o monge. Já os jornais paranaenses, *A República* e *Diário da Tarde*, reforçavam a concepção de que tudo não passava de um plano catarinense atrelado à Questão de Limites, ressaltando que, no máximo, tratava-se “de uma tempestade em copo d’água” (A REPÚBLICA, 28 set. 1912), mas que, mesmo que fosse uma armadilha catarinense, não pegaria “[...] desprevenido o Paraná que está convencido de haver um segundo fim em todo esse aparelhamento para debelar um levante que, a ser real, não reveste importância alguma (A REPÚBLICA, 27 set. 1912).

Esse debate ocorrido nos jornais não afetava as decisões de José Maria. Para o monge o que poderia interessar era a possibilidade escapar de uma prisão ou até mesmo de evitar um conflito. Contudo, é importante lembrarmos que ser preso não se constituiria como um fato novo na trajetória de José Maria, anos antes foi preso em Palmas. Com isso, podemos presumir que sua maior preocupação fosse a de proteger as pessoas que o acompanhavam dos

³⁹ Telegrama redigido por: ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [Informa que José Maria fugiu rumo a Campos Novos]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, 26 set. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

⁴⁰ Telegrama redigido por: ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [Informa que o Monge segue acampado em Taquaruçu com 200 homens]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, 27 set. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

riscos que um confronto com as forças policiais poderia gerar a todos ao seu redor. Ressalta-se que mesmo com o interesse dos jornais em noticiar e o de Albuquerque em relatar os passos do monge, as informações sobre sua fuga são imprecisas. Por isso, é difícil construirmos uma cronologia dia a dia de sua fuga e por quais locais teria passado durante esse processo. Todavia, uma série de telegramas trocados por Albuquerque e Rupp, entre os dias vinte e quatro de setembro e doze de outubro, permite traçarmos, mesmo que de forma parcial, o rumo que José Maria percorreu em sua fuga. Supomos que tenha sido entre os dias vinte e sete e vinte e oito de setembro que o monge anunciou que partiria e que todos deviam retornar para suas casas.

Entre esses dias, dando ou não tal recado, partiu. No dia primeiro de outubro, um telegrama informava que José Maria tinha sido visto em direção a Campos Novos. Nessa ocasião teria conversado com um emissário do coronel Rupp e a ele solicitado que “[...] não lhe embaraçassem o trânsito, pois passava de lado indo[até o] Almeida receber dinheiro e embarcar Capinzal para seguir São Paulo – Rio comprar remédios” (TL 05 AHWR, 1 out. 1912)⁴¹. Provavelmente em virtude da relação que havia estabelecido com Francisco de Almeida antes de ir para Taquaruçu, pensou em lhe pedir ajuda. Talvez sua declaração ao emissário tenha sido apenas uma estratégia para despistar as tropas que o perseguiram para poder retornar ao território de Palmas ou até mesmo fugir da região via estrada de ferro.

Espig (2011) teve acesso ao telegrama redigido por Rupp ao comandante das forças que estavam acantonadas na estação Caçador. Nele “[...] Rupp informa que o monge se dirigia a ‘[...] qualquer Estação da Estrada de Ferro’ e concluía afirmando a necessidade de se dirigir forças para as estações da região, como Capinzal, Herval, Rio do Peixe, etc.” (ESPIG, 2011, p. 214). Depois desses acontecimentos, relatados nos telegramas do dia primeiro de outubro, José Maria seguiu sua fuga. Em sete de outubro, o monge e os sertanejos que permaneceram com ele nesta retirada teriam sido avistados a cerca de 12 km da Vila de Campos Novos, em direção a Jacutinga. Em treze de outubro, o *O Dia* noticiava que “[...] o bando de sediciosos ao mando de José Maria passara para o território de Palmas” (O DIA, 13 out. 1912).

Alcebiades Miranda (1987) conta-nos que a missão das tropas federais “[...] era impedir que os fanáticos de Taquaruçu transpusessem a linha férrea São Paulo – Rio Grande, internando-se no Paraná” (MIRANDA, 1987, p. 30). Afinal de contas, isso poderia representar graves problemas políticos e envolveria mais um estado da federação nos

⁴¹ Telegrama redigido por: JUVENTINO. [Relata um encontro com José Maria na “Fazenda Velha”]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 01 out. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

episódios, pois eram os trilhos da ferrovia que marcavam de fato a divisa litigiosa de ambos os estados, paranaense e catarinense. Entretanto, como pode ser percebido, falharam, “[...] pois os sertanejos atravessaram a linha férrea, nas proximidades de São Bento, acima de Herval, sem serem molestados e foram estabelecer seu acampamento no Irani” (MIRANDA, 1987, p. 30 – 31). Não se sabe como a notícia de que José Maria teria conseguido escapar ileso do território catarinense foi recebida por Albuquerque. É de se imaginar que o coronel tenha ficado furioso, por haver se empenhado tanto em fazer com que o monge fosse perseguido e almejado tanto sua prisão. Entretanto, também é possível que tenha ficado aliviado, afinal seus problemas teriam chegado ao fim. Para o coronel Rupp, a “passagem para o Contestado [foi] o serviço maior que [o] Monge nos prestou o que possibilita finda ação Sta. Catarina” (TL 06 AHWR, 12 out. 1912)⁴².

⁴² Telegrama redigido por: RUPP, Henrique. **[Informa que retornou da linha férrea e que as forças estão desesperadas]**. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 12 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

3 Fuga ou invasão? A presença de José Maria no território paranaense

“Invasão Catarinense! O Paraná se levantará como um só homem para defender seus direitos, embora odeie o derramamento de sangue” (DIÁRIO DA TARDE, 01 out. 1912).

José Maria decidiu deixar a casa de Praxedes, em Taquaruçu, onde havia estado nos últimos tempos. Havia tomado o conhecimento de que forças policiais do regimento de Santa Catarina, de presença escassa naquele período na região, vinham em sua perseguição, por isso partiu. Na tentativa de evitar um conflito, o monge rumou em direção ao oeste do território Contestado. Após avistar as tropas comandadas pelo coronel Pedreira Franco, estacionadas desde o dia vinte e oito de setembro na estação do Caçador da EFSPRG (DIÁRIO DA TARDE, 07 out. 1912), atravessou o Rio do Peixe e foi buscar refúgio nos campos de Palmas, mais precisamente na localidade do Irani. Ao adentrar em território sob jurisdição paranaense, o monge fez com que as suspeitas da imprensa local, de que existisse um “fim oculto” no envio de tropas federais e estaduais de Santa Catarina para Curitiba, ganhassem força nas páginas dos dois principais jornais do Estado do Paraná.

A matéria em epígrafe nos mostra um pouco da percepção criada pela imprensa paranaense com o ingresso de José Maria no território pertencente ao estado do Paraná. Contudo, nos dias que a antecedem, as publicações foram mais sutis. A edição do *Diário da Tarde*, de 27 de setembro de 1912, levantava a suposição da existência de “fins ocultos” com relação a ida de tropas do Exército para o Contestado. Essa era também corroborada pelo jornal *A República*, o qual afirmava, em sua edição no mesmo dia, que “[...] a insídia, se houver nessa questão, não apanhará desprevenido o Paraná que está convencido de haver um segundo fim em todo esse aparelhamento para debelar um levante que, a ser real, não reveste importância alguma” (A REPÚBLICA, 27 out. 1912). Os “fins ocultos” ressaltados por esses jornais dizem respeito à questão de limites que envolvia ambos os estados naquele período. O litígio entre catarinenses e paranaense remonta à época em que o Paraná ainda fazia parte da então província de São Paulo e se referem à disputa pela jurisdição do território compreendido como “[...] planalto serrano, mais especificamente das terras situadas a oeste, entre os rios Uruguai e Iguçu, e ao sul de Rio Negro” (MACHADO, 2004, p. 124).

Concomitantemente à querela entre as províncias do Império Brasileiro, a Argentina também reivindicava uma parcela desse território como pertencente à província de *Misiones*. Transcorrido os 67 anos de vigência do período imperial, nenhuma solução definitiva foi encontrada e as indefinições sobre quem seria o responsável pela jurisdição de tal território adentraram o período republicano. A contenda territorial envolvendo Argentina e Brasil, a

qual ficou conhecida na historiografia como questão de Missiones ou Palmas, só foi solucionada através de ajuda internacional, com a mediação do acordo entre os dois países em 1896 pelo então presidente americano Grover Cleveland. Solucionada a questão de Palmas/Missions com a Argentina, restava ainda a discussão interna pela jurisdição do território entre Paraná e Santa Catarina.

Ao ser emancipado e se constituir enquanto uma Província autônoma de São Paulo, fato ocorrido em 1853, o Paraná herdou a disputa pelas terras do planalto serrano com os catarinenses, a qual se estendeu até 1916, com o acordo que estabeleceu os atuais territórios de cada Estado envolvido. É importante ressaltar que durante as disputas pelo território até 1916, a área de Santa Catarina e Paraná correspondia ao mapa abaixo, tendo como fronteira oeste entre os dois Estados o traçado do Rio do Peixe. Entretanto, ocorreram diversas desavenças até o arbitramento ser realizado, principalmente no campo político e discursivo, através das páginas dos jornais, avançando posteriormente para a esfera jurídica, pois Santa Catarina entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal, onde obteve sucessivas vitórias sobre o Paraná a partir de 1904. Contudo, essas foram temporárias, já que os paranaenses, através de seus advogados, conseguiram barrar a execução da sentença por meio de embargos.

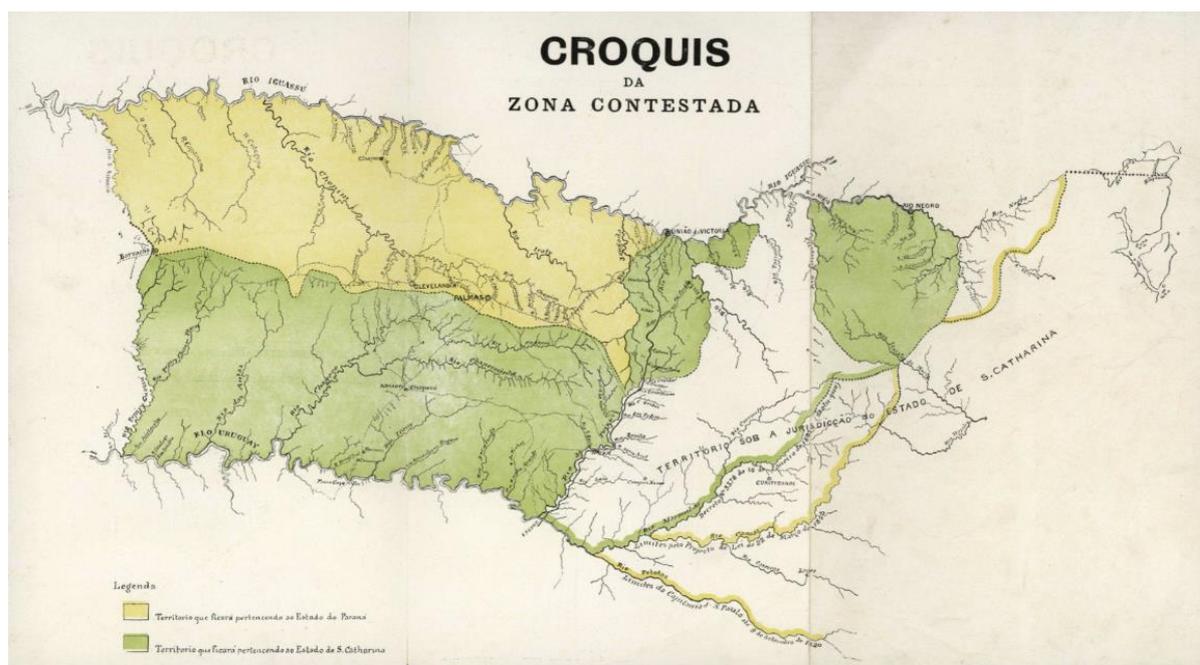


Fig. 02 – Croquis da Zona Contestada, 1912. Autor: Romário Martins. Acervo Museu Paranaense.⁴³

⁴³ Como pode ser percebido no presente mapa, até 1916 Santa Catarina e Paraná disputavam a região destacada em verde e amarelo. Após o Acordo de Limites, Santa Catarina ficou com a jurisdição das zonas destacadas em verde, enquanto o Paraná com a destaque em amarelo.

As sentenças do Supremo Tribunal Federal (STF) aumentaram o clima de tensão existente entre os dois Estados e qualquer medida administrativa promovida por catarinenses passou a ser vista por parte dos paranaenses como uma forma de execução da sentença (MACHADO, 2004, p. 131). Em outras localidades do território Contestado, casos de “invasões” de catarinenses ou paranaenses em locais sob a jurisdição alheia eram mencionados na imprensa, antes de 1912. Eloi Muchalovski (2018, p. 107) destaca, em estudo sobre os conflitos nos vales do Timbó e Paciência entre os anos de 1900 e 1908, que uma força vinda do Paraná invadiu a zona sob jurisdição catarinense entre Canoinhas e Timbó, ocasionando confronto entre as forças de ambos os Estados.

Entre os casos destacados por esse pesquisador, é provável que o mais conhecido na historiografia sobre o Contestado seja o de Demétrio Ramos. O maragato teve participação em diferentes conflitos durante sua vida. Um deles foi com a força policial do Paraná, em 1905, quando ainda residia no vale do Timbó. Nesse ano, Demétrio foi acusado, pelo juiz de Porto União da Vitória, de alguns assassinatos na região, “decorrentes de embates por grupos defensores de ideais contrários, diretamente ligado a questão de limites⁴⁴” (MUCHALOVSKI, 2018, p. 127). Devido a esses crimes, no início de janeiro de 1906, um destacamento vindo de Porto União da Vitória se dirigiu à casa de Demétrio para prendê-lo, mas ele não estava em casa e os homens, sob o comando do juiz de Porto União da Vitória, incendiaram sua casa e levaram para aquela cidade sua família presa. A partir do intermédio do coronel Amazonas Marcondes⁴⁵, sua família foi escoltada até a cidade de Lapa, onde tinham parentes. Demétrio e sua família se reencontraram alguns meses depois na cidade de Lages, não existindo maiores informações sobre seu destino posterior (MUCHALOVSKI, 2018, p. 125 – 138).

Peixoto, ao comentar sobre as disputas de limites entre os Estados, destacou que o “[...] Paraná, como Santa Catarina, não mantém a paz nas fronteiras litigiosas” (PEIXOTO, 1995, p. 28). Em meio a esses precedentes conflituosos, não é de se estranhar que a imprensa paranaense tenha interpretado que existia algum fim oculto no envio de tropas federais para a zona contestada. Entretanto, podemos pensar que essa ideia seja algo que os jornais paranaenses queriam que fosse aceito por seus leitores, uma vez que, nesse período, a imprensa se constituía como uma “imprensa de opinião”, dando ênfase as posições políticas, “[...] ultrapassando a simples função de ‘espelho da realidade’ para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública” (ZICMAN, 1985, p. 91). Entre permanências e rupturas em relação

⁴⁴ Muchalovski aponta ainda alguns outros motivos que podem ter levado Demétrio Ramos a cometer tais crimes (2018, p. 127).

⁴⁵ Amazonas Marcondes foi um coronel, comerciante e chefe político de União da Vitória.

às transformações da imprensa na transição do Império para a República no Brasil, o jornal *A República* e o *Diário da Tarde* se consolidavam como os principais jornais de Curitiba⁴⁶.

Ao analisarmos o percurso das ações dos jornais, seus posicionamentos em conflitos na região em momentos anteriores à *Batalha do Irani* e com quais grupos eles se relacionavam e davam voz através de suas publicações, podemos definir suas publicações como uma representação da realidade vivida por seus redatores. Nessa perspectiva, atentando-se que as representações são construídas a partir de como uma “[...] determinada realidade social é construída, pensada” (CHARTIER, 1990, p.17), é preciso considerar ainda a linguagem dos próprios agentes sociais que as forjam para melhor compreendê-las, como bem destaca Cerutti (1998). Logo, as representações “[...] traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p.19).

A suposição quanto a existência de “fins ocultos” no que estes jornais chamavam de “O caso do Monge” era também partilhada pelo governo paranaense, pois antes mesmo de José Maria atravessar o rio do Peixe e adentrar seu território já se cogitava enviar tropas para guarnecer divisas entre os Estados.

Nem outra podia ser a atitude do nosso governo, senão acautelar as fronteiras estaduais contra a possível invasão de elementos perturbadores da ordem [...]. A medida preventiva do governo do Estado, fazendo seguir o lúcido Regimento de Segurança, tem ainda o mérito de levar a tranquilidade às sobressaltadas povoações paranaenses fronteiriças de Santa Catarina, onde por enquanto ainda está o núcleo dos fanáticos (DIÁRIO DA TARDE, 26 set. 1912).

Se o governo paranaense já tinha em mente mandar algumas tropas do Regimento de Segurança para a região antes de saber que José Maria estava em território sob sua jurisdição, ao ser informado que ele se dirigia para Palmas, Carlos Cavalcanti decide realmente enviar um “pequeno contingente, simplesmente como medida de precaução” (DIÁRIO DA TARDE, 12 out. 1912). Entretanto, após ter recebido a informação de que o “monge José Maria, acompanhado de um bando armado de 30 homens, constituindo a guarda avançada de suas tropas de fanáticos, atravessara a linha da E. F. São Paulo Rio Grande e penetrara no território de Palmas em busca desta cidade” (DIÁRIO DA TARDE, 14 out. 1912), o então governador paranaense ordenou que as tropas do Regimento de Segurança marchassem imediatamente.⁴⁷

⁴⁶ Como visto no primeiro capítulo deste trabalho, o jornal *A República* estava diretamente vinculado ao Partido Republicano Paranaense. Enquanto o *Diário da Tarde* constituía-se como um órgão que se dizia “imparcial”, mesmo tecendo crítica a políticos paranaenses, jamais deixou de defender os interesses paranaenses na questão de limites.

⁴⁷ É importante registrarmos que quando Carlos Cavalcanti expediu a ordem de marcha para as tropas do Regimento de Segurança, o mesmo deixou registrado que as tropas estavam sendo enviadas “[...] para guarnecer a referida cidade de Palmas e defende-la do ataque do bando armado capitaneado por José Maria, **conforme**

A fim de transmitir a ordem de marcha para o comandante de sua força policial, o Governador chamou o Coronel João Gualberto de Gomes Sá ao palácio do governo, no início da tarde do dia treze de outubro. Depois de uma breve reunião, na qual, segundo o *Diário da Tarde*, o governo havia deliberado “agir com toda a prudência possível”, as cornetas vibraram e o quartel se pôs em movimento, realizando os preparativos para a marcha ao sertão.

A soldadesca corria de um lado para o outro, na azáfama de quem se apresta para uma viagem inesperada, da maior urgência. Entretanto, apesar da súbita ordem de embarque, a milícia esteve em forma, pronta a primeira vez, com uma rapidez extraordinária, que causou a melhor impressão. Quando se esperava que a força ainda estivesse se apresentando, pois esses movimentos de marcha dependem de complexos preparativos, já o Regimento, luzidamente, desfilava para a estação (DIÁRIO DA TARDE, 14 out. 1912).

Parece-nos que as referências em relação ao fato de as tropas terem de se preparar de última hora para a realização da marcha seriam uma estratégia retórica do jornal, já que em um primeiro momento as reportagens propagam que o Regimento de Segurança estaria pronto para agir caso necessário, mostrando a “força” do Estado do Paraná frente a uma suposta invasão catarinense. Entretanto, na medida em que o Governador paranaense deu ordem de marcha o tom das matérias alterou-se, passando a noticiarem que os preparativos tinham sido feitos as pressas pois não se almejava que fosse necessário o envio de tropas para o interior, mas que, de qualquer forma, o Regimento estava pronto e em ordem para cumprir sua missão.

Após desfilar por algumas ruas da cidade de Curitiba, com a presença de autoridades e da população em geral, o Regimento de Segurança iniciou sua marcha a partir da estação ferroviária. As tropas comandadas pelo Coronel João Gualberto eram compostas de “um efetivo de 450 homens, levando 50.000 cartuchos de fuzil e 10.000 de metralhadoras” e ao chegar em Palmas o total da força seria elevada a 500 homens (DIÁRIO DA TARDE, 14 out. 1912). Segundo Rosa Filho (1998), foram enviados para a região um total de 158 oficiais; já o jornal *A República* de quatorze de outubro informava a seus leitores que o regimento partiu com 300 homens. Outros documentos apontam para um efetivo distinto destes. As ordens do dia do Regimento de Segurança registram que foram enviados para Palmas um batalhão de aproximadamente 400 homens⁴⁸, enquanto o relatório de Carlos Cavalcanti enviado ao Poder Legislativo do Estado, em 1913, aponta que João Gualberto marchou

[...] com um efetivo de 265 homens, oficiais e praças, tendo a missão de restabelecer o domínio regular da lei naquela zona, proteger as respectivas populações e dissolver os grupos armados existentes, capturando os criminosos e os indivíduos

comunicação do Chefe de Polícia do Estado de Santa Catarina” (PROCESSO DO IRANI, fl. 225. Grifos nossos).

⁴⁸ **Coletânea de documentos referentes** à conduta do regimento de segurança, hoje força policial do Estado, no combate do Irani, em outubro de 1912. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: s/d, p. 189.

incorporados ao citado bando que por ventura oferecessem resistência a autoridade (PARANÁ, 1913, p. 11).

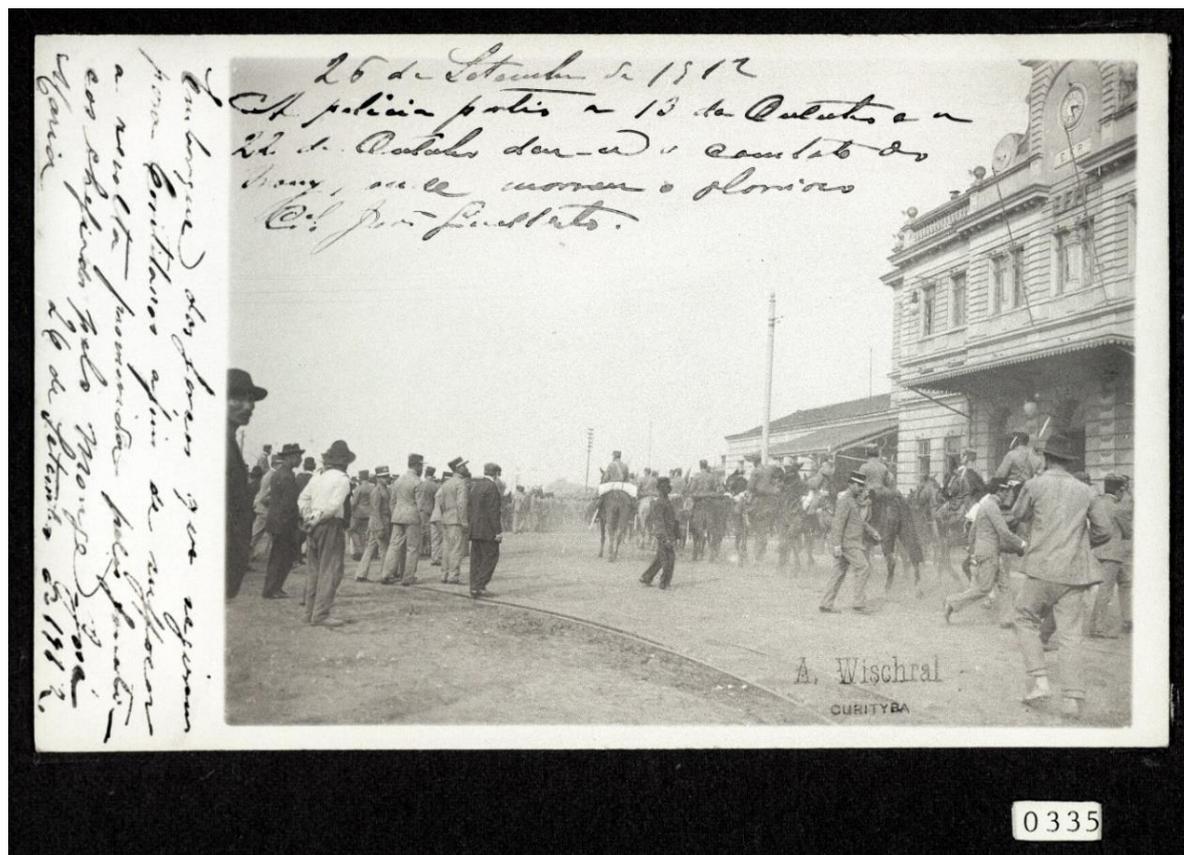


Fig. 03 – Embarque das tropas para União da Vitória, rumo a Palmas. Fotografia Arthur Wischral. Reproduzida por Marcos Campos. Fotografia, Casa da Memória, coleção Julia Wanderley, Curitiba.⁴⁹

As tropas, saindo de Curitiba em direção a Porto União da Vitória, via estrada de ferro, chegaram ao destino no dia seguinte, quatorze de outubro, após percorrerem os 450 km que separam as duas localidades. Com a suposta saída às pressas da capital paranaense, o Regimento não teria levado os materiais necessários para transporte e alimentos para a execução da campanha, sendo assim, João Gualberto procurou arrumar os recursos que faltavam para poder seguir sua marcha (ROSA FILHO, 1998, s/p). Contudo, Carlos Cavalcanti ao comentar em seu relatório os acontecimentos referentes à expedição do Regimento ao Irani não menciona tal situação. Desta forma, tudo indica que essa afirmação fizesse parte da mesma estratégia retórica que visava destacar que o Estado do Paraná não desejava um confronto. Providenciado os suprimentos que supostamente estavam faltando, no dia quinze de outubro, o deslocamento das tropas foi retomado, agora em direção a Palmas.

⁴⁹ Ressalta-se que segundo a catalogação e as identificações feitas pela Casa da Memória de Curitiba, o texto na base esquerda é: “Embarque das forças que seguiram para Curitiba afim de sufocar a revolta promovida pelos fanáticos chefiados pelo Monge Jose Maria 26 de setembro de 1912”. E as anotações na parte superior da fotografia dizem: “26 de setembro de 1912 - A polícia partiu a 13 de outubro a 22 de outubro deu-se o combate do Irany, onde morreu o glorioso Cel. Joao Gualberto”.

Assim como em Curitiba, as tropas realizaram novamente um desfile, dessa vez pelas ruas de Porto União da Vitória, mostrando o quanto estavam preparadas e organizadas para realizar sua missão.



Fig. 04 - Regimento de Segurança desfilando pelas ruas de Porto União – PR. Reproduzida por Marcos Campos. Fotografia, Casa da Memória, coleção Julia Wanderley, Curitiba.⁵⁰

É importante destacar que essas fotografias não vieram a público durante o período em que as tropas do Regimento de Segurança estavam realizando a marcha. Possivelmente suas produções faziam parte de um processo de heroicização dos militares após dispersarem José Maria e seus seguidores, entretanto com o fracasso da expedição o projeto foi abortado. De todo modo, ao analisarmos essas fotografias podemos perceber em sua produção a intenção de passar uma mensagem. Supõe-se que essa “mensagem” tinha dois endereços, em tons distintos: o Estado de Santa Catarina em razão da questão de limites e a opinião pública paranaense, sobretudo, do governo. Sendo assim, são produzidas e posadas com o objetivo claro de mostrar que a marcha do Regimento é feita da melhor forma possível, com

⁵⁰ Ressalta-se que segundo a catalogação e as identificações feitas pela Casa da Memória de Curitiba, o texto na base esquerda é: “Rumo a Palmas. Na base inferior: 15 de outubro”. E as anotações na parte superior da fotografia dizem: “O Cel Gualberto partiu de Curitiba a 13 de outubro de 1912 [domingo] chegou a Uniao da Vitoria a 14 e a Palmas a 18. Seguiu para Irani a 19. Deu-se o fatal combate das 7 1/2 de 22 de outubro. Seu corpo esteve insepuito em 22, 23, e 24 enterrado 25 e 26 a 27”.

equipamentos modernos, ordem e mostrando a força da polícia paranaense, que segue em marcha para aprisionar o monge José Maria. As fotografias que mostram a marcha da tropa do Regimento de Segurança do Paraná em direção a Palmas têm o objetivo de apagar ou fazer não lembrar as dificuldades e as supostas ausências dos equipamentos necessários para a realização do deslocamento.

Além disso, o recado que as imagens poderiam passar ao governo paranaense era de que os supostos problemas de disciplina que haviam resultado na troca de comando do regimento estavam solucionados. Segundo as acusações levantadas pelo *Diário da Tarde*, em sua edição de vinte de agosto daquele ano, teria sido por causa de casos de indisciplina que Gualberto assumiu o comando da corporação. A expedição para o Irani foi a primeira oportunidade que João Gualberto teve para mostrar o quanto seu comando era benéfico para o regimento e que o seu projeto de reorganização vinha dando resultado, o qual mudava os uniformes do regimento, pois seriam “[...] ligeiramente modificados, sendo adotados o capote e o capacete alemães para a infantaria e a cavalaria” (DIÁRIO DA TARDE, 12 out. 1912). Entretanto, não sabemos se a troca dos uniformes foi efetivada a tempo da operação, mas as fotografias optaram por gravar a imagem das tropas em marcha apresentando seu uniforme em bom estado de conservação.

Podemos pensar que os desfiles realizados na Capital e na principal cidade sob jurisdição paranaense no Contestado tinham objetivos que vão além de simples manobras militares. Afinal, não teria sido enviado quase da metade do contingente disponível do Regimento de Segurança⁵¹ somente para prender um monge e algumas dezenas de pessoas que o acompanhavam. Enviar tal número de homens, comandados pelo mais alto oficial do regimento, munido de tamanho armamento para a região do Contestado se constituía, também, “[...] numa demonstração de força do estado do Paraná contra os que desejassem planejar uma execução unilateral da sentença de limites, utilizando-se dos caboclos de José Maria para este fim” (MACHADO, 2004, p.185).

No dia dezessete de outubro daquele ano, João Gualberto informava ao Governador do Estado que havia chegado aos campos de Palmas e montado acampamento, enquanto o Desembargador Vieira Cavalcanti, que também acompanhava as tropas, exaltava o quanto a marcha tinha sido feita de maneira extraordinária (A REPÚBLICA, 18 out 1912). Após estabelecer seu acampamento na entrada dos campos de Palmas, o Regimento de Segurança

⁵¹ Estima-se que o contingente do Regimento de Segurança do Paraná em 1912 era composto de 850 homens, conforme é citado na Coletânea de documentos referentes à conduta do regimento de segurança, hoje força policial do Estado, no combate do Irani, em outubro de 1912. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: s/d, p. 189.

recebeu a visita do Coronel Domingos Soares, que chegava ao local para prestar auxílio na missão de dissolver o ajuntamento em volta de José Maria. Domingos Soares, nessa ocasião, era superintendente de Palmas e um dos principais coronéis da região, “[...] era um chefe político do interior, de tipo especial, um *coronel* ‘pai dos pobres’” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 102 [grifos do autor]). Havia tomado conhecimento de que o Regimento se dirigia para Palmas através de um telegrama do secretário do interior, no qual solicitava que o coronel prestasse auxílios à tropa em Palmas.

É difícil saber que verdadeiros motivos nortearam a atividade de Domingos Soares nessa complicada questão do Irani. Sem dúvida, preocupava-se ele com a sorte de seus cabos eleitorais e possíveis clientes que contava entre o povo de posseiros. Não resta dúvida que desejava a dispersão do ajuntamento em torno do José Maria. É possível que tivesse por objetivo conseguir a prisão deste. Mas de qualquer maneira, e isto fica patente em toda a sua atuação, não queria de forma alguma, derramamento de sangue (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 102).

Isso se dá, pois, se houvesse derramamento de sangue, o coronel Domingos Soares além de se indispor ainda mais com sua clientela, corria a risco de ver parte dela aniquilada desnecessariamente.

Nesse momento, em decisão conjunta do superintendente de Palmas e de João Gualberto, ficou estabelecido que uma força composta de vinte praças montadas e cem praças de infantaria marcharia diretamente ao Irani, local onde o Monge se encontrava. Entretanto, ao informá-la a Vieira Cavalcanti, ele solicitou que toda a força se deslocasse montada. Diante disso, ao verificar que não teriam animais e arreios para toda tropa, resolveram que a marcha seria realizada apenas por um piquete de cavalaria, com o objetivo de fazer, somente, um reconhecimento da localização do monge e quantas pessoas o acompanhavam (PROCESSO IRANI, 1913, p.53V). Com base nessas deliberações, João Gualberto ordenou que o tenente Busse realizasse tal marcha, tendo sob seu comando vinte homens e a companhia do Coronel Domingos Soares. Esse não tinha a intenção de seguir com as tropas, somente o fez, pois, lhe foi solicitado auxílio, segundo relata em seu depoimento no *Processo Irani (1913)*.

João Gualberto, mesmo tendo requisitado ajuda ao coronel, transmitindo ao tenente Busse a recomendação para a realização de sua missão, disse para este que “[...] não lhe sujeitasse a ordem do Coronel Domingos Soares e [...] as explorações políticas, devendo agir de acordo com o Comissário [Domingos] Nascimento Sobrinho, enviando a ele todas as informações que colher sobre o Monge, as quais, sendo de importância, fosse transmitida por um próprio” (PROCESSO 806, 1913, p. 104v – 105). As recomendações que o tenente Busse recebeu antes de partir podem estar ligadas ao fato de que em Porto União da Vitória as tropas

do regimento de segurança não teriam recebido o auxílio esperado; ou temesse que o coronel Domingos Soares também fosse um fiel de João Maria e José Maria; ou que se utilizasse das tropas do regimento para resolver alguma pendência política local. Entretanto, essas são suposições que não ficaram esclarecidas ao longo das pesquisas, provavelmente somente um relato de João Gualberto pudesse esclarecer. Contudo, acreditamos que João Gualberto pudesse temer que Domingos Soares quisesse aproveitar-se da presença das tropas para solucionar alguma pendência local.

Organizada a força, essa partiu ao encontro de José Maria. Durante o trajeto foram interceptados por dois moradores locais, que viajavam na tentativa de encontrar o coronel Soares. Tais moradores eram João Varella e José Júlio Farrapo, que tinham sido enviados pelo Monge para convidar o Coronel Soares para uma conferência que tinha como objetivo esclarecer os motivos de sua presença na região. O encontro ocorreu quando as tropas estavam no Rincão da Cavallhada e, após algumas conversas, eles seguiram juntamente com o piquete até a fazenda do Alegrete, onde passaram a noite (PROCESSO IRANI, 1913, p.73 – 73v). Ao estabelecer acampamento no Alegrete, onde haviam chegado no final da tarde, o Tenente Busse redigiu uma carta relatando as informações acerca do acampamento do monge colhidas através de seus emissários, mencionando nesta carta que as tropas estavam em bom estado e que os cavalos apresentavam cansaço, mas provavelmente aguentariam as onze léguas⁵² que faltavam até o Irani. O tenente informava também ter encontrado:

[...] dois indivíduos enviados pelo Monge José Maria para falar com o Coronel Domingos Soares a fim deste ir conferenciar com ele no próprio acampamento que é o lugar chamado Faxinal, a duas léguas da estrada do mato, em Irani. Estes dois homens ficarão em nosso poder até recebermos novas ordens. O monge tem 40 homens que lhe são dedicados, acham-se armados de “winchesters” e estão dispostos a defende-lo a todo transe. Estas informações colhemo-las dos dois enviados e do senhor Ernesto Rupp que viu e falou pessoalmente ao monge. Além desses 40 homens acham-se no acampamento outros em número regular e muitas mulheres e crianças. Informaram também que todos os moradores das redondezas do Irani acham-se fanatizados por José Maria, tendo ele declarado ao Senhor Rupp que se o atacarem, resistirá. Os enviados do monge dizem que ele deseja muito conferenciar com o senhor doutor chefe de polícia ou com o senhor em qualquer ponto e este fato pode servir para pega-lo de surpresa [...]. O monge diz conhecer o Doutor Chefe de Polícia e declara que deseja resolver pacificamente este fato; que não passa tudo isso de uma intriga que ele, monge, teve com o Coronel Albuquerque, de Curitiba, mas que absolutamente não quer hostilizar o Paraná que nenhum mal lhe fez (PROCESSO 806, 1913, p. 106 – 107v).

No dia dezanove, aguardando a resposta de João Gualberto com as novas ordens, prosseguiram a marcha em direção ao acampamento do monge, dessa vez já tendo maiores

⁵² Destaca-se que no planalto meridional brasileiro, mais precisamente na região do Contestado, 01 léguas equivale a distância de 06 quilômetros.

noções do que lhes aguardavam (PROCESSO 806, 1913, p. 107v). Durante o percurso, o coronel Domingos Soares, acompanhado do Comissário de Polícia Nascimento, realizou um desvio no trajeto com o objetivo de solicitar o auxílio de Otávio Marcondes (PROCESSO IRANI, 1913, p. 54v), fazendeiro e representante local da Companhia Pastoril e Frigorifica na região. Enquanto as tropas marchavam, João Gualberto e Vieira Cavalcanti recebiam as informações das tropas que estavam em deslocamento, as quais haviam se encontrado com os emissários do monge.

Diante das notícias que chegavam ao acampamento do Regimento de Segurança, na entrada dos campos de Palmas, João Gualberto decidiu marchar com uma tropa ao encontro do piquete de cavalaria. Devido a algumas desavenças com Vieira Cavalcanti, em relação à quantidade de homens que deveriam seguir, a tropa se dividiu em duas sessões. A primeira iria seguir para Palmas com o objetivo de proteger esta cidade através do comando de Vieira; a segunda, comandada pelo comandante do Regimento, iria seguir com o objetivo de encontrar-se com o piquete de cavalaria que já estava em marcha (ROSA FILHO, 1998, s/p.). Sendo assim, João Gualberto, selecionando quem iria lhe acompanhar na marcha, destacou trinta e cinco membros do regimento e os informou que as condições de marcha seriam difíceis, como relata em seu depoimento o Capitão José de Souza Miranda (PROCESSO 806, 1913, p. 97v).

Na visão de Soares (1920), militar que atuou na repressão sertaneja pós 1913, a marcha realizada pelas forças se deu como era habitual, entretanto, questiona o modo como foi executada a divisão das tropas, visto que, teria havido, nesse momento,

[...] a singularidade de um mau fracionamento da coluna nas proximidades de Palmas para onde seguira a maior parte da tropa com o chefe de Polícia do Paraná. Apenas um destacamento de 90 praças de infantaria, uma metralhadora 'Maxin' e poucos soldados de cavalaria, sob o comando do cel. Jº Gualberto, infletiu para o Irani, onde se achavam os fanáticos. Essa divisão da coluna expedicionária parece não ter sido bem orientada, porquanto sendo o caminho único que dava acesso ao "reduto" o por onde marchara o cel. Gualberto, não há dúvida de que seria preferível seguir por ele com o grosso da força para o ataque que ia ser levado a efeito por um lado só (SOARES, 1920, p.81).

Ressalta-se que o número de oficiais que acompanharam Gualberto não foi exatamente o mencionado por Soares (1920). De qualquer forma, a maior parte da tropa marchou em direção a Palmas, visando guarnecer a cidade, diante das suspeitas que José Maria e seus seguidores atacariam a cidade, enquanto a menor parte seguia com o comandante em direção ao Irani, visando agrupar-se com o piquete do Tenente Busse.

Quando a parcela da tropa comandada por João Gualberto chegou na fazenda do Alegrete, as que marchavam sob o comando do Tenente Busse já haviam partido. O agrupamento das tropas veio a ocorrer somente algumas léguas à frente, na localidade de São João do Irani, onde o comandante do Regimento de Segurança era esperado para que as tropas seguissem “para frente a fim de agirmos combinadamente e sempre ligados” (PROCESSO 806, 1913, p. 109), conforme Gualberto explicitava em carta direcionada ao tenente. Enquanto as tropas do piquete de cavalaria aguardavam a chegada do seu comandante, Busse voltava a questionar os emissários do monge a fim de obter mais informações sobre ele e sobre o que se passava em seu acampamento. Quando João Gualberto chegou na fazenda de São João do Irani, uma parcela do comando já havia escutado

[...] que José Maria tinha consigo mais de duzentos homens armados [...] e que disse não querer brigar principalmente contra o Paraná, que nenhum mal lhe fez, podendo passar com o seu povo pelo acampamento do Regimento sem provoca-lo, mas que sendo atacado resistiria, pois a sua espada ele havia de honrar (PROCESSO 806, 1913, p. 108 – 108v)

A fim de ficar a par de todas as informações que já se tinha em relação ao monge, João Gualberto conversou com quem estava presente, falou com os emissários do monge, tenente Busse, coronel Soares e outros que por ali se encontravam junto às tropas em São João do Irani, conforme pode-se perceber através dos depoimentos existentes no Processo Crime contra José Fabricio das Neves e outros. Após tomar conhecimento da situação e das supostas intenções do monge, Gualberto concordou com a ida do Coronel Domingos Soares juntamente aos emissários do monge, Deca Cachoeira e Otavio Marcondes, ao acampamento para realizar uma conferência e trazê-lo até a sua presença (PROCESSO IRANI, 1913, p. 55). Mesmo concordando com a ida de Domingos Soares ao acampamento de José Maria, Gualberto dizia “[...] que intencionava iniciar o combate no dia seguinte (21) mas como o Coronel [Domingos] Soares desejava conferenciar com José Maria [...] esperaria mais aquele dia para que Soares tivesse tempo de ir” (PROCESSO 806, 1913, p. 111v)

Na manhã do dia vinte e um, antes que fosse iniciada a diligência ao acampamento do monge, João Gualberto mandou reunir os oficiais para que assistissem “a leitura da intimação que estava enviando e que era dirigida a José Maria” (PROCESSO 806, 1913, p. 112)⁵³. A intimação foi levada por Otavio Marcondes, que recebeu as instruções para que a entregasse em mãos ao monge, porém somente caso ele se recusasse a ir ao encontro do comandante

⁵³ Rosa Filho (1998) também menciona este episódio. Com relação ao conteúdo da carta ela também é mencionada no Processo Crime do Irani e pelos autores Viana (2002) e Martins (2007).

(PROCESSO IRANI, 1913, p.55), enquanto a comitiva oficial realizava o percurso de três léguas que separavam os respectivos acampamentos.

3.1 Entre ameaças e aviso, uma tentativa de acordo para a dispersão.

Às dez horas do dia vinte e um, a comitiva chegou ao acampamento de José Maria. O monge estava instalado na casa de Miguel Fabricio das Neves⁵⁴, no Faxinal do Irani, onde chegou no dia dezoito de outubro. Antes de se instalar na casa de Miguel, acampou durante cerca de três dias na casa de Thomaz Fabricio das Neves. Havia vindo de Curitiba, Santa Catarina, escoltado por cerca de quarenta pessoas que o acompanharam no trajeto, devido as complicações com o Coronel Albuquerque e as notícias de que uma tropa do Regimento de Segurança de Santa Catarina vinha em sua direção. Diferentemente de sua ida para Taquaruçu, onde havia sido convidado, em Palmas o monge buscava refúgio, pelo menos num primeiro momento, pois contava com alguns conhecidos no Faxinal do Irani. Conforme aponta Machado (2004, p. 183), “José Maria tinha a amizade da grande família dos Fabrício das Neves e do major Miguel Fragozo, muito influente na região ao sul do Irani”.

Segundo Vinhas de Queiroz (1966, p. 95),

O Irani constituía a parte do sul do município de Palmas, sob administração paranaense, e fazia fronteira com o Rio Grande. Além dos campos, ali existentes, o terreno era acidentado, coberto de matas virgens e faxinais. Deparavam-se montanhas e vales profundos, despenhadeiros e cavernas. Havia quem dissesse que a terra era fertilíssima.

Sua povoação se deu por volta de 1890, principalmente, por pequenos lavradores e fazendeiros do Rio Grande do Sul que haviam migrado para esta região com suas famílias e agregados, sendo muitos deles “[...] antigos combatentes de ambos os lados da Revolução Federalista [...]” (MACHADO, 2004, p. 183). Já o Faxinal do Irani se constituía como um núcleo de diversos posseiros-agricultores que ocupavam as suas redondezas.

Dentre essa população, a família Fabrício das Neves tinha uma posição de destaque, tendo inclusive alguns membros ocupando cargos públicos, como é o caso de Gabriel Fabricio das Neves, que ocupava o cargo de inspetor de quarteirão em 1912, conforme consta no Processo Crime do Irani. Miguel Fabricio das Neves, ao que tudo indica, era o principal membro desta extensa família e residia no Irani há cerca de dezesseis anos (PROCESSO IRANI, 1913, p. 225). Segundo Martins (2007), teria chegado à região vindo de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, por uma indicação do monge João Maria. “*Eles vieram pra cá mandados pelo monge, que era um lugar muito bom e quase todos visando esquecer o passado*

⁵⁴ Para saber mais sobre a família Fabrício das Neves consultar Martins (2007).

e começar uma vida nova” (MARTINS, 2007, p. 69 [grifos do autor]). Destaca-se que a expressão utilizada por Martins (2007), de que os Fabricios das Neves tinham se deslocado para a região do Irani em busca de “uma vida nova” permite conjecturar a hipótese de que a família tenha se envolvido em algum conflito ou crime em sua região de origem.

Para Martins (2007),

[...] esse o ponto chave que une José Maria e José Fabricio das Neves nos anos que antecedem o combate de Irani: a ocupação de uma vasta região de campos, florestas de araucária (pinheirais) e ervais, cortada por dezenas de cursos d’água, disputada entre dois estados, Paraná e Santa Catarina. Essa união resultou no assentamento de centenas de famílias nos atuais municípios de Concórdia e Itá, junto ao rio Uruguai, e nos vales dos rios Jacutinga e Engano (MARTINS, 2007, p. 69).

Se concordarmos com Martins (2007), Miguel Fabricio das Neves e José Maria teriam um projeto informal de colonização na região, portanto, pode-se pensar que o seu deslocamento para a região depois das complicações em Curitiba, acompanhado de quarenta pessoas, tenha sido para apresentar e assentar algumas famílias naquela localidade. Em tempo, o que se sabe é que José Maria atravessou o Rio do Peixe e foi buscar refúgio naquela localidade e, com ele, também foram Praxedes, Cyrino e mais algumas pessoas que estavam em Taquaruçu (SOARES, 1920, p.87). Segundo Fabricio das Neves, o pessoal de Curitiba foi bem recebido no Irani, “porque era gente da mesma tradição” (MACHADO, 2004, p. 183). Alguns depoimentos contidos no processo crime do Irani abordam que o monge tinha a intenção de seguir viagem para Mato Grosso ou Argentina, outros indicam que

[...] José Maria de Castro Agostinho, acompanhado de quarenta homens, mais ou menos, procedentes de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, todos armados, uns de Winchester, outros de espadas e pistolas, dizendo terem vindo em procura de alguns amigos para regressarem à Campos Novos, de onde vieram corridos, devido a intrigas feitas pelo Coronel Albuquerque, contra o referido Monge (PROCESSO IRANI, 1913, p.44).

Independentemente de qual fossem suas intenções, José Maria não teve tempo de realizá-las.

Ao estabelecer seu acampamento, as notícias sobre a sua chegada em Palmas corriam no interior de forma distinta da capital. Se na capital as notícias apresentavam um tom alarmante, como pode ser percebido através do telegrama publicado pelo *Diário da Tarde*, no dia 15 de outubro daquele ano, que diz: “[...] consta que o monge José Maria, acompanhado de numerosas pessoas armadas de carabina Winchester, invadiu o rio do Peixe. A população de Xanxerê sem elementos de defesa e em tão perigosa emergência, pede providencias urgentes ao poder público da nossa terra” (DIÁRIO DA TARDE, 15 out. 1912), no interior a chegada do monge mobilizava a população local com o intuito de conhecer o monge, afinal, partilhavam da mesma tradição dos moradores da outra margem do Rio do Peixe.

Com isso, na medida em que os moradores da redondeza foram tomando conhecimento

da presença do monge, foram o procurando. Muitos dos interrogados no processo crime, declararam que haviam ido à procura de José Maria em busca de remédios devido à doença de algum familiar. Um exemplo disso é o de Polydoro Fabricio das Neves, o qual afirmou em seu depoimento que “[...] dirigiu-se ao Monge, que era um bom curador, e pediu uma receita para sua mulher que estava doente, tendo o Monge receitando-lhe umas Pílulas de Vida, a qual o respondente comprou em Palmas as quais, tomadas por sua mulher produziram o efeito desejado” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 131v). Assim como Polydoro, Miguel Fragoso⁵⁵ afirmou, também em depoimento, que ao tomar conhecimento da presença do monge no Faxinal dos Fabricios foi ao seu encontro em busca de remédios para suas moléstias, visto que o monge teria se recusado a entregar os remédios requisitados ao seu enviado e solicitado que só o faria com sua presença (PROCESSO IRANI, 1913, p. 78 – 78v).

Cabe lembrar que neste período a medicina ainda mantinha suas práticas antiquadas, já que seus tratamentos eram realizados, em grande parte, através de “[...] práticas invasivas, agressivas e dolorosas, como sangrias e purgas, isolamento de paciente e cirurgias sem anestesia e pouca assepsia, práticas de baixa ou duvidosa eficácia” (MACHADO, 2004, p.177). A presença de médicos no sertão não era rotineira, dessa forma, quando os moradores da zona contestada apresentavam sinais de alguma doença, recorriam a benzedeiros, rezadeiras ou curandeiros locais. Seus tratamentos eram distintos dos médicos, já que não eram dolorosos e estavam associados às mesmas práticas religiosas dos sertanejos (MACHADO, 2004, p.177).

É importante ter em mente que tais afirmações foram realizadas em um interrogatório, para formar o inquérito que visava esclarecer os fatos referentes ao confronto e achar os seus culpados e, devido a isso, elas podem não apresentar as reais intenções dos interrogados. “Deste modo, os depoimentos são, em sua maioria, descritivos e sucintos, obrigando-nos a uma leitura cuidadosa e, quase sempre, nas entrelinhas do texto” (VIANA, 2002, p.8). Tendo conhecimento disso e levando em consideração de que os interrogatórios foram realizados pelo Comissário de Polícia Domingos do Nascimento Sobrinho, a justificativa de ir ao encontro do monge na busca de remédios seria mais facilmente aceita, devido à comunhão de crenças entre interrogado e interrogador. Isso posto, é pouco provável que algum dos indivíduos que passaram pelo interrogatório declarasse motivos muito distintos desses.

Em tempo, cabe lembrar que, ao norte de onde estava localizado o acampamento do Monge e, por consequência, o Faxinal dos Fabricios, existia a grande fazenda do Irani,

⁵⁵ Segundo Vinhas de Queiroz, Miguel Fragoso era um antigo maragato, chefe de um “pessoal” e morador do Irani (1966, p.337).

pertencente à Companhia Frigorífica Pastoril Brasileira (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 96). Machado (2004) aponta que “[...] no Irani, havia muita tensão acumulada em torno da disputa de terras com uma companhia frigorífica, que estava ameaçando açambarcar as terras dos fazendeiros e pequenos sitiantes da região, então sob jurisdição paranaense” (MACHADO, 2004, p. 183). Essa companhia obteve autorização de funcionamento através do decreto nº 343, de 23 de maio de 1891, o qual, além de autorizar o funcionamento, estabelecia o estatuto que a companhia deveria seguir, garantindo-lhe o direito de estabelecer grandes fazendas de criação e engorda de gado nos Estados do Pará, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, bem como tudo quanto fosse necessário para que seus serviços fossem realizados.

A empresa foi lançada, como pode se perceber pelas disposições do decreto, “[...] com audaciosos planos de criação racional de gado e industrialização em larga escala de produtos pecuários” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 96). Visando alcançar tais fins, adquiriu diversas fazendas no Paraná, entre elas a Fazenda do Irani, que até então era propriedade de Juca Pimpão⁵⁶. A Fazenda do Irani, foi comprada pela Companhia em 1893, juntamente com as propriedades São José do Irani e Bom Retiro, e ambas foram postas à venda pela mesma Companhia em 1908, sendo anunciadas como “em liquidação” no jornal *A República*, em vinte e sete de junho. O responsável pela venda das propriedades da Companhia Frigorífica na região era Otavio Marcondes, membro da família Pimpão por ter casado com a filha adotiva de João Pimpão.

Por volta de 1910, a fazenda foi “[...] comprada por um tal de comendador Santos [...]. Contudo, Otavio Marcondes permaneceu como gerente e a questão com os posseiros continuava a mesma” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 96). Ao que parece, em 1912, as terras da fazenda estavam arrendadas, já que Octavio Marcondes foi auxiliar o coronel Domingos Soares nas negociações com José Maria por conhecer algumas das pessoas que estavam nos arredores do monge, pois “[...] aquele povo, em sua maioria, eram arrendatários [da Fazenda] do Irani” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 141v). Entretanto, segundo Vinhas de Queiroz (1966), Octavio já havia entrado em conflito com alguns posseiros no passado e a situação não era diferente nesta ocasião. Em tempo, ressalta-se que quando a família de Miguel Fabricio das Neves migrou para o Irani, a Companhia Frigorífica já era proprietária da Fazenda do Irani e tinha suas terras reconhecidas, uma vez que declarava ter se mudado para a

⁵⁶ Segunda Vinhas de Queiroz (1966), Juca Pimpão era tido como um dos homens mais ricos de Palmas. Utilizava essa fazenda para criar gado a solta e devido suas ligações pessoais e políticas conseguiu registrar grandes faixas de terra localizadas nos campos de Palmas, entre estas a fazenda do Irani.

região por volta de 1897 (PROCESSO IRANI, 1913, p. 256).

Qual seria o papel exercido por uma empresa falida, com suas propriedades demarcadas há mais de dez anos na região, para gerar um clima de tensão tão forte que resultasse em um confronto armado? “As disputas pela terra e a precariedade das posses dos pequenos lavradores eram críticas nas regiões de jurisdição contestada” (MACHADO, 2004, p. 138). A organização social da região⁵⁷ fazia com que os grandes coronéis e proprietários estivessem “preocupados com a dilatação de suas terras e como o crescimento [...] dos bandos de seus animais” (PEIXOTO, 1995, p. 19). A Proclamação da República no Brasil gerou a necessidade de revisão de inúmeras leis e, como era de se imaginar, uma delas foi a lei de terras. A nova Constituição Brasileira, promulgada em 1891, transferiu do governo central para os Estados a responsabilidade de estabelecer uma jurisdição em relação à terra e à colonização, fazendo com que a região passasse por um momento de transformação em relação a posse da terra.

Peixoto (1995), ao mencionar um bilhete encontrado no bolso do sertanejo, escancarou essa questão. No bilhete, o caboclo morto bradava: “O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertencem a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer os nossos direitos” (PEIXOTO, 1995, p. 65). Ainda, na avaliação de Matos Costa, militar responsável por comandar as tropas federais contra os sertanejos entre os meses de junho a setembro de 1914, “[...] a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança” (PEIXOTO, 1995, p. 78). Diante da necessidade de legislar sobre a questão de terra, os Estados

[...] passaram a herdar as contradições e ambiguidades da política imperial de terras que faziam com que, se num determinado momento fossem elaboradas políticas para transformar a alienação de terras públicas em um processo de desenvolvimento da agricultura, setores significativos destas elites proprietárias, por meio de fraudes, grilagem e açambarcamento privado de terras públicas, acabavam por modificar os objetivos iniciais da legislação de terras (MACHADO, 2004, p. 138).

Dessa forma, seguiam sendo beneficiados os grandes proprietários e as empresas colonizadoras, uma vez que os pequenos sitiantes que habitavam a zona do Contestado não conseguiam alcançar os aparelhos do Estado para fazer com que suas propriedades fossem legitimadas. Assim, muitas vezes não tinham interesse em fazer a regularização de suas posses, por não ver a necessidade em tal ação. “Viviam em suas terras da mesma maneira que

⁵⁷ A região do Planalto Norte era organizada socialmente, através de uma rígida hierarquia social. “Em todo e qualquer lugar, havia e era reconhecido um esquema básico de hierarquia social, expresso numa escala de posições típicas dentro da sociedade, em relação às quais sempre se encontravam pontos de referência para avaliar o prestígio inclusive daqueles indivíduos que desempenham as ocupações mais raras. De acordo com a terminologia vulgar assim se escalonava a sociedade sertaneja: a) coronéis. b) fazendeiros, c) criadores ou meio-fazendeiros, d) lavradores, e) agregados, f) peões” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 37).

seus pais e seus avós o haviam feito. Se aparecesse algum usurpador, teriam que defender seus sítios à bala” (MACHADO, 2004, p.140), pouco importando a existência de um papel registrado em cartório que garantisse o direito de proprietários.

“A penetração de forças capitalistas na região modificou o cotidiano do morador local, que mantinha por tradição a sua posse da terra” (ESPIG, 2011, p. 190). Com a conclusão da construção do Ramal Sul da EFSPRG, a *Brazil Railway* começou a reivindicar, mais incisivamente, as faixas de terras que haviam sido acordadas em seu contrato, agravando ainda mais a situação do sertanejo. Desta forma, o processo de privatização da terra passou a ser intensificado e a concepção dos seus valores alteradas, passando do valor de uso para o monetário. A empresa, através do seu corpo de segurança, tratou de expulsar os posseiros que habitavam a área que reivindicava, para que os Estados “[...] pudessem realizar as medições dos terrenos devolutos” (MACHADO, 2004, p.140) que estavam sendo cedidos para a sua concessionária *Lumber*. Logo, foi a presença dessas duas empresas na região que implicou na expulsão de inúmeros posseiros (PEIXOTO, 1995, p. 13).

Nessa perspectiva, pode-se supor que os problemas oriundos da posse da terra tenham sido, sobretudo, com a *Brazil Railway* e sua subsidiária e não com a Companhia Frigorífica. Desta forma, a tensão acumulada devido a disputas de terra entre sertanejos e a Companhia Frigorífica que Machado (2004) afirmou existir no Irani, pode ser considerada insignificante frente à ameaça que a *Brazil Railway* apresentava. Como demonstramos anteriormente, as terras da Companhia Frigorífica e Pastoril Brasileira já haviam sido demarcadas há mais de quinze anos, sendo que, desde 1908, ela apresentava dificuldades financeiras e colocava suas fazendas na região à venda. Assim, o conflito que podia existir com a empresa seria entre ela e seus arrendatários, o que teria motivado também a ida de Octávio Marcondes ao Faxinal dos Fabricios.

Acreditamos que se no Irani existia alguma disputa de terras e uma empresa que ameaçava tomar as propriedades de determinados sertanejos, conforme defende Machado (2004), essa era a *Brazil Railway* e suas subsidiárias, uma vez que alguns dos presentes no acampamento de José Maria declararam em seus depoimentos que eram moradores do Rio do Peixe; inclusive, o Subcomissário de Polícia do Rio do Peixe teria ido verificar o que acontecia no acampamento. Além disso, se essa empresa seguia um *modus operandi* de primeiro “limpar” a área que desejava receber dos Estados com o seu corpo de segurança, ela já teria entrado em conflito ali antes do monge chegar na região, pois em vinte e três de setembro de 1912 foi expedido em nome da Companhia EFSPRG um imóvel no Rio do Peixe,

cuja área era de 3.025 hectares.⁵⁸

Os motivos que levaram as pessoas ao acampamento do Monge podem ter sido a fé, os problemas em relação à posse de terra, a subordinação à família Fabricio das Neves, ou até mesmo um pouco de cada um deles. Ao que tudo indica, José Maria gozava da fama de ser um bom curandeiro e era procurado pelo povo devido a isso, como bem recorda Vinhas de Queiroz (1966). O certo é que durante os dias em que José Maria permaneceu no Faxinal uma grande quantidade de pessoas direcionou-se ao seu acampamento e permaneceu lá, pelo menos até o dia 22 de outubro. Diante disso, o monge seguiu realizando suas práticas costumeiras, tais quais como quando estava em Santa Catarina, como visto no capítulo anterior.

Oswaldo Cabral (1960) aponta que José Maria teria organizado o acampamento e o denominado de *quadro santos* e, inspirado nas histórias de Carlos Magno, batizou inúmeras pessoas, sendo algumas com o nome de personagens da história como “Urgéis”, “Ricartes” e “Oliveiros” (CABRAL, 1960, p. 181). Já Machado (2004) sustenta a ideia de que o acampamento não era organizado nos moldes de *quadros santos* no Irani, como se instituiu a partir de 1913 e com o desenrolar do conflito.

A ordem urbanística quadrangular, de uma praça demarcada por cruzeiros diante de uma Igreja; as práticas de *formas*, com o perfilhamento de toda a população local duas vezes ao dia para rezas e organização dos serviços; a organização dos “pares de França” como guarda de elite sertaneja – são todas práticas sociais, culturais e religiosas criadas, pelo menos, a partir de dezembro de 1913, no segundo Taquaruçu (MACHADO, 2004, p. 184).

Partilhamos da interpretação deste historiador, de que, neste momento da Guerra do Contestado, o acampamento em torno de José Maria não tinha a mesma organização encontrada nos acampamentos posteriores. Logo, os acampamentos “de Taquaruçu e Irani não passavam de ajuntamentos em torno de um curandeiro considerado por muitos eficaz e, por alguns, milagroso” (MACHADO, 2004, p. 184).

Vinhas de Queiroz (1966, p. 85 - 86) garante que José Maria carregava o livro *História de Carlos Magno e dos Doze pares de França* e realizava leituras aos que lhe seguiam. Para esse pesquisador, a realização dessas leituras, “que exaltava[m] a coragem pessoal, a luta contra os “infiéis” e a fraternidade entre os campeões, marcaria[m] diretamente os acontecimentos” que se desenrolaram no decorrer da Guerra do Contestado. Espig (2002), em *A presença da Gesta da Carolíngia no Movimento do Contestado*, traçou duas possibilidades

⁵⁸ O referido título de concessão de terra encontra-se no arquivo do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná.

da introdução desse livro no Contestado. Um deles seria que a obra foi introduzida por José Maria, corroborando com as afirmações de Monteiro (1974) e d'Assumpção (1917), além dos autores já mencionados anteriormente, porém, faz a ressalva de que tal interpretação está ligada “[...] intimamente à atribuição de intenções insurrecionais e violentas, combinando-se às acusações de que o grupo teria assumido uma organização marcial subversiva” (ESPIG, 2002, p. 170)⁵⁹. O outro percurso traçado pela autora é o que refuta o que vinha sendo escrito até então na historiografia do Contestado, ou seja, as histórias de Carlos Magno não teriam sido introduzidas por José Maria.

Com base nos escritos de Euclides Felipe⁶⁰, nos quais relata que José Maria não efetuava a leitura das histórias de Carlos Magno, sendo possível que nem mesmo conhecesse tais histórias, e que a penetração dessas histórias teria ocorrido através de “Eufrácio Marcondes, caixeiro da casa comercial de Praxedes [...]. Tendo vindo de Laguna como professor particular, aquele trouxe consigo um volume da *História de Carlos Magno* em versos, que lia aos caboclos nas horas de folga” (ESPIG, 2002, p. 171). Através dessas informações, trazidas por Felipe e Espig, é que Machado (2004) sustenta a ideia de que os *pares* só teriam surgido depois dos episódios do Irani. Independente de terem surgido em 1912 ou posteriormente, essa obra se constituiu como um “elemento muito bem ajustado ao universo cultural em questão, capaz de criar sentido e de receber significações. A gesta carolíngia passou a ser apreciada na região justamente por vir ao encontro das sensibilidades mais caras aos moradores locais” (ESPIG, 2002, p. 223).

Entretanto, ao que tudo indica, as informações prestadas por Euclides Felipe estavam equivocadas, já que em 1912 podemos verificar a presença da *História de Carlos Magno* no sertão do Contestado. Ao analisarmos as fontes que poderiam contribuir para o melhor entendimento sobre a Batalha do Irani, localizamos, no Jornal, *Diário da Tarde*, uma matéria sobre tal questão. Em sua publicação de quatorze de outubro, esse periódico noticiava algumas das informações colhidas por um de seus correspondentes do interior em relação ao monge, afirmando que no

[...] seu acampamento, no lugar denominado Taquaruçu, município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, José Maria montado em um bonito cavalo, de espada desembainhada, acompanhado por seus fanáticos, inclusive mulheres e crianças, proclamou a monarquia, sendo aclamado imperador o velho octogenário Fulano da

⁵⁹ Ressalta-se que no quarto capítulo pretende-se realizar um debate sobre as hipóteses que levaram ao desenrolar o confronto entre os seguidores de José Maria e o Regimento de Segurança do Paraná. No qual retomaremos o debate sobre a importância dos Pares de França no combate, assim como outras possibilidades.

⁶⁰ Euclides Felipe trabalhou como topógrafo no planalto por 45 anos, e muitas vezes ficou hospedado na casa de caboclos. Recolheu grande documentação oral sobre o Contestado, tendo inclusive levado Vinhas de Queiroz para a realização de entrevistas durante suas pesquisas.

Rocha Assumpção 1º; criou a guarda do novo império composta de 24 fanáticos, com a denominação de 12 pares de França (DIÁRIO DA TARDE, 14 out. 1912).

Por mais que tenha sido publicada em um jornal paranaense, essa matéria parece ser composta das levandades do Coronel Albuquerque de que o monge e seus seguidores teriam proclamado a Monarquia em Curitiba e ameaçavam o regime republicano no Brasil, como visto no capítulo anterior. Entretanto, como poderíamos explicar que inúmeros depoentes no processo do Irani realizem menções aos *Pares de França* se a história de Carlos Magno ainda fosse desconhecida no ano de 1912, como relata Felipe (1995)? Os depoimentos de pessoas que estiveram na companhia de José Maria relatam a existência de “[...] um piquete de cavalaria denominado *Doze Pares de França* nos quais o monge depositava toda a confiança, usando todos uma fita branca no chapéu” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 131v). É importante pontuarmos que como haviam permanecido na região do Contestado muitos participantes da Federalista, o uso da fita branca no chapéu “era um símbolo dos federalistas catarinenses” (MACHADO, 2008, p. 70)⁶¹.

Vianna, pesquisador que também analisou o Processo Crime do Irani, ressalta inúmeros depoentes que afirmam que o monge tinha doze homens aos quais dava o título de *Par de França* (2002, p. 55). Nesse momento, o grupo dos *pares de França* se constituía em doze homens nos quais o monge depositava sua confiança e que haviam vindo com ele de Santa Catarina, conforme mencionado no processo⁶². Com o desenrolar da guerra, segundo Vinhas de Queiroz (1966), a formação e as funções dos *Pares de França* foram variando. Por mais que alguns autores apontem a constituição deste grupo como uma atitude violenta, é possível supor que eles fossem os responsáveis por garantir a segurança de José Maria e do acampamento, já que, conforme os depoimentos, os *Pares* acompanharam o monge no trajeto até o Irani e “[...] todas as noites o Monge destacava um piquete de cavalaria para guarnecerem a entrada do mato que fica pouco distante do acampamento do Monge” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 44v).

Aventar a hipótese de que os *pares* tinham como objetivo proteger e não atacar está relacionado às informações localizadas nas fontes, uma vez que em poucos momentos percebe-se no monge uma atitude subversiva e bélica, o que permite considerarmos que a sua criação não tenha sido com o intuito de promover o confronto. Mesmo que, nos jornais pesquisados, tenham sido publicadas notícias relatando que as vilas temiam ser atacadas, não

⁶¹ Machado (2008) ao estudar o Canudinho de Lages estabelece uma reflexão sobre o uso da fita branca no chapéu pelos moradores locais que se aplica muito bem ao contexto analisado nesse trabalho.

⁶² Os depoimentos que aludem a formação dos pares de França estão contidos nas folhas 129 e 138 do processo crime do Irani.

constatamos isso nas demais fontes. Entre as matérias que propagam a ameaça que José Maria causa, destaca-se essa:

[...] o espectro alquebrado do místico João Maria, cedeu o passo ao José Maria Agostinho, que com o seu barrete de pele de Jaguatirica e o seu piquete de cavalos brancos, desafia os mantenedores da ordem e das instituições e lhes opõe as forças que o fanatismo submeteu ao seu inquieto comando militar. Como figurada legenda, tem mesmo, até certo ponto, um belo interesse o bandoleiro sonhador, que lê a história de Carlos Magno e que lhe procura repetir o gesto audaz e cavalheiresco na fronteira de dois Estados brasileiros. O caso é que ele já ali está perturbando a paz nas regiões do seu cenário, onde as populações se armam para impedir a sua incursão, e os governos movimentam forças militares no sentido de fazer debandar as suas hostes belicosas (A REPÚBLICA, 15 out. 1912).

Assim, nos leva a crer que esse seja um argumento justificador para a repressão aos sertanejos que se rebelavam de outras formas. Por mais que o monge dissesse que se atacado resistiria, José Gonçalves da Rocha, criador e residente no Irani, declarava ao ser inquerido “[...] que esse povo, que cercava o referido monge não demonstrava nenhuma atitude hostil” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 42). Considerar que os *pares* foram criados para dar combate é cogitar que existia uma franca ameaça à segurança das populações locais e, portanto, a ação do Regimento de Segurança era necessária naquele momento, além de que José Maria “teria, portanto, particular responsabilidade sobre a ocorrência de uma guerra de grandes proporções no sertão catarinense, visto que fomentara a organização do grupo visando ao ataque às vilas da região” (ESPIG, 2002, p. 170). Essa hipótese é recorrente na visão das elites, pois evoca a existência de uma ameaça e ressalta a necessidade de uma intervenção. Todavia, acredita-se que nesse momento da Guerra do Contestado os *Pares* não tinham tal função e durante o conflito suas atribuições foram alteradas drasticamente em razão das problemáticas vividas pelos sertanejos rebeldes.

Ao depreender que uma das atividades do Monge José Maria era realizar a leitura das histórias de Carlos Magno aos que o acompanhavam, essa reveste-se “de um significado místico religioso mais intenso” (ESPIG, 2002, p. 173). Tal conclusão permite que possamos nos aproximar um pouco do que ia sendo vivenciado pelos sertanejos durante aqueles dias. A preocupação em compreender o dia a dia do que se passou no acampamento de José Maria vem da inquietação que as fontes geram, visto que diversas delas se constituem em documentos produzidos pela imprensa ou por quem os combateu. Em virtude disso, estes documentos e, sobretudo os analisados na presente pesquisa, insistem em subjugar os sertanejos devotos e relatar mais detalhadamente as ações das tropas oficiais.

Durante sua estadia no Faxinal dos Fabricios, o monge, além de realizar as práticas já citadas e ver o aumento de pessoas em seu entorno, segundo alguns depoentes, rezou uma

missa na igreja que ali existia, sendo que quem estava no acampamento utilizava uma fita branca em volta do chapéu (PROCESSO IRANI, 1913, p. 148v – 152v). Por mais que sejam poucos os relatos de que José Maria tenha rezado uma missa durante os dias em que esteve no Irani, eles nos remetem a um possível início de um processo de ruptura com as instituições religiosas oficiais e os primeiros indícios da formação da “Santa Religião”. Por mais que inúmeras notícias relatem que as vilas temiam ser atacadas e de que a atitude de José Maria e seus seguidores se constituía em uma ação subversiva e bélica, nenhum depoente faz menção a isso no Processo do Irani. Adotar uma fala que colocasse a culpa no monge pelo confronto, seria o mais lógico, já que entregaria um “culpado” às autoridades, o qual já não podia sofrer nenhuma pena. Entretanto, ocorre o contrário, pois inúmeros são os relatos de que José Maria não desejava entrar em confronto. Suas práticas durante os dias no Faxinal dos Fabricios, no Irani, revelam que o agrupamento em seu redor teve, sobretudo, aspectos místicos e religiosos, e não os bélicos que foram veiculados na imprensa (catarinense e paranaense) durante setembro e outubro de 1912. Afinal de contas, “[...] a atitude do Monge era unicamente dar remédios a quem o procurava, pois entre o referido pessoal havia muita ordem” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 35V).

Na manhã do dia vinte e um de outubro, o monge foi acordado com a notícia de que o coronel Domingos Soares se encontrava no acampamento, pois havia ido até ali para conversar com ele. José Maria já o aguardava, uns dias antes da chegada do coronel ele havia pedido que fossem o chamar “[...] para uma conferência e expor qual a sua atitude, que era evitar briga, pois que de Santa Catarina [...] já tinha sido tocado pelas autoridades locais” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 35V). Quando o coronel Domingos Soares e seus companheiros chegaram ao acampamento, depararam-se com uma situação diferente da propagada nas páginas do jornal *Diário da Tarde*. Se o periódico divulgava que ali estavam homens armados de Winchester se preparando para assaltar as vilas da região (DIÁRIO DA TARDE, 9 out. 1912), no acampamento constataram a presença de inúmeras famílias que ali se faziam presentes: homens, mulheres e crianças, das mais variadas idades.

O monge dormia dentro da casa de Miguel Fabricio, enquanto seus devotos ficavam em barracas próximas à casa. Otavio Marcondes, que acompanhava o coronel Domingos Soares, em seu depoimento no processo do Irani, declarou que quando chegaram para parlamentar com o monge, cerca de duzentos homens, além de mulheres e crianças, estavam ali acampados (PROCESSO IRANI, 1913, p. 218). Provavelmente uma parcela desses homens portava armas de fogo e facões, como se veiculava nos jornais da época, afinal, estes

eram instrumentos comuns no cotidiano sertanejo. A arma de fogo, além de servir como um instrumento de proteção da propriedade, tinha também a utilidade de prover o alimento através da caça ou até mesmo resolver um conflito pessoal. A arma branca, o facão de aço ou de Guaramirim (madeira), era usado nas rotinas de trabalho, sobretudo nos ervais, tão ricos na região. Segundo uma suposta “confissão de Praxedes” ao Padre Menandro Kamps, ao que tudo indica, em meados de 1913,

[...] um pequeno grupo estava armado de sabre. Era necessário para assegurar a ordem no acampamento. Também não levava cada um a sua arma quando viaja? Até nas cidades a maioria anda armada. Então aqui não há infração. Por que nos xingam de bandidos e expedem soldados contra nós para nos matar? Qual foi o nosso crime? (STULZER, 1982, p. 42)

Algumas fontes, ao tentar explicar o volume de armas na região apontam outros caminhos. Peixoto, por exemplo, afirmou em um de seus livros “[...] que as primeiras armas de guerra, como algum ensinamento para as lutas, foram dadas aos habitantes do inculto sertão pelos que depois foram os maiores interessados no desarmamento dos bandidos que açularam e deixaram dominar a região litigiosa” (PEIXOTO, 1995, p. 91); hipótese muito válida, ainda mais se lembrarmos das tantas disputas entre os Estados pela jurisdição da região. Entretanto, como veremos no capítulo seguinte, os sertanejos não fizeram o uso de uma grande quantidade de armas de fogo no primeiro combate da Guerra do Contestado. Com o desenrolar do conflito, a partir de 1913, grande parte dos armamentos que foram utilizados pelos caboclos foram os abandonados pelas forças oficiais após os combates.

O encontro do Monge José Maria e do coronel Domingos Soares ocorreu em um cômodo, reservado, na área interna da casa de Miguel Fabrício. Entretanto, não estavam sozinhos, eram acompanhados de Miguel Fabrício, Miguel Fragozo, José Felisberto, Otavio Marcondes e outros. Neste momento, o coronel solicitava que José Maria dispersasse todas aquelas pessoas que ali estavam reunidas. O monge expunha seu lado, conclamando “[...] que se ali estava era por ter sido perseguido pelo Coronel Albuquerque e que o pessoal que com ele tinha vindo de Santa Catarina não excedia o número de quarenta e que aquela outra gente que ali estava reunida tinha ido à procura de remédios (PROCESSO IRANI, 1913, p. 218 - 218V).

José Maria ouviu e recusou o convite para ir ao encontro do coronel comandante João Gualberto. Sua recusa veio com explicações, segundo o próprio coronel Domingos Soares: o monge não teria concordado em ir à presença de Gualberto pois “[...] temia maus tratos e mesmo porque [...] nada tinham com o Paraná e não sabia porque era assim perseguido” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 55v). Domingos Soares, ao tentar explicar os motivos que

levavam as tropas do Regimento de Segurança ao Irani, ressaltava que o Monge não estava sendo perseguido pelo governo paranaense, “[...] porém cumpria com o seu dever, não consentindo reuniões ilícitas em qualquer ponto do Estado” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 55v). Todavia, qual seria o crime cometido nesse momento por José Maria e os que o seguiam? Segundo o promotor que realizou a denúncia contra José Fabrício das Neves e outros no que chamamos aqui de Processo Crime do Irani, imputou a denúncia com base, sobretudo, nos seguintes artigos:

Art. 121. Quando a autoridade policial for informada da existência de alguma sedição, ou ajuntamento ilícito, irá ao lugar, acompanhada do seu escrivão e força, e reconhecendo que a reunião é ilícita e tem fins ofensivos da ordem pública, o fará constar às pessoas presentes e as intimará para se retirarem.

Si a autoridade não for obedecida, depois da 3ª admoestação empregará a força para dispersar o ajuntamento e mandará recolher á prisão preventiva os cabeças.

Art. 124. Opor-se alguém, com violência ou ameaças, á execução de ordens legais emanadas de autoridade competente, quer a oposição seja feita diretamente contra a autoridade, quer contra seus agentes ou subalternos:

§ 1º Si, em virtude da oposição, a diligencia deixar de efetuar-se, ou efetuar-se, sofrendo o executor da parte dos resistentes, qualquer lesão corporal (DECRETO Nº 847, de 11 de outubro de 1890).

Em tempo, cabe questionar o que definiria um “ajuntamento ilícito” e a serviço de quem essa definição contemplaria. Ao que tudo indica, aos grandes proprietários e às empresas estrangeiras, posto que nos agrupamentos armados isso não era visto como um crime e sim como uma necessidade. Era sabido que as empresas, visando garantir seus interesses, mantinham grupos armados, para que alguns fazendeiros conseguissem permanecer “[...] incólumes das arremetidas dos jagunços, e outros arrogantes e até despóticos” (PEIXOTO, 1995, p. 29). Para Peixoto (1995, p. 29), o “[...] sistema de pequenos grupos aguerridos, aqui e ali, pretextando a garantia desde ou daquele abastado, desta ou daquela fazenda ou localidade, alastrou-se e avolumou-se”, sendo esse, para o autor, um dos motivos que levavam aquele modesto acampamento de *fanáticos*, desarmados e inofensivos, ao princípio nos pinheirais dos Curitibanos e depois nos faxinais do Irani (PEIXOTO, 1995, p. 29), ser considerado um agrupamento de bandidos.

Diante da recusa de José Maria, os enviados do comandante das forças oficiais seguiram as instruções que haviam recebido e Otavio Marcondes entregou a carta escrita pelo comandante, a qual intimava e informava o monge do que lhe viria:

Acampamento do Regimento de Segurança do Paraná, nos Campos do Irani, em 20 de outubro de 1912.

Sr. José Maria.

Deveis comparecer com a maior urgência, afim de me explicardes o motivo da reunião de gente armada em torno de vossa pessoa alarmando os habitantes dessa Zona e infringindo as leis do Estado e da República

Caso não atenderdes a esta intimação que me ditam o cumprimento do dever e o sentimento de humanidade, comunico-vos que dar-vos-ei já franco combate e a todos que forem solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio afim de fazer voltar a esta Zona do Estado o regime da ordem e da lei. Avisai a todos que vos acompanham que os considerarei criminosos se não concordarem com o vosso comparecimento no meu acampamento evitando por essa forma terrível desgraça. Comunico-vos ainda que além das forças minhas que vos sitiam por vários estados outras expedições vos perseguem também tornando-se por essa forma impossível vossa fuga ou resistência no território nacional. No caso de resistência, deveis fazer retirar com urgência as mulheres e as crianças que aí estiverem. Assinado Coronel João Gualberto Comandante do Regimento de Segurança (Processo do Irani, p.180, verso e 181).

O que era um convite segundo o coronel Domingos Soares, tornou-se em intimação a José Maria que, ao ler, teria comentado: “[...] vejam vocês, o Comandante me intima para apresentar-me, e caso o contrário para retirar as famílias que me dará combate, oferecendo garantia em uma carta escrita a lápis” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 218V). Novamente, informou aos presentes que não iria, pois “[...] não confiava no Comandante, em vista de seu ultimato que o ameaçava sem que houvesse motivo para isso pois se lhe dessem vinte e quatro horas de prazo para reunir os animais ele dissolveria o pessoal da zona e seguiria com os seus companheiros para Santa Catarina” (PROCESSO IRANI, 1913, p.. 245V). O “Coronel Domingos Soares, que tinha ido parlamentar com o monge para mostrar o perigo em que se achavam ele e sua gente, caso não se dissolvessem ou abandonassem o município” (SOARES, 1920, p. 89) concordou com os termos da dissolução.

Sendo assim, Domingos Soares e José Maria estabeleceram um acordo de dispersão. O monge se prontificava a “[...] dispersar-se aquela gente que iria para a suas moradas e cuidar nos seus serviços e que o Monge seguiria” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 219) o seu destino, esse teria sido o único meio que o coronel teria encontrado para resolver a situação de “[...] evitar um conflito, que seria uma desgraça” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 219). O monge solicitou um prazo de vinte e quatro horas para se retirar, justificando sua necessidade devido ao fato de que os animais estavam dispersos no campo e era preciso agrupá-los, ficando acordado “[...] que no dia vinte e três o Coronel João Gualberto podia entrar com a sua força para fazer um reconhecimento e verificar que tudo estava em paz” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 219F). José Maria, ainda, teria solicitado ao coronel garantias para que pudesse passar para o Estado de Santa Catarina em segurança, o que foi garantido pelo coronel. Um fator importante a se destacar é a menção feita por José Maria de que havia a necessidade de recolher os animais que estavam no campo. Diante disso pode-se concluir que, possivelmente, não existia a necessidade de realização de saques, uma vez que se tinha recursos disponíveis para a alimentação de todos no acampamento.

No entanto, o coronel Domingos Soares alega que suspeitava de que o objetivo do monge não fosse retornar para Santa Catarina, mas que ele teria outros planos. Para ele, suas suspeitas foram confirmadas em uma conferência particular com Miguel Fabrício e Miguel Fragoso. Estes também declaravam ao coronel que estavam de acordo com a dispersão do acampamento e que haviam se comprometido a debandar o povo que se achava ao lado do monge. Além disto, teriam contado que José Maria tinha como verdadeiro objetivo “sair dali em direção as Laranjeiras do Município de Catanduva” (PROCESSO IRANI, 1913, p.. 56v). Ciente do suposto plano do monge, o Coronel Domingos Soares manteve o acordo que havia sido estabelecido e retirou-se do acampamento do monge com os homens que o acompanhavam, em direção ao acampamento do Regimento de Segurança.

A maneira como o coronel Domingos Soares foi recebido por José Maria e seus seguidores quando se encontraram, na casa de Miguel Fabricio das Neves, nos mostra consideráveis diferenças do período em que esteve na localidade de Taquaruçu. Se durante os dias em que José Maria esteve em Taquaruçu atritou-se com o Superintendente de Curitiba, coronel Albuquerque, agora, no Irani, o coronel Domingos Soares foi bem recebido, suas ponderações foram escutadas e rebatidas e um acordo para dispersão foi celebrado, mesmo com todo o clima de tensão, afinal, as tropas do regimento de segurança já estavam na região para um possível confronto. A diferença de tratamento com ambos os coronéis estava possivelmente ancorada na instabilidade em seus domínios locais. Vimos anteriormente que a supremacia municipal de Albuquerque estava fortemente abalada, tanto pela atuação de seus adversários, quanto pela ruptura de alguns laços clientelistas. Já os domínios do coronel Domingo Soares, ao que tudo indica, seguiam firmes e suas preocupações em manter sua clientela tornavam seu domínio local firme.

Enquanto a comitiva enviada por Gualberto ao acampamento do monge estava fazendo “negociações” para evitar o confronto, ele aguardava o retorno do coronel Domingos Soares. Neste momento, na tarde do dia vinte e um outubro de 1912, as tropas estavam localizadas cerca de seis quilômetros do acampamento de José Maria. No início da tarde, João Gualberto ordenou que o tenente Busse preparasse um piquete de

[...] cavalaria afim de acompanhar o comandante em um reconhecimento, montaram a cavalo debaixo de chuva torrencial e se dirigiram para o Caçadorzinho onde chegaram as duas horas da tarde. Pelas três horas da tarde, o comandante supondo que tivessem os fanáticos prendido o Coronel Soares, convidou o respondente para ir ao acampamento do Monge com as vinte praças, dizendo: “Eu ando mesmo a fazer loucuras”, mas [...] desistiu dessa ideia (PROCESSO 806, 1913, p. 113),

pois Gualberto viu que o tenente Busse iria o acompanhar de qualquer forma. Ao desistir da ideia, ambos regressaram ao acampamento do Regimento e esperaram o regresso da comitiva

composta por Coronel Domingos Soares, Otavio Marcondes, Deca Cachoeira, José Júlio, João Varella, entre outros.

3.2 *O comandante mandou preparar as alças para amarrar os caboclos: os preparativos para o ataque.*

O reencontro entre os coronéis se deu por volta das cinco horas da tarde daquele mesmo dia vinte e um. Ambos regressavam: um deles vinha de uma conferência de paz, o outro de um movimento de reconhecimento do terreno, como as instruções de técnicas militares recomendavam fazer antes de entrar em combate. Logo que chegou ao acampamento do Regimento de Segurança, Domingos Soares tratou de informar o comandante das forças o que havia acontecido durante sua estadia no acampamento do monge. À noite, juntamente com Octavio Marcondes, o coronel Domingos Soares voltou a conversar com João Gualberto e é provável que esta nova conversa tenha sido mais íntima e sem a presença de tanta gente como a anterior. Nela, Domingos Soares voltou a explicitar

[...] ao Comandante que tinha prometido ao monge o prazo de vinte e quatro horas e que sua força era insuficiente para dar combate aquele povo [que se encontrava ao lado de José Maria] e pedindo-lhe encarecidamente que fosse aguardando o reforço que estava em marcha pois sem este esforço se sacrificaria e sacrificaria a toda a força que comandava (PROCESSO IRANI, 1913, p. 246v – 247).

Octávio Marcondes, inclusive, para tentar demover do Comandante a ideia de atacar o monge chegou “[...] mesmo a pedir-lhe [que] se tivesse amor a sua mulher e filhos” não ordenasse a marcha (PROCESSO IRANI, 1913, p. 247). Entretanto, João Gualberto, ignorando todos os conselhos que havia recebido, respondeu a ambos “[...] que não atenderia porque já se julgava desmoralizado perante governo e o Exército do qual fazia parte e nessa mesma madrugada iria bater o Monge (PROCESSO IRANI, 1913, p. 247). O tenente Busse, em um de seus depoimentos ainda declarou que além de Soares, Octavio Marcondes também insistiu bastante para que Gualberto “[...] não atacasse, mas nada conseguiram tendo [Domingos] Soares apelando para a sua posição de político e para sua responsabilidade moral ele Comandante disse: “pois coronel Soares, faça de conta que estamos de relações cortadas, e eu vou sempre assumindo toda a responsabilidade” (PROCESSO 806, 1913, p. 114). Parece certo que o Coronel João Gualberto já havia saído de Curitiba com as suas decisões tomadas. Tanto que mesmo antes da ida da comitiva ao acampamento do monge, a fim de “negociar” uma dispersão, havia enviado um telegrama onde informava que estava “[...] no Irani, a três léguas do monge que tem mais de duzentos homens armados e resiste. Amanhã início ação decisiva contra ele” (PROCESSO 806, 1913, p. 111v).

Os posicionamentos dos coronéis João Gualberto e Domingos Soares, nessa ocasião, nos mostram uma tensão entre os poderes locais e estaduais, pela divergência de interesses nessa ocasião. O coronel Domingos Soares, vinha atuando como um mediador⁶³, tratando a situação de uma forma conciliadora, por saber que não se tratava de uma “invasão” catarinense e que o confronto entre uma parcela de seus clientes e as tropas poderia afetar sua relação no âmbito local, tentou fazer com que o comandante das tropas do regimento de segurança entendesse que o confronto não era o único modo de solucionar a situação. Contudo, o coronel João Gualberto estava decidido, antes mesmo de iniciar a marcha para o sertão, teria escutado do governador paranaense “vá com o Regimento de Segurança e traga o ‘monge’ engarrafado” (MOURA, 2003, p.72). Desta forma, fica perceptível que a ordem de ataque, transmitida por João Gualberto, defendia os interesses políticos estaduais e suplantava os interesses locais. Ainda, ao defender os interesses da oligarquia estadual, João Gualberto consolidava sua posição e poderia beneficiar-se individualmente dos louros de uma possível vitória militar.

Concomitante a esse período (em que João Gualberto sinalizava aos seus comandados que pretendia atacar), em seu acampamento José Maria informava aos seguidores seus próximos passos. Devido ao acordo que havia realizado e, ao que tudo indica, tinha a intenção de cumprir, “[...] o Monge ordenou que o povo que o acompanhava se preparasse para retirarem-se dali no dia seguinte” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 148V), ordenando que seu pessoal fosse “[...] reunindo os animais para no dia seguinte ao meio dia se retirarem para Campos Novos” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 141v). Miguel Frago, após acompanhar toda a conferência entre José Maria e o Coronel Soares, deu ordem para que seu pessoal procurasse os animais pois iriam regressar (PROCESSO IRANI, 1913, p. 81v) e, ainda, aconselhou outras pessoas “[...] que fossem para suas casas tratar de seus interesses, tendo o Coronel Frago tomado a estrada em direção ao Jacutinga, com trinta e seis homens” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 122).

Mais tarde, nesse mesmo dia, “[...] o Monge fez vinte ou vinte e quatro homens montarem a cavalo e com ele na frente [...] [foram] em direção ao Banhado Grande de onde voltaram alta madrugada” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 141v). Teria ido recolher alguns animais? Foi vigiar as tropas pois temia que acontecesse um ataque imediato, afinal, havia

⁶³ Ressalta-se que “os *mediadores* eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentro da sua “aldeia” e que eram responsáveis por vincular a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses ligados à sua clientela e que beneficiavam outras famílias da paróquia. O mediador possuía as chaves de acesso aos poderosos do centro decisório de um sistema maior e o poder de realizar essa conexão transformava-o num chefe político em potencial” (VARGAS, 2010, p. 35).

recusado ir ao encontro de Gualberto? A marcha tinha o objetivo de tomar conhecimento da localização em que as tropas oficiais se encontravam? Estava se preparando para atacar de surpresa o acampamento do Regimento de Segurança? Voltou de madrugada por entender que necessitava de mais homens para fazer uma investida contra Gualberto? Seus objetivos eram apenas descobrir o melhor momento para fuga no dia seguinte? Todas essas questões são possibilidades que não conseguimos responder.

A noite do dia vinte e um para o dia vinte e dois foi de preparativos em ambos acampamentos, seja para a luta, seja para a fuga. Dentre as hipóteses mencionadas anteriormente a mais provável é de que José Maria tinha intenções de fugir e evitar assim o confronto. O Desembargador de Polícia do Estado do Paraná, na conclusão dos testemunhos, afirmava que a atitude do monge era pacífica e que desejava “[...] fazer um pequeno descanso em Irani e seguir para Mato Grosso, por Guarapuava” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 178v). Sua conclusão estava embasada nas diversas declarações colhidas durante os depoimentos dos moradores que haviam cruzado com o monge: “José Maria teria passado “[...] para este estado, com o seu pessoal afim de, no Faxinal, dar um descanso [a] seus cavalos para depois seguir para Mato Grosso” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 96v).

As suspeitas de que o monge tinha o objetivo de fugir já vinham sendo especuladas na imprensa. No dia 18 de outubro, o *Diário da Tarde* havia publicado que José Maria tinha intenções de ir para o Rio Grande do Sul. Ainda, veiculava-se na imprensa paranaense de que uma das causas “[...] da remessa de forças policiais para o nosso território de Palmas, foi a notícia de haver o ‘monge’ João Maria acompanhado dos seus sequazes deixando a comarca de Curitiba em direção à cidade de Palmas, no evidente intuito de se internar na República Argentina” (A REPÚBLICA, 28 set. 1912)⁶⁴. Dezesete dias depois, o mesmo jornal voltava a publicar uma matéria em que afirmava que o “intuito [do monge era] de se internar na República Argentina” (A REPÚBLICA, 15 out. 1912).

Em telegramas, Henrique Rupp especulava que o monge tinha a intenção de utilizar os trens da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande para fugir da região e de que seu objetivo seria embarcar em qualquer estação da região com destino a São Paulo (ESPIG, 2011, p. 229). Entretanto, as estações da EFSPRG estavam guarnecidas por tropas federais estacionadas, sobretudo, na estação Caçador. Alcebíades Miranda (1987), ao comentar sobre as expedições militares no Contestado nos traz informações importantes sobre essas tropas. Segundo o

⁶⁴ Em trabalho anterior, Kunrath (2019), mostrei que por vezes a imprensa ao abordar os acontecimentos envolvendo a Batalha do Irani confundia-se com os nomes dos monges João Maria e do monge José Maria. Contudo, na presente citação o jornal buscando referir-se a José Maria acabou se confundindo e o chamando de João Maria.

militar, com a missão de impedir que José Maria e seus seguidores atravessassem para o Paraná, as tropas federais chegaram à região no dia vinte e oito de setembro de 1912. Compostas por um “efetivo de oitenta e cinco praças e de duas seções de metralhadoras, com cinquenta e um homens” (MIRANDA, 1987, p. 31), estabeleceram-se na estação Caçador. Além das tropas federais que estavam na região, as forças catarinenses, que também andavam no encalço do monge José Maria, estacionaram perto do Herval, a margem esquerda do Rio do Peixe, esperando a ação das forças do Exército e do Paraná, no sentido de ser assediada a “horda de fanáticos”.

Nos preparativos para seguir seu destino quer fosse se dirigir para a Argentina ou ao Mato Grosso, como vinha sendo especulado, José Maria colocou “[...] um piquete no mato, sobre o Banhado Grande, com o intuito de reunir os animais extraviados, que nessa noite poderiam sair para o campo” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 122). Certamente, designar a ida de alguns homens para o Banhado Grande não tinha somente o intuito de reunir animais. A carta de intimação enviada por Gualberto havia sido muito clara, frente à recusa de cumprir com as suas vontades ele daria “[...] franco combate [ao monge] e a todos que forem solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 180v – 181). Diante disso, podemos considerar que seria no mínimo prudente destacar alguns homens para vigiarem os caminhos que pudessem levar até a casa de Miguel Fabricio, uma vez que o acordo poderia não ser cumprido pelas tropas oficiais, ocorrendo assim um ataque antes que os sertanejos pudessem dissolver o acampamento.

Enquanto José Maria se preparava para partir, João Gualberto reforçava as suas intenções diante dos que o acompanhavam, dizendo que “[...] na madrugada seguinte marchava para ir prender o Monge”. Domingos Soares ainda ponderava a Gualberto para que, se fosse atacar o monge, pelo menos esperasse chegar mais tropas, conforme já tinha sido solicitado ao Chefe de Polícia. Entretanto, João Gualberto estava mesmo decidido a realizar o ataque, respondendo a esse que “[...] com cinquenta praças disciplinadas ele combatia o [monge] com duzentos fanáticos” e que estava pronto para marchar (PROCESSO IRANI, 1913, p. 219V). “Entretanto, o grosso ficou em Palmas, em lugar distante, incapaz até de prestar auxílio urgente ao fraco destacamento de ataque. Grave erro de um chefe, não ligar importância ao valor do adversário, considerando-o fraco, quando, por princípio, deve ser considerado forte, sempre!” (SOARES, 1920, p.81).

Contrariando as supostas ordens do Governador paranaense, que havia determinado “[...] ao comando das forças estaduais em mobilização nos campos de Palmas, que antes de

atacar os bandoleiros de José Maria, procure por meios suasórios convence-los de que devem abandonar a atitude belicosa e se dissolverem pacificamente” (A REPÚBLICA, 19 out. 1912), Gualberto decidiu resolver a situação através do uso da força. Cabe ressaltar que Rosa Filho (1998) acredita que João Gualberto não teria tomado conhecimento desse telegrama e por isso seguiu com seu plano de ataque. Então, durante a noite, em meio aos preparativos para a marcha

[...] o Senhor Comandante mandou Manoel Isac preparar trinta alças para amarrar caboclos e encarregou o Comissário Nascimento de conduzi-los. O Comandante ensinava as praças a maneiras de amarrar um homem e dizia que os tiros dos fanáticos não as poderia atingir e que a força bombardearia o acampamento dele até a distância sem sofrer o menor dano (PROCESSO 806, 1913, p. 114 - 114v).

O envio de João Gualberto para a região foi realizado sob ordens claras. Sua missão não era “[...] apenas de dissolver o ajuntamento, mas de trazer alguns sertanejos para fazê-los desfilar amarrados pelas ruas da capital, numa demonstração de força do Estado do Paraná contra os que desejassem planejar uma execução unilateral da sentença de limites” (MACHADO, 2004, 185), logo, nada melhor do que utilizar José Maria e seus seguidores para demonstrar essa força bélica. Talvez esse fosse um dos motivos que fizeram o comandante exclamar que “[...] atacaria o acampamento do Monge, pois que disto já havia dado comunicação ao presidente do estado, que se assim não precedesse ele Gualberto se considerava desmoralizado pela nação brasileira” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 51v).

Ao analisarmos a trajetória de vida de João Gualberto podemos entender um pouco o que motivava suas decisões, para além de algumas das pressões políticas que deveriam existir quanto ao o ataque a José Maria. Retomando as considerações de Cerutti (1998), expostas no primeiro capítulo desse trabalho, acompanhar o percurso de vida de João Gualberto nos permite considerar qual seria seu interesse diante das possibilidades e imposições que existiam sobre ele até o momento de sua decisão de iniciar a marcha de ataque. Ainda, permite que entendamos o impacto que a Batalha do Irani causou, sobretudo, na sociedade curitibana e as proporções que sua morte tomou.

O herói paranaense chegou neste Estado sem o brilho que a morte lhe deu. Natural da Paraíba, João Gualberto nasceu em onze de outubro de 1874, em uma família que tinha como patriarca um juiz. Órfão de mãe a partir de 1880, viu seu pai se casar novamente, agora morando em Recife, enquanto era entregue aos cuidados de seus avós, indo morar numa casa de engenho. Aos treze anos, novamente se muda e vai morar com seu tio Sebastião Bezerra, em Recife. Nesta cidade, senta praça aos dezesseis anos, sendo destinado à Escola Militar da Praia Vermelha, o que faz com que se transfira para o Rio de Janeiro (LACERDA, 1982, p.

202). A Escola Militar da Praia Vermelha⁶⁵, desde os tempos do Império e nesse comecinho de República recém proclamada, representava “[...] uma rara possibilidade de ascensão social para pessoas que não pertenciam à elite tradicional e cuja famílias não podiam custear cursos superiores nas faculdades de direito ou medicina” (CASTRO *apud*: RODRIGUES, 2008, p. 96 – 97).

Do Rio de Janeiro, João Gualberto foi transferido para Curitiba em 1895, sendo que tal decisão teria sido tomada por atos de insubordinação e era considerada uma penitência ao militar. Morando na capital paranaense, João Gualberto constituiu família ao casar-se com Leonor, filha de Francisco de Paula Moura Brito, coronel da Guarda Nacional e comerciante (LACERDA, 1982, p. 204), ou seja, um membro da elite paranaense que havia sido, inclusive, deputado estadual no Paraná. Depois de casado, Gualberto começou a ascender dentro da carreira militar chegando ao posto de capitão em 1910 (A REPÚBLICA, 24 out. 1912). É provável que seu casamento tenha contribuído muito para a sua ascensão dentro da elite paranaense, bem como para a fundação do Clube Militar Tiro do Rio Branco⁶⁶. Dalfré (2014, p. 94) destaca que a “[...] imagem do militar já vinha sendo construída pela imprensa há algum tempo, fator que pode ser verificado por meio das diversas notas referentes ao seu comando no Tiro Rio Branco”.

Em 1912, João Gualberto estava em evidência e suas relações o haviam consolidado na elite política e militar paranaense, pelo menos na capital, sendo cotado para assumir o cargo de Prefeito da Capital Paranaense, inclusive sendo considerado por Carlos Cavalcanti “[...] como o único capaz de salvar o município” (DIÁRIO DA TARDE, 22 ago. 1912) das dificuldades que enfrentava. Todavia, o convite que recebeu foi para assumir o comando do Regimento de Segurança. Segundo o *Diário da Tarde*, a população curitibana teria reagido negativamente a tal nomeação e realizado uma reunião com o intuito de cobrar que João Gualberto fosse efetivado como prefeito de Curitiba, o que gerou a necessidade por parte do Governador do Estado de explicar os motivos de sua decisão. Em discurso, Carlos Cavalcanti, reafirmava sua intenção de nomear Gualberto para comandar a prefeitura de Curitiba. Entretanto, devido a vacância do cargo de comandante do Regimento de Segurança julgou que não havia ninguém com a capacidade de Gualberto para assumir a responsabilidade de chefiar as forças policiais paranaenses, em razão de suas ações frente ao comando do Tiro Rio

⁶⁵ Para saber mais sobre o papel da Escola Militar da Praia Vermelha na formação dos militares que lutaram no Contestado, consultar RODRIGUES (2008).

⁶⁶ Tiro Rio Branco se constituiu como uma associação de militares residentes no Estado do Paraná e estava localizada em Curitiba. Entre seus fundadores encontra-se João Gualberto, que o presidia desde sua fundação em 1909.

Branco⁶⁷ (DIÁRIO DA TARDE, 22 ago. 1912).

Esse mesmo periódico, ao informar que João Gualberto estava assumindo o comando do Regimento de Segurança, tecia diversas críticas ao Governador do Estado por acreditar que Gualberto deveria assumir a prefeitura devido a suas qualidades pessoais, já que o regimento não era um cargo a sua altura (DIÁRIO DA TARDE, 20 ago. 1912). As publicações desse jornal, durante o tempo em que consultamos, não questionam nenhuma ação de João Gualberto; pelo contrário, constantemente o enaltecem, fato que nos leva a crer que seus redatores fossem próximos dele, já que até teriam comparecido a festa de aniversário do comandante em 1912 e, nesta mesma data, haviam publicado uma matéria de felicitação no seguinte tom:

Passa hoje a data aniversária do ilustre coronel dr. João Gualberto Gomes de Sá Filho, digno comandante do Regimento de Segurança. Essa data é para nós gratíssima, pois o distinto militar conta nesta casa as maiores simpatias, que ele soube conquistar pelas suas qualidades distintas tão bem conhecidas e que o fazem uma das individualidades mais estimadas no seio da sociedade paranaense. Soldado que honra o Exército Nacional, jornalista vigoroso, engenheiro de vasta competência, patriota abnegado, amigo dedicadíssimo, cidadão que cultua as mais altas virtudes cívicas, chefe de família verdadeiramente modelar, o dr. João Gualberto é uma dessas raras figuras que se impõem, pelo caráter adamantino, pela capacidade de trabalho e pelas figurações de sua inteligência (DIÁRIO DA TARDE, 11 out. 1912).

Muito era esperado de João Gualberto e suas ações no comando do Tiro Rio Branco eram propagandeadas na imprensa. Carlos Cavalcanti o considerava um “[...] oficial que tanto se destaca pelo valor, pela competência e espírito organizador oficial que é um dos belos ornamentos do Exército” (DIÁRIO DA TARDE, 11 out. 1912). Diante da trajetória do comandante do Regimento de Segurança do Paraná, acreditamos que outros fatores estavam envolvidos em sua atuação, ultrapassando a motivação levada pela pressão da classe política a fim de transformar suas ações em demonstrações de força. Dessa forma, podemos supor que atender aos interesses da elite paranaense contemplava também aos próprios interesses de João Gualberto, já que levar alguns sertanejos “invasores” para desfilar amarrados em Curitiba o faria ganhar ainda mais notoriedade diante daquela sociedade, fazendo-lhe ganhar força política caso quisesse pleitear algum cargo de maior relevância na política estadual. Frente a esses interesses, Gualberto não pestanejou em realizar o ataque e ordenou, na madrugada do dia vinte e dois de outubro, que a tropa marchasse para o combate. Os sertanejos, ao que tudo indica, não pretendiam lutar contra as forças do Regimento de

⁶⁷ João Gualberto foi constantemente elogiado na imprensa por suas ações no comando do Tiro Rio Branco. Uma delas foi a obtenção do “primeiro lugar na parada militar de 7 de setembro, na Capital Federal, vitória que lhe conferiu [ainda mais] popularidade entre os militares e políticos paranaenses” (DALFRÉ, 2014, p. 95).

Segurança, inclusive tendo tentado evitar o confronto através de um acordo de dispersão, mas não tiveram o tempo necessário para isso.

4 *Foi assim que o Irani serviu de cancha de guerra: o combate de 22 de outubro de 1912.*

“[...] madrugada de vinte e dois tudo estava pronto [e] em ordem de marcha em direção ao Faxinal onde o Monge tinha o seu acampamento (PROCESSO IRANI, 1913, p. 220v).

Depois de distribuir as munições aos seus comandados, às três horas da madrugada tocaram-se as cornetas e as tropas do regimento de segurança do Paraná que estavam no encalço do monge iniciaram sua última marcha visando atacar o acampamento de José Maria (PROCESSO 806, 1913, p. 37). Com a infantaria à frente, seguida pelos cargueiros de munições, a metralhadora maxin, o pelotão de cavalaria, os cargueiros de mantimentos e um pelotão comandado pelo alferes Adolpho Guimarães, as tropas do regimento de segurança do Paraná seguiram em direção à fazenda de Miguel Fabricio das Neves (O DIA, 26 out. 1912).

Ainda faltavam algumas horas para o sol raiar quando a marcha de ataque foi iniciada e, em virtude do breu da noite, o deslocamento das tropas ocorria de forma lenta e com dificuldades. Um dos militares partícipes da marcha relata que a escuridão e os pequenos obstáculos do caminho tornavam-na difícilima (PROCESSO 806, 1913, p. 99). Para amenizar a situação, “[...] as praças sacaram fósforos para acertar o caminho que era bastante estreito” (PROCESSO 806, 1913, p. 37), enquanto Gualberto mandava, da retaguarda das tropas, a toques de corneta, que as praças intensificassem e acelerassem o ritmo da marcha. Entretanto, diante dos percalços que a escuridão impunha, Sarmiento, capitão do regimento, solicita a Gualberto para diminuir, pois não podiam seguir naquela velocidade e o som da corneta poderia alertar os seus inimigos, pois esses “[...] não devia[m] estar longe” (PROCESSO 806, 1913, p. 115v).

Não é certo se antes ou depois da solicitação de Sarmiento, mas no transcorrer da marcha um grande imprevisto ocorreu: ao transpor um córrego, a mula que conduzia a metralhadora maxin e suas munições tombou. Gualberto, ao ver o que havia acabado de ocorrer, teria brandado ao militar Rodolpho Severiano da Paixão, responsável por conduzir o cargueiro, que “[...] nem morto pagava o serviço que [havia] acabado de fazer” (PROCESSO 806, 1913, p. 61v). O militar, defendendo-se dos bravejos de seu comandante, retrucou afirmando que não era o culpado, que este teria sido Roque, morador local que acompanhava as tropas do regimento como tropeiro. Segundo Paixão, foi ele “[...] quem assustou a mula” (PROCESSO 806, 1913, p. 61v) e provocou o acidente. Alguns autores afirmam que como Roque era morador da região, indicado pelo coronel Domingos Soares para acompanhar as tropas, teria causado o acidente propositalmente, visando auxiliar o monge José Maria e seus seguidores.

Todavia, não existem comprovações de que esse tenha sido o motivo do tropeiro; os militares inqueridos no *Processo 806* tratam o caso como algo grave, porém, um incidente. Proposital ou não, a marcha seguiu.

Mais ou menos três horas depois de seu início, o tenente Busse recebeu uma ordem para adiantar-se, portanto, passou à frente do restante das tropas, em conjunto com seu pelotão de cavalaria e acompanhado do coronel João Gualberto. Tal ordem tinha como objetivo a realização de um cerco a três casas que estavam próximas⁶⁸. Provavelmente Gualberto tivesse receio de que nelas estivessem alguns seguidores de José Maria lhe esperando para uma emboscada. Entretanto, nada ocorreu. O tenente Busse relata que quando desceram dos cavalos para revistar a primeira casa ouviram um disparo de arma de fogo, todavia, julgando ser alguém caçando não deram importância e seguiram para a próxima. Com isso, “[...] descendo por um desfiladeiro, transpondo um córrego e subindo a um alto, distante da primeira [casa], talvez cento e cinquenta metros” (PROCESSO 806, 1913, p. 116), alguns membros do regimento de segurança chegaram à segunda casa e adentrando-a encontraram duas mulheres e sete crianças. “Interrogadas estas mulheres, declararam que seus maridos estavam com o Monge, enquanto ali estavam ouviram alguns tiros partidos da terceira casa que distava da primeira talvez uns duzentos metros, tendo também de passar um córrego e subir um outro alto” (PROCESSO 806, 1913, p. 116).

Uma das mulheres, citadas pelos militares, que estava dentro das casas que haviam sido revistadas era Francelina Bueno dos Santos, moradora local, que nos traz outra percepção desse momento. Segundo Francelina, muito cedo, antes mesmo do sol sair, chegou em sua casa um piquete de cavalaria e o comandante de polícia perguntando “onde estava seu marido” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 146v). Ao serem informados de que seu marido estava no acampamento de José Maria, deixaram sua casa e foram para a de sua irmã. Logo após saírem, ouviu-se alguns tiros e ao cessar o som dos disparos o comissário Nascimento retornou a sua casa questionando-a se os homens já haviam retornado, o que ela respondeu negativamente. E “[...] então o Comissário retirou-se e ela respondente, com medo fechou sua casa e retirou-se, pelo mato, para a casa de João Roza” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 146v - 147), durante o caminho que separavam as casas, apenas ouviu o barulho de um forte tiroteio vindo das matas que circundavam o local.

Diferentemente dos disparos anteriores, dessa vez prontamente saíram da casa em que estavam e “[...] estabeleceram um pequeno tiroteio com um grupo de oito a dez homens que

⁶⁸ O local em que essas três casas ficavam era denominado Banhado Grande, pertencente ao Irani, seu terreno tinha diversas ondulações e era circundado de matas.

corriam em direção a mata [...]. Esse tiroteio cessou assim que os caboclos entraram na mata” (PROCESSO 806, 1913, p. 116 – 116v). Após o seu término, uma das praças que acompanhava o tenente Busse e o coronel João Gualberto na ocasião, chamou-lhes a atenção para algo que parecia mover-se na mata. Gualberto dessa vez não esperou ouvir mais um disparo realizado por algum sertanejo, adiantando-se, mandou seus comandados fazerem algumas descargas em direção à mata, o que aparentemente não surtiu nenhum efeito. Talvez crendo que não corria mais nenhum risco, em seguida mandou que fossem buscar milho para os cavalos em uma das casas que haviam sido revistadas. Como trouxeram milho em espiga, naturalmente começaram a debulhá-lo no chão. Neste instante, começaram a ouvir uma “[...] enorme gritaria que vinham da mata próxima onde tinham entrado os caboclos” (PROCESSO 806, 1913, p. 116v). A aproximação sertaneja pegou Gualberto de surpresa, pois “[...] só contava encontrar a gente do Monge na casa de Miguel Fabricio” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 159v). Desta forma, julgando que “[...] muita gente” (PROCESSO 806, 1913, p. 116v) estava vindo em sua direção, o coronel mandou que as tropas da cavalaria regressassem até encontrarem-se com as da infantaria.

Quando ocorreu o primeiro disparo, escutado e ignorado pelo tenente Busse e pelo coronel Gualberto, as pessoas que estavam na fazenda de Miguel Fabricio das Neves provavelmente puseram-se em sinal de alerta. Como visto anteriormente, depois que o “acordo de dispersão” entre o monge José Maria e o coronel Domingos Soares foi selado, Otavio Marcondes entregou a carta escrita por Gualberto a José Maria. Ela dizia textualmente que caso José Maria não fosse ao encontro de Gualberto no acampamento do Regimento de Segurança, esse daria “franco combate [a José Maria] e a todos que [a ele fossem] [...], em verdadeira guerra de extermínio afim de fazer voltar a esta Zona do Estado o regime da ordem e da lei” (PROCESSO IRANI, 1913, p.180v - 181). A clara intimação, remetendo a uma declaração de guerra, colocava em dúvida o acordo que recém tinha sido celebrado entre o coronel Domingos Soares e José Maria, entretanto, de qualquer modo, o monge parecia disposto a cumpri-lo.

Depois que a comitiva enviada por Gualberto deixou a casa de Miguel Fabricio e retornou ao acampamento das tropas oficiais, no final da tarde do dia vinte e um de outubro, José Maria “[...] ordenou que o povo que o acompanhava se preparasse para retirarem-se dali no dia seguinte” (PROCESSO IRANI, 1913, p.148V). Era de conhecimento geral que, mais uma vez, José Maria iria partir, pelo menos segundo o que afirmava. Foi durante essa declaração que também teria dito a seu pessoal para irem reunindo os animais que estavam

soltos no campo, pois no dia seguinte ao meio-dia partiriam para Campos Novos (PROCESSO IRANI, 1913, p.141v). Em virtude da carta de João Gualberto possivelmente aproveitou também, nesse momento, para designar mais alguns homens para vigiar os caminhos que levavam até a casa de Miguel Fabricio, assim como já tinha feito anteriormente, afinal “[...] o Monge tinha sempre um piquete no Banhado Grande” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 141v).

Se durante os outros dias em que estive no Irani as movimentações eram de pessoas a sua procura, fossem curiosos ou em busca de curas, o dia vinte e um acabou transcorrendo de maneira distinta. Depois da conferência com os representantes do governo, destacar algumas pessoas para vigiar a estrada e ordenar que as pessoas que ali estavam acampadas se preparassem para irem embora, “[...] mais tarde desse mesmo dia o Monge fez vinte ou vinte e quatro homens montarem a cavalo e com ele na frente [...] [foram] em direção ao Banhado Grande de onde voltaram alta madrugada” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 141v)⁶⁹. Os depoimentos contidos em ambos os processos consultados no transcorrer das pesquisas não mencionam o que José Maria teria feito durante o período em que estive fora de seu acampamento. É possível que tenha ido juntar alguns animais ainda dispersos, talvez procurar algum caminho para uma possível fuga ou até mesmo bombardear as tropas do regimento de segurança. Todas são possibilidades concretas de alguma ação de José Maria, entretanto não conseguimos confirmar nenhuma; o certo é que retornou a fazenda de Miguel Fabricio após a realização de alguma delas. Em seu regresso, provavelmente buscou repousar para no dia seguinte iria seguir seu rumo.

Diante do exposto, pode-se supor que o disparo, realizado pelos sertanejos que estavam de vigia, se constituía em um sinal de que Gualberto definitivamente aproximava-se para cumprir a promessa que havia feito em carta. Como previamente combinado quando as tropas de cavalaria do Regimento de Segurança foram vistas, o disparo foi realizado. Depois do primeiro disparo e o sinal de que era preciso estar em alerta, um novo som de tiros deve ter sido escutado na fazenda de Miguel Fabricio. Enquanto os vigias estabeleciam um breve tiroteio contra as tropas de cavalaria do regimento de segurança, extinguíam-se as tantas opções que José Maria parecia ter até então. Naquele instante, ficou evidente a situação em que José Maria e as pessoas que lhe cercavam se encontravam. Segundo Praxedes, ao monge e seus seguidores não havia restado “[...] outro jeito: ou morríamos ou nos defenderíamos. Nesta desesperada situação naturalmente fomos às armas” (STULZER, 1982, p. 42 – 43).

⁶⁹ Possivelmente sejam os *Pares de França*.

O desespero, o medo e a coragem provavelmente estavam presentes no instante em que os primeiros disparos foram escutados e devem ter se acentuado quando um dos homens que estava responsável pela vigília chegou a fazenda contando que o “[...] piquete estava tiroteando com as forças do governo no Banhado Grande” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 142). Então, em meio a todo esse turbilhão e sem outra alternativa, “[...] o Monge mandou encilhar a cavallhada e saíram a disparada em direção ao Banhado Grande” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 142). Ao que tudo indica, o aviso de que estava ocorrendo um confronto com as tropas do Regimento de Segurança e a decisão de José Maria enfrentar, frente a frente, as tropas oficiais fez com que até mesmo as pessoas que na ocasião não possuíam animais de montaria decidissem o acompanhar a pé.

Por volta das sete horas da manhã, um morador local relembra ter visto passar à frente de sua casa naquele dia um grupo de cavaleiros com “[...] o célebre monge montado em um cavalo branco” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 44v – 45F). Ao contrário do que possa parecer, ao que tudo indica não se tratava de um deslocamento totalmente desorganizado. Existem relatos que antes de chegar ao local onde o Regimento de Segurança estava, José Maria teria dito aos que lhe acompanhavam para que cumprissem as ordens, para não se misturarem com os pares, pois caso as forças do governo fossem de até cem homens ele e os pares davam conta (PROCESSO IRANI, 1913, p. 154). Assim sendo, foi sob essas circunstâncias e ordens que José Maria, acompanhado de inúmeras pessoas, aproximava-se do Banhado Grande. Suas forças para defender-se do avanço das tropas de João Gualberto teriam sido de um pouco mais de uma centena de homens⁷⁰, divididas em dois grupos. Um deles composto de aproximadamente sessenta pessoas, capitaneados por José Fabrício das Neves e o outro liderado pelo próprio monge Jose Maria, composto de mais ou menos quarenta pessoas (PROCESSO IRANI, 1913, p.100). Então, “ao chegarem no lugar denominado banhado grande, depararam com uma força do governo que se achava próximo à casa de Bento Quinteiro” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 100 - 101).

Enquanto João Gualberto esperava o retorno das tropas da cavalaria em conjunto com as da infantaria, o barulho vindo da mata parecia aumentar cada vez mais. Parece que tudo aconteceu muito rápido, pois um militar que compunha a tropa de infantaria relatou que “[...] quando amanheceu o comandante com o piquete comandando pelo Tenente Busse, adiantou-

⁷⁰ É difícil precisar o número de homens que acompanharam José Maria no confronto. Algumas fontes, como os jornais *O Dia* e a *A República* apontam para um número superior a trezentas pessoas (A REPÚBLICA, 26 out. 1912; O DIA, 27 out 1912), o *Diário da Tarde* dizia em suas publicações que chegavam a mais de quinhentas pessoas (DIÁRIO DA TARDE, 23 out. 1912). Segundo Paulo Pinheiro Machado não teriam passado de duzentos sertanejos (MACHADO, 2004, p. 186).

se da força para fazer um reconhecimento” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 53v) e depois de mais ou menos vinte minutos teria retornado ao encontro da força. Isso ocorreu cerca de dois quilômetros do local onde Gualberto ficou aguardando e ali Busse prontamente perguntou se os demais não haviam escutado o tiroteio que tinha acabado de ocorrer (PROCESSO IRANI, 1913, p. 117). As tropas disseram que não, tamanha a distância que os havia separado, então o tenente avisa que já havia “[...] tiroteado com a guarda avançada do monge e mandou apressar a marcha da força” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 54).

Conjuntamente, cavalaria e infantaria, retornaram e reagruparam-se em frente a uma das casas que haviam sido revistadas anteriormente. Com isso, Gualberto começou a posicionar seus comandados em linha de combate. Ordenou que, ao centro, ficassem duas esquadras de infantaria, comandadas pelo alferes Sarmento e pelo alferes Libindo; à direita, decidiu postar dois pelotões de cavalaria, comandados cada um pelo tenente Busse e pelo alferes Adolpho; visando guarnecer o flanco esquerdo mandou que uma esquadra de infantaria, sob o comando do capitão Miranda, posicionasse-se em um outeiro distante cerca de cento e cinquenta metros do restante das tropas (PROCESSO IRANI, 1913, p. 117). A metralhadora Maxin foi postada ao centro, entre as esquadras comandadas por Sarmento e Libindo, tendo o próprio Gualberto conduzido a sua montagem e ficado responsável por seu manuseio.

Após as tropas do regimento de segurança puseram-se em linha de combate e receberam mais munições para enfrentar o que vinha da mata à frente, João Gualberto realizou alguns tiros com a metralhadora Maxin, fazendo um teste para ver se tudo estaria funcionando como deveria. Entretanto, em virtude da queda no córrego durante a marcha, a metralhadora engasgou e não voltaria mais a funcionar. Uma testemunha, que acompanhava Gualberto na ocasião, ouviu o coronel se lamuriar dizendo que estavam perdidos diante daquela situação (PROCESSO 806, 1913, p.74v). Coincidentemente, alguns militares presentes relatam que logo após os disparos proferidos por Gualberto é que os sertanejos começaram a sair da mata, parecendo que José Maria e seus seguidores estavam aguardando um sinal, um indício de que o confronto iria começar.

Depois de distribuída a força e dos primeiros disparos feitos por Gualberto, as tropas oficiais começaram a perceber que em uma parte mais elevada do terreno começou a aparecer alguns caboclos. Um dos militares nos conta que “dados esses tiros imediatamente começaram a sair da mata que ficava [...] a setecentos metros à frente da força” (PROCESSO 806, 1913, p. 117v) “uma onda de gente [...] [que] vinha parte a cavalo e parte a pé gritando a

toda força” (PROCESSO 806, 1913, p. 54) em direção as tropas. João Gualberto, vendo a multidão vindo ao seu encontro, ordenou que seus comandados abrissem fogo contra toda aquela multidão, que respondia apenas com alguns disparos de volta. Entretanto, “[...] apesar das descargas incisiva e cerrada [...] [das forças oficiais, os sertanejos] avançavam sem trepidarem” (PROCESSO 806, 1913, p. 55V). Os disparos das tropas oficiais, apesar de cerrado, não surtiam o efeito esperado pois as forças “atiravam por entre uma pequena mata que [...] ocultava” (PROCESSO 806, 1913, p. 127v) os sertanejos. Entre os sertanejos e “a força [oficial] existia uma canhada funda por onde os mesmos [sertanejos] desapareceram” (PROCESSO 806, 1913, p. 44). Somava-se as ondulações presentes no caminho percorrido por José Maria e seus seguidores, a fumaça de pólvora que sucessivos disparos feitos pelas tropas oficiais gerava, dificultando ainda mais a visibilidade. Nesse momento, João Gualberto “mandou tocar cessar fogo, a fim de que ela [fumaça] se dissolvesse um pouco” (PROCESSO 806, 1913, p. 118), e armar baioneta, também se aproveitando desse intervalo para, brevemente, reorganizar as tropas. Ao que tudo indica, as novas ordens de Gualberto foram cumpridas rapidamente, pois dentro de poucos instantes os caboclos foram novamente vistos pelas tropas, desta vez a cerca de cem metros de distância de onde se encontravam as forças oficiais.

Ao ver o reaparecimento sertanejo, Gualberto “novamente [mandou] reabrir o fogo de fuzilaria contra os [...] caboclos” (PROCESSO 806, 1913, p. 39v). Entretanto, mesmo sob novo tiroteio o avançar sertanejo não titubeou e “dentro de poucos minutos surgiu, a uns quarenta metros do ponto em que se achava o Coronel João Gualberto, [a] grande massa de homens a pé e a cavalo, e em gritaria infernal e furiosa arremetida se lançaram sobre a linha de atiradores” (PROCESSO IRANI, fls. 186V). Traziam na mão “[...] esquerda garruchas e winchester e na mão direita enormes fações” (PROCESSO 806, 1913, p.67v). Ao conseguirem se aproximar o suficiente das tropas do regimento de segurança, apearam dos cavalos e, de facão em punho, dando golpes a torto e a direito, envolveram as forças oficiais e estabeleceram o entrevero.

Depois de se ver e ver seus comandados envolvidos pelos sertanejos, em virtude da “impetuosidade” e “selvageria” do ataque sertanejo, Gualberto ordenou a um de seus comandados que fosse dizer ao tenente Busse para “[...] apeiar as praças e que estas fizessem dos cavalos trincheiras e mantivessem cerrado fogo contra os caboclos que dos contrários estariam todos partidos” (PROCESSO 806, 1913, p. 68). Ele cumpriu o que talvez tenha sido a última ordem de Gualberto, e conta que ao retornar ao seu posto viu o Alferes Sarmiento

ferido, “[...] as praças de sua esquadra todas caídas” (PROCESSO 806, 1913, p. 68) e ao procurar o coronel Gualberto não mais o encontrou. Um outro militar, Costa Moreira, alega que teria escutado alguns sertanejos dizerem “piquem este desgraçado que é único culpado” (PROCESSO 806, 1913, p. 68), concluindo que os sertanejos estavam se referindo a João Gualberto ao matá-lo.

Com a morte de Gualberto e com as tropas envolvidas pelos sertanejos, o tenente Busse, percebendo a eminência da derrota e o risco que sua própria vida passava a correr, ordenou que as tropas do regimento de segurança paranaense batessem em retirada. O capitão Miranda, que ficou a uma distância de mais ou menos cento e cinquenta metros do local onde ocorreu o entrevero, seguiu atirando contra os seguidores de José Maria. Entretanto, ao ver que os sertanejos haviam destruído o restante das tropas e naquele momento tinham em seu poder os cargueiros de munição, também deu ordem de retirada e internou-se na mata mais próxima para realizar sua fuga. Com isso, “a cavalaria da força foge... O pânico se comunica aos milicianos que também fogem, mas perseguidos pelos fanáticos, é uma debandada geral” (LUZ, 1999, p. 162). Ficam no chão do local onde o confronto ocorreu, os cargueiros de munição, a metralhadora Maxin, que havia falhado, algumas armas e os corpos dos membros do Regimento de Segurança, entre eles o de João Gualberto Gomes de Sá Filho, Luiz Pinto de Macedo, Joaquim Virgílio da Rosa, Marciliano Gonçalves Cordeiro, Abel de Jesus Marques, João Beneticto Ferreira da Silva, João Abló, João Moraes, Afonso Amancio de Oliveira, Romão dos Santos. Bem como o monge José Maria e os de alguns sertanejos Domiciano Mello, Emygfio Pedro, França de Campos, Francisco Gomes, Guilherme Santos, João da Cruz, José Quirino, Manoel Francisco, Marcilliano Domingues, Miguel Vidal, Salvador Vidal, Valeriano Gomes⁷¹.

4.1 *Não tivemos outro jeito, ou morríamos ou nos defendíamos: os significados do combate.*

As notícias de que havia ocorrido um o confronto entre as tropas do regimento de Segurança do Paraná comandadas por João Gualberto e os seguidores de José Maria causaram

⁷¹ Os nomes dos militares mortos no confronto foram extraídos de um documento do Regimento de Segurança do Paraná, publicado em 29 de janeiro de 1913. Os nomes dos sertanejos constam em uma placa que foi fixada no local onde foram enterrados. Entretanto, no decorrer das pesquisas, não encontramos as informações necessárias para confirmar a veracidade dos nomes contidos na placa. Desta forma, considera-se necessário tal ressalva, ademais sua quantidade numérica não bate com as informações contidas no processo crime contra José Fabricio das Neves e outros. Segundo esse processo, haveria cadáveres de 10 membros do Regimento de Segurança, incluindo João Gualberto, e 11 paisanos, já contando com o corpo do monge José Maria, contudo a Placa apresenta os nomes de 9 soldados e 12 sertanejos. Em artigo produzido em conjunto com a Professora Doutora Márcia Espig, buscamos discutir esse ponto, para saber mais consultar ESPIG; KUNRATH (2020).

grande impacto quando chegaram a Curitiba. Provavelmente ninguém esperava ouvir que João Gualberto e seus comandados, depois de cerca de 10 dias de marcha, tinham fracassado. Em vinte e três de outubro, o *Diário da Tarde* externava suas percepções sobre o ocorrido através das manchetes: “A catástrofe nos Campos do Irani”; “As dolorosas notícias”; “Os bandidos, em número superior a 500, bem armados e bem montados”; “O combate – Tristíssimo resultado”. Na ótica dos redatores do periódico, nunca como naquele instante o coração paranaense teria sangrado tão dolorosamente, “o instinto do povo dizia [desde de manhã] que alguma coisa se passava de grave nas regiões em que nosso bravo Regimento de Segurança operava” (DIÁRIO DA TARDE, 23 out 1912).

Foi através do telegrama redigido por Vieira Cavalcanti que “[...] a notícia oficial da tremenda catástrofe” (DIÁRIO DA TARDE, 23 out 1912) teria sido transmitida. No telegrama Vieira Cavalcanti dizia que tinha acabado de “[...] chegar do Faxinal e Irani, o comissário Nascimento que [lhe] afirma[va] ter sido completo o desastre do nosso pessoal que se dirigia aos campos do Irani. Morreram João Gualberto, Libindo, Sarmento e quase todo o pessoal da infantaria” (DIÁRIO DA TARDE, 23 out 1912). Liz Andréa Dalfré destaca que logo após o confronto, “[...] o Diário da Tarde deu início a uma série de informações referentes ao embate, além da publicação de inúmeros telegramas de pêsames em nome do militar e dos demais "heróis" mortos no Irani” (DALFRÉ, 2014, p. 98). Diante de tais noticiais, mais cento e noventa homens do Regimento de Segurança, sob o comando de Rego Barros, substituto de Gualberto, receberam ordens para marchar rumo a Palmas. Junto com eles, “o coronel Fabricio [Vieira], cujo os serviços foram aceitos, seguiu [também] para o campo da luta com cerca de 260 homens de cavalaria” (DIÁRIO DA TARDE, 23 out 1912)⁷². Ainda se somava a essas tropas, um contingente de oitocentos homens do exército nacional, sob o comando do coronel Phyrro (DIÁRIO DA TARDE, 24 out 1912).

Do encontro entre as forças comandadas por João Gualberto e por José Maria, restou mais do que balas e armas espalhadas ao chão – ficaram ali, no local onde ocorreu o confronto, os corpos dos que haviam tombado. Foi justamente a tumultuada dispersão das tropas do Regimento de Segurança e a retirada dos seguidores de José Maria que fez com que os mortos ficassem espalhados pelo chão até que alguém fosse enterrá-los. Tal tarefa recaiu nos ombros de Heleodoro Pereira da Silva, sub-comissário de Polícia do Rio do Peixe. Um dia após o combate, reuniu alguns homens e dirigiu-se ao Banhado Grande para realizar os

⁷² “Os vaqueanos eram civis que não tinham frequentado as academias militares e prestaram serviços ao Exército durante a guerra” (DALLANORA, 2019, p. 80 – 81). Esses civis armados pelas autoridades se constituíram como um braço do Exército no combate aos sertanejos rebelados.

enterramentos. Heleodoro declarou, no inquérito do Processo Crime do Irani, que ao chegar no local do confronto, por volta do dia vinte e cinco, encontrou “[...] vinte e um cadáveres, dispostos pela grama, sendo dez praças da força do governo, entre estes o do Cel. João Gualberto, [...] dois sargentos e sete praças e mais onze paisanos, entre eles o do Monge” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 168v), que também teria o reconhecido. Ante os corpos no chão, Heleodoro e os demais, abriram “[...] duas grandes covas, próximo ao Banhado, e em uma delas sepultou os sargentos e praças e em outra sepultou os paisanos do grupo do monge” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 168v).

Alipio Fabricio das Neves, depois de receber a incumbência de dar sepultamento aos mortos no combate, conta que ao chegar no local o serviço já havia sido feito, encontrando apenas “[...] vestígios da luta e terra revolvida que indicava terem ali sido sepultados os cadáveres” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 124). Entretanto, dias depois, por volta do dia vinte e oito de outubro, Alipio conta em seu depoimento que recebeu a incumbência de voltar ao Banhado Grande e desenterrar um dos corpos. Octávio Marcondes foi quem teria solicitado a Alipio que retornasse até o local em que estavam enterrados para os “[...] auxiliar a exumar e conduzir o cadáver do Coronel João Gualberto” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 124) que ali estava enterrado com os demais. Desde o envio de novas forças militares para Palmas, vinha sendo discutido em Curitiba a morte de João Gualberto.

Em meio às mensagens como as de “[...] condolências [enviadas pelo Centro Paranaense] pela perda do valoroso e heroico João Gualberto [...] defendendo o nosso território contra a invasão de bandidos inconscientes” (DIÁRIO DA TARDE, 24 out. 1912), uma comissão cívica ia sendo constituída para cuidar dos preparativos do funeral de João Gualberto, afinal, o funeral de um “herói” merece cuidados especiais. Dalfré (2014) chama a atenção de que logo após o confronto, as matérias que tratavam sobre os acontecimentos ocorridos no Irani

atribuíam aos militares o papel de heróis em contraposição aos seus inimigos, considerados violentos e sanguinários. Uma série de artigos relativos aos mortos foi apresentada de forma dramática, sensacionalista, auxiliando na construção de uma memória coletiva e, principalmente, buscando demarcar os limites territoriais, regionais de sua identidade (DALFRÉ, 2014, p. 98).

Diante disso, depois de exumado no local do confronto, o corpo de Gualberto foi levado até a cidade de Palmas, onde recebeu as primeiras homenagens. De Palmas, foi conduzido por uma comitiva até Porto União, onde recebeu novas homenagens, e de lá para Curitiba. Durante o trajeto percorrido pelo corpo, “em todas as estações, desde Porto União até Curitiba a câmara ardente instalada a capricho em um dos vagões do comboio fúnebre, foi visitada por

centenas de pessoas de todas as classes, tendo a maioria depositado sobre o ataúde do ilustre morto extraordinário número de coroas de flores” (A REPÚBLICA, 7 nov. 1912). Em cinco de novembro, “a cidade [de Curitiba], em comoção, recebeu [...] o corpo do cel. João Gualberto, permanecendo para visitação pública até o dia 7, no Tiro Rio Branco, quando foi sepultado numa cerimônia cuja pompa é ainda hoje considerada a maior da história de Curitiba” (AURAS, 1995, p. 70).

Se antes de partir para o Irani, “ainda em Curitiba, João Gualberto dizia aos amigos que levaria cordas e haveria de trazer os bandidos todos amarrados” (AURAS, 1995, p. 68) para desfilar pelas ruas curitibanas, depois do confronto, ao retornar, o desfile foi de seu caixão.

A atribuição de heroísmo a João Gualberto e a dramatização em torno de sua morte estiveram presentes nas notícias desde o combate do Irani até o dia em que o seu corpo chegou em Curitiba para ser velado e recebido em cortejo fúnebre. Neste momento, a morte realmente se tornou uma festa. Foi criado todo um aparato para o recebimento do corpo. O clima de comoção emitido pelo *Diário da Tarde* com a chegada do militar morto pelos sertanejos foi enorme. Em suas páginas, foram reportados aspectos da biografia do morto, lembrando seus principais feitos enquanto vivo. Nas ruas da cidade diversos recursos foram utilizados para homenageá-lo. A teatralização da morte foi posta em cena. Para que a plateia pudesse contemplá-la, o itinerário do cortejo fúnebre percorreu as principais ruas da capital (DALFRÉ, 2014, p. 103).

As imagens abaixo nos dão uma pequena percepção sobre o funeral de João Gualberto.



Fig. 05 – Reproduzida por Marcos Campos, Chegada do trem trazendo o corpo de Joao Gualberto, 1912. Fotografia, Casa da Memória, coleção Julia Wanderley, Curitiba.

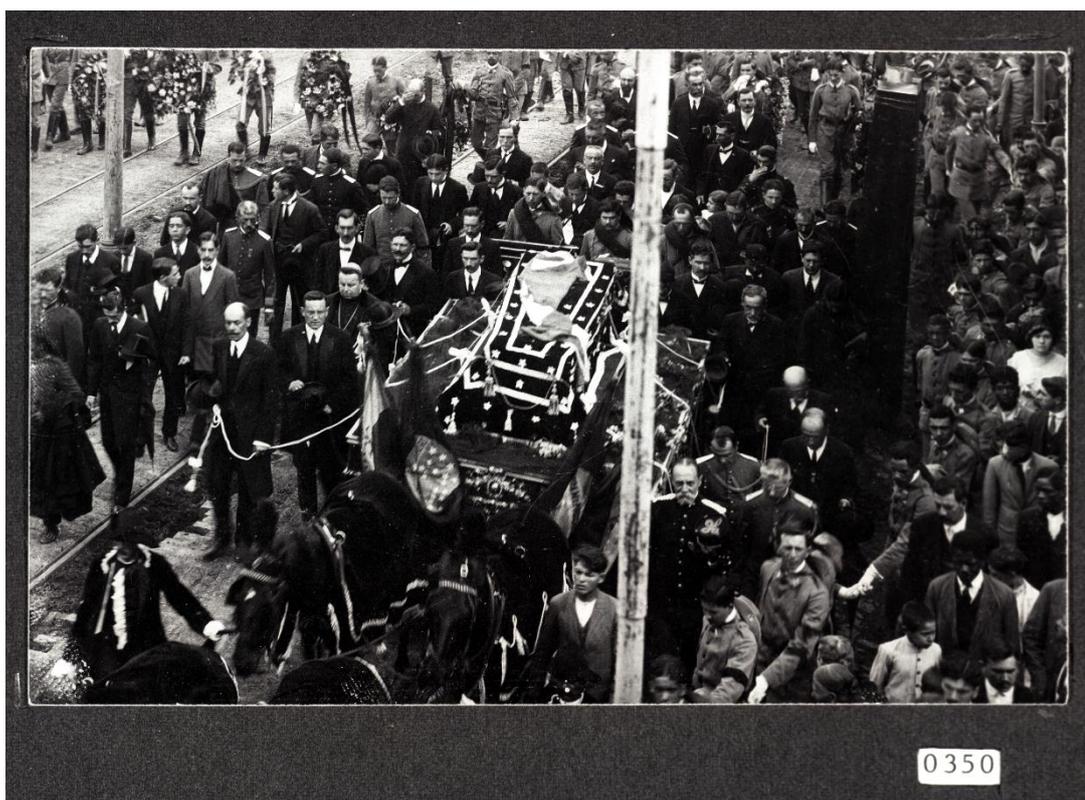


Fig. 06 – Reproduzida por Marcos Campos, O Cortejo Fúnebre do Coronel Joao Gualberto seguindo pelas Ruas da Cidade, 1912. Fotografia, Casa da Memória, coleção Julia Wanderley, Curitiba.

Na capital paranaense, o corpo de João Gualberto foi velado na sociedade Tiro Rio Branco em meio a uma pomposa decoração fúnebre onde a população curitibana, em grande número, se despediu de seu “herói”. “O salão, todo negro, ornamentado com verdadeiro capricho, com verdadeira arte, apresentava um aspecto profundamente triste e desolador” (A REPÚBLICA, 07 nov. 1912). Foi sob um tempo chuvoso e ruas lamacentas que o corpo de João Gualberto saiu em cortejo fúnebre pela cidade, passando pelas principais ruas e sendo acompanhado por uma grande quantidade de gente, seu cadáver chegou ao cemitério municipal, onde foi enterrado. Antes do enterro terminar, o Engenheiro José Niepce da Silva proferiu um discurso em homenagem a João Gualberto. Nele, Niepce, dizia:

“Comandante João Gualberto! No instante bem amargo em que baixam os teus despojos, trazidos por braços afetuosos e fraternos de remotas selvas onde, lance majestático de coragem e de dedicação à causa pública, foste encerrar o ciclo de uma existência que sucedeu rápida, mas que ficou nos fastos da glória imortal, recebe, grande amigo, inolvidável companheiro de lutas e de ideias, o último adeus que me encarrega de trazer-te o Governo do Paraná (NIEPCE, 1912, p. 41).

As palavras escolhidas por Niepce mostram-nos o cuidado tomado para que a memória de João Gualberto não fosse manchada pelos possíveis equívocos cometidos durante sua ação militar no Irani, ressaltava qualidades e marcava a forma como era preciso lembrar de

Gualberto.

Não só o discurso de Niepce tinha esse interesse, as matérias publicadas pelos jornais paranaenses também contribuíam para isso.

Pensar de que maneira a mídia constrói a imagem de determinadas figuras é também verificar como determinadas narrativas reconstróem trajetórias de vida, dramatizando e tornando a morte um espetáculo, possibilitando, dessa forma, a atribuição de significados àquele acontecimento, apontando elementos que se quer eleger como legítimos perante a nação. Lembrar o morto é invocar sua passagem pela vida na Terra, enfatizando seus atos e os fatos que mais marcaram sua existência. Durante vários dias, o Diário da Tarde, além de reconstituir toda a trajetória das tropas antes do embate, invocou a tristeza e o respeito do povo curitibano frente ao heroísmo daqueles que morreram em nome da pátria (DALFRÉ, 2014, p. 98).

Ainda se levarmos em conta a forma como ocorreu o sepultamento de João Gualberto, além de percebermos um pouco do impacto gerado na sociedade curitibana, podemos ver a espetacularização da morte que nos fala Dalfré (2014). Se antes de marchar para Palmas, Gualberto tinha a intenção de alavancar com a missão que havia recebido a sua carreira política e militar já em ascensão, ao retornar para Curitiba tornou-se um herói paranaense, provavelmente não como imaginava. Embora “depois de entrar na luta, fosse qual fosse o inimigo, [...] daria todo o seu sangue, o seu derradeiro alento, para conseguir a vitória, ou cairia conservando imaculado aquele nome que já não lhe pertencia, mas sim a terra que ele amava e pela qual queria morrer” (DIÁRIO DA TARDE, 26 out. 1912), a grandiosidade de seu funeral e a imagem que ficou do confronto foi a de que “[...] defendendo o nosso território [paranaense] contra a invasão de bandidos inconscientes” (A REPUBLICA, 24 out. 1912) é que teve sua vida ceifada. Afinal, o que motivava Gualberto ao confronto era a velha questão de limites entre Santa Catarina e Paraná, na qual os supostos invasores deveriam servir de exemplos às autoridades catarinenses. Deste modo, ao cruzarmos o discurso de Niepce com o *modus operandi* da imprensa podemos perceber que seu funeral marca o encerramento dessa operação para tornar João Gualberto um grande “herói” no estado do Paraná e um mártir da questão de limites.

Mesmo que não tenha tido um funeral com tamanha pompa, não foi apenas o corpo de João Gualberto que teve um tratamento diferenciado de seus companheiros, o mesmo ocorreu com o cadáver do monge José Maria. Heleodoro, responsável pelo enterramento de grande parte dos cadáveres, relatou em seu depoimento que não tinha enterrado o monge José Maria em nenhuma das covas por ele abertas, pois ele já havia sido sepultado. Os demais indivíduos, que prestaram depoimento no processo crime do Irani e estiveram no local depois do confronto, são unânimes em afirmar que dos vinte e um cadáveres só o de José Maria já

estava enterrado. Segundo estes relatos, seu corpo foi deixado “[...] em uma sepultura rasa [e] sem terra por cima, nos fundos da casa” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 168v) de Bento Quintério, sendo apenas coberto por tábuas. Seu enterro teria sido feito desta forma para que pudesse ressuscitar, segundo o depoimento Ferrante⁷³, José Maria havia sido apenas “[...] deitado numa cova funda, no local onde caíra, para poder facilmente levantar-se quando chegasse o momento da ressurreição” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 113), crença que os sertanejos acreditavam que logo se cumpriria.

O modo como José Maria foi enterrado e a difusão da crença de que iria ressuscitar fez com que, de certa forma, alguns autores interpretassem o confronto entre os seguidores de José Maria e as tropas do Regimento de Segurança paranaense como um ritual em que o monge teria se sacrificado. Segundo as interpretações de Celso Vianna, “a batalha do Irani constituiu-se como uma luta ritual, ritual por que sagrada e, mais, revestiu-se de um caráter sacrificial” (VIANNA, 2002, p.78). Antes de Vianna (2002), Soares (1920) já apontava para essa hipótese, segundo este autor, teria sido justamente “o sacrifício do monge José Maria no combate do Faxinal [...] [que] aumentou a convicção dos fanáticos que desse instante passaram a considerá-lo como mártir” (SOARES, 1920, p. 90).

Na defesa da ideia de que a batalha do Irani foi um ritual, Vianna (2002) vai além. Para esse autor, aliado as concepções de honra, valentia e coragem, a decisão de enfrentar as tropas do Regimento de Segurança do Paraná constituiu-se também em uma atitude religiosa. Desta forma, “[...] para os homens do Monge, tratava-se de uma guerra santa na defesa do catolicismo em que acreditavam. Daí a certeza antecipada da vitória, porque era uma luta justa e, tal como nas gestas de Carlos Magno, uma luta em um mundo permeado por visão religiosa” (VIANNA, 2002, p. 77). Assim, os ideais de honra, coragem e valentia estariam a serviço dessa causa religiosa e em virtude disso é que o Monge teria escolhido enfrentar as forças oficiais de maneira “nobre”, “[...] com os inimigos dispostos frente à frente no campo de batalha” (VIANNA, 2002, p.63).

Então, teria sido envolto em uma visão mágica e religiosa que José Maria organizou-se para o confronto, ditando como os seus seguidores deveriam se portar no combate e, ainda, afirmando que as balas inimigas não os alcançariam. Vianna (2002) percebe nesse momento o “[...] desejo de luta, a coragem, a honra, [...] [e] sobretudo, a luta sagrada: a divisão do justo e

⁷³ O presente depoimento citado por Vinhas de Queiroz nas páginas 112 e 113 foi colhido por Maria Isaura Pereira de Queiroz e referenciado por Vinhas de Queiroz do seguinte modo: Ferrante: Tenente-Coronel Luiz Ferante. Funcionário da Secretária de Saúde, onde dirige uma seção da Farmácia. Depoimento colhido em Curitiba, por M.O.P. Queiroz, a 5-7-1953. Aos 18 anos era 2º Tenente e farmacêutico. Fez parte da tropa de João Gualberto (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 326).

do injusto entre os fiéis e infiéis apoiada no dogma cristão e na crença na santidade do Monge, que é quem verbaliza a certeza compartilhada por todos” (VIANNA, 2002, p. 75). Para esse autor, teria sido sob essas circunstâncias que José Maria e seus seguidores dirigiram-se ao encontro de seus inimigos, dando início ao rito. Quando a metralhadora Maxim falha, a primeira “profecia” do Monge cumpre-se e em virtude disso José Maria e seus pares partem para a luta a facção, dando sequência ao ritual. Na medida em que ocorre a debandada das forças oficiais e a morte de José Maria, o rito sacrificial também acaba por ser cumprido, chegando ao final com o enterro nas condições abordadas anteriormente.

É inegável a existência de formas “[...] cultural e historicamente situadas de homens e mulheres encararem seu destino derradeiro” (REIS, 1991, p. 73), em uma ritualização dos caminhos que precedem a morte. O trabalho de João José Reis (1991), nos traz inúmeras referências a diversos casos em que certos indivíduos, em determinadas circunstâncias, encararam seus últimos dias, seja cercando-se de amigos, dando suas últimas ordens e até mesmos providenciando seus testamentos. Queremos mostrar com isso que as ponderações de Vianna (2002) a respeito da Batalha do Irani nos soam, de certo modo, como uma ritualização previamente concebida, como se José Maria tivesse a intenção de morrer deste modo preparou-se para tal fim. Entretanto, Duglas Teixeira Monteiro (1974) anteriormente já havia considerado que “não há, por assim dizer, provas materiais que sustentem a atribuição de um caráter sacrificial à morte do monge mas, apenas, provas circunstanciais” (MONTEIRO, 1974, p. 154).

Mesmo fazendo uso das reflexões de Monteiro (1974) e apontando os cuidados que este autor tem para com as conclusões relativas ao caráter sacrificial da morte de José Maria, Vianna (2002) defende a ideia de que a morte de José Maria ocorreu de forma deliberada. Entretanto, durante a realização das pesquisas para a produção do presente trabalho, não encontramos indícios convincentes que sustentem tal hipótese, nos fazendo deste modo discordar de Vianna (2002). A possibilidade de que José Maria tenha feito essas ações de forma premeditada, remete-nos a concepção de que existia um plano de confronto em curso. Ou seja, de que José Maria enxergava as tropas do Regimento de Segurança como um inimigo a ser batido e por isso entrou em confronto daquela maneira. Como viemos demonstrando ao longo deste trabalho, acreditamos que o confronto só ocorre diante do esgotamento das demais opções de José Maria. Os indícios apontados pelas pesquisas sugerem que o principal desejo do Monge era fugir da região. Desta forma, parece-nos mais concreta a hipótese de que quem estava predisposto ao confronto fosse João Gualberto, e não José Maria.

A fala de Praxedes a um pároco local de Curitiba, sustenta essa suposição. Como citado anteriormente, quando os primeiros tiros entre as tropas oficiais e os sertanejos ocorreram esvaiu-se grande parte das opções que anteriormente se tinha. Daquele momento em diante, na perspectiva de Praxedes, restaram somente duas opções: ou se defendiam ou morreriam e frente a essa situação foram às armas (STULZER, 1982, p. 42 – 43). Teria sido em meio ao desespero e a correria para encontrar as forças do Governo antes que estas chegassem à casa de Miguel Fabricio das Neves que José Maria e seus seguidores dirigiram-se ao Banhado Grande, uma vez que, “[...] sendo atacado por uma força do governo, o monge tinha que pensar na comunidade maior, composta de famílias com mulheres, velhos e crianças que o acompanhavam” (MACHADO, 2004, p. 189). Desta forma, era preciso protegê-los e daquele instante em diante só havia restado a opção de impedir que Gualberto chegasse ao seu acampamento e cumprisse sua promessa de dar “franco combate” a José Maria e a todos que com ele fossem solidários “em verdadeira guerra de extermínio” (PROCESSO IRANI, 1913, p.180v - 181).

Como visto anteriormente, momentos antes de encontrar as forças oficiais, ao passar pelo cemitério local, o Monge teria dito aos seus seguidores: “[...] povo cumpram ordens, tenham vergonha, não se misturem com os pares, que se a força do Governo forem até cem eu com os pares damos conta” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 154) e então deu seguimento a sua marcha. Nesse ínterim, José Maria ainda teria tido tempo de “[...] convencer à sua gente que balas de inimigos não os atingia, pois era sair da boca da arma e cair no chão sem ofendê-los” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 79). Lembre-se, como vimos anteriormente, que antes de iniciar a marcha que levaria ao encontro de José Maria, João Gualberto reuniu seus oficiais e enquanto “[...] ensinava as praças a maneiras de amarrar um homem e dizia que os tiros dos fanáticos não as poderia atingir” (Processo 806, 1913, p. 114v). Provavelmente a fala atribuída a José Maria, da mesma forma como teria sido feito por João Gualberto antes de iniciar sua última marcha, tenha sido feita no intuito de motivar e encorajar as demais pessoas que o acompanhavam para o confronto.

Ao se encontrarem no local da luta, cada qual buscou imprimir seus modos de combate, enquanto João Gualberto havia planejado que suas tropas bombardeariam o acampamento do Monge “[...] a distância sem sofrer o menor dano” (PROCESSO 806, 1913, p.114v), José Maria dizia que para superar “[...] os inimigos era bastante chegar a facção” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 79). Desta forma, foi justamente diante dessas concepções que o embate entre sertanejos e forças oficiais ocorreu. A estratégia de combate adotada pelas tropas do

regimento de segurança consistia em fazer intensa fuzilaria tentando manter os sertanejos afastados, provavelmente por confiarem na grande quantidade de munições que tinham disponível e em virtude do menor número de homens que dispunham para o confronto.

Desta forma, os sertanejos, depois de aguardarem alguns instantes atrás da mata, puseram-se em disparada ao encontro das forças tentando transformar o confronto em uma disputa corpo a corpo. Apesar das cerradas descargas, que deveriam surtir efeito, os sertanejos pareciam não se importar e avançavam sem vacilar, conforme relatam os membros do regimento de segurança que prestaram depoimento tanto no processo crime do Irani quanto no processo de Guerra 806. Ao aproximarem-se o suficiente, estabeleceram o entrevero. Ao mesmo tempo em que Vianna (2002) parte da concepção de que o avanço sertanejo sobre as tropas do regimento de segurança fazia parte de um ritual, esse autor, ao retomar o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957), nos fala em uma preferência desse modo de lutar. Segundo a autora,

A maneira de lutar que eles preferiam era o ‘entrevero’, forma de duelo com arma branca: esta era a maneira aristocrática e viril de lutar, em muito superior, aos seus olhos, aos combates à distância; era a forma de combate utilizada pelos guerreiros do livro de Carlos Magno. A espada era sua arma mais importante e eles davam a elas nomes especiais (QUEIROZ *apud* VIANNA, 2002, p. 42).

Ressalta-se que os relatos encontrados durante as pesquisas sobre o confronto não nos permitem afirmar que o confronto à arma branca tenha estrita relação com a livro de Carlos Magno, pelo menos na Batalha do Irani, como Vianna (2002) deduz através da obra de Queiroz (1957).

Como demonstrado neste trabalho, são poucas as referências sobre os *Pares de França* para esse momento da Guerra do Contestado e até mesmo de possíveis leituras públicas de José Maria aos seus seguidores. Assim como existem relatos de que José Maria tinha uma guarda denominada *Pares de França*, existem também relatos de pessoas que, mesmo tendo estado na presença do Monge, desconheciam isso, uma dessas pessoas afirma que “[...] “não sabe que o Monge tinha doze homens, aos quais chamava Doze Pares” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 156F). São relatos como estes que deixam em aberto a extensão da influência da obra de Carlos Magno no desenrolar dos episódios envolvendo o confronto do dia 22 de outubro de 1912⁷⁴, uma vez que se a obra tivesse a importância defendida por Vianna (2002) seria possível supor que isso aparecesse em grande parte dos depoimentos colhidos em ambos os

⁷⁴ É importante destacar que, como visto ao longo do presente trabalho, não restam dúvidas sobre a existência dos *Pares de França* no Irani. Contudo, sustentamos a hipótese de que a influência da obra no modo de luta caboclo tenha sido menor do que a apontada por Vianna (2002).

processos – o que não ocorre. Desta forma, ao que tudo indica, a hipótese mais provável é de que as influências que ditaram o modo de combate no confronto do Irani sejam mais antigas do que a apropriação da obra de Carlos Magno pelos sertanejos.

A hipótese mais provável é de que a principal influência tenha sido baseada na experiência de combate que alguns sertanejos tiveram durante os anos em que estiveram envolvidos na Federalista do que propriamente baseada no livro de Carlos Magno. É preciso lembrar que com o término da Federalista muitos partícipes haviam se deixado ficar e/ou migraram do Rio Grande do Sul para a região do Contestado. Como vimos anteriormente, com a região de Palmas não foi diferente. Inclusive Vinhas de Queiroz (1966) ao comentar sobre a ocupação do faxinal do Irani, remetendo à tradição oral, nos fala que em uma das andanças do monge João Maria pelo Rio Grande do Sul ele teria aconselhado algumas pessoas a se mudarem para a região do Irani. Se pelos conselhos de João Maria ou pelas perseguições pós Federalista, o certo é que a partir do final do século XIX e início do século XX o Irani passou a abrigar diversas pessoas vindas do Rio Grande do Sul. Tal efeito migratório pode ser constatado, também, através dos autos de perguntas feitos aos moradores da região no processo crime do Irani no qual inúmeros inqueridos declararam como naturalidade o estado gaúcho, tornando evidente que muitos dos seguidores de José Maria haviam passado por essas circunstâncias.

Provavelmente os casos mais evidentes disso sejam o de Miguel Fabricio das Neves, com sessenta e quatro anos em 1912, que havia se mudado para o Irani fazia aproximadamente dezesseis anos, ou seja, por volta de 1897 – pouco depois do encerramento da Federalista, e o de Miguel Fragoso que “[...] desde os tempos que se seguiram ao fracasso do movimento federalista” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p.97) habitava a região. Em virtude disso, não é de se estranhar que o entrevero fosse bem conhecido por essa população, como bem observou Vianna “[...] em inúmeros depoimentos o termo aparece para a descrição dos fatos ocorridos naquele 22 de outubro” (VIANNA, 2002, p. 43). Assim sendo, ao cruzarmos as estratégias de combates utilizadas na Federalista com as no Irani podemos ver uma certa continuidade em um “modo de batalhar”.

Segundo Guazzelli (2006),

no Rio Grande do Sul do século XIX, como em todo o espaço platino, as guerras se caracterizaram pelo emprego da cavalaria ligeira e pelo uso quase exclusivo das armas brancas; não só eram muito escassas as peças de artilharia, como também as armas de fogo de uso pessoal. A arma por excelência da cavalaria era a lança, facilmente improvisada atando-se uma ponta metálica a uma taquara de três a quatro metros. Também a boleadeira indígena era uma terrível arma, tanto de arremesso quanto na forma de um martelo medieval; e não faltavam, decerto, as adagas e

facções para os combates corpo a corpo (GUAZZELLI, 2006, p. 49).

Essa observação feita por Guazzelli (2006), vai ao encontro com os relatos de Ângelo Dourado (1979). Dourado, atuou como médico durante os anos da Federalista ao lado das tropas de Gumercindo Saraiva, nos fala em seus relatos que em um confronto os lanceiros “[...] subiam e desciam do serro como fantasmas que voam sobre os rochedos [...] era um baixar-se e erguer-se sem cessar. Em pouco aquelas bandeirolas tomaram a cor do sangue em que se molhavam” (DOURADO, 1979, p. 23 -24), tamanha a mortandade que provocavam.

As semelhanças vão além. Enquanto alguns autores veem na atitude de José Maria uma ritualização da morte ao ir a “[...] frente [dos demais] montado em um cavalo branco o Monge que ia abanando uma espada” (Processo IRANI, 1913, p. 241). Supomos que a experiência da Federalista teve um peso maior do que o apontado por outros autores no modo de combate utilizado no Irani. Ainda mais ao lembrarmos da hipótese de que próprio José Maria pode ter sido partícipe da Federalista como alguns indícios, abordados anteriormente, podem sugerir. Um ex-combatente, que conheceu o monge naqueles tempos, contou ao *Diário da Tarde* que José Maria

[...] andava sempre na vanguarda, fazendo reconhecimentos, para os quais tinha grande habilidade e coragem. A sua agilidade e qualidade como guerreiro faziam-no grandemente respeitado. Conta-se que, de uma feita, o seu piquete ao descer uma coxilha, na costa de um capão, encontrou-se inospitadamente com um destacamento de legalistas que ali estavam de emboscada. Houve um entrevero sanguinolento, no qual José Maria, de lança em punho, acutilando como um doido, cansou tal espanto no inimigo que este retirou em desordem, apesar da sua superioridade numérica (DIÁRIO DA TARDE, 15 out. 1912).

Ressalta-se que esse relato, sobre a participação de José Maria nos combates da Federalista, dá ainda mais sustentação de que o “modo de combate” escolhido pelo Monge e por seus seguidores tenha sido com base em suas experiências anteriores através dos combates durante a Federalista.

Desta forma, também pode-se perceber que a escolha do entrevero não foi ocasional. Além da prévia experiência, certamente, os sertanejos não contavam com a mesma quantidade de munições que as tropas oficiais e diante dessa situação era preciso adotar outra forma de combate. Com isso, a opção pelo entrevero parece-nos muito bem ajustada àquela realidade, além da luta à arma branca ser uma preferência como aponta Pereira de Queiroz (1957), a vantagem numérica e o conhecimento do terreno constituíam-se em aspectos que davam vantagens aos sertanejos. O coronel Henrique Rupp, em telegrama dirigido a Albuquerque vinte dias antes do confronto, quando José Maria ainda estava no estado de Santa Catarina, tentava alertar alguns cuidados que eles deveriam obter em caso de um possível confronto

com os sertanejos. Rupp afirmava que “[...] o caboclo fanatizado, conhecendo todo o terreno, caminhos, desfiladeiros” (TL 07 AHWR, 01 out. 1912)⁷⁵ fazia emboscadas. Entretanto, como José Maria e seus seguidores não tinham intenção de entrar em confronto, não realizaram nenhuma, somente valeram-se dos seus conhecimentos prévios para se defender do ataque de João Gualberto e seus comandados.

Um último aspecto precisa ser considerado para melhor compreendermos os fatos que ocorreram no Irani durante a manhã daquele 22 de outubro de 1912. “O mundo do sertão do Contestado, é unanimemente descrito como um mundo de violência. Violência por questões de honra, violência por questões políticas, violência por questões de terras” (MONTEIRO, 1974, p.37). Nesse mundo que Monteiro (1974) nos fala, a violência era sobretudo consagrada pelos costumes: as disputas locais, rixas políticas e tantas outras, muitas vezes eram resolvidas de forma violenta. É possível perceber esse aspecto através dos processos crimes instaurados durante a primeira década do século XX, sobretudo os localizados no arquivo do Fórum de Palmas - PR durante as pesquisas. Alguns destes processos nos apontam para um modo de resolução de conflito até então comum na região.

Provavelmente um dos casos mais notáveis e capaz de evidenciar esse “modo violento de resolução de conflito” é o processo envolvendo a morte de Zacarias dos Santos Lima e os acusados Manoel Romão D’Azevedo, Manoel Candido D’Azevedo e Pedro Candido. Segundo os testemunhos, todos estavam na casa comercial de Manoel Candido de Azevedo quando Zacarias e Manoel Romão tiveram uma desavença. O conflito que começou dentro da casa comercial estendeu-se para a rua, onde “[...] todos munidos de facões em punho saíram para rua e travando-se luta” (PROCESSO ROMÃO, 1898, p. 2). Zacarias, por estar desarmado, tentou fugir. Ao se aproximar da casa de um morador local, Zacarias encontrou um pedaço de pau e começou a brigar com Manoel Romão, armado de facão (PROCESSO ROMÃO, 1898, p. 4). Romão teria dado uma facada na barriga de Zacarias e Manoel Candido de Azevedo outra um pouco acima do seu quadril. Zacarias também teria sido golpeado na cabeça por Romão e em virtude desse golpe caiu atordoado na rua (PROCESSO ROMÃO, 1898, p. 7). Depois de caído, Pedro Candido ainda teria dado “[...] vários golpes de facão” (PROCESSO ROMÃO, 1898, p. 7), enquanto Romão “[...] gritava mata aquele infeliz” (PROCESSO ROMÃO, 1898, p. 7). Com a sequência de golpes sofridos, Zacharias não resistiu a acabou falecendo.

⁷⁵ Telegrama redigido por: RUPP, Henrique. **[Da recomendações a Albuquerque]**. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 01 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

Por mais que ao longo deste trabalho venhamos debatendo e trazendo referências de que José Maria na maioria das vezes tenha buscado evitar o conflito, chegando até a negociar uma possível dispersão com o coronel Domingos Soares, algumas de suas declarações deixam em aberto essa possibilidade. A principal declaração atribuída a José Maria, que se refere a essa alternativa, é a de que em caso de ser perseguido iria “resistir” (PROCESSO IRANI, 1913, p. 35v). Desta forma, é permissível supor que entrar em confronto com as tropas oficiais fosse uma das opções de José Maria e de seus seguidores, mesmo que não a primeira delas. Ainda é preciso lembrar que a grande maioria dos sertanejos, senão todos, como afirma D’Assumpção (1917), “[...] possuíam facões, armas de fogo curtas e de alcance e o conhecimento dos recursos da peleja individual” (D’ASSUMPCÃO, 1917, p. 221). Diante disso não é de se estranhar que depois de esgotada as demais opções, buscassem resolver a situação de um modo muito habitual que conheciam - a luta à arma branca.

4.2 *Para quem restar fica a herança que há de servir como lembrança*

Estão em caminho as forças federais e estaduais que regressam de Palmas. Felizmente a mobilização dessas numerosas forças não precisou defrontar inimigos da ordem em terras do nosso Estado, antes constatou a paz completa hoje reinante por toda a região de sua longa permanência, por toda a parte encontrando os respectivos habitantes descuidados de preocupações que não sejam os labores diários da vida rural perfeitamente normalizada. Assim termina essa agitada fase que há um mês prendia de suspeitosa atenção a opinião inteira do país, voltada sobre nós depois dos sucessos dessa tragédia desenrolada nos campos do Irany. E é lícito agora, rememorando-se o cruento sacrifício de tantas vidas ali extintas no serviço da ordem pública, assinalar-se a correção militar e cívica das forças em operações e que agora regressam na melhor ordem testemunhando a índole pacífica e hospitaleira do nosso sertanejo, apenas perturbada, num instante fatídico, pela incursão de bandoleiros advindos dos sítios onde estabeleceram tendas amotinadas indivíduos defecados pela sociedade e justamente segregados do seu convívio. O Paraná está em paz (A REPÚBLICA, 25 nov. 1912).

Quando a matéria, da qual extraímos o trecho acima, passou a compor as páginas do jornal *A República* fazia aproximadamente um mês que as tropas nela citadas tinham se direcionado a região de Palmas. Fazia tempo que Palmas não recebia tantas tropas como recebeu nessa ocasião, por “mais de um mês a pacata cidadela foi praça de guerra de mil e tantos combatentes” (PEIXOTO, 1995, p. 100). Nesse ínterim, as tropas comandadas pelo coronel Phyrro fizeram diversas incursões pela região em busca de pessoas que estivessem envolvidas e possíveis novos ajuntamentos de sertanejos, porém, nada encontraram, pois, durante o período que estiveram na região não ocorreu nenhum encontro com algum possível fiel a José Maria.

Os sertanejos haviam no dia 22 de outubro, após o confronto no Banhado Grande,

dispersado. Alguns regressaram para solo catarinense, carregando companheiros com graves ferimentos, conforme relatos dos empregados da EFSPRG (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p.113). Outros moradores locais esconderam-se pela região ou ficaram em suas casas. Com isso, depois de mais de um mês no interior do Paraná, na busca dos aliados de José Maria, o coronel Phyrro declarava que não havia mais motivos para seguir na região e ordenou a retirada das tropas. Na ótica dos jornais e da opinião pública das capitais, tudo estava acabado e a alma do caboclo voltava a paz, fato muito comemorado pelos periódicos.

Com a morte de José Maria, assim como tão logo novas tropas policiais foram enviadas para a região, passou-se a difundir pelo Contestado a crença de que ele ressuscitaria, em razão da refrega do Irani ter repercutido “[...] entre a população sertaneja como um ato de extremo heroísmo praticado por José Maria” (MACHADO, 2004, p. 189), aliado, ainda, a algumas falas atribuídas ao Monge. Segundo Alfredo Lemos, antes de deixar Taquaruçu, José Maria teria dito aos seus seguidores que no Irani iria começar a guerra de São Sebastião e que no primeiro combate morreria, acrescentando que os sertanejos deveriam lhe esperar ali mesmo, em Taquaruçu, pois retornaria “com o grande exército de São Sebastião” (LEMOS, s/data, p. 18).

Soma-se ao relato de Alfredo Lemos, o de outro morador da região do Irani, quando inquerido declarou que no bolso do monge teria sido encontrado um bilhete, mesmo desconhecendo o conteúdo, desconfiava que fossem recomendações aos seus companheiros em caso de sua morte, acrescentando ainda que

assim como João Maria foi degolado pelas forças do governo, no tempo da revolução e saiu caminhando, não morrendo, assim também, [...] acredita[va] que o Monge José Maria que era irmão de João Maria, não tivesse morrido, estando hoje, talvez ao lado de Praxedes em Campos Novos, pois José Maria dizia que aqui vinha apenas começar a guerra, pois que sabe que quando procuraram o cadáver do Monge, na sepultura, para tirar o retrato, já não o encontraram mais (PROCESSO IRANI, 1913, p. 170V).

O depoimento desse indivíduo aponta para a hipótese de que a difusão da crença de que José Maria iria ressuscitar tenha sido beneficiada pelas diversas lendas acerca da imortalidade do monge João Maria. Relatos como esses encontraram muitos ecos no Contestado fazendo com que, entre os meses que se passaram até outubro de 1913, no decorrer desse hiato tenha ocorrido um processo de reelaboração mística, bem analisado por Duglas Teixeira Monteiro (1974), e por ele denominado de “reencantamento do mundo”. Durante esse período ocorre a criação de novas e complexas instituições místicas e sociais.

Diante do exposto, fica evidente que a *Batalha do Irani* se constituiu como um evento

que, ao mesmo tempo que foi uma conclusão, também foi o ponto de partida para novos episódios, pois seus desdobramentos resultaram no processo de reelaboração mística. Desta forma, é necessário tomar cuidado para não aplicarmos referenciais análogos aos apontados por Monteiro (1974) ao explicar os motivos da adesão a causa sertaneja a partir de 1913. Precisa-se ter em mente que por mais que sejam contextos parecidos, ainda sim são distintos. Foram justamente os acontecimentos envolvendo-a os propulsores das características messiânicas e milenaristas envolvendo a Guerra. Portanto, se faz necessário refletirmos sobre o que levou, em outubro de 1912, inúmeras pessoas dirigirem-se a um confronto contra a força policial do Estado do Paraná ao lado de um monge.

Assim como para Vinhas de Queiroz (1966), para Vianna (2002) o confronto do dia 22 de outubro no Irani ocorreu em um momento de extrema excitação religiosa por parte dos sertanejos. Desta forma, seria possível explicar, partindo dessa concepção, porque os sertanejos seguiram José Maria no combate. Afinal, ambos os autores se utilizam da mesma história, de que a exaltação religiosa era tamanha que um combatente ao ser alvejado no peito sequer sentiu os tiros que havia levado, reparou só ao retornar a casa de Miguel Fabricio das Neves após o combate. Todavia, contrariando toda a exaltação religiosa vista por esses autores, ao que tudo indica, passa a ocorrer somente após a morte de José Maria, sobretudo do final do ano de 1913, no reagrupamento em Taquaruçu. Machado (2004) destaca que “[...] qualquer combatente convicto e concentrado na refrega poderia passar por situação semelhante, principalmente porque o combate foi extremamente rápido – ‘de vereda’, como se diz no Irani” (MACHADO, 2004, p. 189).

Vejam os que pode ter levado aos inúmeros sertanejos se dispor a entrar em um confronto com as forças policiais ao lado de José Maria, se não foi em virtude de uma grande excitação religiosa. Para isso, é preciso retomarmos alguns pontos da trajetória de José Maria e de como ela entrelaçou-se com o ambiente em que transitou durante sua existência. Ao contrário do que por muito tempo se supunha na historiografia, a sua presença no Contestado não foi tão breve assim. Ao longo do segundo capítulo, buscamos sustentar a hipótese de que José Maria esteve atuando como monge na região por mais de uma década. Assim como os outros monges que passaram pela região, sobretudo os identificados pela alcunha de João Maria, José Maria foi aceito e reconhecido, também, por compreender a dinâmica cultural dos caboclos. Uma vez que os monges propuseram “[...] outra pedagogia que não a do discurso institucionalizado e alheio às agruras cotidianas dos caboclos” (MARCON, 2008, p.140), expressado através da figura do clero católico, o que permitiu que estabelecessem “[...]”

relações de afetividade e de empatia com esses sujeitos, reconhecendo e partilhado o sofrimento e as esperanças” (MARCON, 2008, p.140).

Transitando por mais de uma década por diversas cidades do interior, sobretudo paranaense, ao chegar em Campos Novos - SC em meados de 1912 somavam-se aos aspectos destacados por Marcon (2008) os atos de curandeirismo praticados por José Maria. “A fama de suas miraculosas curas voou cercando-o desde logo muitos doentes e curiosos” (VIEIRA DA ROSA, p.28), aumentando seu reconhecimento e o dando maior destaque a sua presença na dita localidade, em um momento no qual o processo de decadência do coronelismo, estritamente ligado à inserção do capitalismo através da chegada da *Brazil Railway* com as suas subsidiárias Lumber e EFSPRG, estava cada vez mais acentuado. Precisamos lembrar “que o impacto da penetração de empreendimentos vultosos [...] tenha alterado de modo substancial o gênero de vida costumeiro” (MONTEIRO, 1974, p. 43), refletindo na forma como relações sociais organizavam-se na região durante o período.

Se por muito tempo as relações de subordinação entre coronel e agregado baseavam-se, entre outras formas, basicamente, em uma espécie de “troca” com o coronel cedendo ao agregado um pedaço de sua propriedade para a construção de uma roça e este retribuindo com sua mão de obra e sua lealdade, a chegada da *Brazil Railway* indicava que as “[...] circunstâncias haviam realmente mudado” (MONTEIRO, 1974, p.46). Rosangela Cavallazzi nos fala que esses “[...] novos condicionantes [...] possibilitaram a visualização de um importante fato – a valorização da terra, acontecimento inevitável com a presença do capital estrangeiro, as extensas concessões de terras devolutas e o comércio de terras em função do processo de colonização” (CAVALLAZZI, 1983, p. 49). Essa mesma autora ressalta que esse processo de valorização da terra implicou em uma transformação nas relações sociais daquelas pessoas, uma vez que com a valorização da terra ocorreu também a sua transformação em mercadoria. Diante desse novo quadro, alguns coronéis, como ao que tudo indica foi o caso de Albuquerque, optaram por associar-se a esses novos empreendimentos, fragilizando a sua relação com parte de sua clientela local. Mesmo que durante o período anterior os fazendeiros não hesitassem em expulsar algum agregado em virtude da necessidade de expandir seus negócios (MONTEIRO, 1974, p. 38), quando a terra passa à condição de mercadoria o processo de expulsão de posseiros sofre considerável aumento. Precisamos ter em mente que com a mercantilização da terra, alterava-se o modo como as pessoas se relacionavam com a terra, visto que “[...] logo após a inserção do capital estrangeiro na região [...] a terra passa a sua condição pura e simples de bem de uso para a

condição de mercadoria, transformando-se em bem de produção” (CAVALLAZZI, 1983, p. 53). Desta forma, passa a ser mais interessante aos grandes proprietários utilizarem suas propriedades para atuar no mercado de terras e colonização do que para exclusivamente manter suas clientelas, enfraquecendo ou até mesmo quebrando as díades construídas anteriormente.

Cavallazzi (1983), retomando as reflexões de Ianni, nos fala que esse processo reduzia a

[...] importância das relações sociais comunitárias, de vizinhança, agregação, compadrio. O contrato, a mercadoria, o preço das coisas, o lucro e o prejuízo, a compra e a venda, estes são os dados das relações sociais na cidade e no campo. Esse é o contexto em que a terra se torna propriedade privada representada no papel, mercadoria com preço de compra e venda (IANNI *apud* CAVALLAZZI, 1983, p.55).

Entretanto, acreditamos que as relações que estavam entrando em declínio em virtude do processo envolvendo as concepções de uso da terra eram especialmente as relações de subordinação e dominação entre proprietários e caboclos. Assim, não eram as relações comunitárias entre caboclos do mesmo nível social ou de nível social mais próximos.

Por mais que “desde o fim do trabalho escravo na região, as relações sociais [...] [fossem] predominantemente capitalistas” (MACHADO, 2004, p. 98), podemos perceber também a existência de um sistema de “trocas” internas dentro das comunidades, mesmo que nem sempre fosse de bens materiais. Um exemplo dessas “trocas” pode ser considerado a ajuda de vizinhos durante as épocas de aumento de trabalho nas roças caboclas. Por meados de junho, era comum que comesçassem os trabalhos de roçadas, “[...] uma tarefa abrumadora para um homem só” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 30). Com isso, os sertanejos recorriam ao auxílio laboral e voluntário dos vizinhos, processo conhecido na região como *pixirum*. É importante registrar que, segundo Tomporoski, o *pixirum* também se popularizou através da denominação “troca de dia” para identificar essas

atividades de auxílio mútuo – [tal prática] permitia que tarefas praticamente impossíveis para um único homem pudessem ser realizadas em poucos dias, como a construção de casas ou galpões. Porém, a convocação do *pixirum* ocorria comumente para a execução de roçadas, limpezas de terrenos e colheitas. Contudo, mesmo práticas não relacionadas diretamente ao trabalho eram acionadas, tais como a divisão da carne de animais abatidos entre os vizinhos, que retribuía a gentileza, ou ainda a socialização de poços e nascentes em época de secas (TOMPOROSKI, 2012, p. 72 – 73).

A prática do *pixirum*, além de alimentar laços de confiança entre os participantes, contribuía também para a criação de redes de solidariedade e cooperação entre diversos indivíduos. Todavia, ela estava assentada em um princípio de obrigação mútua, isso quer dizer que quem foi beneficiado tinha a obrigação de, quando chamado, retribuir a ajuda. “A

obrigação moral de retribuir imediatamente à convocação realizada pelas pessoas que o ajudaram anteriormente, determinava a formação de uma ampla rede de relações” (TOMPOROSKI, 2012, p. 73). Ainda, fazia parte desse compromisso de dar e receber, a incumbência de ao término dos trabalhos programados para o *pixirum*, que o receptor oferecesse aos que lhe ajudaram celebração festiva, variando conforme as possibilidades econômicas do receptor, como uma espécie de agradecimento. Desta forma, podemos perceber que enquanto os laços de compromissos entre coronéis e agregados ia passando por um processo gradual de enfraquecimento, afinal um dos elos da díade ia deixando de interessar-se em sua manutenção, os construídos entre caboclos seguiam cada vez mais consolidados e fortalecidos.

Contudo, é imprescindível ponderarmos algumas transformações ocorridas no decorrer da Guerra do Contestado para que não se confunda as aludidas anteriormente no âmbito das relações sociais. Consideramos que tenha ocorrido, de modo geral, pelo menos dois momentos de “quebra” nas relações sociais. Desta forma, o primeiro deles seria justamente o que viemos abordando, ou seja, a ruptura entre coronéis e agregados em virtude das alterações provocadas pela inserção acentuada do capitalismo na região e do processo de privatização da terra. O segundo ocorre depois de 1913, quando os indivíduos que aderem a causa sertaneja passam por um novo batismo, criando novos laços de compadrio com entre os membros da santa religião cabocla. Esse processo fez com que a coesão interna do grupo fosse tamanha que existem casos de familiares em lados opostos serem mortos. Assim como⁷⁶ existem casos que nem mesmo a criação de novos laços de compadrio foi capaz de apagar os pré-existentes.

Ao relacionarmos esse quadro com a atuação de José Maria na região para compreender melhor quais os possíveis motivos que podem ter feito com que inúmeras pessoas o acompanhassem, primeiro de Curitiba para o Irani e posteriormente ao confronto com as tropas do Regimento de Segurança do Paraná, é evidente que a antiga tradição de devoção ao monge João Maria, inclusive os processos de batismo e de compadrio, muito contribuíram para o sucesso de José Maria na região. Entretanto, elas não são suficientemente capazes de explicar sozinhas o fenômeno que ocorreu com ele, principalmente durante o segundo semestre de 1912. Parece-nos plausível presumir que entre os motivos que podem ter levado algumas pessoas a seguirem José Maria fosse a existência de uma dimensão envolvendo

⁷⁶ É importante registrar que o sistema de compadrio durante a Guerra do Contestado é extremamente complexo e não pode ser explicitado em sua totalidade no presente trabalho. Por mais que a obra de Monteiro (1979) tenha proporcionado grandes avanços nessa questão, acreditamos que pesquisas que se propunham a analisar especificamente esse tema e propor uma nova abordagem sobre ele possam elucidar melhor esse debate que ainda segue em aberto.

diversas formas de trocas, principalmente de favores mútuos, baseadas em um compromisso de dar, receber e retribuir, como um dos aspectos presentes entre as relações sociais.

Marcel Mauss (2013), em *Ensaio sobre a dádiva*, nos fala sobre a existência de uma dimensão moral envolvendo relações de troca que dão sentido as relações sociais em determinadas sociedades, percebendo esse fenômeno ao estudar o que ele chama de “dádivas” na Polinésia, Melanésia e no noroeste americano. Segundo Mauss, “eles tinham uma espécie de sistema de trocas, ou melhor; de dar presentes que deveriam posteriormente ser trocados ou retribuídos” (MAUSS, 2013, p.22). Mauss mostra que as

[...] trocas cerimoniais que compõem os sistemas da dádiva não são meros escambos ou trocas prosaicas de presentes, mas prestações e contraprestações a serviço de novas alianças e do fortalecimento das antigas. No interior desses sistemas de prestações, que ele denomina “totais”, circulam não exclusivamente objetos e bens valiosos (SERTÃ; ALMEIDA, 2016, p. 1).

Desta forma, o antropólogo propõe a ideia de que essas trocas tivessem como finalidade a ligação entre doador e receptor, em uma espécie de comunhão entre as partes, baseada justamente na concepção de dar, receber e retribuir.

Não podemos negar que existe uma grande distância entre as reflexões estabelecidas nos estudos de Mauss e o caso aqui abordado. Entretanto, mesmo que cosmologicamente distintas, especialmente as concepções de dar e retribuir parecem aproximar ambas as realidades ao se constituírem com um importante elemento das relações sociais. À vista disso, lembremos que entre as práticas de José Maria destacava-se a sua atuação como curandeiro, inclusive, quando esteve em Campos Novos ganhou notoriedade ao curar a esposa de um fazendeiro local. Esse caso, envolvendo a primeira aparição de José Maria em território catarinense, nos permite perceber uma dimensão dessa concepção de troca cíclica, uma vez que o monge oferece o “remédio” necessário para a cura, o qual varia de caso a caso, o necessitado o recebe e realiza o tratamento que o foi receitado, e como uma forma de agradecer tem a intenção de retribuir das mais diferentes maneiras. Com isso, José Maria ofereceu um “remédio” à esposa de Francisco de Almeida, este o aceitou e com a intenção de retribuir o que havia recebido ofereceu primeiro uma retribuição monetária ao monge, que a recusou pois não se tratava de uma relação econômica/comercial. Entretanto, para retribuir o que anteriormente recebeu, Francisco de Almeida garantiu tranquilidade para que José Maria seguisse atuando e permanecesse na sua fazenda. A partir desse ato é que estreitou relações com o fazendeiro e pôde seguir atuando na região sem ser incomodado por nenhuma autoridade policial.

Outras situações envolvendo José Maria durante sua trajetória apontam para o mesmo

caminho. Uma delas pode ser vista na declaração de um sertanejo feita no decorrer dos anos do conflito. Cirino Chato, ao ser preso em julho de 1915 por envolvimento com a causa sertaneja durante a Guerra do Contestado, teria declarado em seu interrogatório “que nunca foi fanático e que acompanhou José Maria ao Irani a convite [do próprio monge] [...] e de Praxedes. Não podia faltar a José Maria, a quem devia favores por ele ter dado remédio para a sua mulher quando esteve doente” (SOARES, 1920, p.87). A declaração de Cirino nos permite sustentar a hipótese de que existia uma obrigação moral envolvendo as trocas, um compromisso de retribuição, e em razão disso é que Cirino seguiu José Maria, pois era a oportunidade de retribuir o que havia recebido.

Duglas Teixeira Monteiro, ao analisar os motivos da adesão sertaneja a partir de 1913, nos fala que alguns sertanejos tiveram como motivo para aderir a causa “[...] um caráter estritamente individual, como, por exemplo, as exigências de lealdade a laços de compadrio estabelecidos com José Maria” (MONTERIO, 1974, p. 103). Se lembrarmos os momentos que antecederam a *Batalha do Irani* veremos que durante a negociação entre o Monge e o coronel Domingos Soares, visando a dispersão daquele agrupamento, José Maria dizia reiteradas vezes ao coronel que, caso fosse garantida a sua segurança e a dos que lhe acompanhavam, retornaria para Curitiba. Sua atitude nos mostra outro lado desse princípio de lealdade citada por Monteiro (1974) e como ela se constituiu em 1912. Provavelmente, se partisse sozinho, no dia 21 de outubro de 1912, conseguiria escapar das tropas e ficar escondido até a poeira baixar. Contudo, escapar deste modo colocaria em iminente risco os homens e mulheres que ali ficariam as vésperas de um ataque. À vista disso, era que solicitava ao coronel Domingos Soares um prazo de 24 horas para abandonar a região, pois era preciso tempo para organizar uma retirada com quarenta ou cinquenta pessoas, já que era muito mais trabalhosa e lenta do que uma fuga individual. Essa atitude do monge José Maria torna perceptível sua responsabilidade e sua lealdade perante os que o seguiam.

Desta forma, somam-se às ponderações supracitadas de Monteiro (1974) e o posicionamento de José Maria para melhor compreendermos esse aspecto da lealdade. Tal princípio ainda se manifesta, quando lado a lado, monge e sertanejos, dirigem-se ao confronto. Ressalta-se que o princípio da lealdade entre José Maria e sertanejo, constituiu-se como mais uma das possibilidades sobre quais podem ter sido os motivos que levaram algumas pessoas a seguirem o monge já em 1912. Se a inserção do capitalismo na região e o processo de privatização da terra estavam enfraquecendo os laços de compadrio entre coronéis e agregados, uma vez que “[...] na maior parte dos casos [...] os interesses dos

coronéis como grandes proprietários grandes rurais se entrelaçavam, de maneira característica, a atividades mercantis e empreendimentos vários no campo econômico” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p.38) era beneficiado pela nova conjuntura econômica em consolidação na região, entre os sertanejos com condições econômicas semelhantes ou até mesmo mais próximas os laços de compadrio seguiam firmes.

Há também alguns elementos na fuga de José Maria de Taquaruçu para o Irani que precisam ser recuperados para melhor entendermos por que tantas pessoas o acompanharam no confronto. Como vimos anteriormente, ao chegar no Irani o monge se hospedou na casa de Miguel Fabricio das Neves, que ficava localizada em uma região conhecida como Faxinal dos Fabricios. Os faxinais eram um modelo de organização camponesa baseado no uso comum da terra e em relações comunitárias. No que o monge buscou refúgio, Miguel Fabricio e seu filho José Fabricio das Neves exerciam papel de destaque, assemelhando-se a uma espécie de coronel (MARTINS, 2007, p. 82). Portanto, a estratégia de buscar auxílio com seu companheiro dos tempos da Federalista constituiu-se como uma escolha acertada frente as necessidades que o momento exigia. Visto que José Fabricio das Neves tinha a capacidade de acolher as pessoas que acompanhavam o monge José Maria, em virtude de sua atuação no mercado de terras. As pesquisas de Celso Martins (2007) e de Cristina Dallanora (2019) mostram-nos que José Fabricio das Neves tinha uma espécie de “projeto informal de colonização”, chegando até mesmo a negociar terras com as empresas estrangeiras para posseiros da região (DALLANORA, 2019, p. 69 – 70).

Contudo, existe um outro componente relacionado a presença de José Maria no Irani muito importante para entendermos por quais motivos uma centena de pessoas foi à luta. Sem deixar de lado a necessidade de se defenderem naquele momento, precisamos considerar a influência local da família Fabricio das Neves, sobretudo de José Fabricio das Neves naquela localidade para além da atuação no comércio de terra. A trajetória de José Fabricio foi marcada por seu envolvimento em conflitos armados, circunstância a qual evidencia sua capacidade de mobilização de homens para esse fim. Desta forma, possivelmente boa parte dos indivíduos que teriam se envolvido no combate o fizeram em virtude da atuação e de seus compromissos de lealdade para com José Fabricio das Neves.

Diante do exposto, ressaltamos que as hipóteses aventadas no decorrer dessa seção, especialmente no que tange aos possíveis motivos que levaram centenas de pessoas a seguirem José Maria, são extremamente complexas e não excludentes. Por mais que o movimento do Contestado seja apontado como um movimento messiânico e milenarista,

acreditamos que essas características só podem ser notadas de maneira efetiva a partir de 1913, ou seja, em um outro momento permeado de novas características. Entretanto, as possibilidades envolvendo os compromissos de lealdade ligados ao compadrio e à existência de uma necessidade moral de retribuir de alguma forma a José Maria pelos seus atos de curandeirismo constituem-se como dois aspectos determinantes. A esses soma-se a influência da família Fabricio das Neves na região do Irani e tantos outros que possam ter ocorrido, que pelos mais diversos motivos nos escapam devido à ausência de fontes históricas.

Considerações finais

Se tivessem deixado as coisas quietas, seguindo o seu próprio rumo, provavelmente após mais ou menos tempo, o monge teria seguido adiante (BADING, 1916, s/pág).

Possivelmente a análise do comerciante e juiz substituto em Canoinhas durante os anos da Guerra do Contestado, Adolph Bading, sobre os acontecimentos ocorridos em Taquaruçu no segundo semestre de 1912, estivesse correta. Entretanto, como demonstrado ao longo desse trabalho, as escolhas de alguns indivíduos fizeram com que as circunstâncias fossem outras. Ao longo das reflexões realizadas, vimos que, na medida em que passou a ver no ajuntamento em torno do monge José Maria uma ameaça aos seus domínios, uma série de telegramas foram redigidos por Albuquerque, apelando que forças policiais fossem direcionadas para dissipá-lo.

Desta forma, foi sob a justificativa de que estava em curso uma sublevação monarquista que as tropas do regimento de segurança catarinense foram enviadas para a região. Mesmo que uma denúncia de um movimento monarquista em 1912 soasse anacrônica, ela apresentava bons elementos para convencer os leitores do jornal sobre a necessidade de uma enérgica ação militar e a sua capacidade de remeter à Guerra de Canudos (1893 – 1897) contribuía para a sua aceitação. É importante perceber que o uso da retórica sobre um suposto “perigo monarquista” expõe a fragilidade do sistema republicano no início do século XX. Com isso, após as análises do jornal *O Dia*, constatamos que pouco importava se as informações transmitidas pelos telegramas de Albuquerque eram verdadeiras ou não, pois cabia ao jornal confirmar e disseminar a ideia de que o monge e seus seguidores se constituíam como um perigo para a região. Ao investigarmos a trajetória de Albuquerque, as razões que levaram o jornal a adotar tal posicionamento ficaram mais evidentes, já que a atuação do coronel ao longo dos anos e as suas ligações com Vidal Ramos o fizeram ascender politicamente dentro do Partido Republicano catarinense. Desta forma, como órgão de imprensa desse partido ligado à corrente que Albuquerque fazia parte, era seu papel corroborar com suas ideias, mesmo que entre seus pares a proclamação monárquica fosse considerada somente uma farsa.

O estudo da trajetória de Albuquerque também foi determinante para podermos compreender como ocorreu o seu domínio em Curitiba e sob que circunstâncias chegava em 1912. Com isso, ficou evidente que ao longo dos anos em que esteve à frente da superintendência utilizou-se da máquina estatal para consolidar e ampliar sua rede de relações. Se por muitos anos suas preocupações consistiram em aumentar seus vínculos no âmbito local, através de uma ampla clientela, com a chegada da *Brazil Railway* na região tornou-se mais interessante para o coronel aproximar-se a ela. A presença dessa empresa na

região do Contestado representou substanciais alterações nas relações sociais e no modo de vida local e a aproximação de Albuquerque com a empresa promoveu uma ruptura em sua relação com uma parcela de sua clientela.

Foi diante dessas circunstâncias que Albuquerque entrou o ano de 1912. Em meados de setembro, um mês depois de ter retornado de Florianópolis, ele começou a enviar os telegramas pedindo auxílio de tropas estaduais para dissolver o ajuntamento em volta do Monge. Essa atitude demonstra as dificuldades que o seu domínio local vinha passando. Assim como no início da pesquisa acreditava-se que uma abordagem da trajetória de Albuquerque fosse benéfica para melhor compreender tais acontecimentos, o mesmo ocorreu com a do monge José Maria. Através dela pudemos lançar a hipótese que sua presença na região do Contestado tenha sido existente bem antes do que por muito tempo supôs-se na historiografia da Guerra. Depois de apontarmos alguns dos caminhos que José Maria poderia ter percorrido, vimos que sua chegada no povoado de Taquaruçu ocorreu no início de agosto de 1912, ou seja, quase dois meses antes das primeiras matérias serem publicadas nas páginas dos mais diversos jornais entre 24 e 25 de setembro daquele ano.

Ao seguirmos os rastros de José Maria não poderíamos deixar de analisar a sua atuação durante os anos de peregrinação, ficando evidente o grande reconhecimento adquirido em virtude de seus atos de curandeirismo e como conseguiu agregar a sua personalidade os simbolismos pré-existentes na região envolvendo a devoção ao monge João Maria. Com isso, ricos e pobres, coronéis e agregados, gente de todas as classes sociais buscavam seu auxílio quando estavam adoentados. Foi diante dessas circunstâncias que chegou em Taquaruçu, a convite de alguns moradores locais para participar das celebrações da festa do Senhor Bom Jesus, já “famoso” na região, muitas pessoas foram ao seu encontro. Ao término dos festejos, o monge resolveu permanecer por mais algum tempo na localidade e, assim como ele, uma parcela dos presentes também decidiu ficar. Desta forma, as populações vizinhas ao povoado de Taquaruçu seguiram se direcionando para lá para se consultarem com o monge.

O coronel Albuquerque esperava que após o fim dos festejos a movimentação de Taquaruçu voltasse ao normal. Contudo, vendo a continuidade do ajuntamento em volta de José Maria, passou a incomodar-se com a situação e decidiu que era preciso acabar com o que estava ocorrendo. Ressalta-se que no decorrer das pesquisas não foi possível apontar quais os motivos levaram o coronel a solicitar auxílio policial. Supõe-se que os boatos que José Maria estaria se aproximando do coronel Henriquinho de Almeida causavam incômodos a Albuquerque que, acreditando ou não, passou a ver a situação com maus olhos. Essa hipótese

é coerente com o momento que o coronel Albuquerque vinha enfrentando. Enquanto aproximava-se da *Brazil Railway*, distanciava-se de uma parcela de sua clientela, somando-se a isso as inúmeras inimizades que sua atuação frente à superintendência gerou. Assim sendo, uma aproximação do Monge com o seu adversário, Henriquinho, poderia representar riscos ao seu controle municipal. Ainda, uma suposta negativa de José Maria a prestar auxílio a um parente do coronel Albuquerque pode ter despertado sua ira.

Muito das reflexões estabelecidas no decorrer do segundo capítulo, o qual concentra-se nas análises sobre a presença de José Maria em Santa Catarina, esbarraram na ausência de fontes. Infelizmente, as fontes sobre o período em que José Maria esteve em Taquaruçu, sobretudo entre o início de agosto ao final de setembro, são extremamente escassas, verificando-se o aumento de documentos justamente a partir dos telegramas de Albuquerque. A ausência de fontes também é um fator que explica a ausência de uma pesquisa de cunho biográfico sobre José Maria, pois se não fossem as matérias de jornais e o auxílio do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, certamente seria impossível a realização do breve estudo proposto nesse trabalho. Destaca-se que uma pesquisa com tal proposição é extremamente difícil e necessária, pois será capaz de elucidar inúmeros debates envolvendo esse indivíduo. Isso também se aplica a trajetória do coronel Albuquerque, ainda que estudada, não foi possível explorar o máximo das possibilidades analíticas de sua trajetória. Uma pesquisa que investigue sua vida antes de 1902 e busque analisar sua atuação na compra e venda de terras e processos judiciais em que ele esteja envolvido, aspectos os quais não fomos capazes de estudar, poderá render bons frutos.

Durante o tempo em que o monge José Maria esteve em território catarinense a imprensa curitibana tratou de desdenhar da seriedade do caso e imputar a ideia de que não passava de uma fábula, visando tirar proveito em relação à questão de limites. Quando o Monge adentrou em território paranaense a situação ganhou contornos diferentes, ao tratarem com seriedade e gravidade, os jornais passaram a propagandear que se tratava de uma invasão catarinense ao território paranaense. À vista disso, as tropas do regimento de segurança do Paraná receberam a ordem de marchar em direção a vila de Palmas. Ressalta-se que não se tratava de um deslocamento qualquer, uma grande quantidade de armamento e mais de 100 membros da corporação, incluindo o seu comandante coronel João Gualberto, foram mobilizados para a missão. Visivelmente essa mobilização se constituiu com um único objetivo: prender José Maria e as pessoas que tinham vindo de Santa Catarina com ele. Com

essa intenção, o coronel João Gualberto levou ainda alguns metros de corda para, se possível, trazê-los amarrados para desfilar nas ruas de Curitiba.

Ao longo das pesquisas localizamos algumas fotos que mostravam a marcha realizada pelo regimento de segurança, entre Curitiba e Palmas. Em virtude da derrota das tropas, a morte de Gualberto e o fato dele ter sacrificado, desnecessariamente, muitos dos soldados sob o seu comando, essas fotografias foram de certa forma relegadas ao esquecimento, pois não foram publicadas na imprensa da época. O que chama a atenção na construção desses registros fotográficos é o fato de que mesmo que eles não tenham sido publicados em 1912, sua produção mostra uma intenção. Concluímos que ela fazia parte de um processo de heroicização do regimento e das forças políticas paranaenses, que criava um inimigo comum dos paranaenses, fortemente atrelado à Questão de Limites. Assim, os militares foram chamados para resolver a situação e se dirigiram para a região do Contestado aclamados pela imprensa com o objetivo de prender os invasores, que voltariam amarrados para desfilar nas ruas curitibanas em uma clara demonstração de força, frente à disputa de limites. Desta forma, essas fotos serviriam também como uma propaganda pública de persuasão, completando uma narrativa heroica, entretanto, a derrota no Irani frustrou esses possíveis planos. Com isso, foram as imagens de seu cortejo fúnebre que ganharam destaque na imprensa da época.

A presença do monge José Maria na região do Irani nos mostrou um outro lado, que não a ameaça que os políticos paranaenses buscavam construir. Essa outra perspectiva que ela foi capaz de evidenciar relaciona-se ao impacto que sua presença causou na região, além de ter sido bem recebido, logo que os moradores locais souberam de sua presença, muitos foram a sua procura. Tal circunstância confirma a hipótese de que suas peregrinações não eram recentes e normalmente não causavam incômodo às autoridades locais; o caso de Curitiba parece ser um ponto fora da curva de sua trajetória. Os estudos sobre a presença de José Maria no Irani também nos permitiram perceber que não havia nenhuma tensão acumulada na região em virtude de disputas de terra com a Cia. Frigorífica Sul Rio-grandense como alguns autores afirmaram, inclusive, em 1912 a companhia estava falida, suas propriedades à venda e algumas arrendadas por moradores locais.

A partir da chegada das tropas do Regimento de Segurança do Paraná em Palmas e o contato estabelecido entre o comandante João Gualberto e o superintendente municipal coronel Domingos Soares, podemos perceber um conflito entre os interesses locais e os estaduais, expresso, sobretudo, no momento em que o coronel se encontrou com José Maria para negociar uma dispersão em virtude da presença do regimento de segurança na região.

Nesse encontro, mesmo sob a ameaça de João Gualberto em atacar o acampamento do monge, teria sido acordado um prazo para dispersão, sem conflito, o coronel Domingos Soares tinha concordado em garantir que José Maria pudesse voltar para o território catarinense com os homens que de lá haviam vindo com ele. Quando os enviados ao acampamento de José Maria retornaram ao local onde encontrava-se o coronel João Gualberto e o comunicaram do que havia acontecido na fazenda de Miguel Fabricio das Neves, Gualberto avisou que iria atacar José Maria no dia seguinte.

O posicionamento do coronel João Gualberto nessa conversa com o coronel Domingos Soares, revela claramente sua determinação em resolver a situação de forma bélica. Podemos concluir que, se no cenário político estadual visava-se a utilização desse evento como uma resposta atrelada a questão de limites, Gualberto via naquela situação uma oportunidade de promover-se pois seria ele que teria prendido os invasores e os levado para Curitiba, suas ações reverberariam dando maior destaque a sua personalidade. Com isso, contrariando todos os conselhos que recebeu para não atacar, na madrugada do dia 22 de outubro, Gualberto transmitiu a ordem de marcha para o ataque. Desta forma, ficou evidente ao longo da pesquisa que a *Batalha do Irani* ocorre, principalmente, por iniciativa de João Gualberto. Possivelmente, se tivesse esperado o acordo de dispersão negociado pelo coronel Domingos Soares ser cumprido, o caso envolvendo o monge teria se resolvido de forma pacífica.

O monge José Maria, por desconfiar que seria atacado pelas tropas comandadas pelo coronel João Gualberto, provavelmente em razão do que este havia declarado na carta que havia enviado a ele, combinou com algumas pessoas que estava em sua volta para que os caminhos que levavam até o local em que se encontravam fossem vigiadas. Com isso, antes que as tropas do regimento pudessem invadir o acampamento do Monge, elas cruzaram com alguns dos vigias por ele dispostos, momento no qual ocorreu uma pequena troca de tiros. Depois desse breve tiroteio deu-se o confronto. Ressalta-se que mesmo que reativa, pois tratou-se de uma autodefesa, a escolha de estabelecer um combate constituiu-se como uma decisão consciente frente ao cenário de possibilidades concretas que se apresentavam naquele momento para José Maria e seus seguidores. No instante em que os vigias avisaram sobre a aproximação das tropas do Regimento de Segurança não havia mais como fugir, pois faria com que todas as pessoas ali presentes corressem o risco de serem massacradas pelas tropas oficiais. Desta forma, com o não cumprimento do acordo que havia sido celebrado, José Maria e seus seguidores foram as armas para se defenderem.

Sabemos dos riscos de incorrerem em uma análise equivocada por não considerar a *Batalha do Irani* um ritual. Entretanto, essa afirmativa de que os sertanejos e principalmente José Maria encerraram esse momento como um ritual, nos parece de certo modo anacrônica, pois vemos essas interpretações impregnadas por um olhar de quem já sabe o fim da história e procura através da *Batalha do Irani* dar uma coerência capaz de dotar de sentido uma narrativa linear e/ou ideal para a Guerra do Contestado. Ao longo deste trabalho viemos tentando demonstrar como os indivíduos agem, em diferentes momentos, frente às variadas possibilidades que a eles são apresentadas. Desta forma, os indícios encontrados no decorrer da pesquisa apontam para concluirmos que a ocorrência do confronto se ancora principalmente na tentativa de evitar que as tropas de João Gualberto entrassem no acampamento do monge José Maria, resultando em um extermínio dos que nele estavam, e conseqüentemente a isso em uma tentativa de proteção dos demais; escolhas feitas diante do esgotamento das demais possibilidades de ação que os sertanejos e o Monge detinham no instante em que os primeiros tiros são disparados pelos vigias.

Nesse caso, como desacreditamos da hipótese de que o confronto tenha sido um ritual, também supomos que o modo de combate estava ancorado em outras influências, que não a da obra de Carlos Magno, como alguns pesquisadores defendem. Portanto, sustentamos a concepção de que o modo utilizado pelos sertanejos durante o confronto tenha sido ancorado em suas experiências adquiridas participando de conflitos ocorridos anteriormente, como por exemplo a Federalista. Ainda, atentamos para a existência de uma outra hipótese, complementar e não excludente, de que o modo de combate impresso pelos sertanejos estivesse baseado em uma forma habitual de solucionar conflitos, como uma prática costumeira.

Quaisquer que tenham sido os princípios norteadores do confronto, o fato de que inúmeros indivíduos terem decidido seguir o Monge nessa luta é irrefutável. Destaca-se que José Maria não foi somente seguido na luta, mas desde as complicações políticas em Curitiba alguns indivíduos deixaram suas casas e decidiram acompanhar o Monge em sua fuga até o Irani, e ao lado dele ficaram até seus últimos momentos. Frente a essa questão entendemos que em uma sociedade baseada na troca, seja comercial ou de favores, como um dos princípios norteadores das relações sociais, que passava por um momento de ruptura desse modelo, provocado pela inserção do capitalismo na região e o processo de privatização da terra, a atuação de José Maria remetia aos traços que vinham sendo rompidos. Portanto, presume-se que houvesse um compromisso moral de alguns indivíduos em retribuir o favor

que anteriormente havia sido feito por José Maria, compromisso esse que acabou levando-os até o campo de batalha.

Com esse trágico desfecho, finalizamos. Porém, ao mesmo tempo em que é a conclusão, ele é o ponto de partida para uma grande Guerra. Em virtude dos resultados do confronto, da propagação de que o monge José Maria iria ressuscitar e de seu enterramento foi que ocorreu o processo de reelaboração mística, resultando no reagrupamento sertanejo em Taquaruçu no final de 1913. Com a derrota do regimento de segurança e com a morte de João Gualberto, o monge tornou-se um mártir da questão de limites para os paranaenses. As mortes das pessoas envolvidas seguem reverberando até os dias de hoje. No local onde ocorreu a Batalha do Irani, foi instituído um parque que preserva o suposto túmulo do monge José Maria e a vala em que os outros mortos foram enterrados, que ficou popularmente conhecida na região por “Vala dos 21”, guardado em memória desse episódio. Entretanto, essa memória segue em disputa com a polícia militar do Paraná, sendo percebida através da colocação de uma placa em homenagem aos militares mortos no confronto.

Fontes

ACERVO PESSOAL PAULO PINHEIRO MACHADO:

BADING, Adolph. O Movimento Fanático do Contestado (Paraná e Santa Catarina) “Die Fanatikerbewegung im Contestado (Paraná und Santa Catarina)”, Canoinhas. Publicado no almanaque alemão de 1916, s/c, s/ed. Tradução de João Klug.

ARQUIVO HISTORICO WALDEMAR RUPP:

ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [**Informa estar agindo para reestabelecer a ordem em Taquaruçu**]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, sem data. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [**Informa que forças do Exército estão em Caçador**]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, 01 out. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [**Informa que José Maria fugiu rumo a Campos Novos**]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, 26 set. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [**Informa que o Monge segue acampado em Taquaruçu com 200 homens**]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, 27 set. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

ALBUQUERQUE, Francisco Ferreira. [**Informações sobre conferencia entre o Senador Schmidt com o Presidente e o Ministro da Guerra**]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, sem data. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

GIORNO, José. [**Informa estar providenciando forças no Herval**]. Destinatário: Henrique Rupp, Curitiba, 25 out. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

JUVENTINO. [**Relata um encontro com José Maria na “Fazenda Velha”**]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 01 out. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

MÜLLER, Eugenio. [**Agradece informações prestadas**]. Destinatário: Henrique Rupp, Florianópolis, 02 out. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

MÜLLER, Eugenio. [**Solicita informações sobre ajuntamento em volta de José Maria**]. Destinatário: Henrique Rupp, Florianópolis, 24 set. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

RUPP, Henrique. [**Da recomendações a Albuquerque**]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 01 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

RUPP, Henrique. [**Informa a passagem de José Maria pela “Fazenda Velha”**]. Destinatário: Comandante das forças legais no Rio Caçador, Campos Novos, 01 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

RUPP, Henrique. [**Informa a passagem de José Maria pela “Fazenda Velha”**]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 01 out. 1912. Telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

RUPP, Henrique. [**Informa que retornou da linha férrea e que as forças estão desesperadas**]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 12 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

RUPP, Henrique. [**Informações sobre a presença do Monge José Maria na região e suas impressões**]. Destinatário: Henrique Rupp Junior, Campos Novos, 01 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

RUPP, Henrique. [**Informações sobre o confronto no Irani**]. Destinatário: Eugênio Müller, Campos Novos, 23 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

RUPP, Henrique. [**Informações sobre o confronto no Irani**]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 23 out. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

RUPP, Henrique. [**Suas impressões sobre a monarquia de José Maria**]. Destinatário: Francisco Ferreira de Albuquerque, Campos Novos, 25 set. 1912. Cópia de telegrama. Fundo: Pessoas Ilustres, caixa: Paulo Blasi, Pasta: telegramas sobre o monge José Maria e a Guerra do Contestado.

ARQUIVO DO MUSEU DA POLICIA MILITAR DO PARANÁ:

MIRANDA, José de Souza; BUSSE, João; GUIMARÃES, Adolpho Ribeiro. Conselho de Guerra 806, Superior Tribunal de Justiça do Paraná, Curitiba, 1913.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ:

Registro de Terras, **Companhia Frigorífica e Pastoril Brasileira**, ano 1893, livro 105, pág. 123, nº do registo 151, notação atual rt 70.

Registro de Terras, **Companhia Frigorífica e Pastoril Brasileira**, ano 1893, livro 105, pág. 124, nº do registro 152, notação atual rt 70.

BIBLIOTECA NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL:

A Noite, do Rio de Janeiro – 20 de setembro a 30 de outubro de 1912.

A Notícia, de Curitiba – 26 de abril a 09 de junho de 1906.

A República, de Curitiba – 23 de novembro de 1903; 25 de abril 1906; 20 de março de 1907; julho de 1908, 18 de agosto a 31 de dezembro de 1912.

Diário da Tarde, de Curitiba – 01 de abril de 1899; 14 de maio a 23 de novembro de 1903; 27 de novembro de 1905; 28 de abril de 1906; 16 de outubro a 18 de novembro de 1908; 27 de novembro de 1911; 01 de agosto a 31 de dezembro de 1912.

O Dia, de Florianópolis – 01 de agosto a 31 de dezembro de 1912.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA:

Folha do Comércio, de Florianópolis – 01 de setembro a 31 de dezembro de 1912.

CRL:

PARANÁ. **Mensagem ao Congresso Legislativo dirigida pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do Estado em 1º de fevereiro de 1913**. Curitiba: Typ do “Diário Oficial”, 1913. [Capturado em 25 out. 2018]

DECRETOS DO PODER EXECUTIVO:

DECRETO Nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 de dez. 2018.

DECRETO Nº 980, de 8 de agosto de 1892. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=390413&id=14445502&idBinario=15630004&mime=application/rtf> Acesso em: 15 de jul. 2018.

ESCRITOS MILITARES.

ANTUNES, Ezequiel. **O Contestado entre Paraná e Santa Catarina**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d'. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

CERQUEIRA, Antonio Alves. **A Jornada de Taraquaruçu: feito guerreiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1936.

MIRANDA, Alcebíades. **Contestado**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: As raízes da rebeldia. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 1v.

ROSA, José Vieira da. **As lutas do Contestado perante a História**: 1914 – 1916. [S.I]

SOARES, J. O. Pinto. **Apontamentos para a história**: O Contestado. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto de Eletrotécnica da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA – CASA DA MEMÓRIA DE CURITIBA, PARANÁ.

FO2135-SN1835. Embarque das tropas para União da Vitória, rumo a Palmas. Fotografia Arthur Wischral. Reproduzida por Marcos Campos. Fotografia, Casa da Memória, coleção Julia Wanderley, Curitiba.

FO2137-SN1837. Regimento de Segurança desfilando pelas ruas de Porto União – PR. Reproduzida por Marcos Campos. Fotografia, Casa da Memória, coleção Julia Wanderley, Curitiba.

FO2149 - SN1849. Reproduzida por Marcos Campos, Chegada do trem trazendo o corpo de Joao Gualberto, 1912. Fotografia, Casa da Memória, coleção Julia Wanderley, Curitiba

FO2150-SN1850. Reproduzida por Marcos Campos, O Cortejo Fúnebre do Coronel Joao Gualberto seguindo pelas Ruas da Cidade, 1912. Fotografia, Casa da Memória, coleção Julia Wanderley, Curitiba

NIEPCE, José. **Sacrifício nas aras do dever e do patriotismo**. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: s/d, p. 41 – 44.

Coletânea de documentos referentes à conduta do regimento de segurança, hoje força policial do Estado, no combate do Irani, em outubro de 1912. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: s/d, p. 171 – 191.

LACERDA, Francisco de Brito. **João Gualberto em três pinceladas**. In: **Historiadores do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982, p. 201 – 214.

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA – PARANÁ:

Concessão de imóvel, Rio do Peixe, nº do processo: 1416, expedição do título em 23 de set. 1912.

MUSEU PARANAENSE, CURITIBA - PARANÁ:

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916. Mapa Questão de Limites. **Croquis da Zona Contestada**, 1916. Museu Paranaense, MP. 856_186.

FÓRUM DA COMARCA DE PALMAS, PALMAS - PARANÁ.

FABRICIO das Neves e outros. Processo crime, Palmas, 1913.

AZEVEDO, Manoel Romão [*et al.*]. *Processo Crime*, Palmas, 1898.

OUTROS:

FELIPPE, Euclides José. **O último jagunço**. Folclore na história do Contestado. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

FELISBINO, Pedro Aleixo. **Voz de caboclo**: a saga do Contestado revivida nas lembranças do reduto de Taquaruçu. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2013.

LEMOS, Alfredo de Oliveira. **A história dos fanáticos em Santa Catarina** e parte de minha vida naqueles tempos - 1913/1916. Passo Fundo: Ed. Berthier, s/d.

STULZER, Fréi Aurélio. **A guerra dos fanáticos (1912 – 1916)**: a contribuição dos Franciscanos. Petrópolis: Vozes, 1982.

Referências Bibliográficas

ALVES, Jéssica Santa de Assis. Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias. **Temporalidades**, Edição 29, v. 11, n. 2, Jan./Abr. 2019.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana**: repensando o Pacto de Campos Sales. Tese (doutorado), UFRGS: Porto Alegre, 2004.

BARBOSA, Marinalva. **História cultural da imprensa (1900 – 2000)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **OP SIS**, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.

BENATTE, Antônio Paulo. A História Cultural das Religiões: contribuições a um debate historiográfico. In: ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Eliane Moura da (orgs). **Missão e Pregação**. São Paulo: Unifesp, 2014, p. 59-80.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183 – 192.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CASTRO, Hebe Mattos, *História Social*. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, p. 45 – 60.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40. 1997.

CARVALO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na Primeira República**: A guerra do Contestado (1912 – 1916). Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CAVALLAZZI, Rosângela. **Terras públicas e particulares** – o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da “Brazil Railway Company” no meio oeste catarinense). Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 173 – 201.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 19 – 40.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Edi 2001.

DALFRÈ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado**. Curitiba: SAMP, 2014.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DALLANORA, Cristina. **Conflitos no ex-Contestado: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira**. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **O desmoronamento do mundo jagunço**. Florianópolis : FCC, 1986.

DIACON, Todd A. **Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916**. Durham: Duke University Press, 1991.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio: narrativa da revolução de 1893**. Ed. fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1977.

DUBY, George. **O domingo de Bouvines: 27 de Julho de 1214**. Tradução Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ELEUTÉRIO, Maria de Lurdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (org). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ESPIG, Márcia. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. XXIV, n.02, p. 269 – 289, 1998.

_____. **A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado**. 1a. ed. Canoas: EDULBRA, 2002.

ESPIG, Márcia. “Uma poeira de acontecimentos minúsculos”: algumas considerações em torno das contribuições teórico-metodológicas da micro-história. **História Unisinos**, Porto Alegre, Volume 10 Nº 2, p. 201 – 213, maio/agosto 2006.

_____. **Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915)**. Pelotas, Editora Universitária/UFPel, 2011.

_____. O combate de Rio das Antas (novembro de 1914): algumas considerações iniciais. **Cadernos do CEOM**. v. 32, nº 50, p. 92 – 103, 2019.

ESPIG, Márcia; KUNRATH, Gabriel. *Disputas em torno da Batalha do Irani (1912-2017): sobre mortes, enterramentos e memória*. In: ANDRADE, Rubens de ... [et al.] (org.). **Morte**,

arte fúnebre e patrimônio: lugares de memória, simbolismo e documentos post mortem. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas: Escola de Belas Artes: UFRJ, 2020. (PRELO)

ESPIG, Márcia; MACHADO, Paulo Pinheiro (org.). **A Guerra Santa revisitada:** novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

ESPIG, Márcia; MATIAS, José Eduardo. *O jornal A Federação e o Movimento do Contestado: possibilidades de uso pelo pesquisador.* In: ESPIG, Márcia (org.). **Notícias de uma Guerra Centenária:** o Movimento do Contestado através do jornal A Federação (1912 – 1916). São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 17 – 42.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria:** recusa dos excluídos. Porto Alegre; Florianópolis: Editora da UFRGS/UFSC, 1995.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924). São Paulo: Brasiliense. 1984.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 6º ed. São Paulo: Ed. da USP, 1999.

FIGUEIREDO, Vagner Melo. Sertanejos do Contestado: a disputa pela memória do movimento e seus sujeitos. **XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**, Maringá, 2014, Anais do XIV Encontro Regional de História: 1964 – 2014: 50 anos do golpe militar no Brasil. Campo do Mourão: Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo do Mourão/PR, 2014.

FLORES, Elio Chaves. *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso.* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.) **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação à revolução de 30.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 9ª ed., 2017, p. 45 - 88.

GALLO, Ivone Cecília d'Ávila. **O Contestado:** o sonho do milênio igualitário. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249 – 293.

GINZBURG, Carlo. PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169 – 178.

GREENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: RIBEIRO DE OLIVEIRA, Mônica; ALMEIRA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-história.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, out., 1990.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto 2009.

GUAZZELLI, Cesar Augusto B.. Fronteiras de sangue no espaço platino: recrutamentos, duelos, degolas e outras barbaridades. **História em Revista (UFPel)**, Pelotas - RS, v. 10, n° Dez. 2004, p. 49-59, 2006, p. 49 -59.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. Os movimentos “messiânicos” brasileiros: uma leitura. **BIB**. Rio de Janeiro: n. 6, 1979, p. 9 – 21.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2005

HERMANN, Jaqueline. Canudos destruído em nome da República uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 81-105.

_____. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.) **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação à revolução de 30**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 9ª ed., 2017, p. 121 - 160.

JURKEVICS, Vera Irene. Festas religiosas: a materialidade da fé. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n.43, p. 79 – 86, 2005.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. 1ª ed. São Leopoldo: OIKOS, 2015, v. 1, p. 32-52

_____. João Maria de Agostini: o monge da monarquia brasileira e das repúblicas americanas. In: WEHLING, Arno ... [et al.] (org.). **Cem anos do Contestado: memória e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013. P. 107 – 124.

KUNRATH, Gabriel. Vozes da imprensa: A Batalha do Irani pelas páginas dos jornais “O Dia” (SC) e “A República” (PR) no final de 1912. **Contraponto** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2019, p. 403 – 419.

LANDÉ, Carl H. A Base Diática do Clientelismo. In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.) **Frinds, follwers and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 13 – 37 (versão traduzida e datilografada em português).

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

_____. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 167 – 182.

_____. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.) **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18 – 31.

LIMA FILHO, Henrique E. **A micro-história: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA FILHO, Henrique E. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). 2º ed, 2º reimpressão. São Paulo: Contexto 2010.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (org). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos** (contribuição para o estudo de antropo - sociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina). 2º ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

_____. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. O conflito do Canudinho de Lages (1897). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n.24, p.65-78, 2008.

_____. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

_____. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan. - jun. 2011, p. 178-186.

_____. O movimento do Contestado e a questão de terras. In: ZARTH, Paulo A.(org.). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012, p. 115 - 132.

_____. Contestado: o centenário da Guerra e o conflito sem fim In: PRIORI, Angelo; GRUNER, Clóvis (org). **Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX)**. Curitiba, PR: ANPUH, 2016. P. 13 – 28.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (org). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato: José Fabricio das Neves e o Combate do Irani**. Florianópolis: Insular, 2007.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: Casac Naify, 2013.

MONTEIRO, Douglas T. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas cidades, 1974.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Canudos: guerra de memória. **Revista Mosaico**, v. 01, nº 01, 2009.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (org). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. **Fagulhas do Contestado: os conflitos nos vales do Timbó e Paciência através da imprensa (1900 – 1908)**. São Paulo: Liber Ars, 2018.

MOURA, Aureliano Pinto de. **Contestado: a guerra cabocla**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2003.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, nº 46, junho de 2001.

NEVES, Margarida de S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.) **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação à revolução de 30**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 9ª ed., 2017, 13 – 44.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10. Sex. 1993, p. 7 – 28.

ORO, Ari Pedro. Monge João Maria de Agostini: um eremita peregrino transnacional. **Debates do NER**. Ano 15, n. 25, Porto Alegre, jan./jun. 2014, p 75 – 86.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **La “Guerre Sainte” au Brésil: Le mouvement Messianique du “Contestado”**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.

PETROLI, Francimar. Fronteira Santa Catarina/Paraná: uma análise sobre a questão de limites. In: TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ESPIG, Márcia (org.), **Tempos de muito pasto e pouco rastro**. São Paulo: Liber Ars, 2018, p. 155 – 177.

POYER, Viviani. **Fronteiras de uma Guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado**. Tese de Doutorado em História, UFSC, Florianópolis, 2018.

RADIN, José Carlos. Questão Agrária na fronteira catarinense. **Tempos Históricos**. Volume 18, 2º Semestre de 2014, p. 143-163

RESENDE, Maria E. Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.) **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação à revolução de 30**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 9ª ed., 2017, p. 89 – 120.

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

_____. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro na Primeira República**. Tese de doutorado em história social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Animatógrafo da guerra: Canudos e Contestado e a fotografia militar no Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 9, n. 2, p. 383-401, maio-ago. 2014

ROSA FILHO, João Alves. **Episódios da história da PMPR: O Combate do Irani**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 1998.

SERTÃ, Ana Luísa; ALMEIDA, Sabrina. 2016. *Ensaio sobre a dádiva*. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia

SIMMEL, Georg. O nível social e o nível individual. In: **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 39 – 58.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. 36 ed. Rio de Janeiro: Gol, 2013.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na República Velha**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

_____. Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

THOMÉ, Nilson. **Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado**. Florianópolis: Ed. Insular, 1999.

THOMPSON, Edward P. *Prefácio*. In: THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: I – a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 9 -14.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ESPIG, Márcia (org.), **Tempos de muito pasto e pouco rastro**. São Paulo: Liber Ars, 2018.

_____. Os costumes no planalto catarinense: dos embates no movimento sertanejo do Contestado à luta contra as imposições do capital estrangeiro (1912-1919). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais (RBHCS)**, Vol. 7, nº 14, dezembro de 2015.

_____. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and colonization Company** e as transformações impingidas ao planalto Contestado, 1910-1940. Tese de doutorado em história, UFSC, Florianópolis, 2013.

TONON, Eloy. **Os monges do Contestado**: Permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese (doutorado), UFF: Niterói, 2008.

TONON, Eloy; LIMA, Soeli Regina. Guerra do Contestado: do processo judicial à produção historiográfica sobre os fatos. **Cadernos do Tempo Presente**. Número 26, janeiro de 2017.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs). **Nem fanáticos, nem jagunços**: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

VALENTINI, Delmir José. A atuação da *Brazil Railway Company* e o desencadeamento da guerra na região do Contestado (1906-1916). In: ZARTH, Paulo A.(org.). **História do Camponato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012, p. 95 - 114.

_____. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 1998.

VANALI, Ana Crhistina. A questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina e a imprensa humorística paranaense. In: TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ESPIG, Márcia (org.), **Tempos de muito pasto e pouco rastro**. São Paulo: Liber Ars, 2018, p. 200 – 234.

VARGAS, Jonas Moreira. Marechal, marquês e senador: política, nobreza e guerra no segundo Reinado a partir da trajetória do general Osório (1808-1879). **História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p. 244-263.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 13 – 40.

VIANNA, Celso. **A batalha do Irani**: o diabo na rua, no meio do redemoinho. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

_____. A Batalha do Irani: Construção de Lembranças. In: **História em Revista**, Pelotas, v. 20, p. 25 – 36, dezembro de 2014.

_____. Irani: uma Batalha entre Mundos *in*: VALENTINI, Delmir; RODRIGUES, Rogério R. (org). **Contestado: fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014)**. Porto Alegre: Letra&vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e Conflito Social**. São Paulo: Editora Ática, 1966.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: WEBER, Max. **Três tipos de poder e outros escritos**. Lisboa: Tribuna da História, 2005, p. 2- 16.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense (1889-1928). Tese de doutorado em História, Unicamp. Campinas, 1997.

WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César; MOURA, Aureliano Pinto de; AXT, Gunter; SANCHES, Crystine Corrêa (org.). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

WITTE, Gerson; VALENTINI, Delmir. O Combate do Irani nas páginas dos jornais: olhares da imprensa. In: TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ESPIG, Márcia (org.), **Tempos de muito pasto e pouco rastro**. São Paulo: Liber Ars, 2018

WITTER, Nikelen Acosta; FARINATTI, Luis Augusto. Curandeirismo no século XIX: as escolhas do povo.. Educação (UFSM), Santa Maria - RS, v. 25, n.1, p. 33-42, 2000.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imagem contestada: a guerra do Contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916). 1ª reimpressão. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015

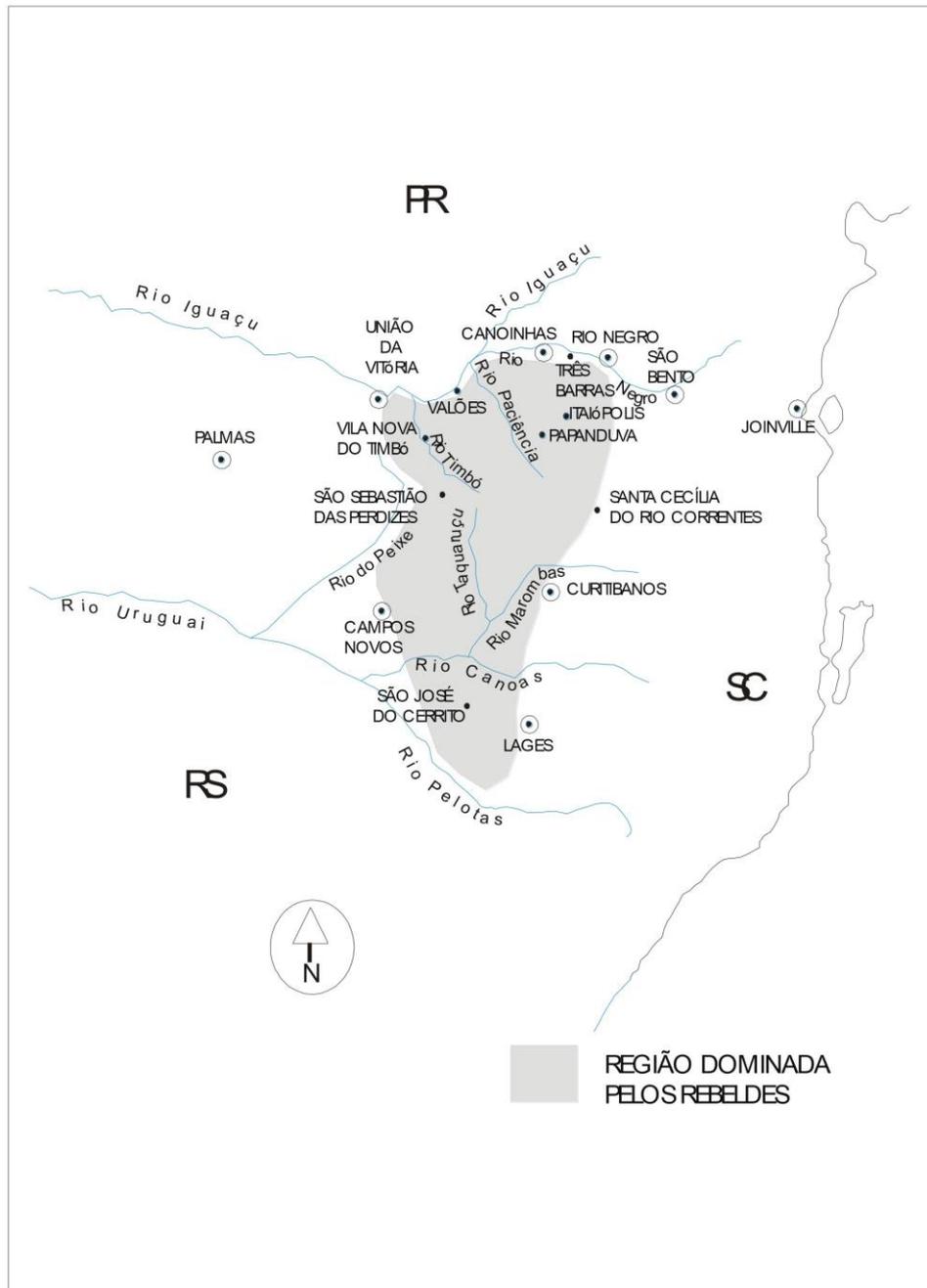
WOLF, Eric. *Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México*. In: FELDMANBIANCO, Bela; REBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.) **Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf**. Brasília: Ed. Da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003, p. 73 – 91.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, n. 4, 1985.

Anexos

Anexo 01

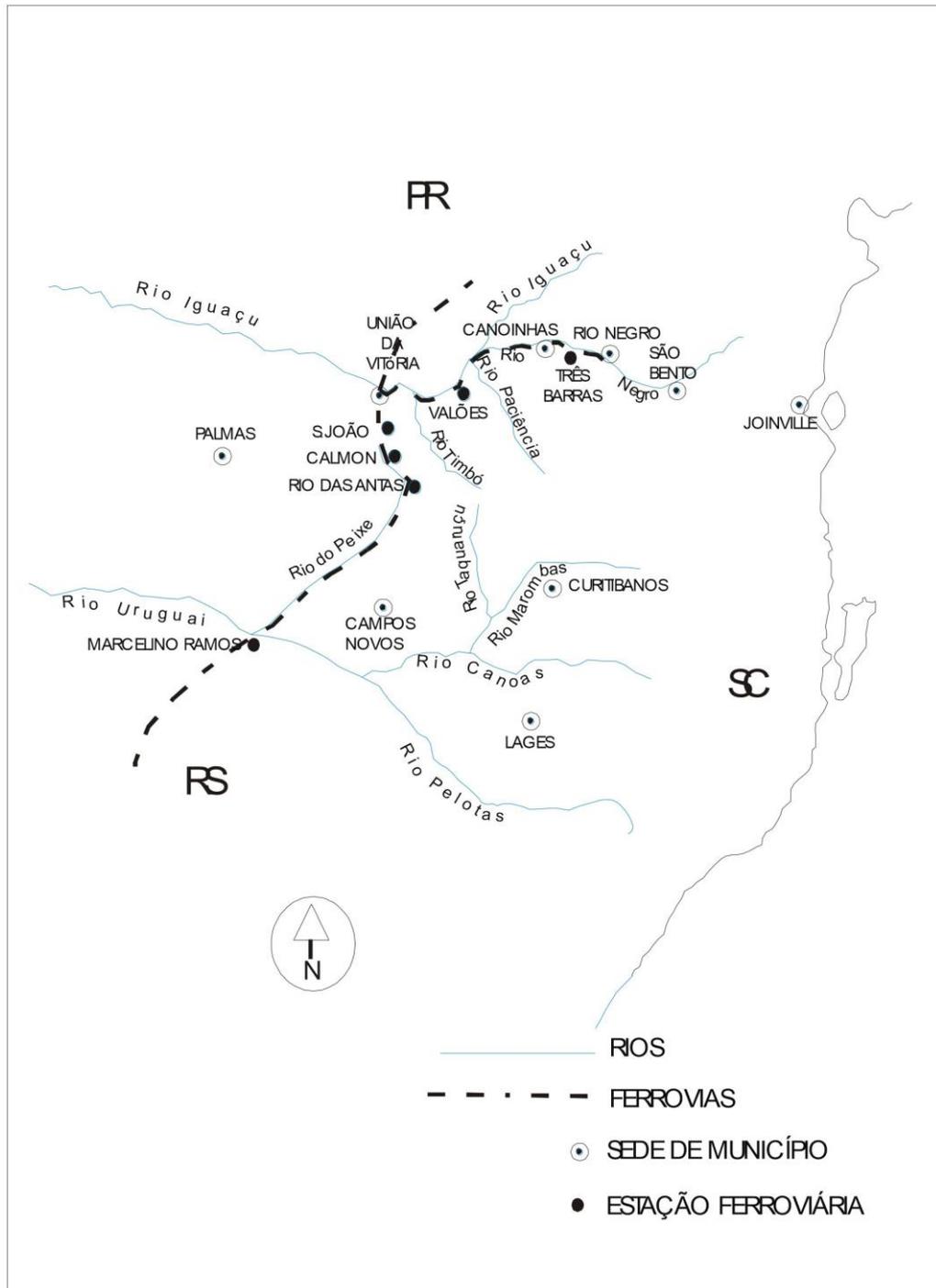
Mapa sobre o território sob domínio rebelde em outubro de 2014.



Fonte: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

Anexo 02

Mapa que mostra o traçado dos ramais norte/sul e leste/oeste da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.



Fonte: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Gabriel Carvalho Kunrath, matrícula nº 18103392 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado “Não tivemos outro jeito, ou morríamos ou nos defendíamos: uma análise acerca da Batalha do Irani (1912)”, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 22 de agosto de 2020.



ASSINATURA